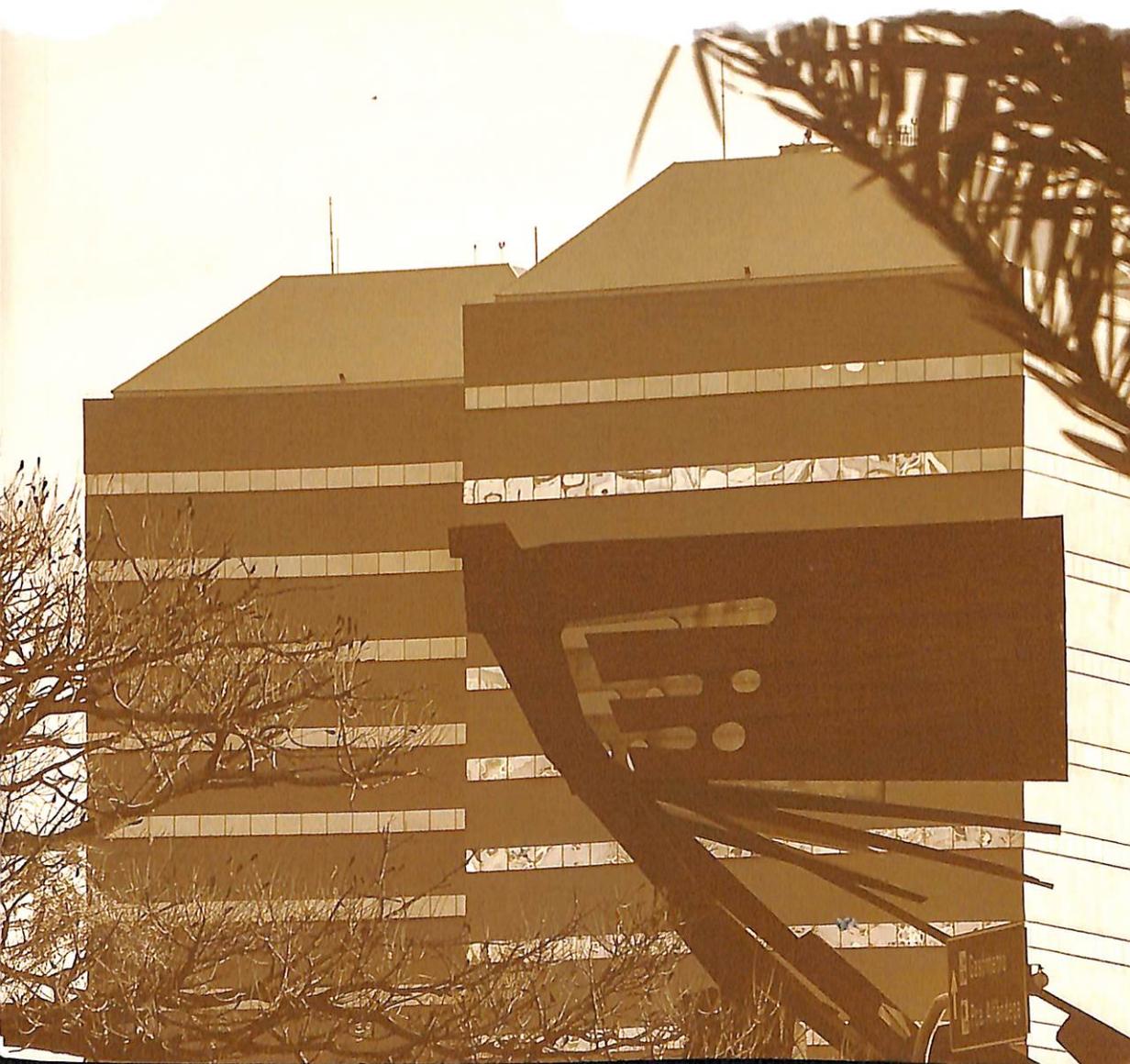


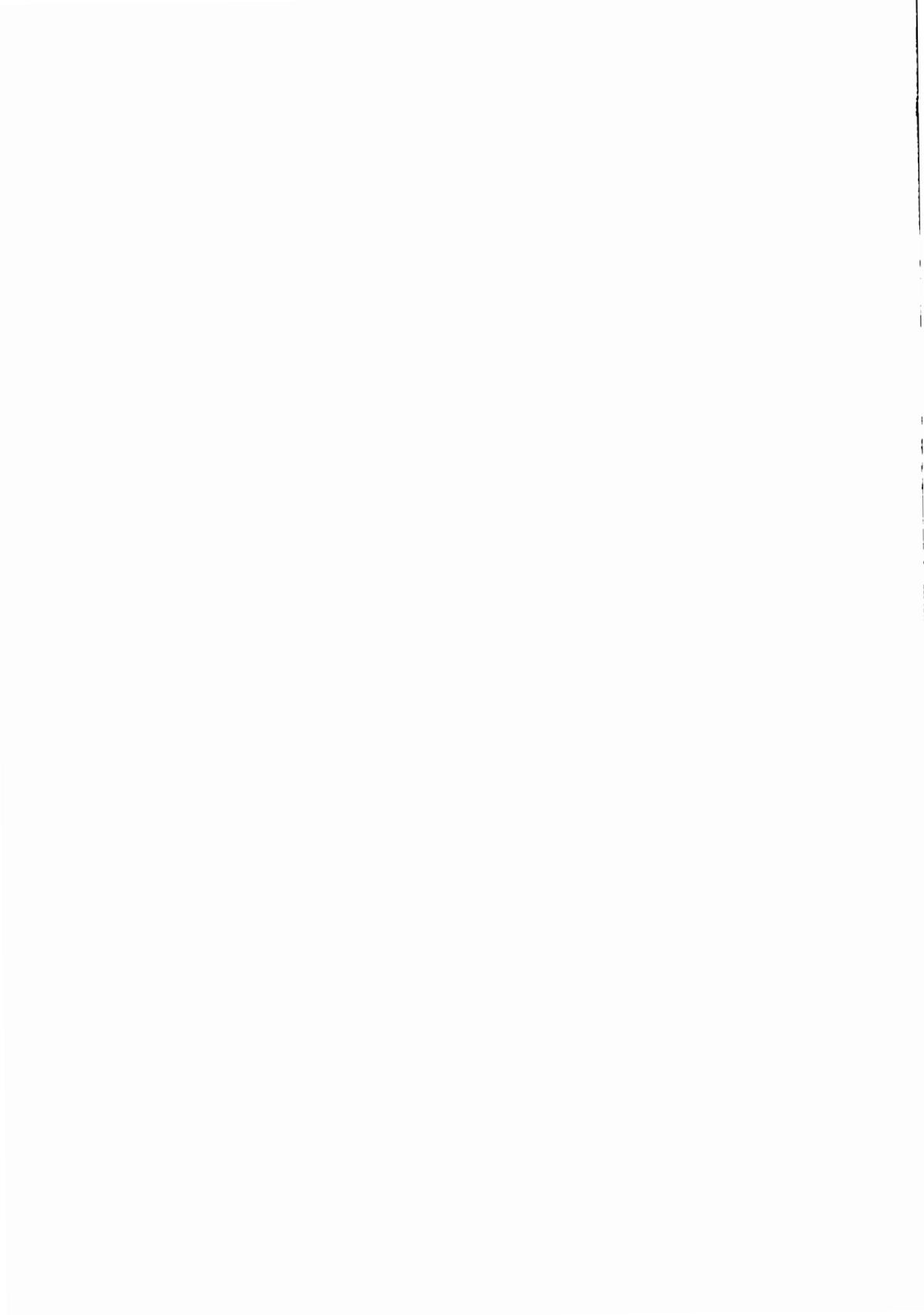
Histórias de vida do

Volume IX

MPRS

Procuradores-Gerais de Justiça





Histórias de vida do

Volume IX

MIPRS

Procuradores-Gerais de Justiça

Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Coordenação:

Luciano de Faria Brasil

Historiadora:

Cíntia Vieira Souto

Revisão:

Sonia Beatriz da Silva Pinto

Estagiário:

Rafael Martins

Projeto Gráfico e Diagramação:

Gabinete de Comunicação MPRS - Assessoria de Imagem Institucional

Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul: Procuradores-Gerais de Justiça. / Organizadores: Luciano de Faria Brasil, Cíntia Vieira Souto. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2021.

298 p. - (Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul; 9)

ISBN 978-65-880-9501-0

1. Ministério público – Rio Grande do Sul – História biográfica. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público. II. Brasil, Luciano de Faria. III. Souto, Cíntia Vieira. V. Série.

CDU 347.963(816.5)(092)

Procuradoria-Geral de Justiça

Procurador-Geral de Justiça

Marcelo Lemos Dornelles

Secretário-Geral

Ricardo Schinestsck Rodrigues

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Angela Salton Rotunno

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Benhur Biancon Junior

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

Júlio César de Melo

Subprocuradora-Geral de Justiça de Gestão Estratégica

Caroline Vaz

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcelo Liscio Pedrotti

Subcorregedora-Geral do Ministério Público

Eva Margarida Brinques de Carvalho

Chefe de Gabinete

Luciano de Faria Brasil

Coordenador do Memorial do Ministério Público

Luciano de Faria Brasil

Sumário

| | |
|---|------------|
| Apresentação | 7 |
| Introdução | 9 |
| Augusto Borges Berthier | 13 |
| Luiz Felipe de Azevedo Gomes | 21 |
| Paulo Olimpio Gomes de Souza | 55 |
| Francisco de Assis Luçardo | 69 |
| Voltaire de Lima Moraes | 87 |
| Sérgio Gilberto Porto | 103 |
| Cláudio Barros Silva | 127 |
| Roberto Bandeira Pereira | 189 |
| Mauro Henrique Renner | 215 |
| Simone Mariano da Rocha | 233 |
| Eduardo de Lima Veiga | 247 |
| Marcelo Lemos Dornelles | 263 |
| Fabiano Dallazen | 277 |

Apresentação

Com muita satisfação, apresento à comunidade jurídica e à sociedade rio-grandense um volume especial da série “Histórias de Vida”, desta vez com a coletânea de depoimentos prestados por Procuradores-Gerais de Justiça do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma visão única sobre os desafios, as dificuldades e as conquistas do Ministério Público ao longo das últimas décadas, a partir das palavras daqueles que tiveram a responsabilidade de administrar a Instituição. Os depoimentos cobrem um período decisivo na história institucional brasileira, coincidindo com a ampliação e fortalecimento das atribuições do Ministério Público. O conteúdo das diversas narrativas permite entender a exata dimensão do esforço necessário para alçar o Ministério Público a patamares ainda maiores de respeitabilidade e eficiência.

Nesse ponto, rendo minha homenagem aos entrevistados, agradecendo a disponibilidade e gentileza dos Doutores Augusto Borges Berthier, Luiz Felipe de Azevedo Gomes, Paulo Olímpio Gomes de Souza, Francisco de Assis Cardoso Luçardo, Voltaire de Lima Moraes, Sergio Gilberto Porto, Cláudio Barros Silva, Roberto Bandeira Pereira, Mauro Henrique Renner, Simone Mariano da Rocha, Eduardo de Lima Veiga, Marcelo Lemos Dornelles e Fabiano Dallazen. Ressalto também, por oportuno, que os depoimentos dos Doutores Lauro Pereira Guimarães e Mondercil Paulo de Moraes, já falecidos, constam do segundo volume da série “Histórias de Vida”. A esses homens e mulheres valorosos, registro aqui a gratidão, o apreço e, principalmente, o reconhecimento do Ministério Público do Rio Grande

do Sul.

Conhecer e compreender a história institucional mostra-se de fundamental importância na atual quadra histórica. As prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público estão sendo novamente atacadas, em uma tentativa clara de minar a independência de sua atuação funcional. Diante de tal quadro, é sempre necessário retornar aos ensinamentos daqueles que já trilharam o árduo caminho da liderança institucional e enfrentaram críticas e resistências do mesmo molde. Como resta claro nos depoimentos trazidos neste volume, o Ministério Público deve responder aos críticos com ética, trabalho e dedicação redobrada, atuando como defensor obstinado da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Nesse ponto, cumpre resgatar as palavras do Dr. Paulo Pinto de Carvalho, de saudosa memória, em entrevista concedida ao Projeto Memória do Ministério Público do Rio Grande do Sul, na data de 7 de dezembro de 2000, quando afirmava que o Ministério Público dos nossos dias é “a última trincheira do presente e do futuro na defesa dos direitos do cidadão”.

Por derradeiro, registro também meu agradecimento à equipe do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, enaltecendo o permanente e incansável trabalho de registro e consolidação da memória institucional.

Desejo a todos uma agradável e produtiva leitura.

Porto Alegre, julho de 2021.

Luciano de Faria Brasil

Coordenador do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Introdução

Em agosto de 2020, o Memorial do Ministério Público completou 20 anos. Não foi possível comemorar essa data, em função da pandemia que tomou conta do Brasil e do mundo. Mas o fazemos agora com essa publicação tão especial.

Um dos princípios da administração pública é o da impessoalidade. Significa que a atuação da administração não comporta nenhum tipo de discriminação e que o agente que atua não o faz em seu nome, mas no do Estado, por ele representado. O Ministério Público representa a sociedade. Para isso atuam seus membros e servidores. Ao longo do tempo, o Memorial vem contando a história da Instituição através das diversas vozes – membros, servidores, personalidades políticas, jornalistas, esposas de membros – que fizeram e fazem o Ministério Público. Nossa tarefa é, através do relato pessoal, apresentar o ponto de vista institucional, sem descuidar da individualidade do depoente. Aplicar o princípio da impessoalidade sem despersonalizar os entrevistados.

Nesta publicação, apresentamos a história do MP-RS através de seus Procuradores Gerais de Justiça. Ouvindo os Procuradores Gerais, é possível analisar as mudanças da perspectiva de quem dirige a Instituição. Pode-se verificar como o Ministério Público gaúcho mudou nesse período não tão longo de tempo e que desafios ainda têm a enfrentar. Uma reflexão necessária e pertinente nesse momento complexo que há de ficar registrado na história da humanidade.

Trinta e oito anos se passaram desde a posse do Doutor Augusto Borges Berthier em março de 1983. A sede do MP-RS era então na Borges de Medeiros 992, antigo prédio do IPERS (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul). A mudança para lá, em setembro de 1973, na gestão de Lauro Pereira Guimarães, representou um grande avanço, já que antes o MP ocupava casas, modestas para uma instituição, no centro da cidade. Não havia então Subprocuradorias, apenas um subprocurador¹, e poucos funcionários, a maioria cedida pelo Poder Executivo. Nas comarcas do interior, o MP não contava com sede própria. Não fazia ainda dez anos que as primeiras mulheres haviam ingressado na Instituição². E, nos meios de comunicação, o Ministério Público era confundido com o Poder Judiciário.

Hoje o Ministério Público do Rio Grande do Sul ocupa sede própria, que é ponto de referência em Porto Alegre. Há quatro Subprocuradorias e um corpo de funcionários qualificados. O MP tem endereço em quase todo o Estado do RS. Metade dos membros são mulheres e, em 2009, assumiu a primeira Procuradora-Geral de Justiça³. E o Ministério Público é uma das instituições mais respeitadas do Brasil.

O Memorial vem contando essa história desde 2000 através da série Histórias de Vida. Primeiro, descobrimos como a rotina e o status do promotor se modificou desde a época do primeiro concurso em 1941 (volumes I e II). Depois, conhecemos os desafios que as

¹ As Subprocuradorias-gerais de Justiça para Assuntos Jurídicos e para Assuntos Administrativos foram criadas em 1997. Subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos Institucionais foi criada em 2000. A Subprocuradoria-geral de Justiça para Gestão Estratégica foi criada em 2017.

² As primeiras Promotoras de Justiça ingressaram no MP-RS em 1976. Houve, porém, anteriormente a Dra. Sophia Galanternick, que atuou como promotora entre 1938 e 1941.

³ Simone Mariano da Rocha foi Procuradora-Geral de Justiça entre 2009 e 2011.

primeiras mulheres que ingressaram na Instituição enfrentaram (volume III). Logo, soubemos das batalhas enfrentadas pelos membros para consolidar e ampliar conquistas com a Constituição de 1988 (volumes IV e V). Em seguida, conversamos com ex-corregedores para saber qual o papel desempenhado pela Corregedoria do MP nesse processo (volume VI). Então, investigamos um instituto que é diretamente relacionado ao MP, o Tribunal do Júri (volume VII). Após, aprendemos como o MP começou a atuar na área ambiental e quais as questões mais importantes em torno do tema.

Agora, contamos a história do nosso MP pela voz dos homens e mulheres que assumiram a grande responsabilidade de dirigi-lo. Não o fizeram sozinhos, mas enfrentaram questões peculiares ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Assim, acrescentamos mais um capítulo à nossa história. Deixemos que eles mesmos nos contem.

Augusto Borges Berthier



Augusto Borges Berthier é natural do distrito Clemente Argolo, anexo ao município de Lagoa Vermelha (RS). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Passo Fundo, ingressou no Ministério Público no ano de 1966. Atuou nas Comarcas São Vicente do Sul, Santa Rosa, Passo Fundo, Espumoso, Lagoa Vermelha e Porto Alegre. Recebeu da OAB a Comenda Oswaldo Vergara em reconhecimento ao seu trabalho na SUSEPE. Presidiu a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul no biênio 1976/1978 e assumiu o cargo de Procurador-Geral para o biênio de 1983/1984. Durante a década de 1980 atuou também como Secretário de Segurança Pública e Chefe da Casa Civil. Aposentou-se do Ministério Público em 1988.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 7 de novembro de 2000.

Entrevistado: Na época do concurso para o Ministério Público, exercia advocacia na minha terra natal, em Lagoa Vermelha. Antes disso, tinha sido Secretário do Município de Ibirubá, onde comecei a advogar ainda como solicitador. Em Lagoa é que surgiu a ideia do concurso, realizado em 1965, sendo nomeado e assumindo em São Vicente do Sul, onde permaneci por aproximadamente quatro anos e meio. Ainda em primeira entrância, atuei na comarca de Espumoso, e depois fui promovido para a comarca de Santa Rosa. Chegando em Santa Rosa no ano de 1970, lá fiquei até março de 1971, quando fui convidado pelo então Secretário do Interior e Justiça, Dr. Otávio Germano, para ocupar o cargo de Superintendente dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Na época, esse cargo não era considerado como estranho à carreira do Ministério Público. Representava, sem dúvida, um grande desafio para um Promotor de segunda entrância, dirigir um órgão do porte da SUSEPE. Permaneci à frente daquele órgão até 1975.

Memorial: Poderia relatar um pouco dessa vivência, desse período de 1966 a 1975, nessas duas etapas, primeiro a sua vivência na comarca e depois, tão jovem, assumindo a SUSEPE neste momento crucial da história do país? Podia nos relatar este cotidiano?

Entrevistado: Como promotor em São Vicente do Sul, participei de muitas sessões do Tribunal do Júri em toda região, tendo em conta que seguidamente ocorriam vagas de colegas que se removiam ou eram promovidos. Depois, exerci a função em Espumoso e em Santa Rosa, até 1971, quando assumi a direção da SUSEPE.

Ao final do exercício da atividade na SUSEPE, surgiu um fato que para mim, foi muito gratificante. A concessão, por parte da Ordem dos

Advogados, da Comenda Oswaldo Vergara, em razão do excelente convívio mantido entre a SUSEPE e a Ordem dos Advogados.

Depois desse período na SUSEPE, onde, graças ao apoio do governador Euclides Triches, avançamos bastante, tanto no plano material como na construção e reforma de grande número de presídios e penitenciárias, iniciando a construção de cinco presídios regionais e começando edificar a primeira penitenciária com recursos transferidos pelo governo federal. No plano administrativo, foi criado o quadro de servidores penitenciários e intensificado o funcionamento da Escola do Serviço Penitenciário, com formação de considerável número de agentes e monitores. Foi instalada em Mariante, num prédio de um antigo seminário, uma modelar prisão aberta, sem muros e grades. Com apoio da Assembleia Legislativa, foi alterada a lei relativa ao trabalho externo dos presos, para ampliá-lo e melhor regulamentá-lo.

Depois do período na SUSEPE, exerci a função de Secretário Substituto na Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras, no período de março de 1975 a março de 1976. Em março de 1976, retornei ao Ministério Público e fui atuar em uma vara criminal em Porto Alegre, até novembro de 1976, quando fui eleito presidente da Associação do Ministério Público, com mandato até novembro de 1978. Nesse período, criamos e instalamos os núcleos regionais da Associação do Ministério Público. Fizemos algumas obras e a reforma do prédio da sede campestre da Associação. Participamos do Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Recife, com a expressiva representação de nosso Estado. Em rápidas pinceladas, esses foram os principais fatos ocorridos na minha gestão à frente da Associação do Ministério Público.

No dia quinze de março de 1979, a convite do governador Amaral de Souza, assumi o cargo de chefe da Casa Civil, nele permanecendo até março de 1983. De 15 de março de 1983 a 15 de março de

1984, no governo Jair Soares, exerci o cargo de Procurador-Geral da Justiça e, durante o exercício dessa função, aconteceram alguns fatos importantes, como a aprovação das Emendas Constitucionais números 25 e 28 pela Assembleia Legislativa do Estado, definindo as atribuições do Ministério Público. Foi instituída, em 30 de novembro de 1983, por escritura pública no Primeiro Tabelionato da capital, a Fundação Escola Superior do Ministério Público. Ainda nesse período foi firmado convênio com a Associação do Ministério Público para edição da Revista do Ministério Público, cuja divulgação estava interrompida. Por esse convênio, a procuradoria-geral cedeu o título da revista para a Associação por prazo indeterminado, e a mesma passou a editá-la, como faz até hoje. Foi dada ênfase especial à proteção do meio ambiente, pleiteando-se, já naquela época, a edição de novas leis acerca do tema. Houve a criação do Gabinete de Imprensa para divulgação dos trabalhos do Ministério Público, especialmente dos promotores da Vara do Júri e da Coordenadoria das Promotorias Criminais. Decorrido um ano como procurador-geral, ainda no governo Jair Soares, fui convidado para assumir a Secretaria de Segurança Pública, na qual permaneci até três de fevereiro de 1986, quando, por nova convocação do governador, voltei à chefia da Casa Civil. Terminado esse segundo período na Casa Civil, retornando ao Ministério Público, assumi o cargo de procurador junto a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

Com relação ao Ministério Público, entendo que fomos privilegiados, os colegas do meu concurso, a turma de 1965, pois participamos de momentos importantes do crescimento institucional do Ministério Público, ocorrido nos últimos 40 anos. Acredito que essa evolução foi das mais rápidas que uma instituição similar já viveu em qualquer parte do mundo.

Hoje, a carreira do Ministério Público está grandemente prestigiada e conceituada junto à opinião pública, justamente pela capacidade e

dedicação de seus membros, que respondem com brilho às novas atribuições que lhes foram dadas.

Após o ingresso na carreira, não tenho lembrança de fatos que tenham ocorrido relacionados com perseguição política. Isto se deve, sem dúvida, ao espírito altaneiro e independente dos procuradores-gerais que comandaram a Instituição nesse longo espaço de tempo, alguns deles com vínculo partidário e político à Revolução de março de 1964, mas que, nem por isso, utilizaram o cargo para exercer qualquer tipo de pressão ou influência partidária sob qualquer membro da nossa Instituição.

Destaco como exemplo, o fato de que, em 1976, na minha eleição para presidência da Associação do Ministério Público, figurou na minha chapa como candidato a vice-presidente, o colega Solon Loureiro Filho, destacado líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e conhecido opositor ao regime revolucionário de 1964. Em nenhum momento houve qualquer tipo de crítica ou censura da chefia da Instituição à composição feita e que resultou homologada pela classe.

Pedem-me para destacar figuras do Ministério Público. São inúmeros os nomes que poderiam ser mencionados, correndo o risco de eventual esquecimento. Prefiro referir apenas aqueles com os quais convivi. Na área federal, destaco duas eminentes figuras: Henrique Fonseca de Araújo, Procurador-Geral da República, nosso conterrâneo, que já tinha sido Procurador-Geral de Justiça no Rio Grande do Sul; Aristides Junqueira, Procurador-Geral da República, na fase de transição durante e após a Constituição de 1988.

No Rio Grande do Sul, como figuras expressivas, destacaria todos os ex-procuradores-gerais e os presidentes da nossa associação de classe.

Das pessoas que convivi, destaco, como cultura jurídica, o Dr. Rui Rosado de Aguiar Júnior, hoje Ministro do Superior Tribunal de Justiça;

instaurados fora da sede do juízo, podendo, nesse caso, o promotor de Justiça competente, mediante autorização do procurador-geral, designar pessoa idônea para oficiar. Então se preservou o promotor *ad hoc* nestes casos, mas designado pelo promotor com autorização do Procurador-Geral de Justiça. Foi medida importante para a valorização e purificação da carreira do Ministério Público.

Memorial: Alguma outra ideia que o senhor queira deixar registrado para a memória do Ministério Público?

Entrevistado: Registro, apenas, a satisfação em poder testemunhar o avanço e o prestígio do Ministério Público, servindo cada vez melhor a sociedade e contribuindo para o aperfeiçoamento das nossas instituições.

Luiz Felipe de Azevedo Gomes



Luiz Felipe de Azevedo Gomes é natural de Pelotas (RS). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Pelotas (incorporada à UFPEL em 1949). Ingressou no Ministério Público em 1965, tendo atuado no cargo de pretor no ano anterior. Como membro do Ministério Público atuou nas Comarcas de Tapejara, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Canguçu, Bagé e Porto Alegre. Foi Procurador-Geral de Justiça no biênio de 1984/1986, exercendo também cargo de direção da Escola Superior do Ministério Público durante o mesmo período. Em 1986 exonerou-se do Ministério Público para assumir o cargo de Juiz no Tribunal de Alçada, além disso, atuou como Desembargador. Lecionou Teoria Geral do Processo nas faculdades de Direito de Bagé, UNISINOS e Ritter dos Reis.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 06 de junho de 2001.

Entrevistado: Eu também quero dizer que estou muito honrado com a presença das senhoras aqui e com muita satisfação em poder colaborar para a memória do Ministério Público, embora pense que não tenho muito a contar a respeito.

Eu nasci em Pelotas e lá me criei, fiz os meus estudos secundários, inclusive a faculdade de Direito. A opção pelo Direito surgiu quando eu tinha 12 ou 13 anos e, principalmente, lendo histórias de grandes processos da Revolução Francesa, dos trabalhos de Abraham Lincoln como advogado. E isso me empolgou e me pareceu na época, e ainda hoje continuo entendendo assim, que a justiça é o mais alto valor humano sob o aspecto social. E quando eu estava, chamava-se, naquela época, terceira série ginasial, optei por seguir o curso clássico e não o científico, já com vistas ao ingresso na faculdade de Direito. Hoje não existe mais curso clássico nem científico. Mas, naquela época, havia uma separação para os estudantes que preferiam seguir humanidades e outro, que era o científico, para aqueles que preferiam as ciências exatas e naturais. Ingressei na faculdade em 1959, e concluí o curso em 1963. Nasci em dezembro de 1940 e, em dezembro de 1963, concluí o curso. Tinha já alguma experiência de advogado, como solicitador, e pretendia seguir a profissão de advogado. Mas a dificuldade que via de mercado de trabalho em Pelotas fez com que eu me dirigisse ao serviço público. Fiz um concurso para pretor, isso em 1964, fui nomeado e exerci a pretoria por nove meses na cidade de Sarandi, no Alto Uruguai. Enquanto exercia a pretoria, abriu concurso para o Ministério Público e para juiz. Mas, no concurso para juiz, não preenchia as condições exigidas para a inscrição, que era a idade de 25 anos e dois anos de prática como advogado formado. Então, optei pelo Ministério Público. E foi uma feliz escolha porque fui nomeado em novembro de 1965. Aí fui nomeado promotor de Tapejara, também próximo a Passo Fundo, no Alto Uruguai.

Memorial: Antes desse exercício, antes de referirmos a Tapejara, sobre esse período de final de faculdade, concursos, era uma fase em que o País estava vivendo uma transformação. Todo o período de 1961 a 1964 foi conturbado. O período de 1964 com o movimento militar. Como é que um estudante de Direito de final de curso e um recém-formado vivenciou aquele momento?

Entrevistado: Durante a faculdade, eu tive uma intensa vida de centro acadêmico, a política estudantil intensa, mas curta, durante uns dois anos. Tanto que fui até presidente do Centro Acadêmico Ferreira Viana, na faculdade de Pelotas. Naquela época, a Faculdade de Direito de Pelotas integrava a Universidade do Rio Grande do Sul. Então, também, eu fazia parte do conselho da Federação dos Centros Acadêmicos da Universidade. Por isso, seguidamente vinha a Porto Alegre, nas reuniões da União dos Estudantes. Particpei de um congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), que foi em Minas Gerais, em 1960, e era uma época de muita liberdade. Nós estávamos no governo Juscelino Kubitschek, era reitor da universidade o Professor Paglioli, Eliseu Paglioli, e o estudante gozava de grande prestígio na universidade e nos meios sociais. Era muito valorizado o estudante, muito prestigiado pela universidade. Então foi uma época da qual eu tenho gratas recordações e deu para sentir o que era a vida política. E a política estudantil é um ensaio para a vida política. E fez com que também tomasse a decisão de não seguir a política. Foi uma experiência excelente, gratificante, mas não me agradaram muito os métodos que são empregados na política estudantil e na política em geral. Aquilo serviu para me decidir a não seguir uma carreira política. Com relação às transformações políticas que houve em 1964, eu estava recém-formado, eu posso lhe dizer, parece que

poucos gostam de revelar, mas eu aplaudi a Revolução de 1964. A mim parecia que a situação política então vigente, fim do governo de João Goulart, levaria o país ao caos. E me pareceu que aquele movimento militar afastava um perigo, nunca fui anticomunista, mas afastava o perigo da desordem, do desgoverno. Bem, mas a verdade que depois, com o Ato Institucional nº 1 e com o nº 2, passei a não ter a mesma opinião sobre o movimento. Achei que aquela devia ser uma perda de liberdades transitória. Desde logo, afastado aquele perigo que havia, de desordem e anarquia, que o país devia voltar a normalidade. E essa perpetuação, esse prolongamento do regime militar não me pareceu benéfico, principalmente depois do Ato Institucional nº 5, em que houve um endurecimento maior na repressão, um autoritarismo maior. Mas, como candidato ao concurso do Ministério Público, não senti que houvesse algum cuidado especial com relação às ideias políticas dos candidatos. Inclusive, alguns colegas da época que haviam sido secretários de prefeituras municipais tiveram as suas candidaturas, não vetadas, mas houve manifestação de órgãos de segurança contrários. Mas a comissão de concurso e o Conselho Superior do Ministério Público, mesmo assim, homologaram as suas inscrições. Parece-me que não houve nenhum caso de perseguição política dentro do Ministério Público nessa época e nem posteriormente. É verdade que houve algumas aposentadorias com base no Ato Institucional. O Ato Institucional foi usado como um meio, como um atalho, porque havia dificuldade desses colegas em se submeterem a exame médico, tinham problemas de saúde e resistiam à aposentadoria. Então aquilo foi usado como um meio mais eficaz, mais rápido para resolver certas situações, mas que não era subversão política, não tinha essa conotação, foi usado com outra finalidade que não a política. Durante os concursos que acompanhei, nunca vi um candidato ser eliminado em razão de suas convicções

políticas.

Memorial: E sobre esse concurso que o senhor fez. Como foi esse concurso? Lembra quantos participaram?

Entrevistado: Havia muitos candidatos para época, mais de cem candidatos. Hoje cem candidatos não é nada. Na época foram entre 140 e 160 candidatos, não lembro bem. E, também, o grupo aprovado foi de mais de 40 candidatos. Felizmente, naquela época, os concursos não eram tão difíceis como os de hoje. Se fossem, eu não teria ingressado no Ministério Público. Mas foi um concurso como todos da época. Era um concurso de provas, títulos e questões dissertativas. Não havia essas provas chamadas objetivas de hoje que eliminam muitos candidatos, verdadeiras arapucas que armam para os coitados dos candidatos. Eram mais diretas. Quem sabia a matéria, era aprovado. Hoje há candidatos muito bem preparados que, no entanto, sucumbem a um desses concursos. Também se compreende. Como há uma grande quantidade de candidatos é preciso, não é possível aprovar todos, tem que eliminá-los até para permitir, tornar viável a parte dissertativa do concurso. Naquele tempo, era bem melhor, bem mais ameno.

Memorial: Então, nomeado, o senhor foi para Tapejara. Foi a primeira comarca?

Entrevistado: Isso, foi a primeira comarca.

Memorial: Como foi essa experiência?

Entrevistado: Olha, eu estive muito pouco tempo em Tapejara.

Recém tinham criado a promotoria. Era uma comarca de muito pouco serviço, muito pouco o que fazer lá. As atribuições do Ministério Público, naquela época, eram bem menores que as de hoje. Em Tapejara não havia problemas sociais maiores, não havia dificuldades econômicas que se refletem geralmente nas curadorias, na Curadoria de Família. E o crime também era pequeno, crimes cometidos em festas, aos domingos, nos jogos, nas bochas, no futebol. Eram lesões corporais. Era uma vida muito pacata em Tapejara. Mas eu fiquei pouco tempo lá porque sempre tive a intenção de fazer a carreira na zona sul. Era a minha zona, onde havia nascido e me criado. Por isso pedi remoção, até permutei com um colega, permutei por Piratini, permutei Tapejara por Piratini.

Memorial: Mais próxima de Pelotas.

Entrevistado: Isso, próxima de Pelotas e me dei muito bem em Piratini. Fiquei um longo período em Piratini como promotor. Naquela época, houve um Código de Organização Judiciária que proibia por cinco anos a criação de novas comarcas. Então, em função desse Código de Organização Judiciária, houve uma parada nas promoções e na carreira. Por isso eu fiquei quatro anos, quatro anos e meio, me parece, na primeira entrância. Quando estava em Piratini, casei, minha mulher já era minha namorada em Pelotas, no tempo ainda de estudante. Em Piratini nasceu a minha filha. Tenho três filhos, mas a única filha nasceu lá. E era uma vida muito boa, uma cidade sem maiores problemas. O movimento criminal já era maior, outro tipo de crimes que não aqueles de Tapejara. Mas uma população muito ordeira e era muito agradável o convívio com os advogados, com o juiz, com as pessoas da comunidade. Fiquei muito bem integrado lá em Piratini. Foram anos muitos bons, tenho ótimas recordações

desse período. Depois de Piratini, fui para Santa Vitória do Palmar, bem no extremo, lá no Uruguai quase. Lá fiquei pouco tempo, porque já havia sido revogado o Código de Organização Judiciária e as coisas se precipitaram. A velocidade da carreira aumentou. Eu fiquei dois anos em Santa Vitória do Palmar tendo uma nova experiência com as pessoas da fronteira, uma mentalidade diferente do centro do Estado, e convivendo também com uruguaios do Chuy, porque é quase uma cidade só. Na época, o Chuy uruguio era uma cidade e o Chuí brasileiro, um distrito de Santa Vitória do Palmar. Mas já havia um grande movimento comercial. Era muito agradável. Santa Vitória me fez gostar do Uruguai. Nos finais de semana entrava Uruguai a dentro, tinha muito boas estradas no Uruguai, aqueles balneários próximos à Barra do Chuí, La Coronilla, Santa Tereza, um parque muito lindo e próximo, Punta del Este e até Montevideú.

Memorial: Deu para aproveitar. E júris nesse período?

Entrevistado: Poucos, poucos júris. Em Santa Vitória do Palmar não havia juiz titular. Os processos andavam muito devagar. Em Santa Vitória do Palmar, eu fui mais um assistente social, e o maior trabalho foi até na Justiça do Trabalho. Como promotor, na época, não havia Junta de Conciliação e Julgamento em Santa Vitória e, nas comarcas onde não havia junta, o promotor representava o empregado. Então, fiz muitas reclamações trabalhistas. Quando fui para lá, estava sendo concluída a construção da estrada de asfalto unindo Rio Grande a Santa Vitória, ao Chuí. Então houve muitas despedidas de empregados e muitas reclamações no foro. E havia também um crescimento muito grande, uma expansão muito grande do arroz naquela região e também essa atividade propiciava muitas reclamações trabalhistas, porque era um regime ainda semifeudal de

emprego e pagamentos por vales. As bolantas eram os lugares onde vendiam mantimentos aos empregados. Os empregados geralmente saíam devendo. Quando terminava a safra, eles mais deviam do que tinham em haver. Isso nas anotações da contabilidade das empresas arrozeiras. Na realidade, os empregados tinham sempre bastante o que receber. Então, essa atividade foi bem intensa em Santa Vitória. Havia colaboração da prefeitura, porque senão aquela gente não tinha nem como voltar para suas casas, eram postos na estrada, sem dinheiro, só com dívidas, com família muitas vezes, para voltarem aos locais de origem que geralmente eram Pedro Osório, Canguçu, Piratini mesmo, Rio Grande. A prefeitura, então, lhes alimentava, dava passagem, pernoite quando era necessário. E eles iam ao foro e se elaborava, ali, na hora, a petição, a reclamação que eles assinavam e iam embora. Essa foi talvez a minha maior atividade em Santa Vitória. Em Santa Vitória havia também algumas peculiaridades porque, como era fronteira, havia muitos policiais na cidade. A delegacia de polícia tinha mais de 10 funcionários. O destacamento da Brigada também. Havia aquela preocupação típica do regime de 1964 com a fronteira, naquela época, houve o sequestro do cônsul do Brasil em Montevidéu, Aloysio Gomide. O caso é que esses policiais não tinham o que fazer. Então eles é que criavam mais problemas, quem mais perturbava a ordem, eram eles. Também outra atividade que eu tive em Santa Vitória foi denunciar policiais que denunciavam. Denunciei todos os policiais da delegacia, inclusive o delegado, e também alguns brigadianos, também o comandante do destacamento. Havia uma falsa compreensão do direito de liberdade dos cidadãos. Por exemplo, o Ministro Mário Andreazza, que ia muito em Chuí, tinha um cunhado que tinha uma estância lá, prendiam pessoas. Faziam uma operação limpeza de precaução, prendiam os coitados dos engraxates, os lavadores de automóveis. Aí iam as esposas, as

mães, na minha casa, chorando, que o filho estava preso, tinha que ir lá soltar. Por isso algumas vezes tive que denunciar alguns deles por abuso de autoridade. Essas foram talvez as atividades mais importantes: trabalhista e em prol da liberdade.

Memorial: De Santa Vitória...

Entrevistado: De Santa Vitória, eu estava por ser promovido, mas, por uma circunstância familiar, eu preferi não ser promovido e pedi remoção para Canguçu. A minha mulher estava para ter gêmeos e havia uma preocupação. A promoção era para Santana do Livramento, era muito longe, não havia estradas asfaltadas. Então preferi ficar perto de Pelotas de novo, me instalei em Canguçu. Mas foi um período muito curto, acho que fiquei em Canguçu seis meses, porque lá chegando, consegui uma casa emprestada, porque não havia uma casa para alugar, era por seis meses o empréstimo. Empréstimo não, era um aluguel. Como a casa estava prometida para um médico que estava para se mudar para Canguçu seis meses adiante, eu assumi o compromisso de entregá-la. Mas o caso é que se passaram seis meses e eu não consegui uma casa para alugar em Canguçu. Era outra época, não é?

Memorial: Era um problema frequente na época.

Entrevistado: Isto. Então me vi obrigado a aceitar a promoção. Aí aceitei promoção por antiguidade. Fui para terceira entrância, para Bagé. No dia que chegou a mudança do médico, o caminhão descarregou os móveis deles, carregou os meus e levou para Bagé, para rumo desconhecido, porque eu não tinha casa alugada em Bagé. Mas, felizmente, cheguei em Bagé e consegui me instalar bem. Foi a

minha cidade grande de interior.

Memorial: Isso em 1972?

Entrevistado: Já estávamos em 1972. Bagé foi uma experiência muito boa, uma cidade já com muitos recursos. Lá havia cinemas, até mais do que hoje, restaurantes, algo que era totalmente desconhecido em Piratini. Piratini não havia lugar nem para ir, nem em Santa Vitória. Santa Vitória, o que eu havia dito é que era uma cidade muito boa, um povo muito bom também, boas amizades. Mas em termos de diversão tinha que ir para o Uruguai, não havia nada no lado brasileiro. E Bagé tinha uma universidade, não era ainda bem uma universidade, mas estava se encaminhando para isso, várias faculdades, a faculdade de Direito, inclusive. Tive a oportunidade de lecionar lá. Lecionei na faculdade num curto período. Boas relações, uma boa vida social.

Memorial: Houve também uma experiência de magistério também no secundário, logo no início da carreira?

Entrevistado: É, eu fui, aliás, eu comecei a trabalhar regularmente como professor em Pelotas quando eu fui para o quarto ano da faculdade. Lecionei lá no colégio Pelotense e no colégio Gonzaga também. Os dois colégios que eu frequentei como aluno, dois colégios rivais. Quando saí do Gonzaga, havia uma rivalidade muito grande entre os dois, fui para o Pelotense que era o único que tinha o curso clássico. Como eu queria estudar Direito, deixei o Gonzaga pelo Pelotense.

Memorial: Lecionou que disciplina?

Entrevistado: Eu lecionava português. Depois lecionei em Piratini, porque havia uma dificuldade muito grande de professores. Então lecionei lá para suprir uma deficiência. Aí lecionei uma matéria muito interessante - Organização Social e Política Brasileira - que era um pouco de organização do Estado, Direito Constitucional. Em Santa Vitória também lecionei, tinha essa atividade de professor. Lá lecionei História, faltava professor. Também tive esse contrato, que eram contratos precários, de emergência. Lecionei quando estive lá.

Memorial: E quando chegou a Bagé, foi possível lecionar?

Entrevistado: Lecionei na faculdade. Lecionei uma cadeira muito interessante - Teoria Geral do Processo - e depois vim a lecionar aqui em Porto Alegre na Unisinos e na Ritter dos Reis também. Isso era importante para ocupar o tempo. Em Bagé não, em Bagé havia muito serviço como promotor, se trabalhava muito lá. Primeiro porque era uma comarca que tinha três varas e, pelo que fiquei sabendo, o único promotor que fez toda a entrância em Bagé, toda a terceira entrância, sem ser natural de lá, fui eu. Os outros todos saíram por remoção. O único que saiu promovido fui eu. Então havia sempre substituições a fazer. Às vezes, ficava sozinho e havia, também, outras comarcas próximas que tinham dificuldade de provimento, promotorias de provimento difícil. Dom Pedrito era uma delas; Lavras do Sul, que não era ainda sede de comarca, era termo da comarca de Bagé, mas tinha que ser atendida pela Segunda Vara de Bagé; Pinheiro Machado, que também frequentemente ficava sem promotor. Às vezes, ficava atendendo Dom Pedrito, Pinheiro Machado, duas promotorias em Bagé, mais Lavras do Sul. Em Bagé tive que trabalhar.

Memorial: De Bagé, a promoção daí para Porto Alegre.

Entrevistado: Aí a promoção foi para Porto Alegre. A minha ideia, inclusive, quando fui para Bagé, não era ser promovido. Era aguardar uma vaga em Pelotas para ser promotor de Pelotas e fazer a carreira toda lá, até a aposentadoria. Havia muitos promotores de Pelotas que recusavam promoção, estavam em Pelotas e recusavam promoção, e outros em Rio Grande, de Pelotas, aguardando a promoção para Pelotas. E Bagé me mostrou que era possível viver muito bem sem ser em Pelotas. Gostei muito de morar em Bagé e isso fez com que eu aceitasse a promoção. Inclusive abriu uma vaga em Rio Grande e havia um colega de Pelotas que estava também em Bagé, eu era o mais antigo, mas não quis pedir a remoção porque me decidi a vir para Porto Alegre, não ficar com aquela fixação pelotense.

Memorial: Como é que foi essa chegada aqui? As novas atividades?

Entrevistado: A chegada foi difícil porque quem sai do interior e vem para Porto Alegre, sempre sofre o impacto. As dificuldades de instalação da família, a vida com um custo muito mais alto do que no interior. Na época, como sempre, é crônico, os vencimentos estavam devassados. Nós ganhávamos pouco, uma época difícil em termos de vencimentos. Então houve certa dificuldade. A vida ficou um pouco apertada aqui em Porto Alegre. Mas, funcionalmente, foi muito bom ter vindo para Porto Alegre. De início fui para o foro. Fiquei numa curadoria de família, depois numa curadoria do cível. Foi uma boa experiência. Até que fui requisitado para a corregedoria, onde trabalhei por um longo período. Falei em curadoria e lembrei, quando eu estava saindo de Santa Vitória e fui para Bagé, nessa época, houve uma série de transformações na nossa lei processual penal que a

mim desagradaram muito. Os governos, em lugar de aumentarem os presídios, de darem condições melhores para os presos, como isso custava muito caro e implicava grandes despesas e com pouco retorno eleitoral, optaram por abrir os presídios, por afrouxar as leis processuais. Quando ingressei no Ministério Público, havia prisão preventiva obrigatória nos crimes de reclusão com pena superior a dez anos. O réu, pronunciado, era preso e ficava preso até o júri. Era mais difícil a liberdade, a liberdade condicional, o serviço externo, era mais rigoroso. Depois, na década de 1970, então houve esse movimento para resolver o problema dos presídios, diminuir a lotação. Isso fez com que eu me desinteressasse por trabalhar no crime, não admitia o fato de o réu não estar preso na pronúncia, chegar junto com os jurados no tribunal, condenado, mesmo condenado, mas recorrendo, sair junto com eles. Achava que isso punha em risco a segurança social. E aí optei, nesta época quando eu fui para Bagé, por trabalhar no cível, trabalhar mais no cível, mais na área da curadoria. Em Bagé, inclusive, fui curador, chama-se Curador-Geral da Comarca. Todo o serviço cível ficava a cargo de um promotor, e esse cargo gostei muito de exercer, me dei muito bem. Nessa época, também quando estava em Bagé, foi editado, entrou em vigor o Código de Processo Civil de 1973, que permitiu, foi a primeira abertura para que o Ministério Público crescesse como instituição na área cível. Até então, o Ministério Público era penal. Quando se pensava em promotor, pensava-se num acusador do crime. O Código de Processo Civil de 1973 valorizou a atuação do Ministério Público como fiscal da lei. Ampliou muito a atribuição do Ministério Público. Aí, em Bagé, comecei a estudar processo civil, o novo código e essa virtualidade do Ministério Público. Ajudou-me também o fato de lecionar Teoria Geral do Processo e participei de alguns encontros que a faculdade de Direito propiciava, a discussão do novo código. E isso me serviu

muito quando eu vim para Porto Alegre onde optei, sem problema, por trabalhar exclusivamente no cível.

Memorial: Nesse período de início de atuação no cível aqui em Porto Alegre, quais foram os elementos mais marcantes dessa fase?

Entrevistado: Olha, um dos mais marcantes era que chegava para fazer audiências no prédio ali do tribunal, na Praça da Matriz, que reunia todos os dois tribunais e todas as varas cíveis e criminais, quase todas, as de família estavam no Forte Apache, que é o prédio hoje do Ministério Público, ali funcionavam as varas de família, frequentemente não havia cadeira para o Ministério Público.

Memorial: Já mostrava também a relação.

Entrevistado: Sim, porque o Ministério Público no cível não era ainda muito valorizado, era pouco valorizado e havia o curador do cível. Atendia 15 Varas Cíveis, então, havia muitos horários de audiência concomitantes. Ele não podia estar sempre presente em todos os atos. Era impossível. Depois é que foram criadas as coordenadorias do cível, e foram aumentando o número de cargos do tribunal para que pudesse haver a participação efetiva do Ministério Público. Mas quando eu cheguei a Porto Alegre, essa atuação no cível estava bem no começo. Fui, então, para a corregedoria, a convite do Dr. Gibran Bahlis, era corregedor-geral. Havia sido escolhido na época e permaneci um excessivo período lá. Fiquei quatro anos na corregedoria, o que me desagradava porque eu gostava de atuar no foro. Mas, na Corregedoria, tive a oportunidade de conviver com os novos colegas que ingressavam. Era um trabalho pedagógico, de aconselhamento,

de acompanhar os estágios probatórios dos novos colegas. Isso era muito bom, recebia os trabalhos deles, fazia sugestões, críticas, visitas aos colegas. Isso fez com que eu viajasse por quase todo o estado durante esse período, visitando as promotorias, os colegas e, quando em Porto Alegre, sempre lendo os trabalhos deles e fazíamos relatórios escritos. Parece que até hoje seguem o mesmo modelo. Foi um serviço implantado pelo Dr. Francisco Lobato, um corregedor que modernizou a Corregedoria do Ministério Público, já é falecido. Um filho dele é procurador que está ainda em atividade. Francisco Lobato, nome desse promotor que implantou esse sistema, que me parece ainda serve de modelo na Corregedoria do Ministério Público. Nós éramos cinco colegas que trabalhávamos exclusivamente na área de acompanhamento, aconselhamento. Às vezes, tinha até atividade fiscalizadora, que era a menos interessante e menos gratificante de todas. Mas fazia parte do ofício, era a contrapartida desagradável da função. Depois da corregedoria, fui convidado para a assessoria quando assumiu o Dr. Mondercil Moraes, procurador-geral. Era procurador assessor o Dr. Gilberto Niederauer Corrêa. Recusei o convite porque desejava ir para o foro. Queria trabalhar na profissão mesmo, na frente de combate. Estive no foro, numa vara de família, na 5ª Vara de Família, aqui no Foro de Porto Alegre. E era um trabalho que gostava muito, gostava da curadoria de família. Mas fiquei pouco tempo porque novamente houve convite para ir para assessoria no Gabinete de Pesquisa e Planejamento (GAPP) e fui convidado outra vez, a corregedoria exercendo a direção desse departamento. Aí fiquei constrangido de recusar, então tive esse período pelo Gabinete de Pesquisa e Planejamento.

Memorial: Quanto tempo ficou no GAPP?

Entrevistado: Acho que um ano, tenho a impressão. Mas foi muito bom porque é um ótimo lugar para estudar. O melhor lugar para estudar, para pesquisar, muito interessante. Do GAPP, fui atuar no Tribunal de Alçada, como promotor. Havia um promotor de alçada. Os que atuavam no Tribunal de Alçada não eram procuradores. Foi criada uma entrância intermediária, entre o promotor de quarta entrância, promotor de Porto Alegre e o procurador. Era um promotor que atuava no Tribunal de Alçada. Também, como designado, atuei em algumas câmaras do Tribunal de Justiça, como substituto. E, depois, me fixei no Tribunal Alçada, na Primeira Câmara Cível do Tribunal de Alçada, da qual tenho muito boas recordações, convivendo com excelentes juízes nessa Primeira Câmara Cível. Essa Primeira Câmara Cível tinha competência sobre o Direito Tributário municipal e a competência cível em geral. Então, em matéria de imposto sobre serviços, havia muitos mandados de segurança, sobre matéria fiscal, e, de resto, matéria cível.

Memorial: A ida para o Tribunal de Alçada foi em torno do ano de 1980?

Entrevistado: 1980 ou 1981 por aí. Era presidente da Câmara, hoje desembargador, Fernandes, aposentado. Integravam Lio Schmitt, excelente juiz, agora não lembro os nomes todos. Não devia ter citado nenhum porque todos era excelentes juízes no Alçada. E saí de lá para ser assessor do procurador-geral. Eu fui promovido a procurador antes, mas permaneci porque foi extinto o cargo de promotor de alçada. Os procuradores passaram a atuar tanto no Tribunal de Justiça como no Tribunal de Alçada. Eu fui promovido a procurador nesse meio tempo. Como procurador, fui eleito para o Conselho Superior do Ministério Público. Acho que foi a primeira

eleição geral que houve, fui daqueles que foram eleitos pela classe para o conselho.

Memorial: Mais ou menos quantos membros participavam do conselho? Quantos eram os da classe? Seria possível dar um perfil do Ministério Público naquele momento?

Entrevistado: No Conselho Superior do Ministério Público não sei se eram 21 membros, metade eram eleitos e outra metade eram os mais antigos. O conselho elegia, por sua vez, a comissão disciplinar. Fui eleito e pouco depois houve a nomeação do Dr. Augusto Borges Berthier para procurador-geral e eu fui integrar a assessoria como procurador assessor, que era o chefe da assessoria.

Agora, antes disso, eu poderia falar um pouco na vida política do Ministério Público institucional, na Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMPRS). Quando ingressei no Ministério Público, não tinha nenhuma vontade de participar da vida política da Instituição. Como lhe disse, a minha ideia era ser promotor em Pelotas, essa era a minha ideia. Mas quando estava em Santa Vitória, houve um acontecimento que perturbou muito o Ministério Público. Os promotores, quando ingressei na carreira, tinham uma garantia de remuneração vinculada aos juízes. O promotor ganhava os vencimentos do juiz da entrância inferior a deles. O promotor de primeira não tinha parâmetro. O promotor de segunda entrância ganhava como juiz de primeira, um de terceira como um juiz de segunda e assim por diante. Depois veio a primeira Constituição depois do regime militar, Constituição de 1967, e, por influência da Associação Paulista do Ministério Público (APMP) junto ao Presidente do Senado, senador Auro de Moura Andrade, foi aprovada uma emenda equiparando os vencimentos dos promotores e juízes. Isso

provocou certo descontentamento, reações no âmbito da Magistratura e, quando o governador Triches assumiu, ou melhor, antes de ele assumir, o último aumento que houve antes da posse do governador Triches, o governador Peracchi Barcelos mandou para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um projeto de lei que parcelava, o que era uma metáfora, os vencimentos do Ministério Público. Não parcelava, ele diferia para o futuro o aumento. O aumento não seria imediato. Foi votado o aumento dos vencimentos de acordo com a Constituição, iguais na Magistratura, no Tribunal de Contas. Mas, quando chegou em dezembro, no fim do ano legislativo e no fim daquela legislatura mesmo, foi enviado um projeto que parcelava. Então os promotores teriam um aumento, era o funcionalismo em geral, teriam um aumento não sei se era 50%, se foi 70%, isso ficaria integral só mais para o fim do ano. E ficaram fora do parcelamento a Magistratura e o Tribunal de Contas do Estado. Isso criou uma grande, uma reação muito forte, inclusive na zona sul, lá em Pelotas. Aqueles promotores mais antigos organizaram um movimento para lutar contra isso na Assembleia, para ver se conseguiam que não fosse aprovada essa lei. Eu, que nunca tinha me interessado por nada da vida institucional, me integrei, achei que era uma injustiça aquilo que faziam. Houve uma justificativa na época para a Magistratura, que os vencimentos eram irredutíveis, mas eles não tinham percebido ainda nem um mês de remuneração, porque a remuneração começava em janeiro e isso foi feito em dezembro. Mas havia o Tribunal de Contas, que ficou excluído também, e o Tribunal de Contas, ao contrário do que acontece hoje, não tinha as garantias da Magistratura na época. Então ficou claro que era má vontade com o Ministério Público, má vontade do Governo. Isso então criou uma agitada assembleia aqui em Porto Alegre, protestando contra essa manifestação. Dr. Peri Condessa, que era o procurador-geral, exonerou-se do cargo.

Então, nesse momento, é que eu passei a me interessar pela vida institucional. Enquanto estive no interior, em Bagé, sempre vinha às assembleias, sempre acompanhava a vida da Instituição. Escrevia até alguns artigos no antigo “Correio do Povo”, na página 4, sobre a depreciação do Ministério Público. Escrevi também sobre as atividades do Ministério Público no cível, no Código de Processo Civil. Viviam mais a vida institucional. E, quando cheguei a Porto Alegre, houve, no ano seguinte, uma eleição para a AMPRS. Me parecia e, na ótica de alguns colegas novos que recém estavam chegando, que um dos graves problemas no Ministério Público era uma cisão que havia no Conselho Superior. O Conselho Superior estava dividido em duas alas, inconciliáveis, uma era a favor do governo, outra era contra o governo. E isso, no nosso entender, prejudicava as reivindicações de classe porque faltava a unidade interna. Naquela época, também havia uma divisão de poderes no Rio Grande do Sul, e partidária. O governo do Estado era da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e a Assembleia era dominada, era presidida pela oposição, pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Então nós achamos - esse grupo era a turma de 1965 que estava chegando aqui em Porto Alegre - que era indispensável que se terminasse com essa cisão e que isso devia começar pela Associação do Ministério Público. E elaboramos uma chapa para a Associação que tinha por presidente o Dr. Augusto Borges Berthier, um homem ligado ao governo. Na época, havia exercido elevados cargos da administração e depois continuou, como chefe da Casa Civil por duas vezes, Secretário de Segurança Pública. Mas ele já havia servido o governo antes, tinha grande prestígio na administração, aliás totalmente merecido. Então, lançamos o Dr. Berthier como candidato a presidente e, para vice-presidente, o Dr. Solon Loureiro Filho, lamentavelmente falecido muito cedo. O Dr. Solon era do MDB e era um homem de

posições muito firmes, muito rígidas. Fez política até no interior, em Caçapava do Sul quando foi promotor, e nós nos conhecemos em Bagé. Foi uma das boas coisas que Bagé teve para mim foi essa amizade com o Solon. Então ele ficou como vice-presidente. Com isso se abriram as portas para Associação tanto do Palácio Piratini como da Assembleia Legislativa. O Dr. Berthier tinha trânsito livre no Palácio Piratini e o Dr. Solon, trânsito livre na Assembleia Legislativa. E essa transformação que houve na Associação, repercutiu também no Conselho e houve uma evolução muito boa *interna corporis* no sentido da união do Ministério Público. Para mim, esse é um momento muito significativo na vida da Instituição, é a partir dessa política adotada pela Associação do Ministério Público que sempre teve o apoio, a cobertura, a compreensão dos procuradores-gerais. Houve um grande trabalho no plano nacional.

Foi em 1975. Depois houve também uma aproximação muito grande entre procuradores-gerais, entre presidentes das Associações, através da CAEMP¹, que era uma Confederação das Associações Estaduais do Ministério Público. Os procuradores-gerais passaram também a se reunir, foi algo muito importante, no ano de 1980, se não me falha a memória, e até se criou um chamado, embora inorgânico, Colégio dos Procuradores-Gerais de Justiça. Então aí houve uma união entre os órgãos de classe, as associações e os procuradores. Antes havia certa distância, não havia hostilidade, havia colaboração. Mas, a partir daí, com o Dr. Mondercil Moraes de procurador-geral, acho que na época o Dr. Paulo Olimpio, presidente da Associação do Ministério Público, que sucedeu o Dr. Berthier, houve um trabalho

¹ A Confederação das Associações Estaduais do Ministério Público (CAEMP) foi criada em 30 de maio de 1971. Em 1978, o nome mudou para Confederação Nacional do Ministério Público, mas foi mantida a sigla CAEMP. Em 16 de dezembro de 1992, a sigla mudou para CONAMP.

muito bem feito no plano federal. Também aqui no Rio Grande do Sul a situação melhorou muito a partir do governo Sinval Guazzelli, depois confirmado pelo governo Amaral de Sousa e depois pelo governo Jair Soares. Foram três excelentes governos para o Ministério Público que só cresceu durante esse período. E, depois, houve essa grande conquista nacional que foi a Lei Complementar nº40, que dá lugar até ao Dia Nacional do Ministério Público, dia 14 de dezembro, por coincidência é minha data natalícia também. Acho que eu estava marcado para ser do Ministério Público. E, com a Lei Complementar nº40, o Ministério Público passou a ter uma organização uniforme em todo o Brasil e foi mais fácil fazer as reivindicações porque havia esse apoio, esse amparo na lei federal. Ela não deu tudo que se queria, mas ela serviu como um bom instrumento de trabalho. Até no início, logo na aprovação, em que foram vetados alguns artigos, houve certa decepção, mas desde logo se transformou o limão numa limonada e ela serviu muito às seguintes reivindicações que culminaram com a Constituição de 1988, que colocou o Ministério Público como um poder do Estado. Embora não esteja dito isso, mas não é preciso haver o rótulo, na essência o Ministério Público é hoje um dos poderes do Estado. Foi a consagração, foi o cume dessa luta. E eu me sinto muito feliz por ter podido acompanhar, ter sido testemunha dessa grande evolução, não só politicamente, através da Constituição, o crescimento institucional, mas no aspecto funcional. O Ministério Público passou a ser aquilo que se queria, um órgão encarregado de postular, de levar a juízo todas as aspirações sociais, os direitos coletivos, os direitos difusos. Isso foi um trabalho que foi feito nessa década de 1980, fim da década de 1970. Foi um grande trabalho de muitos colegas de todo o Brasil, com uma grande liderança de São Paulo, que era o mais bem estruturado Ministério Público, a APMP era muito bem organizada também. Mas o Rio Grande do Sul sempre

correu parêlho e deu uma grande contribuição. O Rio Grande do Sul é responsável diretamente, é o grande responsável pelo estágio atual do Ministério Público no plano nacional.

Memorial: No Rio Grande do Sul, como é que funcionava essa organização dos promotores? Era através de chamamentos, assembleias, reuniões? Qual era a forma de articulação para discussão das questões centrais a serem colocadas nacionalmente?

Entrevistado: O número de promotores era reduzido. Então a articulação era fácil de ser feita e, mesmo assim, também havia núcleos nas principais comarcas do interior. Um promotor ficava encarregado de arremontar os colegas por ocasião da discussão, geralmente para escrever aos deputados, aos políticos, expondo as reivindicações, e para as demonstrações também de unidade que havia aqui em Porto Alegre, as assembleias, os congressos que se realizaram, jornadas. Houve uma atividade cultural intensa também. E essa atividade cultural, ela repercutia muito bem, mostrava um Ministério Público preocupado com o aprimoramento intelectual. Havia premiação de trabalhos forenses dos promotores, teses. Quando o Dr. Lauro Guimarães foi procurador-geral, ele organizou uma série de encontros de promotores pelo interior. Os promotores apresentavam teses, eram debatidas, votadas, nessas cidades do interior. Eram até atribuídos prêmios aos trabalhos classificados, e esse trabalho continuou.

Memorial: Além dessa questão associativa, já em Porto Alegre, também já no Tribunal de Justiça, como foi a continuidade da trajetória e a chegada a desembargador?

Entrevistado: No Tribunal, atuei como substituto, mas como procurador efetivo no Tribunal de Alçada e sempre na Primeira Câmara Civil do Alçada. Saí da Primeira Câmara Civil do Alçada para ser assessor do procurador-geral, Dr. Berthier. Enquanto estava na assessoria, houve uma crise política no Estado. O Secretário de Segurança, Dr. Romeu Martinelli, que foi um Juiz Militar, está aposentado, ele exonerou-se do cargo. Houve uma desinteligência com o governador sobre métodos de trabalho e ele não quis continuar e o governador, surpreendido por essa exoneração, foi buscar o Dr. Berthier para ser o Secretário de Segurança, uma escolha muito acertada por sinal. E com isso houve vacância do cargo de procurador-geral. E por isso, por essa crise política, que eu acabei sendo procurador-geral, porque o Dr. Berthier me indicou ao governador Jair Soares para ser o procurador-geral. Aí eu exerci o cargo de procurador por dois anos, de 1984 a 1986.

Memorial: Foi um período crucial, importantíssimo, de crescimento do Ministério Público.

Entrevistado: Foi muito bom. Um período de muito trabalho, de muita participação. Aí já estava bem organizado o Colégio dos Procuradores Gerais. Eu até fui surpreendido, eu fui à primeira reunião do Colégio dos Procuradores e me elegeram presidente do Colégio. E aí convivi com colegas de todo o Brasil. O Dr. Fleury, Luiz Antônio Fleury, hoje deputado federal, governador de São Paulo, foi para carreira política, foi ser Secretário de Segurança no governo Quéricia, um homem de muito valor, de grande liderança e muita habilidade também como negociador. E havia procuradores, de Goiás, havia o Pereira.

Memorial: O senhor ficou dirigindo a Associação Nacional?

Entrevistado: Não é bem dirigindo, era mais uma coordenação, era só para marcar as reuniões, para telefonar quando havia reunião, e para manter, para fazer um contato. Não havia direção nenhuma nem comando, era um coordenador. O presidente era um coordenador, tinha que haver alguém que se encarregasse disso para não ser sempre de São Paulo. O Rio Grande do Sul é que ficou encarregado desse trabalho em razão também do prestígio dos procuradores-gerais anteriores, não do meu porque era a primeira reunião que eu ia, ninguém me conhecia, me elegeram lá naquela oportunidade. Quer dizer, me conheciam porque eu fazia trabalhos pela Associação, mas foi graças ao prestígio dos procuradores-gerais que me antecederam. Graças a isso que eu fui escolhido. Houve uma batalha muito grande por uma emenda da Constituição, que era patrocinada pelo senador do Rio Grande do Sul, o Dr. Omar Cardoso, que era membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Era suplente do senador Tarso Dutra. Com o falecimento do senador Tarso Dutra, ele assumiu no Senado e apresentou essa emenda que dava ao Ministério Público a posição quase que ele tem hoje. Mas estava dentro de uma emenda constitucional do governo Figueiredo que, no fim, foi retirada de pauta. Foi por dificuldade de tramitação, o que se dizia na época, porque para aprová-la, o preço a pagar era muito alto no Congresso. As negociações estavam muito elevadas, os pedidos eram muitos elevados e o presidente, então, achou melhor retirar a emenda.

E esse trabalho em Brasília era facilitado porque os colegas aqui todos apoiavam e se revezavam por lá. Caso do Dr. Paulo Olímpio, antes o Dr. Berthier, que também, mesmo sendo secretário, nas horas importantes estava sempre presente; Dr. Vladimir Giacomuzzi;

o senador que apresentou a emenda, Otávio Omar Cardoso, que hoje é procurador aposentado do Ministério Público, mas esteve afastado, muitos anos na política, não estava na carreira efetivamente exercendo o cargo, mas trabalhou muito, lutou muito pelo Ministério Público nessa ocasião. Havia muita angústia, dúvida, se torcia muito, era muito trabalhoso. Visitar deputados, senadores, era um trabalho desgastante, quase como um “lobista”. Outro nome que eu não falei, também um nome muito querido, do Luiz Alberto Rocha. Foi presidente da Associação nesse período em que fui procurador-geral. Era um colaborador permanente, constante, um grande lutador do Ministério Público, sempre. Inclusive auxílio material, porque isso era uma característica do Ministério Público, o Ministério Público era pobre. A Associação conseguia, através das suas fontes de renda, uma boa arrecadação e, com isso, ajudava o Ministério Público. Muitas vezes essas viagens, esse trabalho em Brasília, altamente dispendioso, a Associação bancava. Não era o governo que estava pagando essa movimentação. Graças à Associação era possível, inclusive, a Instituição estar presente pelos seus órgãos diretivos. Senão, não teria como estar lá, mesmo porque havia muita restrição. O Estado era muito austero, muito austero, e nós éramos todos muito austeros, o Ministério Público era muito austero. Quando ingressei no Ministério Público, a sede do Ministério Público era na rua Riachuelo. Era uma casa apertada, extremamente acanhada, mas o valor estava nas pessoas que estavam lá, excelentes colegas, de vida exemplar, todos. Era procurador-geral o Dr. Peri Condessa, que foi um homem, um promotor exemplar e jurista depois. O Dr. Barros de Vasconcelos, que o antecedeu, quando fui nomeado era ele o Procurador-Geral de Justiça. Dr. Dante Guimarães era o secretário, também falecido, faleceu moço, um homem de grande cultura. Eram figuras impressionantes no Ministério Público. Para minha formação

foi muito bom. Ingressei no Ministério Público jovem, não tinha 25 anos ainda, e aqueles exemplos foram muito importantes para a minha vida social e minha vida familiar. Foram grandes exemplos.

Memorial: O senhor tocou na questão dos espaços onde o Ministério Público esteve, começando lá pelo da Riachuelo. Daria para o senhor nos reconstituir esses diferentes locais?

Entrevistado: Quando eu saí do Ministério Público em abril de 1986, a Procuradoria estava ainda na Borges de Medeiros. Representou muito a Borges de Medeiros. Aquela sede que hoje nós olhamos como sendo muito deficiente, na época foi uma grande conquista. Foi o Dr. Lauro Guimarães, que era procurador-geral, que conseguiu aquele prédio, que era do IPERS, o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Quando começou, não eram todos os andares ainda. Mas, depois, o Ministério Público tomou conta de todo o prédio e atendia perfeitamente às necessidades da época. Mas o Ministério Público cresceu muito e muito rápido, e o prédio se tornou obsoleto. E o maior problema era a falta de verbas para conservar, não havia verbas. Havia problemas sérios, rede elétrica, rede hidráulica, principalmente, e não tinha como se conseguir as verbas. Até as verbas para material de expediente eram muito curtas. O promotor era obrigado a comprar muito material, se quisesse trabalhar. Hoje acho que isso não é mais assim. Na minha época, o promotor começava comprando a máquina de escrever. Ganhava somente papel para cópia, fitas para máquina, os selos para correspondência. Só tinha mesmo o papel timbrado para fazer as suas denúncias, seus arrazoados e pareceres.

Memorial: Em termos de materiais, quando o Ministério

Público começou a melhorar?

Entrevistado: Tenho a impressão de que foi a partir do Dr. Lauro Guimarães. Ele começou a melhorar um pouco, mas não muito. Mas já ganhava sua máquina de escrever, não precisava comprar do próprio bolso. Mas não tinha um lugar para trabalhar. Sempre que alugava uma casa, um apartamento, tinha que ter mais uma peça, uma peça suplementar para colocar os livros.

Memorial: Fazer um escritório.

Entrevistado: Fazer um escritorzinho. No foro de Piratini, por exemplo, eu dividia o mesmo gabinete com o juiz. Trabalhavam os dois juntos na mesma sala, não havia lugar, não havia espaço no foro. Mas nos outros lugares também. Em Santa Vitória, não era um foro grande, tinha uma sala só para o promotor. Em Bagé, havia uma sala para os três promotores. Eu mesmo ocupava a sala todas as tardes porque eu atendia a curadoria. De manhã, eu fazia audiência e, de tarde, atendia à curadoria. Sempre havia uma fila enorme, ninguém podia ir trabalhar no foro porque estavam ali sendo atendidas aquelas pessoas pobres, com problemas de família. Era mais uma assistência social, a tudo se encaminhava pela curadoria de família do foro. Então trabalhava em casa. E aqui em Porto Alegre também. Quando mudei para cá, morava numa casa quando meus filhos eram menores. Quando resolvi, por razões de segurança, me mudar para um apartamento, tive que adquirir um apartamento maior, bem além das necessidades, para ter onde trabalhar. Na época, já não era mais do Ministério Público, era Juiz de Alçada. Hoje é que existe lugar para os desembargadores nesse prédio novo da Borges, uma beleza, com gabinetes. E o Ministério Público, também, dando gabinetes para

os procuradores. Mas isso é recentíssimo, é coisa de ontem. Essas mudanças têm sido muito grandes.

Memorial: E depois de abril de 1986, depois dessa saída do Ministério Público...

Entrevistado: Aí eu fui para o Tribunal de Alçada. Felizmente fui para a Primeira Câmara Cível do Alçada. Voltei de onde tinha saído. De procurador passei a juiz da Câmara. Gostava muito dos colegas daquela Câmara. O Dr. Tesheiner fazia parte dela, além do Dr. Lio. E o trabalho era mais ou menos o mesmo porque o trabalho do juiz e do procurador se assemelha muito. É mais no final em vez de dizer: "É o parecer", "Julgo assim". Em vez de dar parecer, se dá um voto. Talvez no parecer do procurador até seja, às vezes, mais abrangente. Porque, às vezes, havia preliminares para alegar no parecer, mais de uma, e algumas alternativas se oferecendo no mérito. O juiz não, o juiz já escolhe o caminho que vai seguir e vai afastando aquelas, não precisa aprofundar naquelas preliminares ou nas alternativas oferecidas. Acho que não há nada mais parecido com um juiz que um procurador. Já o promotor não, é um postulante, é ativo. O procurador perde aquela condição de parte que tem o promotor. Não há, neste aspecto, novidade maior. Inclusive a matéria era a mesma, a matéria como juiz era a mesma que eu tinha como procurador, um pouco maior porque havia processos em que o Ministério Público não intervinha. Como juiz, julgava todos. Claro que havia um maior número de processos. Então foi uma passagem muito boa pelo Alçada. Muito boa mesmo. Foi um espírito público dos juízes muito elevado, impressionado como trabalhavam lá no Alçada e devem continuar trabalhando hoje. Eu vivi essa fase. Havia muito trabalho, todos se empenhavam muito. A preocupação de ter

o serviço sempre em dia, de bem julgar. Um espírito muito bom de companheirismo entre os colegas. Havia muitas divergências no plano dos julgamentos, quanto às questões jurídicas, mas isso jamais afetava as relações, pelo contrário, até aproximava mais, se divergia sem qualquer ressentimento. Foi excelente o período que tive como Juiz de Alçada.

Eu até me perco nessa coisa porque houve um lado negativo da minha carreira. Foi o único incidente negativo nessa época, foi o único percalço que eu sofri. Eu estava no Alçada e fui promovido a desembargador e depois tive que retornar para o Alçada porque a minha promoção foi anulada. Então isso aí me embaralhou um pouco a memória e eu nem me lembro bem quando é que eu fui e voltei. Sei que fui promovido e depois tive que voltar para o Alçada porque foi anulada a promoção.

Memorial: O que aconteceu?

Entrevistado: Um problema jurídico. Felizmente não foi nada pessoal. O que havia é que os juízes de Alçada, oriundos do Ministério Público, eram promovidos a desembargador nas vagas, nas cadeiras reservadas ao Ministério Público no Tribunal de Justiça. Era o Quinto Constitucional. Desde a Constituição de 1946, 1/5 dos lugares dos tribunais, das cadeiras dos tribunais são reservadas ao Ministério Público e à advocacia, aos advogados. No fim, esse 1/5, então, dá 1/10 de advogados e de promotores, digamos, Ministério Público. Mas a interpretação dessa norma foi difícil desde o começo. O Alçada é de 1971, antes não havia isso, o Dr. Peri Condessa foi nomeado Juiz de Alçada primeiro. Quando foi promovido a desembargador, quando houve uma vaga no Tribunal para desembargador, houve também incidente parecido com o meu. Foi contestada a promoção

dele pelo Ministério Público da época, o procurador-geral Dr. Lauro Guimarães. O entendimento era que, uma vez indo para o Alçada, o membro do Ministério Público, o advogado, perdia qualquer vinculação com a Instituição jurídica. Aí se tornava um magistrado igual aos outros, como os demais. Então, para ir para Tribunal de Justiça, ele deveria ser promovido como os juizes, junto com os juizes de carreira, concorrendo com os juizes de carreira. Isso foi superado. O Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa ao Dr. Peri e ele foi nomeado, quer dizer, promovido a desembargador. Depois, aqui no Rio Grande do Sul, então, no Ministério Público, ficou pacificada a questão. Os membros do Ministério Público iam para o Alçada e eram posteriormente promovidos. O Ministério Público não se opunha a isso. Essa era a posição adotada pela Associação e pela Procuradoria, pela Instituição. Na Ordem dos Advogados não. A Ordem não admitia isso. Então, quando havia promoções, eles impetravam mandado de segurança impugnando a promoção do advogado, Juiz de Alçada oriundo da advocacia que ia para o Tribunal. Quando chegou a minha vez, que não foi só minha, foi também do Dr. Ranolfo, havia mudado. Já estávamos com a Constituição de 1988 e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tinha poder de promover ações diretas de inconstitucionalidade. Então, a Ordem dos Advogados, em lugar de impetrar um mandado de segurança que atacaria aquele ato, ela promoveu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e com isso abrangia todos, colocava em cheque não só a Ordem como o Ministério Público. Mas houve a promoção, o Tribunal fazia as promoções. Depois de muito tempo de espera de vagas no Tribunal, e o meu nome foi. Eu era o mais antigo no Tribunal, era presidente do Alçada, na época, e fui incluído para ser promovido. Havia algum comentário, alguma coisa, podia ser impugnada. Tentei me informar, porque eu não queria de maneira

nenhuma litigar com o Ministério Público. Mas a informação que eu recebi, talvez errada, era de que não haveria impugnação, o Ministério Público continuava com a mesma posição. Eu aceitei a promoção e aí houve uma reclamação no Supremo Tribunal Federal dizendo que essa promoção descumpria o julgamento da ADIn, promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil. Então houve essa reclamação, aí foi diretamente contra mim e contra o Dr. Ranolfo também, que estava assumindo. E foi dada uma liminar cassando as nossas promoções. Então, retornei para o Tribunal de Alçada, não na presidência porque já tinha passado, retornei para uma câmara.

Memorial: Houve todo um desgaste emocional também de uma situação dessas.

Entrevistado: Foi muito desagradável o incidente. Mas, felizmente, os amigos lá no Alçada me receberam muito bem. Na Sexta Câmara Cível, lá estava um grande amigo meu desde o secundário, desde o colégio Gonzaga de Pelotas, que era o Tael Selistre, hoje Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, e me receberam muito bem. Inclusive ele deu a presidência da Câmara para mim. Eu fiquei lá por um ano, um ano e pouco no Alçada. E aí foi superado o problema em Brasília e fui promovido novamente. Tanto que lá no Tribunal antigo, da Praça da Matriz, tem uma parede com os nomes de todos os desembargadores, o meu nome e desses colegas que tiveram nessa situação constam duas vezes, porque nós fomos duas vezes promovidos. Eu sou “ex-desembargador” e sou desembargador aposentado. Ex porque perdi o cargo por uma decisão judicial, então fiquei “ex-desembargador”, e agora me aposentei, sou aposentado. Tenho esses dois títulos para o mesmo efeito.

Memorial: Em relação ao Ministério Público, que registro o senhor gostaria de fazer?

Entrevistado: Eu tenho muito medo de esquecer algum nome. Talvez, numa oportunidade futura, eu poderia registrar isso porque foram tantos. Eu tenho excelentes lembranças. Acho que o principal, numa instituição, são as pessoas. Uma instituição é grande pelos seus integrantes. Quando comecei no Ministério Público, ele era materialmente muito modesto. Mas tinha uma plêiade excelente de membros, de promotores, de procuradores, que eram homens exemplares. Como eu lhe disse, eu escolhi o Ministério Público, não tinha vocação para ser promotor, eu queria exercer um cargo de uma carreira jurídica, essa era a minha intenção. Eu gostava muito do Direito e queria trabalhar no Direito.

Memorial: A sua família tinha outros vinculados à atividade jurídica?

Entrevistado: Não, não tinha. O meu irmão, que é mais velho que eu, que hoje é procurador aposentado, Álvaro Azevedo Gomes, ingressou no Ministério Público antes de mim, ele ingressou na faculdade antes, mas eu me decidi estudar Direito antes dele. Ele não estava decidido ainda a seguir a carreira jurídica, ingressar na faculdade de Direito, eu já estava, eu queria. Eu nasci praticamente, eu me criei dentro de uma farmácia e convivia mais com médicos do que com advogados. Embora também fosse uma farmácia do interior, antiga, era um ponto de reunião. Além de ser um comércio, era um ponto de reunião, iam médicos. Havia médicos que tinham consultórios que funcionavam anexos à farmácia, os médicos davam consultas, mas havia também advogados que iam lá conversar no fim

da tarde, à noite às vezes até, porque funcionava à noite também. Aí eu ficava ouvindo aquelas histórias dos médicos e advogados. Até minha primeira inclinação, em jovem, era Medicina, me atraiu vendo aquele ambiente. Mas depois fui levado para o Direito.

Memorial: Na sua carreira jurídica toda teve algum caso, algum processo, alguma coisa que tenha lhe marcado de tudo que viu, ou todos terminaram tendo o mesmo peso?

Entrevistado: Não, não. Cada processo é um processo diferente. Cada caso é diferente. Alguns deram muito trabalho, por isso eu me lembro deles, foram trabalhosos; outros, mais fáceis.

Memorial: Algum registro final que o senhor queira fazer para a memória do Ministério Público?

Entrevistado: Eu quero agradecer essa oportunidade. Conselhos, eu não tenho nenhum para dar, mas, para os pósteros, o que eu poderia dizer é que o Ministério Público do Rio Grande do Sul tem uma história muito bonita, muito rica, e ele faz por merecer a situação institucional que vive hoje. Corresponde exatamente à medida de seus membros, do trabalho de várias gerações de promotores.

Paulo Olimpio Gomes de Souza



Paulo Olimpio Gomes de Souza é natural de Lavras do Sul (RS). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público no ano de 1967. Atuou nas Comarcas de São Francisco de Assis, Candelária, São Borja, Alegrete e Porto Alegre. Presidiu a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e a Confederação Nacional das Associações do Ministério Público. Exerceu dois mandatos de Procurador-Geral de Justiça nos biênios de 1986/1987 e 1989/1991.

Aposentou-se da Instituição poucos meses após o fim de seu último mandato. Lecionou Direito (Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional, Administrativo e Penal) em diversas faculdades como a Faculdade de Direito de Santa Cruz, Faculdade Porto-Alegrense de Administração, UNISINOS e na PUCRS.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 20 de novembro de 2018.

Entrevistado: Eu tive, na condição de procurador-geral, duas experiências perfeitamente distintas de atuação. Uma como procurador-geral nomeado pelo governador, isto é, como cargo de confiança do governador. Fui, nessa condição, o último Procurador-Geral de Justiça escolhido pelo chefe do Executivo. Embora já com significativa autonomia o Ministério Público ainda não tinha conquistado constitucionalmente a sua independência. Nesse período era governador Jair Soares. Levei a ele a ideia de que o Ministério Público como instituição aspirava a sua independência e autonomia e um grande passo para isso era a própria classe escolher o seu chefe, com mandato certo, e não ficar ele mais dependendo da confiança do governador, o que implicava numa subordinação ao chefe do Executivo. Levando essa preocupação classista-institucional ao governador Jair Soares, ele se sensibilizou com a ideia de encaminhar uma emenda à Constituição Estadual. Isso no ano de 1986, para que, alterada a Constituição Estadual, o provimento do cargo de Procurador-Geral de Justiça passasse a ser através de uma eleição direta da classe com a escolha através de uma lista tríplice. Essa iniciativa do governador Jair Soares, que conhecia o Ministério Público, pois já admirava a Instituição e dela se tornou um amigo histórico, mercê da valorização que ele sempre prestou ao Ministério Público, a emenda foi acolhida na Assembleia Legislativa e aprovada ainda no final do seu governo. Em 1987, no governo que se sucedeu, que foi o de Pedro Simon, já foi, pioneiramente no Brasil, eleito o procurador-geral pela classe e nomeado, o procurador, dessa lista tríplice, pelo governador. O escolhido da lista tríplice foi Sanfelice Neto. Eu integrei essa lista, mas não fui escolhido. Pois bem, esse fato eu reputo como um marco nesse mandato, nessa minha primeira passagem no Ministério Público. Outro fato que marcou aquela minha passagem foi o início de um sistema de informatização da Procuradoria-Geral de Justiça. Eu

achava que a modernização se impunha e foram dados os primeiros passos para isso. Isso no plano administrativo. Concluímos, nesse mandato também, um concurso para provimento do cargo de promotores de Justiça. E também abrimos concursos para prover cargos administrativos, porque a infraestrutura e os recursos humanos da PGJ estavam muito defasados naquela época. Aqui é necessário abrir um parêntese. Dez anos antes de assumir esse primeiro mandato de procurador-geral, quando cheguei em Porto Alegre, concluída a saga interiorana encontrei um fervilhar de ideias e um movimento irrefreável no sentido de grandes reformas no Ministério Público estadual e brasileiro. Logo integrei-me a esse movimento somando-me às novas lideranças que surgiam na classe. Nesse período presidi a Associação do Ministério Público estadual em dois mandatos sucessivos (1978/1982), presidi as jornadas nacionais do Ministério Público que realizamos em Porto Alegre no ano de 1981, e nos anos 1986/1987, acumulei as funções de Procurador-Geral de Justiça com as de Presidente da CONAMP, substituindo Antônio Fleury Filho. Nessa condição eu participei do VII Congresso Nacional do Ministério Público que aconteceu em Belo Horizonte no início de 1987. Naquela ocasião já estava instalada a Assembleia Nacional Constituinte que resultaria na Constituição de 1988. Todo o VII Congresso foi motivado e inspirado em como o Ministério Público iria se apresentar na futura Constituição. Havia já uma consciência nacional do Ministério Público já consolidada através da Lei Complementar nº 40 que foi um grande avanço. E a consciência social de reconhecimento da Instituição que já era crescente e estava sendo implantada na sociedade brasileira. A instituição Ministério Público nasceu de baixo para cima, primeiro na classe e na sociedade, o que desaguou num trabalho junto à Assembleia Nacional Constituinte que eu, na condição de presidente da Confederação Nacional, junto com todos os presidentes das

Associações estaduais encaminhamos ao deputado Ulisses Guimarães. Era um desenho constitucional do que aspirava o Ministério Público para a Constituição de 1988. Esse desenho foi acolhido na sua quase integralidade e foi chancelado pela Assembleia Nacional Constituinte. Particpei desse movimento até 1987, depois passei o bastão para os que me sucederam que continuaram a luta e atuaram junto ao Congresso Nacional. Tudo isso acabou se consagrando no texto constitucional de 1988, que foi um avanço fantástico para o Ministério Público. Trinta anos já se passaram e são agora comemorados. Voltando agora às atividades de procurador-geral no início do ano de 1987, cumpria face à mudança da Constituição estadual para prover o cargo de procurador-geral, preparar a primeira eleição da lista tríplice. Tudo era novidade, e nesse particular, nos antecipamos à Constituição de 1988. Foi necessário um trabalho político-pedagógico junto ao governador eleito e à Assembleia Legislativa para que entendessem a dimensão exata da consequência da Emenda Constitucional na escolha do novo procurador-geral. Era o surgimento de um novo Ministério Público no Rio Grande do Sul, antes mesmo da vigência da Constituição de 1988. Concluído o mandato de Sanfelice Neto que fora o escolhido na eleição de 1987, seguiu-se em 1989 uma nova eleição da classe. Fui eleito como o mais votado e nessa condição de mais votado, aquele Procurador-Geral de Justiça que tinha sido cargo de confiança do governador Jair Soares, foi nomeado como eleito pela classe pelo opositor político governador Pedro Simon. Houve no início certa relutância do governador, mas ele acabou, democrata que é, escolhendo o mais votado para cumprir um novo mandato da chefia institucional como Procurador-Geral de Justiça. Foi muito profícua a nossa relação, ele respeitou a autonomia Ministerial e depois como senador, alicerçou seus propósitos de valorização do Ministério Público que cumpriu até o fim do seu mandato. Reconhecendo sempre na

Instituição um valor extraordinário de afirmação institucional e democrática para o país, de respeito à lei, do combate à criminalidade e à corrupção, ele que sempre foi um fervoroso devoto desse combate. E entendeu que o Ministério Público fortalecido se impunha e sempre defendeu essa posição. O nosso início foi um pouco hesitante, mas depois terminou muito construtivo e positivo nesse segundo mandato. Eu destacaria ainda como fundamental nesse mandato, primeiro, promulgada a Constituição em outubro de 1988, carecia instrumentalizar o novo Ministério Público da nova Constituição para ser capacitado a realizar todas as novas atribuições, as antigas que permaneceram e as novas atribuições que lhe atribuía a Carta Constitucional de 1988. Então se impunha à administração dar início a preparação da Instituição com relação a recursos humanos, materiais e recursos orçamentários para prover essas mudanças. A iniciativa legislativa que passou a ter o Ministério Público no que lhe era pertinente, e a autonomia financeira mudou toda a concepção da Instituição que passou a ser efetivamente um poder. Um quarto poder, embora nominalmente assim não seja tratado na Constituição, a sua autonomia lhe dá, vamos dizer assim, toda a potencialidade que um Poder possui. Pois bem, na infraestrutura de recursos humanos, físico-material, o prédio sede, tudo era desproporcional ao que se exigia do novo Ministério Público com a realidade franciscana que nós tínhamos então. Cumpria iniciar a adequação para esses enfrentamentos novos e importantíssimos. Primeiro, promulgada a Constituição federal, a Constituição estadual carecia ser adaptada aos novos princípios constitucionais. E no que se refere ao Ministério Público, nós tivemos na Assembleia Estadual Constituinte também um acompanhamento vigilante e atento para que ela tivesse consonância e harmonia com a Constituição federal. Foi feito um trabalho de acompanhamento constante, e tivemos um apoio da Associação do Ministério Público, do presidente de então, Voltaire

de Lima de Moraes, que nos acompanhou nessa luta junto à Assembleia Constituinte para que nada divergisse, nada discrepasse do que estava determinado na Constituição Federal. Imaginem, de repente, o Ministério Público que não tinha iniciativa legislativa, passou a ter, de repente, o procurador-geral encaminha projetos para a Assembleia, isso causou estranheza. Esse trabalho pedagógico junto ao chefe do Executivo, junto aos legisladores estaduais, aos secretários de estado foi extremamente importante. O secretário da Fazenda que detinha todo o controle financeiro-orçamentário, que estava enfeixado na mão do chefe do Executivo, do governador, passou a ter também um canal direto com o procurador-geral. Toda a preparação orçamentária também para os próximos exercícios, tudo era novidade. Então tivemos que também fazer um trabalho de aprendizado e de preparação para esses enfrentamentos. Isso foi no correr do ano de 1989 que se sucedeu a promulgação da Carta de 1988. Eu falei que o Ministério Público era franciscano, a nossa sede administrativa era um prédio velho na Borges de Medeiros que fora outrora um progresso enorme comparado com uma sede acanhadíssima num prédio na rua Riachuelo, lá nos idos de 1967. Lá fui nomeado. Quando Lauro Pereira Guimarães transferiu para esse prédio na Borges, que antes era do IPE. Foi um avanço extraordinário. Mas esse prédio também se tornou acanhado para abrigar o Ministério Público de 1989. Então conseguimos, ainda no governo Simon, vários andares de um prédio que tinha sido adjudicado pelo Estado na rua Andrade Neves, que continua ainda no domínio da Procuradoria-Geral de Justiça. Pois bem, aquilo foi um avanço extraordinário para a época, porque nos modernizamos também no aspecto físico-material para abrigar a nossa nova administração. E abandonamos a vetusta sede lá da Borges. Com relação aos recursos humanos, também promovemos, abertura de concursos para prover cargos administrativos para dar suporte às

novas e maiores atribuições. Criamos também coordenadorias do Ministério Público o que foi, vamos dizer assim, o embrião das coordenadorias que hoje existem, mas naquela época em escala menor. Tudo isso também foi desenvolvido e criado nesse período. E mais, com tantas e relevantes funções que nos atribuía a Constituição, o nosso quadro estava defasado, nós não tínhamos promotores para prover. Tanta responsabilidade e os promotores substituindo duas, três promotorias era impraticável. Era preciso criar e prover cargos de promotor de Justiça em todas as comarcas por isso realizamos dois concursos, um em 1989 e outro em 1990. Nesses dois concursos nós provemos cerca de 150 cargos. Rejuvenescemos o Ministério Público, e provemos todos os cargos da época. Esse trabalho realizado nesse segundo mandato, que eu entendo destacar como de mais relevantes para os registros históricos.

Memorial: Só para recordar, o senhor falou da computação, eu dei uma olhada nos jornais Réplica e havia uma declaração do senhor, acho que do seu primeiro mandato ainda, dizendo que o Ministério Público havia comprado seu primeiro computador e que, até o final do ano, o computador seria alimentado com as informações.

Entrevistado: O que é verdadeiro, os fatos nos atropelam, é impressionante. Mas agora fora do contexto, essa história da informatização me faz lembrar, que eu, antes de assumir a Procuradoria, em 1986, fui Superintendente do Sistema Penitenciário. O sistema na época tinha 7 mil apenados, cada um deles tinha o seu prontuário. Pois bem, havia um funcionário, o Pinheiro, que sabia de memória todos os prontuários dos 7 mil apenados. Eu cheguei na Superintendência, “Mas e se morre o Pinheiro?”.

Memorial: Se vai o arquivo todo embora.

Entrevistado: “Morre o Pinheiro, nós estamos ralados!”. Ai nós reformulamos, implantamos um sistema de informática para agilizar e dar segurança as movimentações de apenados. Então essa bagagem de modernização eu já levei dessa experiência lá para o Ministério Público.

Memorial: Eu acho que o senhor juntou essa sua experiência na Superintendência com a experiência associativa.

Entrevistado: É, foi rica, conforme destaquei anteriormente presidi a Associação em dois mandatos sucessivos de 1978/1982. A nossa classe, a nossa turma de concurso era uma turma muito homogênea e todos nós alimentávamos os mesmos ideais, construímos metas e um passava o bastão para o outro. O Berthier foi meu antecessor, depois ele foi para a Casa Civil, isso ajudou e facilitou muitas coisas e a sedimentação de muitas conquistas. Por exemplo: a equivalência de vencimentos com a Magistratura, nós conseguimos no governo Amaral de Souza, eu era presidente da Associação, o Berthier era chefe da Casa Civil. Era uma *capitis diminutio*, aquela história: “O promotor quando é que vai passar a ser juiz?”. Mas tínhamos problemas, muitos promotores ainda acumulavam as suas atividades com a advocacia e com a militância político-partidária. Essa ultima nos foi útil por um tempo, mas depois foi depurado isso também. A depuração da função institucional foi paulatina, mas era indispensável porque nós queríamos autonomia e independência, mas tínhamos que ser promotores de Justiça puros, não vincular com militância político-partidária e com advocacia.

Memorial: É uma construção, é que o promotor ganhava muito pouco também. Então muitas vezes tinha que advogar.

Entrevistado: Não, já as coisas eram encaminhadas assim. Como o promotor podia advogar, ele já ganhava menos, as atribuições já eram menores. Tu vais vendo aqui uma evolução, nós tínhamos pouca ingerência em aspectos sociais, meio ambiente, não havia ainda as atribuições que as ações civis públicas nos dariam posteriormente.

Memorial: O senhor destacou entrevista que o senhor deu há muitos anos atrás para o Memorial, como foi importante a sua experiência nas comarcas iniciais, justamente por ter essa vivência junto à sociedade.

Entrevistado: Sem dúvida. Porque ali é que o Ministério Público com as antenas sensíveis vai captando todos os problemas sociais. Por isso é que eu sempre defendi a presença do promotor e a disponibilidade do promotor junto à comunidade. E se abrir para a comunidade, porque ele é o captador justamente desses sentimentos.

Memorial: É, o senhor até conta ali como era difícil, que até sair da comarca para viajar para Porto Alegre era muito complicado.

Entrevistado: Sim, isso também obrigava a gente a ficar mais no convívio da comunidade visto que as locomoções eram precárias.

Memorial: É, às vezes, não era uma questão de escolha até. O senhor comentou de umas férias que o senhor tirou e teve um problema nas estradas e o senhor teve que ficar em São Borja.

Entrevistado: Isso, comarcas longínquas. Eu estive em São Francisco de Assis, Candelária, São Borja e Alegrete. Mas eu mantinha prazerosamente esse convívio social, me envolvia na sociedade, no esporte, eu sempre fui desportista, gostava de jogar futebol.

Memorial: Como estar na posição de Procurador-Geral de Justiça na época, impactou na sua vida privada?

Entrevistado: Bom, eu já estava com a família praticamente pronta, a mulher, que foi minha companheira na caminhada pelo interior, grande companheira, grande parceira, a Tania se entrosava nas comunidades e quando saíamos, quando eu era promovido, ela chorava. Era professora, vinculava-se muito às comunidades, aos colégios e nós tínhamos boa participação social. Fizemos excelentes amizades, e até hoje temos amigos desse tempo longínquo da passagem pelas comarcas. Meu filho Paulo Vinicius foi gerado em São Borja, nasceu aqui, e a minha filha foi gerada no Alegrete, mas nasceu aqui. Eu dizia brincando que o meu filho, vindo da terra dos presidentes, no mínimo, vai ser um senador! Mas ele não é um senador, nunca se candidatou, mas é um excelente filho e nos honra muito porque é muito capaz, advogado, professor universitário na PUCRS, doutor em direito por Coimbra, com obras publicadas.

Memorial: Seguiu o pai e o avô porque seu pai também foi um advogado.

Entrevistado: Sim, isso. E a Fernanda, minha filha, também advogada, professora de direito na PUCRS, na qualidade de representante da Ordem dos Advogados integrou recentemente uma

banca para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público estadual. Os dois, muito bem casados, já nos deram lindos netos. Destaco que na passagem por São Borja se agregou a nossa família a Leila, que nos acompanha há 47 anos e que nos deu o Cássio, filho do coração, há muitos anos funcionário da subcorregedoria-geral do Ministério Público, formado em Administração de Empresas, casou com Ana e nos deu o neto Rafael. Quando chegamos a Porto Alegre nos idos de 1976, assumimos os cuidados de quatro sobrinhos menores que se somaram à nossa família e hoje, todos adultos e bem encaminhados profissionalmente, constituíram famílias e também nos deram netos. Assim a família, consideravelmente ampliada durante meus mandatos na Procuradoria Geral, não sofreu qualquer prejuízo frente aos compromissos. Ao contrário, Tânia sempre colaborou em todas as frentes, na familiar, na Associação do MP e na chefia institucional. Na parte social ela foi um complemento importantíssimo e solidificou o convívio familiar durante o exercício dessas minhas atividades.

Memorial: Certo. O senhor se aposentou no final do seu segundo mandato e voltou à advocacia. Porque o senhor tinha exercido a advocacia por um tempo antes de ser promotor.

Entrevistado: Sim, foi pouco tempo. Eu me formei com 23 anos e advoguei dois ou três anos antes de assumir a promotoria. Aposentado em 1992 retornei a atividade da advocacia.

Memorial: E como foi voltar a ser advogado depois de ter sido promotor e Procurador-Geral de Justiça?

Entrevistado: Uma experiência nova, mas como eu já estava

afeito, de certa maneira, à essa atividade, não houve conflitos, procurei sempre como tradicionalmente fiz no exercício das minhas atividades jurídicas, agir com respeito aos opositores, ao Judiciário, ao Ministério Público que me defrontei, em alguns casos esse confronto ocorreu com promotores que eu havia nomeado e que queriam provar que eu tinha feito uma boa nomeação, se tornaram ferozes e eficazes contra mim, mas tudo esportivamente. Estou falando em tom de blague, sempre fui tratado de forma respeitosa, cavalheiresca. E quanto a advocacia, uma atividade digna que eu procuro desenvolver já há 28 anos. Tal como todas as outras atividades que tenho desenvolvido faço com muito entusiasmo, assim como o magistério superior no qual atuei por 30 anos. Eu brinco com os meus netos “Vovô foi promotor 30 anos, se aposentou. Vovô foi professor 30 anos, se aposentou. Agora vou fazer 30 anos de advocacia e o vovô vai trabalhar 90 anos!”. Eles ficam me olhando. Eu lecionava Direito Penal, lecionei na Unisinos e na PUCRS por 26 anos, recebi ali a comenda Irmão Afonso como professor emérito. Recebi, no Ministério Público, todas as comendas de reconhecimento, a Comenda Dirceu Pinto da Associação MP e a Grã-Cruz do mérito do Ministério Público. Recebi, na SUSEPE, a comenda José Cirne Lima Eichenberg de reconhecimento pela minha contribuição ao sistema de execução penal do Estado, e por fim, recebi da Ordem dos Advogados a comenda Oswaldo Vergara que é o maior galardão da Ordem. Em todas as atividades públicas ou privadas por que passei, sempre tive o reconhecimento daqueles a quem eu prestei o serviço, seja público ou privado, e esse reconhecimento me conforta muito e é o meu maior prêmio. Tudo valeu a pena.

Memorial: E como o senhor vê o Ministério Público hoje?

Entrevistado: Hoje eu vejo o Ministério Público pujante, seja no

âmbito estadual como federal. O federal nessa época em que eu falei ainda estava sendo estruturado e hoje é pujante como o Ministério Público estadual. É uma instituição que nos honra, dignifica e que, por sua atuação forte na defesa da Constituição, da ordem jurídica, muitas vezes, tem enfrentado combates severos seja no âmbito do Congresso Nacional porque todos aqueles que sofrem a ação do Ministério Público por merecer sofrê-la, acabam se tornando detratores da nossa Instituição. E isso é um sinal de que sempre temos que nos manter alertas porque sempre estará alguém empenhado em querer diminuir as nossas prerrogativas a tão duro trabalho conquistadas. Temos que, as novas gerações do Ministério Público, nunca baixar o cuidado com relação a isso. É justificar por uma atuação qualificada, isenta, democrática na preservação da ordem jurídica mostrar que valeram a pena todas essas conquistas. E que eles se fazem, essas novas gerações, merecedores daquilo que se conquistou no passado.

Memorial: Qual é o seu passatempo preferido, Dr. Paulo Olimpio?

Entrevistado: Já completei 80 anos, estou bem, graças a Deus, e tenho meus hobbies. Faço ginástica diariamente, bicicleta, caminhadas, mas eu tenho muita saudade do meu esporte preferido que era o futebol. E tenho a pretensão de, segundo testemunhos confiáveis, ter me distinguido como um jogador de futebol de boas qualidades técnicas e atléticas. Tenho muita saudade daquele tempo, mas tudo passa e a gente tem que se condicionar às novas condições físicas e etárias. E a longa vida nos ensina que viver bastante e envelhecer tem que se harmonizar com a capacidade de renunciar. Eu renunciei a muitas coisas boas e procuro manter aquelas adaptadas ao meu condicionamento. Hoje a bocha substituiu o futebol e nessa prática

tenho tido algum sucesso. Boa leitura e bons filmes preenchem meu lazer.

Memorial: O senhor é gremista ou colorado?

Entrevistado: Sou colorado, de várias gerações. Tive tios que jogaram no Internacional na década de 1920, inclusive na seleção gaúcha. A família Souza, de Lavras do Sul, tradicionalmente, por força desses tios, era colorada. O meu pai brincava “Se não for colorado, não come!”.

Memorial: Um bom argumento! Doutor Paulo Olimpio, para mim foi uma honra conversar com o senhor, um dos grandes nomes do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Eu como historiadora aprendo muito com esse tipo de conversa. Muito obrigada.

Entrevistado: Obrigado a ti também.

Francisco de Assis Luçardo



Francisco de Assis Luçardo é natural de Piratini (RS). Graduado em Direito e Estudos Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Trabalhou como Jornalista em diversas rádios antes de ingressar no Ministério Público no ano de 1974. Atuou nas Comarcas de Sobradinho, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, Bagé e Porto Alegre. Além de integrar o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, foi presidente do Conselho Superior do Ministério Público. Assumiu como Procurador-Geral no biênio de 1991/1993. No ano de 2000, já aposentado do Ministério Público, foi eleito Prefeito de Piratini.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 12 de fevereiro de 2019.

Memorial: Dr. Luçardo, sobre a sua carreira no MP. O senhor ingressou em 1974, passou pelas comarcas de Sobradinho, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, Bagé e Porto Alegre. Foi promovido a Procurador de Justiça em 1988 e se tornou procurador-geral em 1991. Ser Procurador-Geral de Justiça, para o senhor, foi uma aspiração ou a chegada a esse posto foi circunstancial?

Entrevistado: Eu diria que a gente, quando entra em uma carreira, de certa forma, tem certa aspiração por chegar ao topo dessa carreira. No caso do Ministério Público é o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Não foi alguma coisa assim obsessiva, mas, de qualquer forma, logo que fui promovido a Procurador de Justiça, concorri uma vez e não cheguei a entrar na lista tríplice, fiquei em quarto lugar. Daí passou-se aquele mandato de procurador-geral, e eu voltei a concorrer, entrando na lista tríplice e, por circunstâncias do momento, fui escolhido pelo governador do Estado que era o Alceu Collares. Sucintamente foi isso o que aconteceu. Eu entrei na lista com dois colegas certamente muito mais capacitados, o José Antônio Paganella Boschi e o Tupinambá Pinto de Azevedo, saudoso colega já falecido.

Memorial: Como é que foi o processo de eleição e escolha para procurador-geral, o senhor concorreu no início da implantação da lista tríplice?

Entrevistado: É, foi, acho que a segunda ou terceira lista tríplice.

Memorial: É. A primeira foi o Dr. Sanfelice, depois, eu acho que foi o Dr. Paulo Olimpio?

Entrevistado: Correto.

Memorial: O senhor lembra como foi o processo?

Entrevistado: Nós fizemos uma série de contatos com os colegas, debates aqui na capital e no interior do Estado. Eu tinha sido promotor-corregedor, tinha um contato muito fraterno com os colegas de modo geral, e os conhecia a todos, eles também me conheciam, de modo que isso facilitou bastante o processo eleitoral para que eu pudesse entrar em lista. Lembro que o Boschi foi o primeiro colocado da lista e o Tupinambá e eu ficamos com o mesmo número de votos. Mas foi um processo bastante interessante, com muitos debates, com encontros aqui na capital que é normalmente o que fecha o processo eleitoral. E também fizemos alguns no interior do Estado.

Memorial: O senhor não foi o mais votado?

Entrevistado: Não, não fui o mais votado. Fiquei em igualdade de condições com o colega Tupinambá Pinto de Azevedo.

Memorial: Quando o senhor assumiu o cargo, quais eram os principais desafios enfrentados pela Instituição?

Entrevistado: A Instituição tinha uma estrutura muito precária na época, um quadro funcional mínimo, de pouquíssimos servidores, eram em torno de 120 servidores no Ministério Público. E o quadro de Cargos em Comissão, CCs, eram do governo do Estado, eram do Palácio Piratini especificamente. Esse foi um dos nossos principais objetivos: devolver os cargos do Palácio Piratini, os cargos do governo, e criarmos o nosso próprio quadro dentro do Ministério Público. Então se propôs um projeto de lei, a Assembleia aprovou o quadro de servidores CCs no Ministério Público e nós devolvemos ao

governo os cargos cedidos ao Ministério Público pelo Piratini. Esse foi um dos aspectos. Em relação ainda à questão da estrutura, iniciamos o processo de informatização. E procurou-se, na medida do possível, das condições orçamentárias, melhorar um pouco o aparelhamento do Ministério Público. Que não chegou a se comparar, nem de longe, ao que é hoje, com a estrutura que tem e com os encargos que tem. Outro ponto importante foi relacionado à evolução jurídica, digamos assim. Nós tivemos o processo constituinte em 1988 e seguiu-se - e eu ainda alcancei isso - a elaboração das leis infraconstitucionais, no caso, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e as leis estaduais, a adaptação das leis estaduais porque tínhamos uma legislação bastante avançada que havia sido criada no tempo em que foi procurador-geral o Dr. Lauro Pereira Guimarães. De qualquer modo, a Lei Orgânica Nacional exigiu bastante da Procuradoria, do Ministério Público, tanto em termos institucionais como associativos. E houve uma dedicação bastante forte no sentido de se elaborar uma Lei Orgânica Nacional para todo o Ministério Público do Brasil que atendesse aos anseios da classe. Para isso formamos um comitê de trabalho em Brasília em que nos reuníamos, tanto a Associação quanto a Procuradoria-Geral, de todos os estados do Brasil. Era em um hotel em Brasília passava-se uma semana discutindo e elaborando aquilo que se pretendia fosse a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Esse mesmo procedimento foi adotado durante o processo constituinte que ocorreu em 1988 cuja preparação começou em final de 1986 e durante o ano de 1987. O nosso presidente da Associação era o José Antônio Paganella Boschi e ele criou o que se chamou, na época, de grupos de estudo para elaborar uma proposta de Constituição para o país e especialmente uma proposta específica para o Ministério Público. Esses grupos de estudo se reuniram, trabalharam intensamente e se levou à Brasília a proposta que foi elaborada pelos

colegas nesse procedimento. Esse mesmo processo foi adotado em relação à lei orgânica, nos reuníamos, debatíamos, formatávamos um projeto e encaminhávamos através de colegas que eram deputados ou de deputados que eram próximos do Ministério Público. O relator da nossa lei orgânica foi um deputado de São Paulo, Luis Carlos dos Santos, que era bastante bem relacionado com o Ministério Público paulista. Esse processo que não foi fácil porque um processo na Câmara dos Deputados, com 513 parlamentares, é algo bastante complexo. Das reuniões de elaboração partimos para as reuniões de convencimento. Então os colegas de todos os estados trabalhavam com os deputados do seu estado. E esse processo surtiu um bom efeito porque em todos os estados o Ministério Público mantinha uma boa relação com os parlamentares. Uma vez aprovada na Câmara, a lei orgânica, o mesmo processo foi adotado quando ocorreu a votação no Senado Federal.

Memorial: Foi bem organizado.

Entrevistado: Foi, de fato, bastante organizado. E a Associação do Ministério Público teve grande mérito nisso, assim como a Procuradoria-Geral de Justiça antes de nós e depois de nós, é um processo que não termina nunca. Quando se pensa que com Constituição, com a lei orgânica as coisas estão resolvidas, surgem novos embates e novas preocupações e esse procedimento todo volta a ter que acontecer.

E tudo isso foi muito trabalhoso. Só para dar um detalhe, a lei orgânica foi para votação quatro vezes. Quatro semanas de um mês tivemos que nos deslocar a Brasília, bem como os colegas da Associação, enfim, para acompanharmos a votação na Comissão de Constituição e Justiça, que era praticamente a decisão final. Passava

dali, passava no plenário. E adiavam a votação, voltávamos, na semana seguinte era preciso ir a Brasília novamente porque havia votação. E assim foi um mês inteiro, quatro vezes nos deslocamos a Brasília.

Memorial: Certo. Como procurador-geral, Doutor, como o senhor escolheu a sua equipe de trabalho?

Entrevistado: A equipe de trabalho foi escolhida por afinidade e por capacidade. Eu adotei um critério com esse binômio: afinidade e capacidade de trabalho dos colegas. E houve uma renovação em relação aos padrões de assessoramento da época. Escolhemos vários colegas novos que ainda não tinham desenvolvido atividade na administração. Por exemplo, o Roberto Bandeira Pereira, foi promotor-secretário, ele ainda não estava em Porto Alegre e até que se procurou apressar um pouco a promoção dele para ele assumir a Secretaria-Geral.

Memorial: Escolheram membros mais jovens?

Entrevistado: Exatamente. Até que alguns mais antigos chamavam o quadro de assessores de Menudos, na época os Menudos estavam em voga.

Memorial: Como o panorama político da época impactou a sua gestão? Acho que o senhor chegou a pegar o *impeachment* do Collor?

Entrevistado: É, peguei o *impeachment* do Collor. Acho que até beneficiou porque tivemos depois, com o governo Itamar Franco, uma

relação bastante interessante. Inclusive a nossa Lei Orgânica Nacional foi sancionada pelo Itamar Franco, em Minas Gerais, lá no hotel São João del Rey, em Belo Horizonte. Deslocamos uma caravana aqui do Estado para acompanhar esse ato da sanção da lei.

Memorial: Eu tenho a impressão de que o presidente Itamar era simpático ao Ministério Público.

Entrevistado: Ele foi bastante receptivo, pouco mexeu na nossa lei e mexeu um pouco porque o Advogado-Geral da União da época era um mineiro também, parece-me que José Pereira era o nome dele. Ele, por pressão de alguns defensores da União, hoje é Defensoria-Geral da União, na época era acho que Assistência Judiciária da União, ele acabou mexendo um pouco na nossa lei. Mas isso resultou na criação da Defensoria Pública, tanto na esfera federal quanto nos estados.

Memorial: E como eram as relações do Ministério Público no seu período com os outros poderes o Executivo, o Legislativo e o Judiciário?

Entrevistado: Boas, muito boas. Em relação ao Legislativo, criamos naquela época o que se chamou de assessoria parlamentar e designamos um promotor, o Lenio Streck, para exercer esse trabalho junto à Assembleia e junto aos parlamentares. E esse trabalho surtiu um ótimo efeito tanto em relação aos deputados quanto em relação à Procuradoria da Assembleia. Na época o procurador-geral era o também saudoso Régis Ferreti e o atual procurador-geral, que é o Fernando Gonçalves, também manteve conosco, com a nossa assessoria, uma relação excelente. Em função disso, conseguimos ótimos resultados

em todas as propostas legislativas que partiram do Ministério Público e que foram encaminhadas à Assembleia. Tivemos a aprovação da maioria delas, inclusive, contrariando o poder Executivo no que diz respeito ao aumento da participação orçamentária do Ministério Público. O nosso duodécimo, acho que quando assumi, era em torno de 1% e nós conseguimos julgo que duplicar o valor durante aquele período através de emendas parlamentares. Propúnhamos, o governo não nos atendia, íamos aos deputados, conseguíamos que eles fizessem emendas à lei orçamentária e normalmente conseguíamos aprovar essas emendas, ainda que o governador não as aceitasse, conseguíamos rejeição aos vetos. Então foi bastante interessante essa relação.

Com o Judiciário tivemos uma relação tranquila, sem maiores problemas como tem sido, via de regra, a relação do Ministério Público com o poder Judiciário. Tivemos um embate, vamos dizer assim, jurídico ao tempo em que presidia o Tribunal o saudoso desembargador José Barison. Ele editou um ato administrativo equiparando as promoções de juízes de carreira do Tribunal de Alçada com juízes oriundos da classe do Ministério Público e da classe dos advogados. Isso provocaria um desequilíbrio, porque o Tribunal de Justiça é composto, vamos dizer assim, por quatro quintos de juízes de carreira e por um quinto de membros do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, da advocacia. E esse critério adotado por esse ato administrativo violaria esse princípio do Quinto Constitucional. Então mantivemos contato com o desembargador Barison, com a assessoria dele, argumentando que esse ato iria quebrar esse equilíbrio e se ele se disporia a revê-lo, enfim. Ele não se dispôs e então fizemos uma representação ao Procurador-Geral da República, na época, Aristides Junqueira Alvarenga, e ele acolheu a nossa representação e propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação a esse ato do

presidente do Tribunal de Justiça. Isso foi proposto naturalmente perante o Supremo Tribunal Federal e, depois de algum tempo, obtivemos uma liminar e depois de algum tempo, veio a ser julgado o mérito quando ainda estávamos no exercício do cargo de procurador-geral. Eu lembro que acompanhei vários dos interessados, inclusive colegas que tinham sido promovidos do Alçada para o Justiça estavam acompanhando, e a direção do Tribunal também, o julgamento no Supremo. Recordo que estava cinco a um, se não me engano, o placar, eu saí para resolver outras coisas, imaginando que estaria decidido contra a nossa tese aquele processo. Quando voltei no final da tarde, estava votando favoravelmente o presidente do Tribunal, que era o Ministro Sydney Sanches, acolhendo a nossa tese e o resultado que era cinco a cinco acabou em seis a cinco. Então terminou sendo vitoriosa a tese do Ministério Público. Depois o Tribunal entrou com uma série de recursos, o advogado deles era o depois desembargador Galeno Lacerda. Eu não sei dizer qual foi o resultado final, mas houve a extinção do Tribunal de Alçada, o que resolveu essa pendência toda.

Com o Executivo não tivemos muito problema, mantivemos sempre uma boa relação com o governador Collares, que era uma pessoa muito acessível e muito sensível também às nossas teses. Mas houve um probleminha, havíamos proposto um aumento para os servidores do Ministério Público, o Judiciário propôs aos servidores do Poder Judiciário e o governador se propôs a vetar o aumento só para os servidores do Ministério Público. Isso foi publicado na imprensa, enfim, eu fui ao Palácio indignado com aquele procedimento, achando que ele ia mesmo discriminar, e aí eu argumentei forte que haveria uma discriminação, e o governador não dizia nada, e lá estavam deputados, o falecido Carlos Araújo, também o João Luís Vargas, o falecido Mathias Nalgstein, que era o chefe da Casa Civil, o Dr. Sereno Chaise, havia uma porção de pessoas ali e eu me dirigi a cada um argumentando,

eu estava pleiteando que o governador não vetasse a lei de aumento do Ministério Público. E, no final, o governador, ao invés de dizer que não vetaria a nossa lei, disse vetaria também a do poder Judiciário. Piorou a situação. Aí os servidores do Judiciário ficaram indignados comigo porque, uma coisa que estava praticamente definida para eles, acabou ficando indefinida. Isso foi objeto de rejeição de veto pela Assembleia. Conseguimos derrubar o veto do governador na Assembleia. E o governador arguiu a inconstitucionalidade da lei, foi aí que eu fui pleitear que ele não arguisse a inconstitucionalidade. Então não era veto à lei do Judiciário, era arguição de inconstitucionalidade. Ele disse: “Mathias, vamos então arguir inconstitucionalidade também da lei do Judiciário”. Porque eu havia dito que seria uma discriminação. Mas acabamos indo mais fortes para o Supremo, para contrariar a ação de inconstitucionalidade, acabamos vencendo e os servidores ficaram com o reajuste.

Houve outra ação contra o Executivo que esqueci de referir, em relação ao calendário rotativo. Arguimos a ilegalidade disso também. Também não tivemos êxito, mas mudou o governo, acho que o Antônio Brito que assumiu depois do Collares, e ele extinguiu o calendário rotativo. Nem sei qual foi o resultado dessa ação. Sei que foi bastante traumático para nós, porque eu estava quase no final do mandato e isso criou certa indisposição na assessoria do governador, era o quase homônimo do nosso colega Sérgio Gilberto Porto, era Sérgio José Porto o chefe da Casa Civil na época, ou subchefe, alguma coisa assim. Ele ligou insatisfeito, enfim, mas tudo terminou bem.

Tivemos também uma ação bastante impactante em relação à Procuradoria do Tribunal de Contas. Duas, na verdade. A Procuradoria do Tribunal de Contas era mista, tinha o Ministério Público estadual, nosso, e tinha um procurador designado pelo próprio Tribunal de Contas que era o procurador-geral. Não era concursado. Arguimos

a ilegalidade disso e obtivemos uma liminar, até foi o desembargador Stefanello que nos concedeu a liminar. Mas durou uma semana só. Nesse período fomos lá Tribunal de Contas do Estado (TCE), designei os colegas, dois já atuavam lá, designei mais um para exercer aquela função que estava sendo afastada. Depois o processo foi distribuído, redistribuído, acho que foi no plantão que tivemos essa liminar, e aí o desembargador relator cassou a liminar, mas houve uma consequência, esse cargo de procurador-geral foi extinto e criado o Ministério Público de Contas que é o que está aí hoje prestando relevantes serviços à sociedade gaúcha.

Memorial: O senhor tem ideia porque é que o governador Alceu Collares escolheu o senhor na lista tríplice?

Entrevistado: Não, não tenho ideia, acredito que foi obra da generosidade de alguns amigos talvez que eu tenha tido lá. Eu acho que talvez, ele nunca me disse isso, mas eu e o falecido Mathias Nalgstein, que era o chefe da Casa Civil, tínhamos uma relação muito fraterna. Ele trabalhava em Bagé, era de lá, e eu trabalhei em Bagé e fizemos uma boa amizade. Eu credito a isso. Mas houve outros componentes de natureza política também que talvez tenham me beneficiado. Por exemplo, um colega nosso era amigo do vice-governador do Rio ao tempo do governador Brizola, nosso colega Odone Sanguiné, hoje aposentado, ele foi desembargador do Tribunal de Justiça, está aposentado nessa condição. E o vice-governador do Rio de Janeiro era o professor Nilo Batista. O Odone me perguntou se eu queria que ele falasse com o professor Nilo a respeito, eu disse: “Se não vai me atrapalhar e vai me ajudar, pode falar, não tenho nada contra”. Não sei se isso teve alguma influência, sei que ele me disse que falou com o professor Nilo Batista e o professor teria, através

do governador Brizola, talvez da assessoria dele, feito esse pleito ao governador Collares. Mas não sei exatamente o que aconteceu, nem de onde veio. Eu credito ao Mathias pelo tipo de relação que tínhamos.

Memorial: Quais as conquistas que o senhor considera importantes ao longo da sua gestão? Pelo que o senhor falou, foi uma gestão na qual foi costurada toda essa legislação infraconstitucional?

Entrevistado: É de fato. Precisávamos afirmar o Ministério Público no plano institucional através do aperfeiçoamento da legislação e, claro, precisávamos afirmar socialmente. Com essa finalidade também criamos a Assessoria de Comunicação Social. Eu sempre defendi que devíamos ter um promotor chefiando esse setor da Instituição. E criamos, de fato, foi uma dificuldade para trazer o colega que era jornalista, o Cláudio Brito, para coordenar essa área. Criamos também os Centros de Apoio Operacionais, que, ao que parece, funcionam ainda hoje, não sei se com a mesma denominação.

Memorial: Eu sei que o senhor teve uma experiência como jornalista. Eu ia perguntar se a criação da assessoria de comunicação teve a ver com essa sua experiência como jornalista?

Entrevistado: Eu sempre trabalhei nessa área desde o ginásio. E continuei depois no rádio, durante o período do clássico e da faculdade em Pelotas. Trabalhei em três emissoras de rádio. Sempre fui muito ligado a essa área e continuo até hoje. Hoje eu sou repórter amador. Tenho um espaço na rádio em Piratini. Mas achávamos que a Instituição precisava de um setor de comunicação que filtrasse melhor as informações, para que não saíssem notícias com aberrações

jurídicas na imprensa, principalmente oriundas do Ministério Público. E acho que se conseguiu certo êxito, acho que até um bom êxito. O setor continua ativo até hoje.

O Brito foi o primeiro titular, hoje eu não sei quem é, mas acho que é jornalista. Porque a imprensa, de modo geral, embora tenha uma evolução boa nesse particular, ainda comete muitos erros. Criamos com essa finalidade de as notícias saírem mais corretas, e evitar esses erros que eram tão frequentes na época.

Memorial: Eu acho que foi uma época também em que o Ministério Público começou a aparecer mais na imprensa.

Entrevistado: É, mas já havia, vamos dizer assim, alguns colegas, individualmente, mais midiáticos. Procuramos também, com a assessoria de comunicação dar certo equilíbrio, evitar o midiatismo, que, na época, não considerávamos bom para o Ministério Público. Então, a finalidade foi estabelecer equilíbrio com profissionalismo na divulgação das matérias relacionadas à área jurídica.

Memorial: Deixar uma divulgação institucional e não pessoal, digamos.

Entrevistado: Exatamente.

Memorial: Por que é que o senhor não quis ser reconduzido?

Entrevistado: Pois é, essa questão da recondução, eu lembro de que, na época, os colegas insistiam bastante comigo. Mas eu tinha já uma posição firmada de que devia terminar esse período e sair, me aposentar, como aconteceu. Inclusive me aposentei no cargo, acho

que eu sou o único procurador-geral que se aposentou no exercício do cargo. E assim fiz. Embora houvesse apelos de muitos colegas, o que me deixou naturalmente lisonjeado, mas eu tinha tomado a decisão. De fato me aposentei. Antes de me aposentar, tirei férias e iniciei um curso lá na Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro, fiquei um ano lá de quarentena, depois voltei para a advocacia. Em seguida fui para Piratini, continuei advogando por lá, na região e também por aqui.

Memorial: Eu sempre tive curiosidade sobre esse curso da Escola Superior de Guerra, ele é bom?

Entrevistado: É, é um curso interessante pelo seguinte: além de ótimos conteúdos ministrados pelos professores e por renomados palestrantes, tem-se a oportunidade de visitar todas as regiões do país. Ouvem-se governadores, secretários, por exemplo, começa com o presidente da República. Visitam-se todas as regiões do Brasil. Eu lembro que no Paraná era governador o Requião, ele, além de nos dar a palestra, nos recebeu no Palácio Iguazu, nos ofereceu um almoço. Na Bahia, o Antônio Carlos Magalhães era o governador, ele não fez a palestra, mas foi no momento das perguntas. Foi bem interessante. O Brizola fez palestra lá no Rio de Janeiro, ele era o governador na época. Em diversos outros estados estivemos. Visitaram-se também unidades militares, Agulhas Negras, por exemplo, visitou-se a base de lançamento de Alcântara, no Maranhão. Visitou-se submarino.

Memorial: Deve ser muito interessante. Deve dar uma visão muito boa do Brasil.

Entrevistado: Proporciona uma boa visão do país. A Escola

Superior de Guerra tem a finalidade, vamos dizer assim, de preparar pessoas para o exercício de função pública.

Memorial: Como estar nessa posição de procurador-geral impactou na sua vida privada?

Entrevistado: É um pouco difícil. A função é bastante exigente. Ela nos priva bastante do convívio familiar porque exige muita dedicação. Há viagens tanto para o interior quanto para fora do Estado. Em muitas ocasiões podemos levar a esposa, por exemplo, mas filhos já não, na época eram adolescentes, era mais complicado. Ela nos priva um pouco do convívio familiar, porque é muito exigente. Talvez esse tenha sido um dos fatores que me fez não tentar a recondução ao cargo.

Memorial: E depois do curso, o senhor foi exercer a advocacia e o senhor concorreu às eleições em Piratini, foi eleito prefeito em 2000, é isso?

Entrevistado: É, fui eleito em 2000.

Memorial: E como é que foi a sua experiência como prefeito de Piratini?

Entrevistado: Foi muito interessante, mas eu me envolvi demais, acho, com a função de prefeito e acabei resolvendo coisas que, se não tinha como resolver, resolvi e acabei me endividando com isso.

Memorial: E o senhor acompanha hoje o funcionamento do Ministério Público?

Entrevistado: Estou sempre ligado ao Ministério Público. Participo, por exemplo, do futebol na Associação todas as terças-feiras. Então os meus compromissos aqui na capital são normalmente programados para terça e quarta para poder ir lá confraternizar com os colegas e jogar futebol.

Memorial: E como é que o senhor vê o Ministério Público de hoje em comparação com a época em que o senhor foi procurador-geral?

Entrevistado: Vejo que hoje o Ministério Público tem uma estrutura incomparável com a que tínhamos. Tive o privilégio de ter uma secretária na entrância intermediária, mas era raríssimo isso. Não sei, mas eu acho que talvez houvesse mais uns dois ou três que tivessem secretária, nem sei se tinha fora de Porto Alegre. Aqui talvez tivesse na parte administrativa, claro, tinha, havia mais estrutura, mas, nas promotorias, não existia isso. Nós tínhamos 120 servidores, imagine. Era uma senhora casada com um engenheiro do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), ela era do quadro, e o acompanhou em Bagé e ficou trabalhando lá, por isso que tive uma secretária em Bagé. Vejo que o Ministério Público hoje, em função da nova Constituição, que hoje já é velha, em função da Lei Orgânica Nacional, em função de toda uma legislação do meio ambiente, do patrimônio público, do consumidor e outras. Houve uma gama de atividades que multiplicou o que era o Ministério Público da nossa época. Tínhamos atuação na área criminal, nas curadorias, os processos envolvendo entes públicos e praticamente era isso. Hoje o Ministério Público tem uma gama enorme de atribuições e acho que a Instituição está desenvolvendo muito bem essa atividade. Continuo hoje mais como advogado, mas sentimos falta do Promotor

de Justiça. Lá na minha comarca não tem, nós não temos promotor talvez há uns cinco anos. Agora eu até já fiz contato com o pessoal da administração dizendo que é difícil hoje trabalhar sem ter um promotor na comarca. Porque nessas áreas como consumidor, meio ambiente, crimes contra a saúde pública, é possível negociar em audiência com o Ministério Público. A situação abstrata é uma e a situação de fato é bem diferente, porque se trata de pessoas com poucos recursos para exercer uma atividade e, se não tem promotor, se faz a audiência, não tem como negociar porque não tem MP na audiência, o processo vai para a assessoria, a assessoria dá um parecer frio, com base na lei e naquilo que está no papel e não se tem como expor aquilo que realmente tem condições de negociar sobre a real situação de fato. Então é um prejuízo muito grande. Vem um parecer elaborado por um assessor, o promotor não sabe o que é que se passou na audiência e nem qual é a real situação de fato que envolve aquele processo. Isso é ruim para o advogado, para a comunidade, não ter promotor na comarca.

Memorial: Doutor, uma última pergunta que estamos fazendo para todos entrevistados, qual é o seu passatempo preferido além do futebol?

Entrevistado: Natação. Nado diariamente, 600 metros, 700 metros, 1000, às vezes, fim de semana, um pouquinho mais. Mas o futebol sempre foi meu esporte preferido. Gosto também bastante de viajar. Agora mesmo, nesse mês de janeiro, ficamos 20 dias na Europa. Passamos pela Itália, por uma parte da França e Portugal.

Memorial: Muito obrigada, Doutor.



Voltaire de Lima Moraes



Voltaire de Lima Moraes é natural de Cachoeira do Sul (RS). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com mestrado e doutorado em Direito pela PUCRS. Ingressou no Ministério Público em 1980, atuando nas Comarcas de Ibirubá, Cerro Largo, Espumoso, Uruguaiana e Esteio. Presidiu a Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e a Confederação Nacional do Ministério Público. Foi Procurador-Geral por dois mandatos consecutivos nos biênios de 1993/1995 e 1995/1997. Exonerou-se do Ministério Público em 1997 para assumir o cargo de Juiz de Alçada. No ano de 1998 foi promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça. Em 2019 foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 26 de abril de 2019.

Memorial: Doutor Voltaire, sobre a sua carreira no Ministério Público, o senhor ingressou em 1980, passando pelas promotorias de Ibirubá, Cerro Largo, Espumoso, Uruguaiana, Esteio e Porto Alegre. Foi promovido a procurador de Justiça em 1991 e se tornou procurador-geral em 1993. Ser o chefe de Instituição foi uma aspiração ou a chegada a esse posto foi circunstancial?

Entrevistado: Foi uma decorrência natural da carreira. Quando se ingressa em uma instituição, nunca se sabe o que vai acontecer mais adiante, quais cargos serão ocupados. Antes de ingressar no Ministério Público, eu chefiava o departamento jurídico de uma empresa financeira em Porto Alegre, a Fin-Hab, Associação de Poupança e Empréstimo, muito conhecida na época por ter uma formiguinha como símbolo. Nessa época um colega de faculdade disse que abriria um concurso para o Ministério Público e eu me inscrevi. Confesso que na época eu não tinha o MP como algo que eu já almejasse, mas, na medida em que comecei a estudar para o concurso, passei a conhecer melhor o MP, passei a verificar a importância da Instituição. Aquilo foi uma grande descoberta para mim. Perceber a importância e ao mesmo tempo sentir que ela precisava de avanços institucionais para se erguer como uma grande instituição. Eu tracei uma meta em termos de valorização do Ministério Público e trabalhei em cima disso. Em um período inicial, por exemplo, trabalhei na Lei complementar nº 40 de 1981, que foi a primeira lei de âmbito nacional para o Ministério Público brasileiro. Depois começamos a trabalhar, participar de congressos, apresentando teses, para conseguir viabilizar esse avanço institucional que eu estabeleci como uma diretriz importante para o MP.

Memorial: E como foi o processo de suas eleições para procurador-geral, tanto em 1993 quanto em 1995?

Entrevistado: Na época podiam concorrer vários candidatos, não é como atualmente quando se apresentam dois ou no máximo três candidatos. Em 1993 eram seis participando e em 1995 tínhamos cinco concorrendo. A AMPRS começou a incentivar os debates entre candidatos para que a classe viesse a conhecê-los melhor. Eram realizadas caravanas para o interior do estado. Em um dia havia um debate, por exemplo, em Pelotas, no outro íamos para Santa Maria, Ijuí, Caxias do Sul e, por fim, se encerrava em Porto Alegre. Todos andávamos em um mesmo ônibus alugado pela AMPRS para realização dessa caravana, o clima entre nós, dentro do ônibus, era bastante amistoso, mesmo com alguns debates sendo bem ásperos. Com isso cada candidato a procurador-geral tinha oportunidade de expor suas ideias, planos e visões de gestão e administração. E os colegas tinham condições melhores de fazer as suas opções em termos de escolha para o cargo de procurador-geral. Enfim, nas duas eleições fui o mais votado, tive uma votação expressiva na época, inclusive recebendo mais votos na segunda vez que concorri, mesmo com o desgaste da primeira administração.

Memorial: Quando o senhor assumiu o cargo de procurador-geral pela primeira vez, quais eram os principais desafios enfrentados pelo Ministério Público?

Entrevistado: Olha, na época, nós tínhamos recém saído do processo legislativo que deu origem à Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Eu presidia a Confederação Nacional do Ministério Público - CONAMP – que hoje se chama Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Fui o primeiro gaúcho eleito para ser o presidente da CONAMP. Quase tudo o que tínhamos planejado

de mudanças na Instituição, decorrentes de debates travados e teses aprovadas nos congressos anteriores do Ministério Público se tornou lei, e não só em relação à Lei Orgânica do MP, mas em leis extravagantes, como por exemplo, a Lei da Ação Civil Pública, de 24 de julho de 1985, a Lei da Improbidade, bem como com a introdução de novos diplomas legais, como o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então nós estávamos vivendo esse cenário de um grande desafio, ou seja, de por em prática todas essas mudanças conquistadas pelo Ministério Público. Eu me lembro de que a primeira ação civil pública ajuizada no Estado foi proposta por mim quando eu era promotor em Esteio, um caso de direito ambiental que envolvia a Petrobras. Tanto é que depois, em reconhecimento, eu recebi o título de cidadão esteense. Eram novos desafios, isto é, como faríamos essas mudanças concretamente no dia a dia em benefício da sociedade!? O grande desafio era criar as bases necessárias para que o Ministério Público pudesse desenvolver todas essas novas funções advindas da Constituição de 1988 e da própria Lei Orgânica Nacional e outras que citei anteriormente.

Memorial: E como foi a escolha da sua equipe de trabalho?

Entrevistado: Bom, os dois princípios em que eu me baseei eram a afinidade com a pessoa e o conhecimento técnico. Escolhi colegas que sempre tinham grande preocupação institucional, para mim, isso era fundamental, colegas que exercessem funções do Ministério Público sempre com muito idealismo. Acho que uma instituição somente consegue erguer-se devidamente quando contamos com homens e mulheres determinados que tenham como base principal o idealismo, ou seja, construir algo que realmente diga respeito a uma instituição que tem todo o potencial necessário para exercer a defesa

da sociedade na sua plenitude.

Memorial: Durante suas duas gestões, o senhor como procurador-geral passou por dois governadores do Estado de partidos distintos ideologicamente, Alceu Collares do PDT, e Antônio Britto do PMDB. Como o panorama político afetou sua gestão?

Entrevistado: É verdade, dois partidos bem diferentes. O governador Alceu Collares tinha uma posição mais à esquerda, e o governador Antônio Britto, mais à direita. Com ambos eu tive um excelente relacionamento, em que pese, em relação a alguns de seus atos, eu tenha tomado medidas, como procurador-geral, difíceis. Contudo, eu tive o reconhecimento e a compreensão, dos dois ex-governadores, que tiveram a altivez de perceber que minhas ações eram em defesa dos interesses da sociedade e da legalidade, não eram questões pessoais com eles, tampouco de natureza política, mesmo porque nunca fui vinculado a qualquer partido político. Na época do governador Collares eu determinei a instauração de um inquérito civil público que teve grande repercussão. E na época do governador Antônio Britto eu tomei duas medidas, uma atrás da outra. Uma foi uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em relação a alguns dispositivos legais. Ele queria estabelecer um teto de vencimentos para a Magistratura, para os membros do Ministério Público e para outras esferas do serviço público. Depois que eu tomei conhecimento dessa lei, determinei que a minha assessoria fizesse um estudo, peguei, levei para casa, estudei muito aquilo também e ajuiizei uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça acolheu, concedeu uma liminar suspendendo os efeitos dessa lei, com apenas dois votos divergentes. Posteriormente o governador Britto

represtinou os efeitos dessa lei, e eu tive de novamente ajuizar outra Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi novamente acolhida e concedida nova liminar no Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Na época, isso acabou gerando um clima um pouco constrangedor, pois eu tinha que, ao mesmo tempo, estar sempre discutindo o orçamento do Ministério Público com o Executivo e questionando judicialmente atos desse poder. Mas consegui superar essas situações porque estabeleci o seguinte: sempre que tomava medidas judiciais eu não ia para a mídia tirar proveito disso, expor que as medidas eram favoráveis ao Ministério Público. Eu dava a notícia para a mídia rapidamente e respeitando a posição do chefe do Poder Executivo. O que não me impedia, como não impediu nesses casos, de tomar medidas em relação aos atos deles. Depois, ao final do meu segundo mandato, eu tive a maior surpresa da minha vida como procurador-geral, quando, em um dia, recebi um convite para me dirigir ao Palácio Piratini para uma solenidade, chegando lá, havia muitas pessoas, meus assessores e meus filhos, Daisana e Giliano. Eu não sabia o que estava acontecendo, então me falaram que eu iria receber a medalha, a maior comenda do Estado, que é a Medalha Negrinho do Pastoreio¹. Então eu percebi que o governador Britto teve a altivez de compreender que todas aquelas medidas tomadas não eram uma questão pessoal, mas que eu estava agindo justamente na condição de chefe de uma instituição que tinha que tomar providências diante de determinados casos.

Memorial: E no caso dos outros poderes, como foram suas

¹ Criada no Decreto n ° 21.669 de 25 de março de 1972 A Medalha Negrinho do Pastoreio é destinada às pessoas que tiverem prestado relevantes serviços de qualquer natureza em favor da pessoa humana, do Estado ou da Pátria.

relações com o Legislativo e Judiciário?

Entrevistado: Excelentes, não apenas boas, mas excelentes. Acredito que o motivo disso era porque eu mantinha interlocução permanente com todos os poderes. Eu comparecia em todas as sessões do Órgão Especial, dificilmente eu delegava isso para o meu subprocurador-geral – na época do primeiro mandato era o Dr. Sérgio Gilberto Porto e no segundo, o Dr. Odilon Rebés Abreu, já falecido, que era uma excelente figura.

Memorial: Em sua visão qual foi o maior problema que o senhor enfrentou como procurador-geral?

Entrevistado: Olha, eu não poderia dizer que foi um problema só, sempre nos defrontamos com vários. Primeiro, às vezes, o grande problema é no plano orçamentário. Eu passei por episódios que me levaram a tomar medidas fortes para que houvesse os repasses financeiros necessários, principalmente no segundo mandato. Eu, a rigor, talvez pelo meu perfil e pela forma como eu me relaciono com as autoridades, não tenha encontrado problemas maiores. Mas diria que o grande desafio era criar as condições mínimas para o funcionamento de uma promotoria. Recordo-me de um dia ir a Brasília e com a ajuda do Superintendente da Receita Federal consegui doações de aparelhos de FAX, hoje não mais se utiliza esse tipo de tecnologia, mas na época foi um avanço considerável. Outro problema superado foi de conseguir instalar telefones em todas as promotorias. Na época, às vezes, o promotor para fazer uma ligação precisava de um cartão da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT). Então era autorizado a fazer a ligação. Isso criava um constrangimento, então

coloquei como meta colocar telefones em todas as promotorias do Estado e isso foi cumprido. Outra iniciativa que foi feita na minha segunda gestão foi a criação do site do Ministério Público, hoje está evidentemente modificado, não poderia ser diferente com a evolução da tecnologia da informação. Outro problema que ocorria, agora na área da saúde, era que os promotores, quando tinham um problema ou precisavam de um laudo para afastamento, tinham que passar pela perícia geral do Estado. Houve um episódio complicado decorrente disso no qual um promotor, segundo o laudo da perícia, tinha de ser readequado em sua função, demonstrando que a perícia não tinha o mínimo de conhecimento das funções desempenhados por um promotor, chegando ao ponto de manifestar-se pela sua readequação funcional, como se fosse um servidor qualquer, e não um agente político. Esse episódio foi determinante para que eu criasse, depois de muito estudo técnico, o Departamento Médico do Ministério Público. Com a Constituição de 1988 e a sua Lei Orgânica, o Ministério Público teve consideráveis avanços e, na medida em que a Instituição começava a agir em novos campos de atuação, isso começava a incomodar os infratores. E aí começou um movimento de reação às novas prerrogativas do Ministério Público, tentando barrar suas autonomias. Tivemos que agir fortemente em resposta, e foi nesse cenário que eu assumi entre 1995 e 1997 a presidência do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

Memorial: E como foi essa experiência na presidência do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, Doutor?

Entrevistado: Foi uma experiência muito interessante. Estabeleci uma pauta institucional e reuniões periódicas em Brasília para serem tratados determinados temas que iam surgindo, com

todos os Procuradores-Gerais de Justiça, inclusive com a presença do Procurador-Geral da República. Nos reuníamos em um hotel e convidávamos os deputados para fazer uma palestra para todos os procuradores-gerais do Brasil e suas respectivas assessorias. Foi um período de muito avanço e de busca de interlocução entre Ministério Público e o Parlamento, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Estabeleci também um bom relacionamento com o Ministério Público Federal à época, com os diferentes procuradores-gerais. Foram momentos de muita fermentação em termos de certas dificuldades para conseguir avanços institucionais importantes para nós, pois, como eu disse antes, já estava começando a se esboçar uma ofensiva contra o Ministério Público. Então nós tínhamos que estabelecer estratégias institucionais para breçar as medidas contra o MP.

Memorial: Como estar na posição de Procurador-Geral de Justiça impactou sua vida privada?

Entrevistado: Impactou bastante! A relação e rotina familiar são, naturalmente, prejudicadas em decorrência do trabalho. Não se tem mais tanto tempo disponível para aquela convivência natural com a família. Mas quero registrar que tive o apoio de minha esposa, Vera Regina, que também é magistrada e na época já exercia a Magistratura. Eu era procurador-geral e ela juíza na cidade de Lagoa Vermelha. Por exemplo, no período em que ela exerceu a Magistratura em Lagoa Vermelha os nossos filhos, Daisana e Giliano, eram pequenos. Então foi uma situação difícil, tínhamos que ter jogo de cintura para enfrentar essas dificuldades. Mas ela sempre foi extremamente compreensiva, recebi dela todo o apoio necessário e a compreensão para que eu pudesse avançar nesse plano e desenvolver à altura as funções que

esse cargo, tão espinhoso e de tanta responsabilidade, exige.

Memorial: Em 1997 o senhor exonerou-se do cargo de procurador-geral para exercer o cargo de Juiz de Alçada. Como foi essa mudança para o Poder Judiciário?

Entrevistado: É importante, primeiramente, a bem da verdade, salientar que não me exonerei do cargo de Procurador-Geral de Justiça. Quando deixei o Ministério Público, eu não era mais procurador-geral, mas procurador de Justiça. De outro lado, cabe lembrar que, a época, existiam dois tribunais no Rio Grande do Sul: o Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça. Já estava ocorrendo um estudo para extinguir o Tribunal de Alçada e incorporá-lo ao Tribunal de Justiça. Quando eu percebi que havia esse movimento, e, por outro lado, fazendo uma avaliação da minha vida no Ministério Público, julguei que tinha cumprido a minha missão nessa grande e importante Instituição. Tinha sido o procurador-geral mais jovem a ocupar o cargo à época, por eleição. Já havia presidido a Associação do Ministério Público, a Confederação Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça. Tudo isso passava pela minha cabeça; pensava que se eu continuasse no MP poderia não ser bom nem para mim nem para a própria Instituição; de um lado, porque seriam saudáveis a renovação e o incentivo a novas lideranças, que continuassem nessa luta institucional a ser desempenhada, de outro, porque sempre tive por princípio não voltar a assumir funções de chefia já ocupadas por mim. Ao mesmo tempo em que eu fazia esse raciocínio, por outro lado, me vinha “um outro Voltaire” que dizia a minha importância para a Instituição, os colegas que gostavam de mim, de quem tive tanto reconhecimento, para depois abandonar o Ministério Público! Eu estava vivendo, na verdade, um drama. Foi um momento

dos mais difíceis para mim tomar essa decisão, tanto que eu apenas entrei com o requerimento para me habilitar ao cargo alguns minutos antes do encerramento do prazo, que foi entregue na secretaria dos Órgãos Colegiados do MP por meu leal assessor, o Jalbair Pacheco da Silva. Na época consultei poucos amigos, conversei com alguns colegas e falei especialmente com meu subprocurador-geral, Odilon Rebés Abreu. Motivado por colegas que tinham vindo do Ministério Público e estavam no Judiciário, via quinto constitucional, e por colegas desembargadores de carreira, acabou por prevalecer a tese de que eu tinha cumprido minha missão no MP. Talvez se, na época, tivesse que ficar tanto tempo no Tribunal de Alçada e depois esperar mais um tempo para poder vir para o Tribunal de Justiça, eu não tivesse saído do Ministério Público, não sei! Contudo, como eu percebi que havia aquela movimentação para a junção dos Tribunais eu decidi que era o caso de eu ir para o Tribunal de Alçada, ficar um período curto, tanto que fiquei alguns poucos meses até a incorporação do Tribunal de Alçada ao Tribunal de Justiça. Assim, a minha mudança foi praticamente direta para o Tribunal de Justiça, pois, quando entrei no Poder Judiciário, eu fui designado para a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça.

Memorial: Como foi a mudança de atividade para o senhor?

Entrevistado: Eu já tinha experiência como procurador de Justiça, pois, antes de ser procurador-geral, eu já havia atuado tanto no Tribunal de Alçada como no Tribunal de Justiça. No início senti bastante a mudança. É bem diferente no Tribunal, pois as decisões são colegiadas. Por exemplo, tu submetes um voto na condição de relator e, eventualmente, um colega pode não concordar ou ter divergência em algum ponto específico, temos de ter essa capacidade de

compreender que no colegiado é possível sempre ocorrer divergência. São situações diferentes até em termos de postura. O Ministério Público tem dupla função, ele é órgão agente quando propõe uma ação, ou ele é um órgão interveniente, fiscal da ordem jurídica, quando a ação foi ajuizada por outra pessoa. Então o promotor é mais dinâmico e tem maior iniciativa, o juiz tem de se preservar e fica mais equidistante das partes. Esse ponto já demonstra a diferença na conduta funcional dos seus membros, embora Poder Judiciário e Ministério Público tenham carreiras parecidas, com as mesmas garantias, ingressam mediante concurso público de provas e títulos, mas existem essas particularidades e temos que compreender tudo isso.

Memorial: Agora o senhor já tem mais tempo de carreira no Tribunal de Justiça do que no Ministério Público, não?

Entrevistado: Sim, construí uma carreira que durou 17 anos no Ministério Público. Agora, aqui no Tribunal de Justiça estou andando para 22 anos de trabalho, ocupando os mais diferentes cargos, já fui vice-presidente do Tribunal, corregedor-geral da Justiça por quase um ano, por decisão do STF, além de ter presidido vários conselhos e comissões. Então já tenho “alguns quilômetros rodados” aqui dentro (risos).

Memorial: Qual o seu passatempo preferido?

Entrevistado: Eu gosto muito de futebol, sou um gremista de longa data, gosto de assistir e comparecer aos jogos. Também diria que outro passatempo é de atualizar-me sobre questões políticas, tanto institucionais como a política do Brasil de maneira mais geral. Eu acho que a política exerce um papel fundamental. O político, para mim,

é um dos seres que têm maior sensibilidade, ele tem certa percepção singular da realidade, mas a política tem de ser exercida sempre para o bem, essa é minha ideia. Então eu gosto de assistir painéis onde estejam cientistas políticos e juristas. Afora isso, uma atividade que me dá muito prazer e sempre a exerci por anos é o magistério no ensino superior. Fui professor da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) e da Escola Superior da Magistratura; naquela coordenei a área de Processo Civil e sou professor titular da Faculdade de Direito da PUCRS.

Memorial: E qual sua área de atuação no magistério?

Entrevistado: Eu já atuei em diversas áreas do direito, mas eu gosto muito de Direito Processual Civil, como disse antes, cheguei a coordenar essa área na FMP. Tenho alguns livros escritos e publicados, muitos em coautoria, vários artigos jurídicos.

Memorial: E o senhor ainda leciona? Está ainda “na ativa”?

Entrevistado: Sim, ainda estou lecionando e gosto muito disso, é uma atividade interessante. Para mim outra coisa cara é o convívio em casa, familiar, gosto muito de fazer um churrasco com a família e com os amigos. Até como uma forma de refletir e espairecer um pouco. Às vezes, os embates diários são duríssimos e precisamos, na família, obter aquele reforço necessário para progredir. A família, para mim, é a base de tudo, é o sustentáculo. A família, os amigos, sobretudo os amigos próximos.

Memorial: Para finalizar, Doutor, tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de dizer?

Entrevistado: Bem, ao longo da minha carreira, eu fiz dois eventos que reconheço como importantes de menção. Quando fui em 1980 para a promotoria de Ibirubá, idealizei e coordenei, em 1981, o I Encontro Jurídico de Ibirubá. Foi um grande evento em que convidamos juízes, promotores e advogados de destaque para palestrarem; movimentou toda a cidade, foi muito interessante. O segundo foi o I Seminário de Direito Ecológico da Fronteira Oeste, em Uruguaiana, em maio de 1984, onde estiveram presentes vários juristas, inclusive de São Paulo, como Nelson Nery Júnior, representantes da Associação dos Juízes do RS (AJURIS), na época o Desembargador Milton dos Santos Martins, que mais tarde presidiu o Tribunal de Justiça deste Estado. Esse foi outro evento que movimentou toda a cidade.

Memorial: Nas suas entrevistas para o Programa de História Oral do Memorial fica expresso que o senhor sempre foi um grande organizador desse tipo de evento.

Entrevistado: É aquilo que eu disse, sempre agi nessa perspectiva do que eu chamo de idealismo, fazia as coisas porque acreditava naquilo que estava fazendo ou planejando. Lembro-me de uma história interessante, lá na cidade de Uruguaiana, um repórter de uma rádio local me perguntou algo que eu nunca esqueço, ele disse: “Mas por que é que o senhor organizou esse Seminário de Direito Ecológico aqui, lugar onde nunca tivemos problemas ambientais?”, eu respondi: “Justamente para que nunca tenham. Tem que haver a conscientização da população no que se refere à importância da preservação do meio ambiente”. Indo sempre na linha do idealismo. Houve outros eventos também, participei da organização de congressos do Ministério Público quando presidi a CONAMP e a

Associação do MPRS. Na atividade acadêmica também estive sempre envolvido com organização de eventos dessa natureza e eu sempre gostei desse tipo de coisa. Eu acho que, quando se faz as coisas com amor, a vida se torna leve.

Memorial: Está certo. Muito obrigada pela disponibilidade de seu tempo.

Entrevistado: De nada, foi um prazer para mim.



Sérgio Gilberto Porto



Sérgio Gilberto Porto é natural de São Leopoldo (RS). Graduado em Direito pela URCAMP/ Faculdade de Direito de Bagé, Doutor, Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUCRS. Ingressou no Ministério Público em 1980, atuando nas Comarcas de Arroio Grande, Alvorada e Porto Alegre. Exerceu o cargo de Subchefe da Casa Civil para assuntos Jurídicos e Legislativos. Foi Procurador-Geral de Justiça no biênio de 1997/1999, quando ao final do mandato solicitou aposentadoria. É Professor Emérito da PUCRS.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 23 de abril de 2019.

Memorial: Doutor, sobre sua carreira no Ministério Público, o senhor ingressou em 1980 e passou por diversas promotorias como a de Herval do Sul, Arroio Grande, Alvorada e Porto Alegre. Entre 1997 e 1999 chegou ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Ser chefe do Ministério Público foi uma aspiração ou a chegada a esse posto foi circunstancial?

Entrevistado: Não foi um projeto de primeiro momento. Não planejava, desde o meu início na Instituição, me tornar procurador-geral. Na verdade, isso foi uma consequência do momento em que se estava vivendo. Na época queria apenas cumprir a vocação de promotor, depois, com a carreira em curso e, chegando ao cargo de Procurador de Justiça, comecei a refletir sobre essa hipótese. Naquele tempo não era comum um promotor exercer a função. Como eu era procurador e já havia participado de outras quatro gestões, me agradou a ideia de disputar a indicação a procurador-geral. Isso surgiu, portanto, mais tarde na minha carreira no Ministério Público.

Memorial: Esse processo também teve muita influência de seu envolvimento anterior na administração superior, tendo o senhor passado por diversos cargos.

Entrevistado: Sim, isso me chamou muito a atenção. Particpei de várias administrações exercendo uma variedade de cargos: assessor de procurador-geral, subprocurador-geral – que na época se chamava procurador-assessor. Quando começamos a participar da vida na administração, passei a ter uma nova visão das necessidades e dificuldades que existiam no Ministério Público. Olhando para trás hoje, me divirto com a situação, pois, em razão de questões orçamentárias, se comemorava qualquer avanço naquela época.

Eu lembro, por exemplo, que certa vez o meu antecessor fez uma solenidade para entregar um aparelho de FAX. Hoje isso seria algo absolutamente sem nenhum propósito, mas, naquele momento, tínhamos tantas dificuldades que até isso se tornava marcante. E aqui, obviamente, não estou criticando o ato, pelo contrário, estou até destacando porque a luta era tamanha que até a existência de um FAX era um fato para comemorar. Frente a essas dificuldades todas, acreditei que tinha que dar o meu sangue para melhorar a situação dentro da Instituição. Então certamente isso aconteceu em razão da experiência que tive na administração superior.

Memorial: O senhor foi assessor nas gestões do Dr. José Sanfelice, Dr. Paulo Olimpio e Dr. Francisco Luçardo, então já havia adquirido bastante experiência?

Entrevistado: Exatamente, tive uma boa base, pois vivenciei quatro gestões distintas. Sem contar que fui o procurador-assessor na primeira administração do Dr. Voltaire. Também o fato de ter sido promotor coordenador da Promotoria de Defesa Comunitária, que, naquela época, era uma promotoria que tratava das questões do consumidor, do meio ambiente, era uma promotoria que concentrava tudo, porém não fiquei muito tempo nessa promotoria por ser chamado para voltar a atuar na assessoria. Acredito que, naquela época, o promotor tinha muita identidade, como ainda tem hoje, com a área criminal, mas eu era um promotor que se identificava mais com a área cível, então, nessa promotoria, eu atuava nessa área. Talvez por ter esse perfil e atuação, fui chamado e fiz parte de diferentes gestões.

Memorial: E essas atribuições que o senhor citou eram atribuições novas para o Ministério Público à época, não?

Entrevistado: Completamente novas, pois entraram em vigor com a chamada Lei da Ação Civil Pública, e com isso se criou a Promotoria de Defesa Comunitária. Estávamos todos aprendendo; me recordo bem disso, na época, o procurador-geral era o Dr. Luiz Felipe de Azevedo Gomes, que chamou o Dr. Voltaire e eu para que cuidássemos da efetivação dessa promotoria, verificando o que era necessário fazer para atender a Lei nº 7.347. Então, fomos nomeados em razão das nossas preferências profissionais, para que fizéssemos uma proposta de estruturação dessa promotoria. E foi criada uma comissão para isso. E aqui, uma lembrança interessante, como eu fazia parte dessa comissão, lembro que o Dr. Reginaldo Franco, que não fazia parte da mesma, mas era um amigo de longa data e estava interessado no assunto, me ligou fazendo uma sugestão para que o nome da promotoria fosse Promotoria de Defesa Comunitária. Levei a sugestão à comissão que aprovou a designação. Ainda nesse período, lembro que discutíamos como nós iríamos fazer o chamado “Inquérito Civil Público”, pois ninguém tinha conhecimento dessa ferramenta, era uma novidade imensa para nós, conhecíamos apenas os inquéritos criminais. Então começamos, nessa promotoria, a estruturar a atuação do Ministério Público nessas novas áreas que eram demandadas, e, veja bem, tudo isso ocorreu antes da Lei Orgânica nº40 e da Constituição Federal de 1988. Recordo-me que uma vez eu disse, me referindo à participação do MP na Constituição de 1988, que o Ministério Público não ganhou nada, o Ministério Público conquistou tudo! Ele foi forjado na luta, porque tínhamos muita dificuldade, era uma estrutura risível se comparada com a estrutura de hoje. Mas, enfim, lá foi dado o pontapé inicial e tivemos que começar a repensar a instituição a partir de todos esses novos acontecimentos.

Eu sou muito feliz e me orgulho de ter participado desse

momento da Instituição. Até diria, o capítulo do MP na Constituição federal, de alguma forma, relaciona-se a uma tese que o Voltaire e eu apresentamos num congresso que ocorreu em São Paulo, na década de 1980, no qual queríamos trazer da Lei Orgânica nº40 a definição do que era o Ministério Público para dentro da Constituição Federal. E aquilo, de certa forma, tornou-se a gênese do capítulo que faria parte posteriormente da Constituição. Nós tínhamos, e temos até hoje, muita identidade com a Instituição. Tanto o Voltaire, que hoje é desembargador ¹, como eu que sou advogado e parecerista, com atuação na área cível e empresarial, nos tribunais locais e superiores.

Memorial: E como foi o processo de eleição e de escolha para o posto de procurador-geral?

Entrevistado: Todo o processo tem suas próprias características. No meu, o procurador-geral era o Dr. Voltaire e ele não buscava a reeleição, vez que esgotara essa possibilidade. Então todos os candidatos eram novos na disputa. Passamos por todos os debates na capital e no interior do Estado e, por fim, felizmente, terminei com mais de 85% dos votos. Graças a meus colegas que depositaram confiança em mim, tive uma eleição bem sólida. Havia, e ainda há hoje, essa disputa de ideias, de modos de ver como conduzir a Instituição, mas, é claro, uma disputa sem inimizades. Porque, a meu ver, o procurador-geral, grosso modo, tem duas tarefas essenciais: uma institucional, ou seja, o Ministério Público tem de cumprir seu papel constitucional e a segunda tarefa é a de gestão. Toda plataforma tem que ter um conteúdo institucional e propostas de gestão, de administração.

¹ No dia 3 de fevereiro de 2020, o Desembargador Voltaire de Lima Moraes assumiu o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Lembro-me que na época fiz uma proposta de plataforma, como todos outros candidatos fizeram, daquilo que considerava serem os pilares básicos das propostas de gestão. Em razão das experiências, condensamos todas as ideias em uma plataforma e submetemos à apreciação dos colegas, ao menos foi isso que fiz. Consegue-se cumprir algumas metas previstas na plataforma, outras não, mas muitas que não estavam previstas terminam por se realizar, então se leva em frente.

Memorial: Quais eram os principais desafios enfrentados pela Instituição em sua gestão?

Entrevistado: Digamos que todas as gestões, sem exceção, trouxeram contribuições importantíssimas, cada uma de seu jeito e com suas características. Posso dizer que quando entrei na Instituição no ano de 1980, tivemos muita sorte nas chefias e a intenção sempre foi construir um Ministério Público olhando para frente, além da minha gestão, queria estruturar o MP para dez, quinze, talvez vinte anos. E, nessa linha, identifiquei no plano administrativo o que considerava ser uma situação caótica, que era a questão orçamentária. Vivíamos um crescimento orçamentário como um “rabo de cavalo”, ou seja, crescíamos para baixo, cada vez menos. Isso se deve, em minha visão, a um critério equivocado que se usava para o orçamento do Estado, no qual se tomava o orçamento dos três últimos anos, somava-se e se dividia por três, então sempre o orçamento diminuía e não deixava espaço para nada, não havia dinheiro. Lembro que nem folha de papel os fornecedores queriam vender para o Ministério Público porque as contas não eram pagas. Não se tinha nada, era uma situação pavorosa, por isso eu disse anteriormente, se comemorava até a aquisição de um FAX. Quando fui eleito então, convidei o Cláudio

– com quem já tinha relações de amizade de longa data – para ser meu subprocurador administrativo nesse projeto de reestruturação do MP. O Cláudio já fora pretor em Alvorada, presidente da AMPRS, era um homem experiente. A estrutura da PGJ era o procurador-geral que possuía uma assessoria jurídica, chefiada na época por um procurador-assessor, e era com isso que o procurador-geral contava para atuar na frente institucional e também na frente administrativa. Eu achava insuficiente, então propus uma reestruturação administrativa. Quando digo “eu”, quero dizer a minha gestão, é claro, eu e todos os meus colegas que me ajudaram. Nós fizemos a seguinte proposta que foi aceita posteriormente: número um, o procurador-geral passaria a ter dois assessores e as funções passariam a se chamar “Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos” e “Subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos”. Hoje nós temos quatro, mas na época de minha gestão é que surgiu a ideia de separar os setores e criar um setor exclusivo para a administração, pois achávamos que esta era uma função que não podia ser acumulada pelo procurador-geral exclusivamente ou pelo assessor jurídico. Era tão importante e a nossa situação era tão caótica que precisávamos de um setor pensando essa questão estrategicamente. Por isso chamei o Cláudio para participar da gestão, depois de ter sido eleito, para ocupar essa função que ainda estava por surgir. Na época diagnosticamos que a situação orçamentária era caótica e só havia uma forma de crescermos, que era mudando o quadro. Criamos uma estratégia de enfrentamento do problema, que envolvia, sim, um risco, porém se não tivéssemos assumido riscos jamais conseguiríamos fazer o que foi feito. Hoje eu posso contar qual foi o risco porque, se houve irregularidade, está prescrita (risos). Primeiro me informei, com auxílio do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que na época era meu amigo Adroaldo Furtado Fabrício, e ele me recomendou fazer um pedido de

“suplementação”, eu falei que isso não existia no Ministério Público, a gente tinha um orçamento inicial e ia até o fim do ano com o mesmo, em algum momento faltava dinheiro e não se pagava as contas, era o que estava acontecendo. Então resolvi conversar com o governador sobre eventual suplementação, falei das dificuldades orçamentárias que passávamos e perguntei se havia a possibilidade de se realizar o processo de suplementação. O governador me orientou a marcar um horário para ter uma conversa com o Secretário do Planejamento, que era o João Carlos Brum Torres encarregado do controle sobre a execução do orçamento. Brum Torres me disse que não era raro os poderes recorrerem a suplementação e sugeri que formalizasse um ofício para suplementação em caso de falta de dinheiro. E assim fiz, orientei o Cláudio para que gastasse o dinheiro – e aqui não era um gasto apenas por gastar, todo dinheiro foi usado para compra de aparelhos e manutenção das promotorias, algumas não tinham nem telefone. Quando o dinheiro terminava, recorríamos à suplementação. E aí, o que aconteceu? No próximo ano – e isso ocorreu mais de uma vez – quando quiseram puxar aquela média anual, como citei anteriormente, que era usada no cálculo para o próximo orçamento, ela aumentou. O resultado disso é que em nossa gestão o orçamento foi triplicado. Então, no plano administrativo essa foi uma contribuição razoável que a gestão, com todos seus membros, fez.

Já no plano institucional temos outras tantas contribuições a destacar. O Ministério Público na época não buscava afirmação apenas no plano administrativo e estrutural, institucionalmente pouca gente sabia o que era o MP, quem era o procurador-geral indicado pelo governador, se ele era um chefe de poder de estado ou o quê. Tive que tomar a iniciativa de propor uma lei (risos) para que ao procurador-geral fosse protocolarmente dispensado o tratamento de chefe de poder, porque era uma afirmação de que existia uma

instituição independente e em razão de suas funções constitucionais se encontrava no mesmo patamar dos demais poderes, embora não fosse, constitucionalmente, um poder. Como construí um bom diálogo com todos os poderes, como todo procurador-geral deve fazer, a lei foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa.

Para ilustrar essa questão da lei referente ao tratamento protocolar ao procurador-geral, lembro que o aumento salarial era um enorme problema, um desafio. Um dia estava no Tribunal Pleno, pois naquele tempo o procurador-geral frequentava mais o Tribunal Pleno, todas as segundas-feiras representando o Ministério Público naquele espaço. Então o presidente do Tribunal Pleno, o Desembargador Adroaldo Furtado Fabrício, me disse: “Olha, Sérgio, eu quero te dizer, por lealdade a ti, que enviarei um projeto de lei aumentando 60% os vencimentos dos juízes. Estou te avisando, se tu quiseres, faz o mesmo”. Eu pensei: “O governo não tem dinheiro, de onde é que sairá o dinheiro para isso?”. Perguntei ao presidente se ele havia avaliado bem essa questão e então respondi: “Me faz um favor, me deixa verificar as condições junto ao Poder Executivo para ver como é que vai ser a repercussão desse seu projeto”. Eu sabia que seria uma bomba atômica, imagine, um reajuste de 60%. Então o Fabrício falou que deixaria esse assunto para que eu resolvesse. Em seguida, ao sair do Tribunal, contatei o governador e falei “Governador o presidente do Tribunal vai enviar um projeto de lei aumentando 60% o valor do salário dos juízes. Eu vim aqui falar com o senhor, pois, de repente, terei que fazer o mesmo. Eu não posso fazer o mesmo, pois não disponho de orçamento, mas acho que deveríamos conversar sobre isso”. O governador disse: “Se vier, eu veto!”. “Bom - pensei comigo - estamos em crise, vetar um projeto do Judiciário vai desembocar numa crise.”. Mas, como o Fabrício disse para eu cuidar disso, imagine, o procurador-geral estava encarregado de cuidar do vencimento de

todos, fui tentar dialogar com todos. Foram muitas reuniões e vários debates travados, tanto o governador como o presidente do Tribunal mantinham posições firmes, “Eu sou do Judiciário, não te mete aqui!”, “E eu sou do Executivo, não te mete aqui!”, no fim, quando percebi, já estava gerenciando a vida de todos, tentando contornar eventual crise institucional. Ao fim, consegui fazer uma mediação entre todas as partes e chegamos a um número aceitável de reajuste. Para consolidar isso, tínhamos de formalizar em um jantar, me perguntei: “Onde é que eu vou fazer um jantar com toda essa gente?”, “Na Associação do MP!”. Liguei para meu amigo Delmar Pacheco da Luz, que era o presidente da Associação, a qual tinha dinheiro para bancar isso, e pedi para que fosse feito o jantar. Aqui entra uma história engraçada, eu disse: “Mas, Delmar, veja que problema, isso aqui é uma disputa porque vai estar o chefe do Executivo, do Legislativo, do Tribunal de Contas e ainda o Procurador-geral... Quem é que vai sentar a cabeceira da mesa?”, aí o Delmar ficou pensativo e falou “Vamos fazer uma mesa redonda, sem cabeceira!”. Então, por essa sugestão do Delmar, fizemos uma mesa redonda, sem a cabeceira e surgiu essa brincadeira de que a mesa redonda era para evitar ferimentos a suscetibilidades e que, no final, terminou por conciliar os interesses de todos os seguimentos presentes no jantar. Na época era possível falar nesse aumento, que evidentemente foi parcelado. Hoje não é possível nem pensar em uma coisa dessas. E teve essa situação, digamos assim, curiosa, dessa gestão de todos, quando o Procurador-geral “geriu” a vida de todos os seguimentos do Estado.

Memorial: Sim, isso expressa a boa relação que o senhor construiu com todos.

Entrevistado: Ah! Com todos. Consegui aprovar as iniciativas

necessárias graças a esse modo. Enfim, fazer essas relações ficarem “azeitadas”. Tem uma frase do José Barrionuevo, antigo jornalista do jornal Zero Hora, que, certa feita, disse: “O Procurador-Geral evita uma crise”, não me recordo qual era o assunto especificamente, mas houve um desajuste entre o governador, o presidente do Tribunal e outros importantes segmentos. Eu estava saindo do Tribunal e o jornalista colocou o microfone junto a mim perguntando ‘O que é que o senhor acha dessa divergência entre o governador e o presidente do Tribunal?’. Então respondi: “Assim é a democracia, nós convivemos com divergências, portanto, nada surpreende.”. Aí o Barrionuevo ficou encantado com a frase e botou em destaque na coluna dele, “o Procurador-Geral evita uma crise”. Eu não evitei crise alguma, apenas a abri os olhos de todos para o fato de que era normal existirem essas divergências. Hoje talvez isso não tenha o menor interesse, mas, na época, foi quase inusitado.

Memorial: Foi sua a ideia de se ter o Palácio do Ministério Público. O senhor poderia contar sobre essa história que foi um marco na Instituição?

Entrevistado: É claro. Bom, fui promotor – preciso começar por aqui – que, salvo em Arroio Grande onde tive um gabinete pequenininho, com cadeira de madeira, nunca tive um gabinete para trabalhar, em lugar nenhum. Na época, os promotores trabalhavam no foro e nem sempre se destinava o melhor lugar para os promotores e promotoras. Evidentemente aquilo era propriedade do Judiciário e este não tinha nenhum dever de assistir o promotor, mas havia essa tradição social que ia relegando o promotor a trabalhar nos cantinhos do foro. Como disse, nunca tive um gabinete de trabalho! Quando assumi o Ministério Público, recebi da chefia um furador, um grampeador, papel pardo,

papel transmissor e um pacote de folhas do Ministério Público. Essa foi a estrutura oferecida!

Memorial: O senhor não recebeu ao menos uma máquina de escrever? Usava uma própria?

Entrevistado: Não, nem máquina de escrever. Eu tive que comprar uma máquina de escrever para trabalhar. Então eu tive uma vida de promotor, do ponto de vista material, precária. Era tudo no improviso, não tinha muita coisa à disposição, e isso sempre me fez muito mal internamente. Eu me lembro, quando nós tínhamos sede na Avenida Borges de Medeiros, o meu querido amigo Vladimir Giacomuzzi, - o Vladimir era um procurador, posteriormente desembargador e hoje está aposentado - olhou para mim e disse que o nosso edifício sede era a prova de que Deus existia, pois ele estava tão mal que podia desabar a qualquer momento (risos). Essa era a nossa realidade, e isso sempre me incomodou muito. Então, a busca da afirmação institucional era uma Guerra Santa para mim; ou seja, estava acima de qualquer coisa. Então fui buscar a lei protocolar, me envolvi junto dos membros na reforma da Constituição, buscando sempre esse maior prestígio institucional para o Ministério Público. Como procurador-geral queria melhorar nossa vida, mudar isso. De minha Guerra Santa eu sou o comandante. E uma das características que queria mudar era ter um acento na Praça dos Poderes, ali se estabelecería uma “embaixada” do Ministério Público. Isso é uma história curiosa. Eu havia feito um curso preparatório para juízes no edifício que hoje é o Palácio do MP, como na época ele pertencia ao Poder Judiciário, ali funcionava a Associação dos Juizes do RS (AJURIS). Então eu conhecia a situação do local, o prédio estava largado, com pombas, dejetos, um horror. Como você sabe, o MP passava por mudanças constitucionais e a

partir da Lei da Ação Civil Pública tinha, entre vários deveres, a defesa do patrimônio histórico e cultural. Sabendo da riquíssima história que o prédio tinha, tendo sido sede do governo provincial, tendo abrigado Borges de Medeiros e Julio de Castilhos, fui falar com o presidente do Tribunal de Justiça, Adroaldo Furtado Fabrício, para perguntar qual era o projeto dele em relação ao prédio. Ele me disse que aquilo estava virando uma ruína, então perguntei se ele não se disponibilizaria a abrir mão do prédio, destinando o mesmo ao Ministério Público. Ele não me deu uma resposta direta, sim ou não, apenas me disse para entrar com um requerimento em relação ao imóvel. Formalizei um requerimento para que ele destinasse ao MP o prédio, porém, terminou a gestão do Fabrício sem uma solução para essa questão.

Em 1998 assumiu a presidência do Tribunal de Justiça, o Desembargador Cacildo de Andrade Xavier, com o qual eu também mantinha uma bela relação pessoal. Certo dia o Cacildo me chamou e disse: “Sérgio, me diz uma coisa, tu estas querendo o Palácio Provincial para ti, não?”, respondi, “Sim, eu estou postulando, mas para mim não, para o Ministério Público.”, “Então eu quero te fazer uma proposta”, disse o presidente do Tribunal. “Pois não!”. Ele então me falou o que queria, “Eu vou inaugurar o Tribunal de Justiça lá embaixo, na Borges de Medeiros. Só que, para minha surpresa, o Tribunal não tem estacionamento e eu preciso do terreno que há ao lado do Tribunal para fazer um estacionamento. Então a minha proposta é a seguinte: tu que te dá bem com essa turma toda aí, me arranja aquele terreno que eu te dou o Palácio Provincial”. De imediato falei: “Eu topo o desafio!”. Em seguida fui explicar a situação para o governador. No fim, foi feita a seguinte operação, o terreno que o presidente do Tribunal de Justiça tinha interesse foi destinado ao Judiciário e o Palácio Provincial destinado ao Ministério Público. Nisso o governador Antônio Britto olhou para mim e perguntou: “E eu, como fico?”, eu respondi: “O

senhor leva o reconhecimento das instituições” (risos). Bom, aí o Palácio foi incorporado ao nosso patrimônio, porque considerava do ponto de vista institucional estratégico ter acento na Praça dos Poderes onde estavam o Legislativo, o Executivo, o Judiciário, e, em razão da iniciativa, também ficaria o Ministério Público. E, por outro lado, julgava que era dever institucional do Ministério Público, na defesa do patrimônio histórico cultural, fazer esse movimento de preservação. Mais à frente se desenvolveu um projeto de restauração do Palácio. Ele começou na minha gestão e então foi concluído e inaugurado na gestão do Dr. Cláudio Barros Silva. Na inauguração do novo prédio do palácio agora restaurado, Cláudio usou uma frase no final de seu discurso que nunca mais esqueci, talvez nem ele se lembre, a frase era: “O sonho de Sérgio Porto era o sonho de todos nós!”. Eu nunca esqueci isso, achei muito gentil e importante esse reconhecimento e sou muito grato por isso também.

Nessa minha Guerra Santa por reconhecimento institucional, o Palácio do Ministério Público foi uma das lutas. Outra foi a criação da Sede do MP. Eu queria construir um edifício próprio para a Instituição. A Justiça Federal já tinha, o prédio do foro já estava sendo construído, a Justiça do Trabalho também. Um dia cheguei para o governador do Estado e disse: “Preciso de um terreno no distrito judiciário!”. Ele respondeu: “Mas que loucura é essa, ‘Distrito Judiciário?’”. Eu falei: “É que todas as atividades estão concentradas ali no bairro Praia de Belas, é justo que o Ministério Público receba um terreno para se estabelecer lá também.”. E o que aconteceu? Havia um terreno em que passava o aeromóvel Coester, perto da Câmara dos Vereadores, que estava com uma área livre, mas todos falavam: “Não podemos destinar esse terreno, o aeromóvel Coester está no meio”. E eu retrucava sempre: “Não tem problema, vamos levantar uma torre com o aeromóvel passando no meio” (risos). Obviamente que eu não

pretendia fazer isso, mas tinha que aceitar alguma coisa. Descobri que esse terreno estava penhorado em uma ação judicial. Logo, o terreno que nos destinaram não servia para nada. Tive que ir atrás do município, o prefeito na época era o Raul Pont, que me ofertou uma troca entre o terreno da Epatur (Empresa Porto-Alegrense de Turismo) – onde hoje é o largo Zumbi dos Palmares – e a área do aeromóvel que o Ministério Público havia recebido. Eu disse para o prefeito: “Nós temos dois problemas, primeiro vou ver esse terreno que o senhor está me oferecendo e segundo, tem uma penhora sobre o terreno do aeromóvel. Podemos tentar transferir essa penhora para outro terreno que o senhor tem lá na beira do Guaíba, mas eu tenho que liberar a penhora para o terreno ficar livre e eu poder repassar”. Então marquei uma hora com o presidente do Tribunal Regional Federal, origem da penhora. Fui lá, me apresentei, “Olha, eu sou o Procurador-Geral de Justiça, estamos com esse problema nesse processo que o senhor preside e eu queria substituir a penhora. Quero liberar esse terreno aqui onde passa o aeromóvel Coester e lhe dou outro como garantia”. Imediatamente o presidente do Tribunal disse: “Olha, eu estou de pleno acordo. De minha parte não há problema algum, afinal de contas é para o Ministério Público”. Com a substituição da penhora feita e o terreno liberado pensei “Agora vou trocar com o terreno da Epatur conforme combinado com o prefeito”. Só que, quando cheguei lá, achei a área muito urbana e ruim para fazer o edifício que pretendia. Falei para o prefeito: “Prefeito, o senhor me desculpe, mas é uma área que não se presta para o que eu pretendo fazer”, o prefeito Raul insistiu que precisava da troca para instalar uma das capatazias que tratavam da capina do centro da cidade. No fim, me ofereceram um terreno em uma das esquinas da Praia de Belas, só esqueceram de me avisar que ali passava uma galeria subterrânea e que não daria pra levantar um prédio alto. No fim, esse terreno que conseguimos, foi

trocado posteriormente pelo terreno onde é hoje a sede do Ministério Público do Rio Grande do Sul, as Torres. Digamos então que a ideia de uma sede do Ministério Público começou com o terreno do aeromóvel.

Memorial: Muito interessante essa história. Agora entrando em um assunto no âmbito mais pessoal, como a posição de procurador-geral afetou sua vida privada, Doutor?

Entrevistado: Olha, acredito que hoje seja até mais complicado que na minha época. Eu nunca quis deixar que se misturasse a minha vida de procurador-geral com a vida da minha família. Porque, queira ou não, o procurador-geral está exposto a uma série de circunstâncias que vão desde segurança pessoal até todo o tipo de exposição. Então eu sempre dividi muito bem isso, mas é uma coisa que te limita na vida pessoal. Tu estás como procurador-geral realmente exposto a muito controle, muitas críticas e tudo é motivo para isso. Sem contar a questão da segurança. Eu tinha essa preocupação, ainda mais com os meus filhos pequenos naquela época. Temos enfrentamentos de toda natureza. É bem verdade que hoje o crime organizado é muito mais organizado do que antes. Então hoje eu acho que é até mais perigoso do que antes. Mas havia sim, e eu tinha preocupações, e sempre procurei preservar esse lado pessoal. Mas, com certeza, qualquer um que foi procurador-geral tem, digamos assim, restrições na liberdade em razão da função que está exercendo.

Memorial: Sim, e hoje há as redes sociais, qualquer um pode tirar uma foto sua com um celular em mãos.

Entrevistado: É verdade, não existia tudo isso. Eu tinha um papel a preservar naquela atividade. Tu sofres restrições de toda a

natureza, não tem como ser procurador-geral sem ter essas restrições pessoais. Tanto que eu terminei o meu discurso de despedida -meus filhos estavam presentes - dizendo o seguinte: “Meus filhos: pronto, terminou. Agora vamos brincar!”. Muita gente não compreendeu essa fala, mas era em razão dessa privação de tempo e certa renúncia à vida familiar em função do trabalho como procurador-geral.

Memorial: Após a sua gestão, por que o senhor não buscou a reeleição?

Entrevistado: Vou responder sinceramente essa questão. Eu nunca quis uma segunda gestão, sempre aspirei a uma única gestão com o meu projeto. E isso por muitos motivos. O primeiro foi um motivo pessoal, eu já tinha tempo de aposentadoria, então tinha de decidir o que eu ia fazer, se continuava ou não na vida pública. Lá pelas tantas, decidi que ia encerrar a minha carreira ali, com o fim de minha gestão. Segundo, uma vez um colega me disse algo que me marcou, tem essas pequenas coisas que marcam a gente, ele disse: “Tu sabe que a segunda xícara de café nunca é igual à primeira.”. Esse colega não sabe como me marcou, ele tem razão. O terceiro motivo, o meu projeto profissional era outro, eu fiz uma carreira, encerrei ela e para mim estava ótimo, já tinha cumprido tempo de serviço, 32 anos de trabalho. Até hoje se fala em uma versão de que o fato da mudança política no governo, tendo assumido o PT (Partido dos Trabalhadores) no lugar do MDB, tenha me desestimulado a ir para uma segunda gestão. Nada a ver, isso não teve nada a ver. Eu não iria para uma segunda gestão de jeito nenhum, já havia decidido isso muito antes, apenas não externara. Eu, ao contrário dos atuais - e isso não é uma crítica -, tinha tempo para encerrar a minha carreira. Vi segundas gestões não conseguirem manter as qualidades das primeiras.

Memorial: E qual foi a reação dos colegas? Acredito que muitos queriam que o senhor concorresse a uma reeleição.

Entrevistado: Segundo as boas línguas, eu faria 99.98% dos votos. Porque, graças a Deus, a minha gestão foi uma boa gestão. Hoje olho para trás e vejo que foi importante.

Memorial: O Dr. Cláudio Barros Silva, em certa medida, colocou a sua gestão, a dele e a do Dr. Roberto Bandeira como uma continuidade, no sentido de projeto político, administrativo e institucional.

Entrevistado: Muito bom lembrar isso. O Roberto também fez parte do meu grupo de trabalho, ele era meu Chefe de Gabinete e o Cláudio era o meu Subprocurador Administrativo. Nós fizemos um projeto que perpassava a minha gestão. Nós dizíamos assim: “Vamos fazer um Ministério Público para que daqui a dez anos ele continue bem”. Foram gestões construídas, casadas e que se sucederam naturalmente. Tanto que eles, Dr. Cláudio e Dr. Roberto, a meu ver, foram maravilhosamente bem como procuradores-gerais.

Memorial: Sim, o Ministério Público era um antes e outro depois dessas gestões. Mudou muito.

Entrevistado: É verdade. Sabe que tem muita gente que diz isso. O que começou ali na minha gestão foi um divisor de águas. Sem vaidade, eu diria que foi mesmo um divisor. Porque antes o Ministério Público era miserável. Por melhor que fosse o procurador-geral, ele não tinha acesso aos recursos.

Memorial: Há uma frase que o senhor falou em uma entrevista, após tomar posse, que expressa muito bem essa situação. O senhor falou o seguinte: “Eu ia administrar a pobreza da Instituição”!

Entrevistado: E era isso. Aí foi quando eu disse: “Não pode ser assim, vamos gastar o dinheiro para crescer no orçamento”. Para alguns talvez tenha sido uma decisão irresponsável porque era arriscada. Mas acho que foi uma ousadia calculada e permitiu à Instituição administrativa e materialmente desabrochar. Ou seja, com dinheiro a gente consegue fazer tudo. Sem dinheiro a situação fica muito complicada. Eu diria que antes a gestão era da pobreza e depois gestões com possibilidade de desenvolver projetos, devido a essa mudança orçamentária.

Memorial: Depois que se encerrou sua carreira no Ministério Público o senhor passou a advogar, também atuou como professor universitário, não?

Entrevistado: É. Eu fiz três concursos em minha vida, para promotor, para professor e para o antigo cargo de pretor. Tive a felicidade de passar em todos e optei por ser promotor – era uma carreira estável e eu já a almejava – e não ir para a magistratura como pretor. Em 1982 eu já era professor concursado na Unisinos. Fui desenvolvendo uma carreira de professor paralelamente à minha carreira de promotor no Ministério Público. Dei aula na UFRGS e na PUC, mas foi na PUC que me concentrei, onde hoje sou professor emérito. Eu me aposentei lá, disse: “Ó, estou indo embora! 32 anos de professorado.”. Professor de graduação, especialização, mestrado e

doutorado. Em 2016 ganhei o título de professor emérito, fiquei muito feliz e agradecido com isso. Ali correei minha carreira de professor. Quando eu saí do Ministério Público, dei sequência à minha carreira de professor e iniciei na advocacia privada, uma atividade que também me agradava. Eu não interrompi a minha vida profissional nenhum dia. Eu não tive “a dor ou a delícia” de ser aposentado. Saí em um dia, no outro já estava em atividade. Eu me recordo que houve a entrega do cargo de procurador-geral para o Cláudio e, no outro dia de manhã, eu já estava trabalhando no âmbito privado.

Memorial: E o senhor ainda leciona?

Entrevistado: Não mais com vínculo permanente, só eventualmente quando sou convidado para palestras nas faculdades, mais diretamente na PUC onde eu fiz toda minha carreira.

Memorial: Processo Civil é a sua área, não?

Entrevistado: Sim, lecionei Processo Civil em nível de pós-graduação, no mestrado e doutorado. Na graduação eu não dou mais aula há muitos anos. Participo agora com alegria dessas atividades que convidam eventualmente, banca de doutorado ou mestrado, palestras de encerramento ou abertura de semestre.

Memorial: O senhor disse que acompanha o Ministério Público ainda, embora não esteja dentro da Instituição. O senhor considera que essa mudança grande, na estrutura, hoje em dia os promotores tem assessores, provocou um distanciamento do promotor em relação à sociedade?

Entrevistado: Isso é algo tão delicado. Vou fazer um comentário assim, primeiro: por que eu não me distanciei do Ministério Público? Por opção pessoal e por que hoje sou advogado da Associação do Ministério Público, ou seja, sou o advogado que a associação disponibiliza para todos promotores, se eles tiverem problemas em razão da função. Isso me deixa muito próximo da Associação. Essa sucessão de procuradores-gerais que assumiram depois de mim, eu convivi com todos. O atual procurador-geral, Fabiano Dallazen, eu que dei posse a ele quando ingressou no Ministério Público. Pois bem, realmente não dá para trabalhar sem estrutura hoje (como ontem!), então, eu sou favorável que se tenha uma instituição materialmente estruturada. Entretanto, tenho uma preocupação, que não diz respeito apenas ao Ministério Público, mas também à área pública em geral, sobretudo a área pública judicial. Eu sou um “sociólogo amador” porque não tenho formação de sociólogo, mas tenho leituras e a curiosidade de um sociólogo no que diz respeito aos comportamentos sociais. Eu brinco que costumava fazer pesquisas officinas, ou seja, chegava para lecionar e minhas turmas geralmente tinham em torno de 50 ou 60 alunos na sala de graduação. Eu perguntava a eles: “Quero saber quem vai ser juiz aqui? Quem vai ser promotor?” O que é que percebia? Que as mesmas pessoas levantavam a mão quando dizia “Quem é que vai ser juiz?”, o aluno levantava a mão, “Quem é que vai ser promotor?”, o mesmo aluno levantava a mão, “Quem é que vai ser defensor?” o mesmo levantava a mão, “Quem é que vai ser delegado?”, o mesmo levantava a mão, “Quem é que vai ser oficial de justiça?” o mesmo levantava a mão. O que é que eu percebi? Que na verdade a pessoa queria uma estabilidade, ser agasalhada no serviço público e que, na verdade, não tinha uma vocação determinada. Acredito que hoje nós temos pessoas que prestam um serviço com toda a diligência, mas estamos vivendo uma crise de vocação. Não

vou me usar de exemplo, vou pegar exemplos que estavam próximos a mim. Uma pessoa que fazia parte de um grupo de estudos comigo, hoje desembargador, fez concurso para promotor, passou, mas ele não tinha vocação para ser promotor, ele tinha vocação para ser juiz. Eu disse mil vezes para ele, “Faz concurso para juiz, tu gosta de ser juiz”. Ele fez, passou e hoje é juiz e feliz. Acho que essa questão de ser “vacionado” para a atividade é essencial no Ministério Público, na Magistratura, seja onde for. As assessorias afastaram o promotor e o juiz de sua atividade-fim. Esses dias estava conversando sobre o tema e conjecturei: “desconfio que há promotor que nunca tenha feito pessoalmente uma denúncia, juiz que nunca tenha feito uma sentença pessoalmente”. Eles mandam, a assessoria faz, porque o *homo sapiens* tem vocação para o conforto, não é o cargo de juiz ou promotor, somos nós, o *homo sapiens*. Se tenho uma coisa disponível porque é que vou passar trabalho? Então mando alguém fazer depois eu dou uma olhadinha. Eu acho que nós estamos numa crise de vocação esse é o primeiro problema.

O segundo problema - ligado ao primeiro -, em minha visão, vem da própria existência da estrutura. Por exemplo, a assessoria, de um lado, estabelece uma base necessária, por outro, entretanto, provoca um afastamento da atividade-fim. Todas as minhas denúncias fui eu que redigi, todas as minhas manifestações eram feitas pessoalmente por mim. Hoje eu desconfio que tenha gente que talvez nunca tenha feito isso, como acima conjecturei. Presumo, pois, que há desembargadores que vão para julgamento e não sabem exatamente os detalhes do que estão julgando, pois foi a assessoria que elaborou o voto. Isso, esse afastamento pessoal da atividade-fim, não é só no Judiciário ou no Ministério Público, é em todos os setores. Então acredito que esses dois problemas - a falta de vocação e a existência dessa estrutura - provocaram um distanciamento da atividade-fim do

promotor, do juiz, enfim, de todos os operadores. Uma luta aqui dentro desse escritório é que cada advogado aqui quer ter um estagiário. Eu digo: "Para quê?". Acho importante ter um estagiário, mas eles já querem para delegar atividades para o estagiário e não fazer. Eu redigo: "Mas se tu não conhecer o teu processo, quem tu espera que vá conhecer?". No meu modo de ver, isso se espalhou por todos os lugares. Hoje eu estou atendendo um colega de São Paulo de um escritório importante, grande, daqueles escritórios que tem 300 advogados, ele não fala sozinho comigo, ele coloca sempre dois ou três assessores juntos. Agora o negócio de delegar para assessores está em todos os lugares, na atividade privada inclusive. Então nós estamos numa crise de vocação. Eu acho, e volto a dizer, que a vocação para o conforto do *homo sapiens* faz com que se use essa estrutura para conforto pessoal em muitas das vezes. E isso afasta o promotor da atividade-fim. E é preciso compreender mais o processo para depois decidir. O promotor também julga, ele faz a sua avaliação.

Memorial: Para encerrar, Doutor, qual é o seu passatempo preferido?

Entrevistado: Bom, são vários passatempos, o preferido é conviver com minha família. Tenho três filhos, esposa, um único casamento, algo que é quase um milagre hoje em dia. Então a minha convivência com a família está acima de qualquer coisa, seja em casa, em uma viagem, qualquer tempo que consigo me dou por muito feliz. Por exemplo, agora no feriadão nós fomos para nossa propriedade rural. Tenho dois filhos trabalhando comigo e uma menina que seguiu outro ramo. Individualmente meu passatempo é o esporte, hoje o esporte com o qual me ocupo é o tênis. E os meus dois vícios são o rádio falado e leitura. Não consigo ficar sem ler alguma coisa e sem

escutar rádio. Televisão eu assisto menos. Então para mim a família, o esporte, o rádio e a leitura me deixam feliz, não preciso de muitas outras coisas, assim já estou satisfeito.

Memorial: Certo, Doutor. Muito obrigada por nos conceder essa entrevista.

Entrevistado: Eu que agradeço a gentileza e a oportunidade!

Cláudio Barros Silva



Cláudio Barros Silva é natural de Porto Alegre. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no ano de 1977. Ingressou no Ministério Público em 1982, onde atuou nas Comarcas de Ibirubá, Guaporé, Erechim, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre. Em 1992 integrou a comissão que elaborou a redação final da Lei Orgânica do Ministério Público. Foi vice-presidente da Associação do Ministério Público durante o biênio de 1998/2000. Foi eleito para exercer o cargo de Procurador-Geral de Justiça no biênio de 1999/2001 e reeleito no biênio de 2001/2003. Recebeu a Medalha de “Serviços Distintos” do Governo do Estado em 2001. Aposentou-se do Ministério Público no dia 6 de abril de 2020.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 09 de outubro de 2018.

Memorial: Sobre a sua carreira no Ministério Público, Dr. Cláudio, o senhor ingressou em abril de 1982, passou pelas promotorias de Ibirubá, Guaporé, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre. Foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 1993, teve ampla experiência na administração superior e foi escolhido Procurador-Geral de Justiça em abril de 1999. Depois foi reconduzido até 2003. Ser o chefe da Instituição foi uma aspiração ou a chegada a esse posto foi circunstancial?

Entrevistado: Nunca tive a aspiração de ser o chefe da Instituição, pois jamais sonhei em ser o procurador-geral. Sempre fui um militante das questões institucionais, um apaixonado pelo que representa a instituição do Ministério Público, e as coisas na minha vida foram acontecendo, que, por certo, foram frutos do meu envolvimento institucional e, assim, certa vez concorri, integrei a lista e fui o escolhido. Quando percebi, eu era o Procurador-Geral de Justiça. Para mim, os fatos ocorreram exatamente assim. Antes de entrar no Ministério Público, por um período, eu exerci a advocacia. Após, estive um ano e meio na Magistratura estadual, exercendo o cargo de pretor e, a seguir, ingressei no Ministério Público. Ingressei na Magistratura em outubro de 1980 e no Ministério Público em abril de 1982. Advoguei em um grande escritório em Porto Alegre, com o meu pai, Zolá Emílio Silva, e com os Doutores Oswaldo de Lia Pires e Célio de Lia Pires, um escritório grande e muito respeitado. Eu queria ser promotor pois tinha grande admiração pelo trabalho do Ministério Público. No final da década de setenta, nós tínhamos, como advogados, grandes promotores como adversários. E, para mim, jovem advogado, um se destacava especialmente, que era um homem dedicado ao seu trabalho e um lutador pelo justo, atuando de forma diferenciada. Esse promotor que me serviu de referência, se chamava

Dirceu Pinto. Ele já é falecido. Dirceu Pinto foi o promotor nomeado pelo procurador-geral para investigar o trabalho de policiais civis, no bairro Menino Deus, que haviam sequestrado os uruguaios Universindo Dias e Lilian Celiberti. O nosso escritório defendia os quatro policiais civis acusados de sequestro. Passei, então, a ter admiração muito grande pelo trabalho do promotor, especialmente pelas dificuldades da época. Naquela época, passávamos por um período muito difícil, com relação a essas investigações contra policiais e contra o sistema político. Alguns anos após, os movimentos sociais levavam à abertura democrática e a abertura do sistema político vigente. Disse ao meu pai que queria ser promotor, pela busca do justo e pelas dificuldades que identificava no trabalho do Ministério Público. E, quando eu fui presidente da Associação do Ministério Público, de 1996 a 1998, nós instituímos a Comenda Dirceu Pinto, que foi criada na nossa gestão exatamente para, com o seu nome, homenagear destacados colegas e amigos da Instituição. Essa comenda é uma distinção e são raríssimas as pessoas que a recebem.

Memorial: Então o Doutor Dirceu Pinto foi fonte de inspiração para o senhor ser promotor de Justiça?

Entrevistado: Foi uma destacada fonte de inspiração, mas eu admirava, também, o trabalho realizado pelo Ministério Público e por seus membros. É admirável o trabalho realizado em defesa da sociedade, dos direitos fundamentais, das liberdades democráticas, do que é justo. E essa é a essência do Ministério Público. Então eu pensava em fazer exatamente o que os membros do Ministério Público estavam fazendo. Deixar de defender interesses individuais para defender o cidadão e a sociedade. Como disse, eu entrei em abril de 1982 no Ministério Público. Cinco meses antes, em 14 de dezembro

de 1981, foi publicada a Lei Complementar nº 40, a esperada Lei Orgânica do Ministério Público brasileiro. Essa Lei Complementar estava prevista na Constituição outorgada de 1969. Quando a junta militar, por emenda, alterou a Constituição federal, passou a constar no texto que “o Ministério Público era um órgão da lei e de sua fiel execução, e que uma Lei Complementar iria organizar o Ministério Público”. Vivíamos, no país, em época de dificuldades democráticas, pois havia restrições às liberdades e ao exercício democrático. Havia um controle severo quanto às instituições públicas e seus servidores, e o Ministério Público e seus membros ficaram aguardando a tramitação e aprovação de sua Lei Complementar por anos. Somente no final de 1981, a Lei Complementar foi aprovada e publicada. Essa lei significou que o primeiro grande passo para a organização do Ministério Público fora dado. Em consequência disso, a década de 1980 foi efervescente para os que entraram ou estavam na Instituição. O Ministério Público estava realmente mobilizado para um processo de ocupação de espaço institucional, pois caminhava para a sua organização e para o seu fortalecimento. Logo depois, em 1985, outro grande passo foi dado, com a aprovação e publicação da Lei da Ação Civil Pública, quando o Ministério Público passou a assumir novas e grandiosas funções para a tutela dos direitos fundamentais e coletivos. Em 1986, iniciou o processo constituinte. O Ministério Público estava mobilizado e se preparou para enfrentá-lo com resultados. Foram realizados congressos, eventos e encontros, com teses e proposições de toda a ordem, visando à organização da Instituição. O Ministério Público realmente se preparou para uma Assembleia Nacional Constituinte. Em um encontro no estado do Paraná, foi aprovada a Carta de Curitiba que expôs o perfil desejado, por seus membros, do Ministério Público. Em razão da mobilização e do trabalho dos membros e de lideranças do Ministério Público no processo constituinte, obtivemos resultado

auspicioso e que nos deu uma instituição totalmente diferenciada no texto da Constituição Federal de 1988. A Instituição se preparou para ter uma postura constitucional diferenciada da que tinha até então e o trabalho realizado por suas lideranças elevou a posição constitucional do Ministério Público. Depois disso, em razão dos avanços que foram conferidos na Constituição, o Ministério Público esteve presente, com destacada posição, em todas as grandes legislações que buscavam mudar a realidade brasileira na época. O Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Defesa do Consumidor, a Lei de Improbidade Administrativa, as leis ambientais, enfim, todas essas legislações que vieram para regulamentar os direitos assegurados na Carta Maior, colocavam sempre o Ministério Público como sendo protagonista e o grande defensor dos interesses da sociedade. Ainda, no período inicial da década de 1990, foram aprovadas a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público dos Estados, Lei nº 8.625/93, e a Lei Complementar nº 75/93, referente ao Ministério Público da União. Com essas novas legislações, adequadas aos novos tempos e às determinações constitucionais, o Ministério Público no âmbito dos estados e da União passou a se organizar. Tínhamos uma nova Constituição e novas leis de organização que determinavam as autonomias, as garantias, os princípios, as prerrogativas, os direitos, as vantagens, os deveres, a escolha da chefia, a iniciativa de leis, enfim, uma série de novas questões, que referiam a tudo que nós nunca tínhamos ainda experimentado. Passamos a nos organizar para desfrutar do novo. Todavia, nada aconteceu de forma imediata, tudo foi conquistado com extremo sacrifício e por muito tempo. As nossas chefias iniciais, pós 1988, foram as que sofreram mais. Todas tiveram grandes desafios para conquistar as novidades. Embora as graves dificuldades estruturais do Estado, hoje em dia a situação é muito mais tranquila para gerenciar o Ministério Público, porque todo mundo reconhece as

autonomias da Instituição. Mas, para conquistar a iniciativa de leis e as autonomias administrativa, funcional, financeira e orçamentária, foi muito difícil. No âmbito dos estados, os governadores não queriam perder espaços de decisão político-institucional. A classe política não queria perder o que antes era seu, o poder econômico tinha receio do fortalecimento e da autonomia da Instituição, e a soma desses dois segmentos tornou muito difícil o processo inicial de consolidação das autonomias. Ainda, nesse período, houve o processo de revisão constitucional e nós achávamos que haveria retrocesso com relação ao que fora conquistado. A revisão ocorreu cinco anos depois da promulgação, mas as propostas não avançaram e a Instituição saiu ileso do processo revisional. Fui promovido para Porto Alegre em 1989 e, logo depois, fui convidado para trabalhar na Corregedoria-Geral, sob o comando do Dr. Luís Carlos Ávila de Carvalho Leite, onde tínhamos um grupo fantástico de colegas que pensavam e viviam a Instituição.

Na Corregedoria-Geral, trabalhei durante dois anos. Sempre saía de casa cedo, deixava os filhos no colégio e ia para a Corregedoria. Certa manhã, eu estava sozinho e trabalhando cedo, e aparece à porta o Dr. Francisco de Assis Cardozo Luçardo que queria falar comigo. Ele, na noite anterior, havia sido escolhido pelo governador do Estado Alceu Colares para exercer o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Ele entrou na corregedoria, onde eu estava trabalhando, e disse: "Cláudio, preciso falar contigo. Eu quero que organize o meu plano de trabalho. Eu gostaria que trabalhasse comigo na administração". Não poderia deixar de aceitar, pois sempre o tive como um grande amigo e colega. Perguntei se ele tinha algumas indicações de alguns colegas, ele me disse que tinha alguns nomes e me deu carta branca para escolher outros. Reunimos os colegas, todos com intensa vida institucional, e fizemos o plano de ação para os dois anos de administração. E

naquele período, eu exerci, por distinção e designação do procurador-geral, diversos cargos de assessoria, exercendo funções, porque não tínhamos ainda, de Diretor-Geral, cargo que foi ocupado posteriormente, pelo colega Ottomar Zilles. Também, exerci o cargo de Secretário-Geral, fui coordenador do GAPP e do Centro de Apoio de Defesa da Cidadania, quando foram criados os CAOs (Centro de Apoio Operacional). Durante os dois anos do seu mandato, eu exerci as mais diversas funções, todas elas ligadas ao seu projeto da gestão. A administração do Dr. Francisco Luçardo foi diferenciada e a Instituição avançou muito, especialmente concretizando as autonomias. O Dr. Francisco Luçardo havia dito que não iria concorrer à recondução e resolveu encaminhar a sua aposentadoria, quando findou o seu mandato. Quando terminou o mandato dele, eu também saí e fui ajudar no trabalho na Associação do Ministério Público. Fui diretor do departamento do interior, na gestão do colega Voltaire de Lima Moraes, e diretor da Revista do Ministério Público na gestão do colega Paulo Emílio Jenisch Barbosa. Depois, fui vice-presidente da Associação do Ministério Público, na administração do colega Paulo Ricardo Tonet Camargo de 1992 a 1994. Em 1994, fui candidato a presidente da Associação. Nós tínhamos um grupo grande e sólido de idealistas e o grupo todo entendeu que eu estava pronto e que deveria concorrer à presidência da Associação. Fui eleito e foram dois anos extremamente difíceis na Associação, porque havíamos mudado todo perfil de gestão administrativa, na época do colega Paulo Emílio Jenisch Barbosa, e as consequências da mudança de perfil se deram exatamente na minha administração, com reclamações trabalhistas propostas por antigos funcionários e outros problemas naturais dessas grandes mudanças. Mas passamos bem por esse período, também. Quando terminei o meu mandato, em outubro de 1996, o colega Sérgio Gilberto Porto me procurou. Éramos amigos, pois tínhamos

trabalhado juntos em Alvorada, ele promotor de Justiça e eu pretor. Era dezembro e o Sérgio me perguntou: “Cláudio, tu vais concorrer ao cargo de Procurador-Geral de Justiça?”. Eu disse: “Não, Sérgio, eu não vou, eu recém encerrei o mandato na Associação e acho que a Associação não deve ser o caminho direto para ser Procurador-Geral de Justiça”. Essa sempre foi a minha posição, pois entendia ser muito diferente o trabalho corporativo do trabalho institucional. Disse ao Sérgio que não iria concorrer, daí ele me perguntou: “Então tu me apoias, vamos trabalhar juntos?”, eu disse, “Tu não precisas nem me perguntar, sempre terás o meu apoio”. Como eu disse, nós tínhamos trabalhado juntos, o Sérgio é um professor de vida, um colega excepcional, diferenciado no trato e na relação. Então nós começamos a caminhada para elegê-lo, de preferência para que fosse o mais votado, e depois para que fosse o escolhido ao cargo. Disse a ele que, muito provavelmente, estaríamos trabalhando juntos. Identificamos na campanha eleitoral que era necessária a criação de mais um cargo de subprocurador. Nós tínhamos um cargo que se chamava Procurador Adjunto ao Procurador-Geral, que era o responsável pelas questões jurídicas e administrativas, com funções vastíssimas e difíceis de enfrentar. O Sérgio foi o mais votado e foi o escolhido pelo governador Antônio Britto. Fazíamos reuniões diariamente na casa do Sérgio e começamos a organizar o perfil da sua administração. Decidimos transformar o cargo de Procurador Adjunto em Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e criar outro cargo de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, pois era importante separar as duas estruturas. No momento em que encaminhamos o projeto de lei para a Assembleia, ele me pediu para escolher qual dos cargos que eu queria exercer, porque ele iria manter o colega Odilon Rebés Abreu, que fora o procurador adjunto na gestão anterior do colega Voltaire de Lima Moraes. E eu lhe disse, “Não, deixa o Odilon

escolher, o que ele escolher é o dele e o outro eu assumo”. Então ele escolheu continuar no cargo, na área jurídica mesmo, e eu assumiria o novo cargo, tão logo aprovada a nova lei que o criava. Assim, quando o Sérgio assumiu, em 1997, não tínhamos o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos. Criamos o cargo e eu fui o primeiro a exercê-lo. Até então não tínhamos perfil administrativo nenhum, estávamos experimentando as coisas. Os procuradores de Justiça ganhavam 5% a menos que os desembargadores. Porque, naquela época, havia o Tribunal de Alçada e os procuradores de Justiça ganhavam a mesma remuneração que os juizes de Alçada. Enquanto que os desembargadores ganhavam 5% a mais. Nós mandamos o projeto, corrigimos essa situação e começamos a trabalhar fortemente no sentido de mudar o perfil da Instituição. Na época, o orçamento do Ministério Público era cerca de 70 milhões de reais. Quando o Sérgio assumiu, começamos a organizar o Ministério Público. Logo depois, convidamos diversos colegas para vir trabalhar na administração, também, como assessores e na chefia de gabinete. O colega Odilon Abreu foi indicado para a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS (AGERGS) e o colega Paulo Ricardo Tonet Camargo passou a ser o novo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Logo o Tonet Camargo foi convidado para trabalhar no Ministério da Justiça, no DEPEN (Departamento Penitenciário), e o colega Glênio Amaro Biffignandi, que era o chefe de gabinete, assumiu o cargo de subprocurador para Assuntos Jurídicos em seu lugar. Na chefia de gabinete, assumiu o colega Roberto Bandeira Pereira. Ainda, nessa época, o colega Glênio concorreu e foi eleito ao cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, substituindo o colega Carlos Otaviano Brenner de Moraes. O colega Antônio Carlos de Avelar Bastos assumiu o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Eu fiquei praticamente os dois anos no mesmo cargo, desde

a criação do cargo trabalhei como Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos. No final do ano de 1998, tivemos eleições no Estado. No primeiro turno, o então governador Antônio Brito venceu com boa margem de votos, mas acabou perdendo a eleição no segundo turno por cerca de 50.000 votos. Diante da nova situação, o colega Sérgio Gilberto Porto entendeu de não concorrer novamente e nós que estávamos na administração, com projetos de avanços administrativos e de gestão, que não tínhamos vínculos com governo, pois pensávamos na Instituição, entendemos de organizar três nomes que viessem a dar continuidade ao que já estávamos fazendo na gestão do Sérgio.

Memorial: Essa situação ocorreu após a eleição do governo do Olívio Dutra?

Entrevistado: Exatamente. Alguns colegas mais próximos do novo governo fizeram uma sondagem. Foi apenas uma sondagem e nada oficial. Com a indicação dada, resolvemos organizar três nomes para formar a lista tríplice com colegas que estavam comprometidos com a administração. A ideia era indicar três nomes com respaldo interno e, no grupo que administrava, quatro colegas estavam aptos e se habilitaram como possíveis candidatos: Adalberto Pasqualotto, que era o supervisor das coordenadorias, Carlos Otaviano, que fora corregedor-geral, Ricardo de Oliveira Silva, coordenador do setor de recursos, e eu que era subprocurador-geral. O colega Adalberto Pasqualotto, extremamente preparado, que fora diretor da FMP, decidiu recuar e ficaram os outros três nomes. Como fora eleito um novo governo que assumira em janeiro e a nossa eleição era em março, três colegas que tinham uma aproximação maior com o governo, apresentaram os seus nomes em fevereiro, no prazo de

inscrição. Eram os colegas Lênio Streck, Enrique Lair Athaídes e José Túlio Barbosa. A eleição ficou marcada por serem três nomes em uma chapa de situação contra os outros três nomes de oposição. A lista foi constituída pelos três nomes que apoiavam a administração. Eu não fui o mais votado, fiquei em terceiro lugar, uma diferença de cerca de quarenta votos entre o primeiro e o terceiro. Os votos poderiam ser plurinominais e nós pedimos votos para os três candidatos afinados com o mesmo propósito. A diferença das chapas foi de cerca de quatro votos por um.

Memorial: A proposta dos candidatos da lista que ganhou era a mesma, e a indicação de chapa foi para evitar ingerências?

Entrevistado: Nós não tínhamos relações e não conhecíamos o novo governo que havia tomado posse em janeiro, conhecíamos as pessoas, o Partido dos Trabalhadores, mas não sabíamos como seria o governo. Não teríamos concorrido se o nome do colega Sérgio Porto tivesse viabilidade. A ideia era fazer a lista fechada para evitar que o governador escolhesse um colega que não estivesse compromissado com o perfil de gestão e de administração que havíamos decidido anteriormente. Com isso, por algumas razões que eu desconheço até hoje, eu fui o escolhido. Fui o terceiro na lista, mas fui escolhido. Pela segunda vez, após 1988, o governador escolheu o terceiro da lista. Na primeira vez, o Dr. Francisco de Assis Cardoso Luçardo e depois o meu nome. Como toda a eleição no Ministério Público, ficaram algumas sequelas que necessitavam ser curadas. Na época, tínhamos cerca de seiscentos membros, que eram os eleitores. A disputa em chapas causou uma divisão e a escolha do terceiro, outra. Então, os meus dois primeiros anos foram exatamente no sentido de apaziguar e organizar o Ministério Público gaúcho,

dando continuidade ao trabalho que já estávamos desenvolvendo. Assumi no início de abril de 1999. Tínhamos um orçamento, em 1997, de menos de 80 milhões. Quando assumi, o orçamento era de 130 milhões e entregamos, no final da administração do colega Roberto Bandeira Pereira, com quase 500 milhões. Os que estavam na administração queriam mudar o perfil do Ministério Público, instituição tão bem colocada no texto da Constituição de 1988. Buscávamos realmente as autonomias administrativa, financeira, orçamentaria e funcional. Quando o colega Sérgio Porto assumiu, nós não tínhamos dinheiro para comprar um equipamento de informática. Os colegas compravam os seus equipamentos de trabalho. Foi aí que começamos a acertar o nosso passo rumo a nossa modernidade. Lembro-me de situações vivenciadas que demonstram a responsabilidade do gestor e a preocupação que devemos carregar. Na época do Sérgio Porto, nós necessitávamos de recursos para investimento e não tínhamos. Queríamos investir na compra de equipamentos, realizar concursos, construir prédios e os recursos eram escassos realmente. Nós, basicamente, pagávamos vencimentos a membros e servidores ativos. Na época, os inativos estavam por conta do Poder Executivo. Como subprocurador para Assuntos Administrativos, era quem discutia orçamento pelo Ministério Público. O Sérgio Porto confirmará o que estou dizendo. O episódio é real. Não tínhamos orçamento para investimento e não conseguíamos avançar. O Sérgio não conseguia dormir e, certo dia, ele chegou cansado e estressado e me pediu: “Cláudio, vê se tu resolves o problema do nosso orçamento”, pois esta era a função do subprocurador para Assuntos Administrativos. Eu fui falar com o secretário do planejamento, Brum Torres, que conhecíamos por Caçapava, ele era filho de um promotor de Justiça, homem público e professor de extrema competência. Eu disse para ele: “Nós não temos condições de fazer nada, não temos dinheiro para

comprar computadores”. Ele, de forma receptiva, ouviu e procurou demonstrar as dificuldades pelas quais passava o Estado. Ele era muito amigo do Sérgio Porto, que havia sido subchefe da Casa Civil no governo Brito. Na medida em que eu disse isso para ele, ele deu uma “chorada” e disse: “Olha, nós vamos ter que fazer alguma coisa, o Sérgio Porto me pediu”. Então ele me disse: “Eu vou fazer uma proposta para vocês e eu me comprometo a cumpri-la. Nós vamos diminuir 10% do valor do orçamento para pessoal – o nosso orçamento naquela época era basicamente com despesas para pessoal, que representa praticamente 97% do orçamento”. Ele disse: “Vamos tirar 10% do pessoal e vamos alocar esses 10% em investimento. Eu me comprometo a suplementar para pessoal, se houver a necessidade. Mas eu peço para vocês não gastem de forma excessiva nesse ano com pessoal, mas, se for necessário suplementar, eu suplemento. Está bom para vocês?”. Eu disse a ele: “Bom, por mim, está resolvido, mas vou levar a proposta ao procurador-geral”. Pela proposta, nós sairíamos de setecentos mil reais para investimentos no ano e passaríamos a ter quase oito milhões de reais. Nós poderíamos, pela proposta, realizar uma grande mudança no perfil da Instituição. Eu levei a proposta, em um expediente, para o Sérgio Porto, que a levou para casa. O Sérgio Porto ficou dois dias sofrendo e preocupado em aceitá-la. Ele ficou sem dormir e me dizia, quando lhe cobrava: “Mas, Cláudio, se não me repassarem os recursos para pessoal e nós não tivermos dinheiro para pagar os vencimentos dos membros e dos servidores?”. Ao que eu respondi: “Bom Sérgio, nós vamos ter que confiar e o secretário do planejamento parecer ser extremamente correto”. E, de fato, nós confiamos e deu tudo certo. Aquela inversão orçamentária sugerida pelo secretário do planejamento foi extremamente importante para a Instituição com relação aos seus futuros investimentos. A proposta entrou em vigor no ano seguinte e restou consolidada. Quando assumi

um ano e pouco depois, nós já tínhamos outra configuração e a luz começava a aparecer com mais intensidade. Nós identificamos um sério problema no Ministério Público quando assumimos com o Sérgio Porto. O Ministério Público era uma pirâmide invertida e tínhamos que virar a pirâmide para poder ter folego e organizar a gestão e a atuação funcional. Essa era a nossa intenção e nos dedicamos com intensidade a essa tarefa. A base da pirâmide invertida era de servidores da Instituição. Tínhamos cerca de duzentos e poucos servidores, todos alocados em Porto Alegre, muitos deles cedidos pelo Poder Executivo. O Ministério Público não tinha servidores no interior e, sequer, locais para exercer a sua missão. A maioria dos servidores tinha realizado concurso ainda quando o Ministério Público não tinha autonomia administrativa e financeira. Os concursos eram realizados pelo Poder Executivo e os servidores eram direcionados à Procuradoria-Geral do Estado ou à Procuradoria-Geral de Justiça. No topo da pirâmide invertida, o Ministério Público tinha quase seiscentos membros em todo o Estado. Então, eram quase seiscentos membros para duzentos servidores e, praticamente, todos servidores alocados na Procuradoria-Geral. Com isso, quando assumimos, realizamos um grande encontro de gestão em Caxias do Sul organizado pelo colega Afonso Armando Konzen, que era o supervisor das coordenadorias, e lá decidimos que nós teríamos que “inverter a pirâmide”. E, de fato, no meu período de administração, nós criamos mais de dois mil e quatrocentos cargos de servidores de provimento efetivo e realizamos os concursos de ingresso, alocando a sua atuação, basicamente, nas promotorias de justiça que havíamos criado, no interior do Estado. Ainda, nomeamos cerca de oitenta membros e passamos a construir os novos prédios para os colegas terem condições dignas de trabalho. Nós tínhamos uma equipe extremamente afinada, o Antônio Carlos de Avelar Bastos era o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos

Jurídicos, o Roberto Bandeira Pereira era o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e nós transformamos o cargo de supervisor das coordenadorias em Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais. Como disse, o supervisor das coordenadorias era o colega Afonso Armando Konzen, que logo foi eleito diretor da Escola, e o colega Mauro Henrique Renner assumiu o cargo de subprocurador-geral.

A ideia era não aumentar muito o número de membros, mas, sim, aumentar muito o número de servidores. Mas mesmo assim, nomeamos uma turma de oitenta e poucos promotores de Justiça. E o Roberto Bandeira Pereira, logo depois, nomeou outra turma de oitenta e poucos promotores de Justiça. Foram duas turmas, uma atrás da outra, mais de cento e sessenta novos promotores de Justiça que entraram naquele período. Então passamos a ter estrutura boa de servidores, com o acerto orçamentário e, também, passamos a ter condições para estruturar fisicamente o Ministério Público. A ideia era que nós saíssemos dos fóruns, que as pessoas soubessem onde os promotores de Justiça trabalhavam para defender os seus interesses. Com isso evitaríamos questões que incomodavam os membros do Ministério Público. Durante muito tempo, o simples fato de recorrer de uma sentença poderia levar a situação embaraçosa de pedir a devolução do gabinete nos fóruns. Isso era um incômodo para os membros do Ministério Público. Quando assumimos com o Sérgio Porto, a Instituição só tinha um prédio e, quando terminamos o nosso trabalho, no final da gestão do colega Roberto Bandeira Pereira - ficamos dez anos na administração (seis como subprocurador para Assuntos Administrativos e quatro como procurador-geral) - nós entregamos mais de cento e quarenta prédios. Nós trabalhávamos juntos, sempre o Bastos, o Roberto, o Mauro e eu. De fato, esse grupo ficou oito anos, sendo que o Roberto, o Bastos e eu trabalhamos,

ainda, com o Sérgio Porto. Ao todo, foram dez anos contínuos de dedicação à alta administração do Ministério Público. O grupo sempre foi muito afinado, pois tínhamos os mesmos propósitos e pensávamos as mesmas coisas. Eram colegas que tinham uma ideia de um Ministério Público diferenciado, vinculado às transformações sociais e dedicado à realização de direitos. Ninguém é o dono dessa obra, mesmo no anonimato, muitas mãos trabalharam para fazer acontecer. Se olharmos esse prédio das Torres, por exemplo. Nós conseguimos um terreno com o governador Olívio Dutra na avenida Ipiranga. Passados pouco mais de um mês, o arquiteto Hugo Pasquini fez uma sondagem no terreno e disse: “Olha, Doutor, não dá para construir nada lá. Alguns metros de profundidade no terreno passa um duto do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) e não é possível construir um prédio porque, havendo problemas no duto, embaixo do prédio, vamos ter que desmanchá-lo para corrigir o problema. Então não é possível que façamos um projeto lá”. Na época, o colega Roberto Bandeira Pereira era o encarregado das tratativas e voltou a conversar com o governo. O colega Roberto conseguiu trocar o terreno por um que era da Secretaria da Saúde, onde edificamos a nossa nova sede, conhecida por Torres Gêmeas. Conseguimos o terreno, fizemos o projeto no Departamento de Engenharia e Arquitetura do Ministério Público e abrimos a licitação para a execução do projeto. Como Procurador-Geral de Justiça, tive a honra de assinar o contrato para a realização da obra e iniciamos a construção, ainda na minha gestão. Terminamos a obra na administração do colega Roberto Bandeira Pereira cerca de dois anos depois. Essa obra teve alguns problemas, porque a empresa que ganhou era uma empresa forte do estado do Ceará, onde estava fazendo o Estádio Castelão em Fortaleza. Creio que eles acharam que nós faríamos aditivos ao contrato e jogaram o preço bem baixo, cerca de dois milhões a menor do que a empresa

que ficou em segundo lugar. Nós tínhamos muitos controles e o Departamento de Engenharia e Arquitetura estava muito organizado na fiscalização. No fim da obra, a empresa teve que repassá-la para uma empresa aqui do sul, que a terminou.

A nossa sede não tem nada de mais, é um prédio simples e barato, como são todos os nossos prédios. Nós ainda construíamos mais de três mil metros quadrados em Caxias do Sul, mais de três mil metros quadrados em Santa Maria, também em Rio Grande, em Pelotas, em Passo Fundo, em Novo Hamburgo, em Canoas, ou seja, nós fizemos obras em praticamente todas as promotorias de Justiça de porte grande, médio e pequeno, havendo prédios com dez andares. E, também, conseguimos o terreno da rua Santana e construímos lá um prédio para abrigar as Promotorias de Justiça Especializadas de Porto Alegre. Nesse período, construímos mais de cem mil metros quadrados. O Ministério Público, assim, passou a ter uma estrutura material permitindo que os procuradores, os promotores de Justiça e os nossos servidores trabalhassem com dignidade e pudessem ter identidade com a Instituição, que era o que nós mais precisávamos. As pessoas deveriam saber que, naquela casa cinza com azulejo azul, trabalham as pessoas do Ministério Público, os promotores de Justiça e os nossos servidores. Essa identidade foi para nós chave naquele momento histórico. Mas não adianta termos estrutura de pessoal, termos prédios e não termos uma estrutura técnica e estrutural para dar sustentação ao trabalho. Então nós passamos a investir maciçamente em tecnologia da informação. Estruturamos muito bem o Ministério Público nesse setor. Ou seja, passamos a ter, em todos os cantos desse nosso estado, promotorias de Justiça bem estruturadas e ágeis, permitido que a Instituição realizasse um trabalho diferenciado em qualquer setor.

Memorial: Foi também na sua gestão que começou o sistema de gerenciamento das promotorias.

Entrevistado: Sim, nós iniciamos os projetos. Criamos as promotorias de Justiça, que eram grandes escritórios e tínhamos que ver como funcionavam as promotorias, a estrutura de pessoal, o mobiliário, a estrutura de informática, bem como colocar os processos e os procedimentos para dentro do sistema. Assim, tínhamos o controle da promotoria de Justiça, não a fiscalização dos membros e servidores, mas os resultados dos investimentos realizados, bem como facilitar o trabalho realizado. Lembro quando alguns colegas referiam que, ao ligar o sistema, a administração superior lhes dizia bom dia e estava no controle. Esses são os controles que têm todos os sistemas, pois sempre vai haver algum controle. Tudo aconteceu naturalmente e realizávamos o que havíamos projetado e planejado. Quando eu me submeti ao processo de recondução, a situação estava muito tranquila. Quando decidi concorrer à recondução, nós não tínhamos três candidatos, pois era apenas o candidato habilitado da situação. O colega José Túlio Barbosa inscreveu-se como opositor ao meu nome. Os colegas se reuniram e decidiram que dois não iriam recusar e não retiraram o nome. O colega José Túlio Barbosa acabou por não ingressar na lista e eu recebi 497 votos dos colegas. Só dez colegas, dos que votaram, não registraram o voto no meu nome. O processo de recondução registrou, maciçamente, a vontade de dar continuidade ao trabalho que estávamos fazendo. No início, alguns colegas falavam que nós iríamos quebrar o Ministério Público. Com a estrutura conferida, os colegas e servidores passaram a trabalhar com muito mais dignidade, pois que lhes foram melhoradas as condições de trabalho. Terminado o mandato, o colega Roberto Bandeira Pereira me sucedeu. Eu exerci quatro anos o cargo de Procurador-Geral de

Justiça e o Roberto, que era meu subprocurador, ficou quatro anos também. Nesses quatro anos, atuei como seu subprocurador. Quando encerrou o mandato do Roberto, assumiu o colega Mauro Renner, que também foi subprocurador nas gestões do Roberto e na minha. Nós entendíamos que estava na hora de sairmos da Administração, o Roberto, o Bastos e eu. O Mauro continuaria com o nosso apoio e ele foi indicado na lista e foi o escolhido. O Mauro escolheu uma equipe nova para trabalhar com ele, colegas extremamente qualificados que já tinham trabalhado conosco, como assessores, na administração e que compuseram a administração dele com muito sucesso. O Mauro administrou por dois anos e, depois, assumiu a colega Simone Mariano da Rocha, também por dois anos. Após o mandato da colega Simone, assumiu o colega Eduardo de Lima Veiga, que foi reconduzido. Depois do Eduardo, assumiu o colega Marcelo Lemos Dornelles, que era seu subprocurador, exercendo o cargo por dois anos. O colega Fabiano Dallazen sucedeu ao colega Marcelo e restou reconduzido. Esse foi um processo natural, no qual os colegas que acumularam experiências na administração, como subprocuradores ou assessores, com larga folha de serviços prestados, tiveram os seus nomes respaldados em processo de formação de lista pelos colegas do Ministério Público. Quando terminou o mandato do colega Roberto, eu disse aos meus colegas que iria “dar uma parada”. O Roberto era o candidato do Ministério Público gaúcho ao Conselho Nacional do Ministério Público. Eu era candidato para a primeira composição do Conselho Nacional, mas não havia lei que regulamentasse o processo e as indicações foram políticas. O Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça resolveu antecipar as indicações, em razão da nova lei aprovada, para o mês de janeiro. Como o mandato do Roberto terminava em abril, ele me procurou e disse: “Olha, Cláudio, eu não posso concorrer estando no cargo de Procurador-Geral de Justiça e

tu serás o candidato do nosso Ministério Público”. Assim, passei a ser candidato, embora não tivesse pleiteado o cargo. Dois anos antes até estava pronto para assumir, mas não dois anos depois. Com a indicação no Estado pelos colegas, coloquei o meu nome aos demais Ministérios Públicos. Como sempre tive ótima relação nacional e reconhecimento pelo trabalho que realizávamos, a minha indicação pelos Procuradores-Gerais de Justiça foi tranquila e o meu nome entrou no primeiro escrutínio. Fui sabatinado no Senado Federal e o meu nome foi aprovado, tendo sido nomeado Conselheiro Nacional. E tive uma recondução no Conselho Nacional. Lá fiquei quatro anos e, até hoje, fui o único colega do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul que conseguiu ir para o Conselho Nacional. A cada dois anos, temos candidatos habilitados e indicados, mas que não têm tido respaldo no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça. Essa foi a minha trajetória e, pelo que observamos, as coisas foram acontecendo na minha vida. Ao encerrar os meus períodos no Conselho Nacional do Ministério Público, retornei às minhas funções como Procurador de Justiça Criminal, com atuação preferencial junto à 1ª Câmara Criminal, e voltei a trabalhar com os meus processos. Também, não poderia deixar de colaborar com a Instituição e aceitei concorrer ao Conselho Superior do Ministério Público, bem como voltei a participar do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, onde era membro nato. No Conselho Superior fiquei quatro anos e, após dois anos fora, retornei pelos votos dos colegas àquela honrosa função, até requerer a minha aposentadoria. Assim que eu dediquei a maior parte da minha vida à Instituição do Ministério Público, a quem devotarei respeito e honra por tê-la servido com muita paixão. Como referi, as coisas aconteceram na minha vida naturalmente.

Memorial: Sim. Fica bem claro que era um projeto, um projeto

de longo prazo, no qual, obviamente, vários membros ocuparam o cargo de Procurador-Geral de Justiça, mas havia união, era um time.

Entrevistado: Não tenho dúvidas. Trabalhamos juntos por muitos anos e, no momento em que achamos que tínhamos que sair, tranquilamente, retornamos às nossas funções naturais. Ninguém havia pedido para que saíssemos, mas achávamos que o nosso tempo havia esgotado e que necessitávamos de novas lideranças. Saímos naturalmente e vieram outros colegas que haviam trabalhado conosco – os colegas Mauro, Simone e Eduardo. Só os dois últimos Procuradores-Gerais de Justiça, os colegas Marcelo Dornelles e Fabiano Dallazen, porque eram bem mais jovens, não trabalharam nas nossas administrações. O colega Mauro foi subprocurador-geral na minha gestão e na do colega Roberto. A colega Simone trabalhou comigo, foi minha coordenadora, durante quatro anos, da área da Infância e da Juventude, tendo trabalhado dois anos com o colega Roberto. O colega Eduardo trabalhou comigo na assessoria jurídica. Portanto, todos extremamente experientes e dedicados à Instituição.

Memorial: E foi um período de mudança mesmo no perfil do Ministério Público.

Entrevistado: Não tenho dúvida alguma. Foram realizadas grandes modificações no perfil da Instituição. Ainda tenho os gráficos da nossa evolução, gráficos que mostram como a coisa aconteceu. Hoje, quando nos reunimos e falamos desse período, chegamos a achar graça do que foi feito, às vezes. Parece que não foi real. As gerações mais novas não conhecem as dificuldades e as privações que tínhamos, pela falta de estrutura, de autonomias e de

iniciativas. As coisas e os ajustes foram acontecendo. Hoje, quando nos reunimos, ao conversarmos sobre aquela época, até achamos engraçado, pois realizamos o que havíamos estabelecido como prioridade. Tivemos grandes desafios, mas acabamos superando. O primeiro foi o que referi acima, na época do Sérgio Porto, que foi, para mim, o primeiro passo seguro para mudar o orçamento do Ministério Público. Quando recebemos a proposta do secretário Brum Torres, o Sérgio, como ordenador de despesas, ficou preocupado, mas nós lhe dissemos: “Vamos, vamos adiante, vamos arriscar, pois, se não arriscarmos, não vamos mudar. Temos que tentar”. E deu tudo certo, não houve problema nenhum. Depois, construímos o prédio das Torres e restauramos o Palácio do Ministério Público, na Praça dos Poderes. O Palácio foi casa dos três Poderes e estava afetado ao Poder Judiciário. O negócio foi feito pelo Sérgio Porto e por mim junto ao Tribunal de Justiça. Nós estávamos fazendo uma visita ao presidente do Tribunal, que, na época, era o desembargador Cacildo de Andrade Xavier, quando ele nos disse: “Eu preciso arrumar a cedência do terreno atrás do Tribunal de Justiça, na Perimetral. Esse terreno é da Procuradoria do Estado, vocês podiam nos ajudar!”. O Sérgio disse: “Eu vou trabalhar para que eles cedam para o senhor com o compromisso seu de, no terreno que eles indicarem, o Tribunal de Justiça auxiliar no custo da construção do prédio da Procuradoria do Estado”. O presidente aceitou a sugestão do Sérgio Porto e nós nos reservamos a ter ali, no estacionamento, vinte vagas para os colegas do Ministério Público que estivessem trabalhando perante o Tribunal de Justiça. O Sérgio fez gestões com o governo do Estado e com a Procuradoria-Geral do Estado, e conseguimos realizar todo esse acerto. Quando estávamos no meio das conversas na sede central do Poder Judiciário, na Praça da Matriz, eu perguntei ao presidente: “O que o Tribunal fará com o prédio da esquina?”. O prédio estava caindo

aos pedaços e ele disse: “Nós vamos devolver para o Poder Executivo”. Eu disse, então, ao presidente: “Não, vamos fazer o seguinte, o Poder Judiciário repassa para nós. Vamos ajeitar e restaurar o prédio para o Ministério Público”. Disse o presidente que o faria “com o maior prazer!”. Logo entabulamos a forma de afetar o prédio, dentro da estrutura do Estado, para nós. Quando assumi a chefia da Instituição, não tínhamos recursos previstos para esse investimento. Certo dia, pela manhã, no inverno do ano 2000, chovia muito, e nós, o Roberto e eu, tínhamos uma audiência com o governador Olívio Dutra no Palácio Piratini para resolver problemas de interesses do Ministério Público. Estávamos com o governador e o pessoal da Casa Civil, quando, lá pelas tantas, colocamos o assunto referente ao Palácio, conhecido como Forte Apache, na mesa. Então, eu disse: “Governador, nós estamos com o prédio que vai cair. Com essas chuvas, daqui a pouco cai uma parede daquelas em cima das pessoas, vão dizer que nós, o senhor e eu, somos responsáveis por isso”, ao que ele prontamente respondeu: “Realmente, nós precisamos resolver esse problema”. No que o Roberto, então, sugere: “O senhor não quer dar uma olhadinha no prédio que é ali na esquina, no outro lado da Praça? Ir lá para ver a real situação?”, então ele aceitou e fomos juntos visitá-lo. O governador ficou apavorado com as condições físicas e estruturais do prédio.

Memorial: O governador era o Olívio Dutra?

Entrevistado: Sim. Olhamos o prédio e retornamos ao Palácio Piratini caminhando e conversando, quando o governador disse: “Vamos fazer o seguinte, Dr. Cláudio, vamos tentar arrumar os recursos necessários para fazer a restauração. Todavia, os recursos que serão repassados não podem gerar aumento no orçamento

do Ministério Público, pois se estiver orçado, os demais poderes e instituições também terão demandas. Os recursos estarão fora e nós suplementaremos na medida das necessidades”. Então, disse que iríamos providenciar o projeto e iniciar a obra. Disse ao governador que faríamos a obra, com apoio do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) , em dois anos e o Poder Executivo suplementou o custo da restauração. A Instituição deve muito ao governador Olívio Dutra e, tempos depois, o colega Eduardo de Lima Veiga, quando Procurador-Geral de Justiça, prestou uma justa homenagem ao governador no Palácio do Ministério Público. O Poder Executivo cumpriu com o que havia se comprometido e os recursos eram repassados para serem executados pelo Ministério Público. Como os recursos foram executados, no final de cada ano, os valores executados eram consolidados no orçamento anual do Ministério Público, aumentando o investimento da Instituição. Com isso, o nosso orçamento para investimentos, na época, aumentou em mais de três milhões sem que tivéssemos maior desgaste nas discussões orçamentárias. O mesmo aconteceu na construção da sede central, conhecida por Torres Gêmeas. Disse ao governador que tinha o terreno, mas não tinha recursos para construir o prédio. Disse a ele que faríamos o projeto e o governador acenou com a possibilidade de repassar recursos. Nós nos comprometemos a devolver alguns prédios que tínhamos, como o das coordenadorias e o da Tristeza e ajustamos a construção, sem comprometimento do nosso orçamento para investimento. Combinamos que seriam repassados cerca de doze milhões por ano, para uma obra que seria construída em três anos. Eram 36 milhões, mas na base de doze milhões por ano, por fora do orçamento, como crédito suplementar, cujo valor estaria vinculado à construção da obra. No final do exercício orçamentário, como os recursos repassados haviam sido executados, os valores referentes

eram consolidados no nosso orçamento. Então o orçamento para investimento aumentou, em três anos, cerca de quarenta milhões e, em razão disso, passamos a ter fôlego para realizarmos as obras em todo Estado, a ter recursos para investirmos fortemente em tecnologia e em estrutura. Realmente aproveitamos a oportunidade e tivemos um crescimento orçamentário diferenciado. As administrações que nos sucederam - o Roberto, o Mauro, a Simone e o Eduardo - tiveram a oportunidade de realizar, com sucesso, os investimentos planejados. O governo Rigotto sucedeu ao governo Olívio e os que entraram não sabiam sobre os repasses e os valores que foram consolidados ao orçamento. O nosso de crescimento se deu, muito, em razão da boa vontade demonstrada pelo governador Olívio Dutra e por seus assessores diretos. Também, o prédio da avenida Santana, que era da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), foi incorporado ao nosso acervo da mesma forma. Todos tiveram exatamente esse perfil, pois fomos buscando recursos que não estavam no orçamento, já que não tínhamos dinheiro para fazer. Ao conseguir os recursos, os valores executados eram consolidados no orçamento. Nada poderia ser feito, com esse sucesso, sem a colaboração de todos, especialmente da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos comandada por Roberto Bandeira Pereira e seus assessores nesta área que eram diferenciados como Jorge Antônio Machado, diretor-geral, Carlos Umsza, subdiretor-geral, Hugo Pasquini, coordenador do Departamento de Engenharia e Arquitetura, Heriberto Roos Maciel, colega e responsável pelo controle dos contratos, Luiz Pedro Leite, colega que controlava as licitações e os gastos, nossos servidores dos setores de orçamento e finanças, enfim, uma gama enorme de pessoas envolvidas.

Memorial: Sobre o Palácio, Doutor, foi importante a questão

simbólica de colocar o Ministério Público na Praça da Matriz na época?

Entrevistado: Não há dúvidas sobre o simbolismo de ter um palácio na Praça da Matriz, junto com o Palácio Piratini, o Palácio Farroupilha e o Palácio da Justiça. Inauguramos a obra de restauro no final do ano 2002. Como Procurador-Geral de Justiça, usava o Palácio como local de trabalho do Ministério Público. Na época, ainda estávamos no prédio da rua Andrade Neves. Também o colega Roberto, que me sucedeu, administrou o Ministério Público no Palácio. Quando terminamos a obra das Torres, na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, o colega Roberto já era procurador-geral e eu era seu Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos, então a decisão foi mudar o gabinete para o novo prédio, mantendo um gabinete de representação, com o Memorial do Ministério Público no Palácio. A mudança ocorreu naturalmente, pois havia a necessidade de trabalharmos juntos e próximos do fórum e do Tribunal de Justiça. Antes da mudança, muitos colegas e servidores trabalhavam no edifício Dona Ziza, que era muito próximo do Palácio, mas que era um prédio alugado. Quando nos mudamos para as Torres, a administração também acompanhou. Sempre achei que devêssemos ter agendas e expediente no Palácio uma ou duas vezes por semana, pois estávamos em um prédio histórico, que, restaurado, ficou muito bonito, bem como por todo esse aspecto simbólico, a Praça da Matriz, os três Poderes e o Ministério Público. Lembro que, quando inauguramos o Palácio, fiz questão que o governador Olívio Dutra, o presidente da Assembleia Legislativa, que era o deputado Sérgio Zambiasi, e o presidente do Tribunal de Justiça, que era o desembargador José Eugênio Tedesco, falassem na solenidade. Os três, quando falaram, destacaram a importância da Instituição, a necessidade de ela estar

na Praça dos Poderes, em razão das suas autonomias. O Palácio tem grande importância histórica para o nosso Estado, pois nele se passaram diversos episódios descritos da nossa história, inclusive foi a casa de governo de Borges de Medeiros. O Palácio tem atividade multiuso e hoje abriga o Memorial, bem como nele são realizadas reuniões e cursos. Ontem eram realizados eventos e até restaurante ele possuía.

Memorial: Eu sinto tanta saudade!

Entrevistado: Todos nós sentimos. Foi uma época diferenciada e de consolidação institucional. Poderíamos usar mais e melhor aquela relíquia presente na Praça dos Poderes, mas essa utilização depende da vontade e da visão de quem tem o compromisso de administrar o Ministério Público. Por certo, as Torres oferecem mais conforto aos colegas e servidores, pois temos estacionamento, gabinetes e ambiente de trabalho de ponta, restaurante, banco, salas de convivência, auditórios e salas de reuniões, o que facilita o trabalho de cada um. No centro, não temos esse conforto, pois não há estacionamento e outros benefícios, mas, para todos os efeitos, temos todo o simbolismo da Praça dos Poderes e do Centro Histórico de Porto Alegre.

Memorial: O Memorial começou na sua gestão e foi uma ideia sua, do grupo em geral, de quem partiu a ideia do Memorial?

Entrevistado: O Ministério Público sempre se preocupou com a sua história, mas os projetos eram personalíssimos. Nunca pensamos em resgatar a história de cada colega ou dos movimentos da nossa Instituição. O Memorial, como o que foi concebido, realmente

foi pensado naquela época por todos que estavam engajados à administração. Sempre tive vida ativa no ambiente associativo, desde quando ingressei na carreira. Sempre tive um gosto especial pela história do Ministério Público e de seus membros, da luta para conseguirmos alcançar um patamar de reconhecimento institucional. Foram gerações de colegas que, muitas vezes sozinhos, sonhavam e lutavam pelo destaque da Instituição. Quando assumimos, os responsáveis pelo resgate histórico e da memória do Ministério Público eram dois colegas exemplares, historiadores diferenciados, pensadores da Instituição, o colega Ítalo Marcon e o colega Sérgio da Costa Franco. Na época, falamos com os colegas Sérgio e Marcon sobre um projeto para marcar os movimentos dos colegas e da própria Instituição. O colega Ítalo Marcon referiu problemas de saúde e dificuldades para auxiliar. Ele já tinha ajudado a Associação, coordenando um trabalho, quando era presidente, ao lançarmos um livro sobre os poetas do Ministério Público. O colega Sérgio também ofereceu sugestões, mas, como sempre teve muitos compromissos, pediu para não assumir responsabilidades, mas comprometeu-se a ajudar e, no início, foi extremamente importante para dar o rumo ao projeto que estávamos propondo. Logo ficou responsável o colega Ricardo Vaz Seelig, que fez um trabalho admirável, organizando o grupo de servidores que eram pesquisadores, fazendo convênios com universidades e sugerindo a contratação de pessoas extremamente diferenciadas como o historiador Gunter Axt. Esse projeto foi pioneiro e serviu de base para outros projetos de resgate histórico do Ministério Público e de seus membros em todo o Brasil. O colega Roberto Bandeira Pereira, que me sucedeu, deu continuidade aperfeiçoando o projeto, como os demais colegas que exerceram a chefia da Instituição.

Memorial: Nós achamos que o Senhor foi o primeiro a se

preocupar com a memória da Instituição.

Entrevistado: Realmente, uma instituição será admirada e respeitada se souber preservar e divulgar a sua história. Todos os membros do Ministério Público têm a própria história de serviços prestados à Instituição. Teríamos livros e livros de histórias pessoais no trabalho diário, como também histórias sobre lutas e embates na construção do Ministério Público. Cada membro da Instituição é fonte primária da nossa história. Sentindo isso, nós que havíamos assumido o compromisso de administrar o Ministério Público procurando resgatar a nossa história, fomos atrás de algumas coisas e alcançamos muitas surpresas. Meu pai era advogado e um intelectual devorador de livros de história e, especialmente, da história do nosso Estado. Em casa, sempre tive acesso a um acervo histórico importante e, inclusive, do Ministério Público. Quando ingressamos na Instituição, era voz corrente que as primeiras mulheres que ingressaram no Ministério Público assumiram na metade da década de 1970. Todos referiam que foram quatro promotoras de Justiça, as desbravadoras, que ingressaram em 1976. Naquele ano, ingressaram as colegas Lígia, Yolanda, Eunice e Marly. Essas eram conhecidas como as primeiras mulheres a ingressar nos quadros do Ministério Público. Eram da turma de ingresso dos colegas Antônio Carlos de Avelar Bastos e Paulo Emílio J. Barbosa. Para nós, que ingressamos depois, essas colegas sempre foram aquelas que abriram as portas da Instituição às mulheres. Se olharmos para a Instituição dos dias atuais, perceberemos que a metade dos membros do Ministério Público é do gênero feminino. Todavia, nas primeiras pesquisas do Memorial, descobrimos que a primeira mulher que entrou no Ministério Público foi Sophia Galanternick. A Dra. Sophia ingressou no Ministério Público no final da década de 1930, ainda nomeada. Em 1941, ela prestou concurso – o primeiro concurso

realizado pelo Ministério Público - e passou. Sophia Galanternick era mulher, solteira e judia. Foi ela a única mulher, de uma turma de membros, que logrou aprovação no concurso. Foi ela designada para atuar na comarca de Palmeira das Missões. Lá chegando, iniciou o seu trabalho, mas era jovem e solteira, quando iniciou namoro com um advogado local. Fato normal para os dias atuais, uma mulher jovem e bonita, que exercia o cargo de promotora de Justiça. A chefia da época, em pleno Estado Novo, a chamou e disse que ela teria que terminar o namoro. Como ela recusou, foi forçada à exoneração. Esse fato está retratado em longa entrevista que a Dra. Sophia prestou ao nosso Memorial.

Memorial: Sim, eu escrevi um texto sobre e até publiquei na revista do Ministério Público. Eu resgatei no arquivo a documentação sobre a Dra. Sophia e sobre essa história.

Entrevistado: Exatamente assim. Conseguimos, no arquivo público e nos arquivos do Ministério Público, documentos e entramos em contato com a Dra. Sophia e seus familiares com o fito de resgatar a história retratada. O Memorial demonstrou a sua importância e viabilidade por esses resgates, pelas descobertas que foram realizadas. Certo dia, a Universidade de Ijuí nos convidou para fazer uma palestra para os seus alunos na Semana do Ministério Público. Era o Procurador-Geral de Justiça e lembro que convidei para ir junto conosco o Dr. Paulo Pinto de Carvalho, figura ímpar e sempre presente no Ministério Público. Fomos para falar sobre o Ministério Público e, dias antes, estava no meu escritório, em casa, preparando o que falaria, e abri uma Revista do Ministério Público, a número três, de 1942, onde vendo as nossas reminiscências, encontrei um artigo escrito pelo Dr. Paulo Pinto de Carvalho sobre "Independência Funcional".

Essas revistas eram da primeira fase, e iniciaram a publicação em 1939, parando de serem publicadas em 1946. Seu diretor era João Bonumá, que hoje empresta o nome da nossa Biblioteca. Li o artigo, extremamente atual, embora essa garantia dos membros da Instituição só tivesse acolhimento constitucional, da Carta da República de 1988. Levei a revista junto para Ijuí e comecei a falar. O Dr. Paulo Pinto de Carvalho estava sentado na plateia, na primeira fila do auditório, e então, quando falava das nossas garantias e autonomias, eu disse aos alunos da Faculdade de Direito o seguinte: “Olhem, tivemos um membro do Ministério Público que, em 1942, escreveu sobre o que estamos falando, sobre essa garantia fundamental dos membros da Instituição, que é a “independência funcional”, tendo lido partes do texto. E continuei: “O colega que escreveu o artigo talvez nem lembre, mas quem o escreveu foi o Dr. Paulo Pinto de Carvalho que está sentado ali na frente”. O Doutor Paulo foi colhido de surpresa e ficou muito emocionado. Apenas fizemos referência ao texto que reproduzia a nossa história. Ele havia escrito, quase cinquenta anos antes, coisas que gerações de membros pensaram, sonharam e, muitos anos depois, aconteceram.

Memorial: Como foi administrar as inúmeras novas atribuições conferidas ao Ministério Público pela Constituição de 1988 e pela legislação infraconstitucional?

Entrevistado: O legislador ordinário, em razão dos comandos constitucionais, conferiu uma carga enorme de atribuições aos membros do Ministério Público. As novas leis definiam que questões sobre idosos, sobre criança e adolescente, sobre consumidor, sobre meio ambiente, sobre saneamento básico, sobre saúde, sobre educação, sobre minorias, sempre deveria haver a atenção dos

membros do Ministério Público. Toda a lei que tratasse de interesses sociais ou supraindividuais deveria oportunizar ao Ministério Público a propositura de ação ou a fiscalização do seu cumprimento. De uma atuação basicamente criminal no período anterior à Constituição, o Ministério Público passou a ser protagonista de tudo que já fazia e, ainda, de um acervo novo de defesa da sociedade, da ordem jurídica e do regime democrático. Foram conferidas, na Constituição e nas leis, atribuições múltiplas, pois tudo deveria passar pela tutela do Ministério Público. No início da década de noventa, nós percebíamos que a Instituição tinha uma gama enorme de novas atribuições, queria realizá-las, mas tinha de ter condições de cumprir as determinações legais. Então, começamos a trabalhar no sentido de estruturar o Ministério Público, com o fim de permitir que os seus membros tivessem as mínimas condições de atuar. Os membros do Ministério Público e os magistrados são os cargos públicos que estão no topo da pirâmide. Além de qualificados, possuem uma boa remuneração e se exige dedicação exclusiva. São agentes políticos do Estado, essenciais na sua estrutura, revestidos de direitos, prerrogativas, deveres, garantias, princípios e autonomias. Até podemos dizer que não ganhamos o que merecemos, mas dentro da estrutura do Estado, somos os mais bem remunerados. Na medida em que estamos no alto da pirâmide e que somos o teto do serviço público, devemos compreender que o Estado nos quer para sermos diferenciados, para que possamos pensar e para que tenhamos a capacidade de agir com técnica e qualificação. Não há como entender que o membro do Ministério Público seja um homem só ou que o Estado lhe remunera para ser um digitador.

Memorial: O senhor disse certa vez: “O promotor deveria deixar de ser o datilógrafo mais caro do Estado”.

Entrevistado: Realmente disse isso. Quando ingressamos, no início da década de oitenta, no Ministério Público não tínhamos nada. Não tínhamos gabinetes, máquinas de escrever, papel de trabalho, telefones ou servidores. Depois de um curso de oito dias em Porto Alegre, recebíamos um pacote com cem folhas de ofício e carbono. Só isso. Chegando na comarca, recebíamos uma carga enorme de processos e virávamos datilógrafos do nosso trabalho, com cuidados do acerto, para o controle da Corregedoria-Geral. Fazíamos as denúncias em máquina de escrever própria, papel carbono, três folhas de papel ofício, pois tínhamos que mandar uma cópia para a Corregedoria, uma ficava no arquivo, outra ia para o processo. Quando errávamos, tínhamos que corrigir as cópias, o que gerava graves problemas na qualidade e, especialmente, na quantidade do serviço. Por certo, era caríssimo para o Estado remunerar os membros do Ministério Público para realizarem esse tipo de trabalho. Essa situação fez parte da história de vida dos membros do Ministério Público da minha geração e das gerações anteriores. Sempre esteve presente no processo de entendimento das nossas funções. Passávamos o dia inteiro fazendo isso e percebendo remuneração diferenciada. O mais grave, no entanto, é que os problemas reais de uma comunidade aconteciam no lado de fora da porta da promotoria. Os problemas que exigem a nossa atuação não ocorrem na promotoria. Quando um membro do Ministério Público recebe na promotoria a notícia de um fato, as coisas já ocorreram. Assim, não éramos protagonistas, pois ficávamos esperando para trabalhar burocraticamente nos processos. Quando o processo ou mesmo um inquérito policial chegam à promotoria, o fato ocorreu dois ou três anos antes. Os membros do Ministério Público devem trabalhar nos processos, mas, muito mais, devem evitar o processo. Estar na rua, agir preventivamente e ser agente de pacificação, nos dias atuais, é muito mais importantes do que emitir

uma manifestação em um processo que tramita há mais de cinco anos. O membro do Ministério Público, além de residir na comarca de atuação, tem que levar a sua palavra para a comunidade, tem que ser um articulador de consensos e agente de pacificação social. Por exemplo, nas questões referentes à violência contra a mulher. Se for realizado um trabalho sólido de esclarecimentos, trabalhando as redes de proteção, muitas coisas podem ser evitadas. Todavia, a realidade acena para o outro lado. Se o membro do Ministério Público está perdido na atuação burocrática, longe dos fatos sociais, não evitará a violência de gênero e receberá, no gabinete, infindáveis processos de homens que agridem as mulheres. Os membros do Ministério Público devem sujar as mãos, pois têm que ir para as ruas. Para que possamos pensar, teremos que ter estrutura digna, para que tenhamos o apoio necessário. Hoje, se olharmos para o Ministério Público, veremos que está muito bem estruturado. Talvez pudéssemos fazer muito mais, pois temos que ser críticos com relação ao próprio Ministério Público, para evitar acomodações. Algumas questões que eram suficientes há cinco anos, hoje já estão superadas. As mudanças do perfil institucional sempre tiveram essa visão. Com isso, a partir da segunda metade da década de noventa, ocorreram mudanças estruturais no Ministério Público, que deram condições de trabalho aos colegas e mudaram o perfil de atuação da Instituição.

Memorial: Foi na sua época também que se criou o setor de assessoramento que hoje é chamado de Gabinete de Assessoramento Técnico?

Entrevistado: Sim, nós planejamos inverter a pirâmide, criar cargos de servidores e estruturar com prédios e tecnologia a Instituição. Para tanto, necessitávamos de assessoria técnica permanente, nas

mais diversas áreas. Criamos os cargos através de leis de iniciativa do Ministério Público, realizamos concursos para termos assessores técnicos em outras áreas que não a jurídica e nomeamos os aprovados. Em razão disso, passamos a ter administradores, engenheiros, médicos, odontólogos, psicólogos, arquitetos, economistas, geólogos, enfim, uma gama enorme de técnicos, servidores de provimento efetivo, que passaram a dar a sua expertise à Instituição. Quando fui promovido para Porto Alegre, trabalhei como assessor da Corregedoria-Geral e de lá saí para assessorar o procurador-geral de Justiça. Na gestão do Dr. Luçardo, dentre outras funções, fui designado para coordenador do Gabinete de Pesquisa e Planejamento, o GAPP. Naquela época não tínhamos, ainda, os Centros de Apoio, que nós criamos – os colegas Alberto, Afonso, Alécio e eu, para apoiar as promotorias de Justiça. O GAPP continuou realizando o seu trabalho de pesquisa diária, registrando, diariamente, as decisões relevantes em todos os tribunais, bem como atualizando a legislação, auxiliando os colegas que necessitavam de apoio e auxiliando a chefia no planejamento e nos projetos da Instituição. Todos os anteprojatos de lei eram elaborados no GAPP. Acompanhávamos todas as decisões dos tribunais superiores e, também, fazíamos pesquisas para apoiar os colegas quando eles pediam. Era uma estrutura de cinco ou seis servidores altamente qualificados que estavam sob minha coordenação. No gabinete, fazíamos a leitura do Diário Oficial da União, do Diário Oficial do Estado e do Diário da Justiça todos os dias. O sistema não era como hoje, eletrônico. Era feita a leitura e o que interessava era recortado ou copiado em fichas. Trabalhávamos com muito papel. Coordenei o GAPP por cerca de dois anos e, no final, quando criamos quatro Centros de Apoio, fui o Coordenador de um deles, juntamente com o GAPP. O GAPP, que fazia assessoramento e pesquisa, foi criado na época do Dr. Mondercil Paulo de Moraes, por ideia do Dr. Rui Rosado

de Aguiar Júnior, quando ainda procurador de Justiça. Aquele setor serviu como base para os Centros de Apoio e de todas as estruturas de planejamento e assistência técnica que passamos a ter, sempre com a finalidade de nos apropriarmos do conhecimento e da informação, para prestar o melhor apoio coletivo aos colegas da execução.

Memorial: Eu acho muito interessante resgatar a origem das coisas.

Entrevistado: A nossa Instituição tem uma história fantástica, com o envolvimento de colegas em todos os setores e lugares desse Estado, mas, lamentavelmente, não damos valor maior à dedicação e ao denodo dos colegas que a construíram. Sempre disse que cada colega, se contasse a sua história pessoal e funcional, teríamos um acervo de informações e de fatos que jamais imaginamos. É muito dignificante ser membro responsável do Ministério Público.

Memorial: Esses dias, eu conversei com o colega Paulo Porto que trabalha lá no GAT desde o início.

Entrevistado: Sim, quando assumi como subprocurador para assuntos administrativos, na gestão do colega Sérgio, o Paulo passou a trabalhar na assessoria ambiental conosco. Era extremamente qualificado e trouxe, ao setor ambiental, qualificação e expertise tão necessária ao trabalho diário dos colegas nessa área.

Memorial: E colegas que vieram da FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) até, que não eram do Ministério Público. Eu acho muito interessante, porque hoje a gente vê toda essa estrutura e não tem ideia com o foi o começo.

Entrevistado: É verdade. Não tínhamos estrutura alguma e já atuávamos com muito afinco nas questões ambientais, de proteção ao patrimônio histórico, na área do consumidor, enfim, atuávamos plenamente na área de tutela coletiva. Mas não tínhamos estrutura técnica alguma. Da FEPAM solicitamos a cedência do Dinis, que junto com o Paulo Porto e outros técnicos passaram a dar apoio necessário aos colegas. Esse foi o embrião da estrutura que passamos a oferecer logo após. Se olharmos para a estrutura do Departamento de Arquitetura e Engenharia, pensado e coordenado pelo Hugo Pasquini, veremos o que era e o que o departamento proporcionou ao Ministério Público e aos colegas. Quando, na gestão do colega Sérgio Porto, eu assumi como subprocurador-geral administrativo, nós tínhamos um estagiário no setor, seu nome era Telmo e era estudante de arquitetura. Ele tinha uma remuneração por ser estagiário. Não tínhamos engenheiro, não tínhamos arquiteto, não tínhamos outros estagiários ou servidores no setor. O Sérgio conhecia o Hugo Pasquini, que era um arquiteto extremamente conceituado no setor privado. O Hugo era arquiteto de uma empresa de construção predial em Porto Alegre chamada Dockhorn, que edificava na zona nobre da cidade. Eram apartamentos de 900, 600, 500 metros quadrados. Em razão de crises e do próprio mercado imobiliário, a empresa diminuiu o seu tamanho, pois era uma empresa familiar e o Hugo Pasquini ficou disponível no mercado de trabalho. O Sérgio o conhecia e o convidou para vir trabalhar conosco no Ministério Público, tendo ele aceitado. Outra figura fantástica nesse início de estruturação é o Carlos Umsza, que passou a ser o substituto do diretor-geral, que também era da iniciativa privada e também chegou por indicação do Sérgio Porto. Lembro-me de ter dito a ele: “Umsza, tu tens uma tarefa”. Para esclarecer, logo no início da administração do colega Sérgio Porto, o governador Antônio Britto tinha proposto

a extinção da Caixa Econômica Estadual, que era uma autarquia estadual que tinha servidores em todo o Estado, acho que eram dois mil servidores. Também, tinha um patrimônio expressivo. Então disse ao Carlos Umsza, “Tu vais atrás dos servidores que quiserem vir para o Ministério Público”. Nós não tínhamos servidores no interior e a estrutura em Porto Alegre era precária. Pela sugestão, pedi ao Carlos para que realizasse gestões para a cedência dos servidores da Caixa pelo Governo do Estado, onde o Poder Executivo pagaria o salário e nós complementaríamos, através de função gratificada, se fosse possível, o salário deles, em razão de equiparação com os nossos servidores. O colega Ricardo de Oliveira Silva auxiliou nas gestões e foram cedidos cerca de trezentos servidores da Caixa, que passaram a trabalhar no Ministério Público em todo o Estado. Nós, que tínhamos pouco mais de duzentos servidores, passamos a ter mais de quinhentos. Especialmente no interior havia muitos servidores da Caixa Econômica que passaram a trabalhar nas promotorias de Justiça. O Bannrisul absorveu o patrimônio da Caixa Econômica. Em muitas cidades havia dois prédios, um da Caixa Econômica e outro do Bannrisul. A decisão do Bannrisul era desfazer-se de um prédio, quando houvesse problemas. Ainda havia, em algumas cidades, os prédios de residência dos gerentes. O Sérgio Porto e eu conversamos e chamamos o Carlos Umsza, dando-lhe nova tarefa: obter no Bannrisul a lista de prédios disponíveis para que pudéssemos avaliar a possibilidade de fazer gestão para trazê-los para o Ministério Público. No dia seguinte, o Carlos Umsza nos apresentou uma lista com cerca de cem prédios disponíveis em todo o Estado. Avaliamos as nossas necessidades e negociamos com o Bannrisul a doação de cerca de sessenta agências ou residências que passaram para o Ministério Público. Vieram dados do patrimônio do Estado, do Bannrisul ou da Caixa Econômica, pois não estavam sendo utilizados e eles tinham condições de manter.

Repassaram para nós e foram afetados ao patrimônio do Ministério Público. Às vezes, não era nem a agência, mas a casa do gerente. Lembro que, em Dom Pedrito, no primeiro andar, acima da agência, ficava o apartamento em que morava o gerente, na frente da praça. A agência foi destinada para outro fim e o apartamento do gerente foi cedido, adaptado e passou a ser a promotoria de Justiça. Sempre quando me encontro com o Carlos Umsza lhe digo, por ser verdadeiro: “O Ministério Público te deve muito. O que conseguistes para nós nessas gestões é impagável. Recebemos um acervo de cerca de trezentos servidores e sessenta prédios sem ônus algum para a Instituição. Realmente, essa é uma dívida que não há como pagar”.

Memorial: É uma questão também de empenho pessoal.

Entrevistado: Por certo. Mas o trabalho deles não tem preço que se possa pagar. Eles sabem disso, pois já foram os dois reconhecidos nas homenagens institucionais. Eram pessoas talhadas para ajudar o Ministério Público a dar o salto de qualidade. O Hugo Pasquini exerceu, por muitos anos, a chefia do Departamento de Engenharia e Arquitetura. Quando chegou, sequer existia o setor de engenharia. Estruturamos o setor, criamos o departamento, realizamos concursos e nomeamos engenheiros e arquitetos, como servidores, para dar suporte ao que pretendíamos fazer. Em determinada época, quando eu era o procurador-geral de Justiça, nós éramos a maior construtora do Estado do Rio Grande do Sul. O Ministério Público era quem mais construía no Estado. Nós tínhamos mais de quinze obras sendo construídas no mesmo momento, eram cerca de cinquenta mil metros quadrados. Só o prédio das Torres tinha 36 mil e havia outras quinze construções em andamento na mesma época. Ninguém estava construindo tanto nem no privado, nem no público. Tudo sob a

responsabilidade do Roberto Bandeira Pereira, o subprocurador para assuntos administrativos. Nós estávamos fazendo, pois havíamos conseguido nos estruturar. Tínhamos um bom orçamento e estrutura gerencial, técnica e de fiscalização para fazer as coisas acontecerem.

Memorial: Uma questão até que o senhor falou sobre ingerência política na época da sua eleição. Como o panorama político da época impactou na sua gestão?

Entrevistado: Não impactou nada na administração do Ministério Público. Até hoje, eu não sei qual a razão de ter sido o escolhido. Perguntei ao colega Airton Michels, que é meu amigo, colega de turma e procurador de Justiça. Trabalhamos no mesmo andar aqui nas Torres. Ele estava na SUSEPE e trabalhava no governo do Partido dos Trabalhadores, com o governador Olívio Dutra. Também, ele trabalhou no governo de Tarso Genro e no Ministério da Justiça, quando Tarso Genro foi ministro. O Airton me disse - “Cláudio, nós resolvemos isso” - numa reunião do pessoal da área jurídica, nós estávamos em Tramandaí, numa reunião do governo Olívio Dutra. Era uma reunião para discutir os primeiros cem dias do governo e todos da área jurídica me conheciam. A lista estava com o governador e eles sugeriram a minha nomeação. O secretário de Justiça era o Jorge Buchabqui, que foi meu colega de faculdade. Também, o Procurador-Geral do Estado, o Paulo Torelly fora meu aluno, e tantos outros conhecidos. Também há outra versão. Quando o Lula concorreu com o Collor no ano de 1990, já no segundo turno, o Paulo Torelly ligou para o colega Alberto Weingartner, nós éramos promotores-corregedores, e disse: “Alberto, vamos colocar um ‘a pedido’ no jornal com 50 nomes de profissionais que atuam na área jurídica e apoiam o Lula no segundo turno”. Disse que havia procuradores do Estado e advogados. O Paulo Torelly era

procurador do Estado e perguntou se poderia colocar o nome do Alberto. O Alberto então lhe disse que sim e, como estava ao seu lado, me perguntou e eu assenti. Ele disse ao Paulo Torelly: “Podes colocar o meu nome, o do Cláudio está aqui comigo”. O Alberto perguntou ao Dr. Francisco Cardoso Luçardo e ao colega Juan Carlos Durán se eles concordavam em participar do documento. Como aceitaram, informou ao Paulo Torelly que poderia colocar os seus nomes. Éramos quatro do Ministério Público. A manifestação foi publicada no jornal Zero Hora. Em 1999, quase nove anos depois, o governador Olívio Dutra estava com a lista tríplice e chamou o Procurador-Geral do Estado para trocarmos informações. Pelo que me foi referido, o Paulo Torelly disse ao governador que, lá em 1990, nós havíamos apoiado o candidato Lula para presidente, sem qualquer pretensão futura, e parece que influenciou. Eu não conhecia o governador Olívio Dutra e ele não me conhecia. Conversara com ele uma ou duas vezes, ainda quando presidente da Associação. A escolha demorou um longo período, duas ou três semanas. O ambiente estava pesado, pois a lista foi constituída de colegas da administração que excluíram outra lista. Eu residia, na época, na zona sul. Já à noite, saí da Procuradoria-Geral, era subprocurador-geral de Justiça, e o colega e amigo Cláudio Brito me ligou e disse: “Parabéns Cláudio, o governador acabou de te nomear. Ele irá te ligar logo, por isso estou desligando”. Estava dirigindo na curva do Estaleiro Só e o governador ligou. Pelas dificuldades do local, a ligação caiu. Passados alguns minutos, quando estava na Avenida Icaraí, ele ligou de novo, disse que me havia nomeado, me cumprimentou e perguntou se poderíamos conversar nos dias seguintes. Agradei a atenção dele, marcamos uma conversa e fui para casa. Assim se deram os fatos e nunca teve qualquer ingerência externa quanto à nomeação. Pelo contrário, passei a ter contatos após a nomeação e tivemos uma relação excepcional, realmente

construtiva, a Instituição cresceu muito naquela época. Eu sou um admirador do governador Olívio Dutra, pois é um homem íntegro e respeitado. Também, a equipe do governador era diferenciada quanto à atenção ao Ministério Público. O vice-governador Miguel Rosseto, o chefe da Casa Civil Flávio Koutzi, bem como seus assessores diretos sempre foram atenciosos e prestativos com as nossas demandas e nossas questões. Nós tivemos uma relação muito correta e republicana, realmente muito boa. O governo Olívio Dutra teve graves dificuldades com a Assembleia Legislativa, onde não tinha maioria. Também com o Poder Judiciário, mas conosco não. Teve uma época que eu disse ao governador: “Só falta brigarem conosco, estão brigando com todo mundo”. Houve, então, um pedido para que nós intercedêssemos e que patrocinássemos a reaproximação com a Assembleia Legislativa e o Poder Judiciário. Acho que aparamos muitas arestas. Depois houve duas ou três CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) das quais participamos ativamente, tentando fazer com que tivessem resultado. Por certo, não ocorreu qualquer influência na nossa atuação ou nas nossas autonomias. Realmente, as relações eram republicanas e todas com resultados positivos para a Instituição. De parte do governo, havia uma admiração pelo trabalho que o Ministério Público realizava. Se pensarmos no enfrentamento ao crime organizado e nas relações com a área de segurança, por exemplo, vimos que as relações eram sólidas e consequentes. O secretário de Segurança Pública era o desembargador José Paulo Bisol. Ele procurou ter conosco uma relação propositiva, de resultados, por ser da área jurídica e conhecer o Ministério Público. A relação era muito boa conosco na administração e com os colegas na execução. Mas não só isso, ele tinha com o colega Mauro Renner, que era o subprocurador para assuntos institucionais, uma relação pessoal de confiança. Ele admirava a sobriedade, a seriedade e a responsabilidade do Mauro. O Mauro Renner, agindo

pela administração, e os colegas que trabalhavam na Coordenadoria Criminal tiveram o apoio diferenciado para a sua estruturação e trabalho do Secretário Bisol. O Ministério Público e a Secretaria de Segurança desenvolveram diversas ações conjuntas, sem dificuldades de diálogo e de atuação, desenvolvendo juntos projetos que eram importantes para o Estado e para o Ministério Público. Quantas coisas aconteceram naquele período que nós jamais imaginávamos que poderiam acontecer num governo que tinha as suas dificuldades. Todos atuavam de forma técnica, ninguém era militante petista ou defensor de posições de governo. Todos os colegas que atuavam na Promotoria Especializada Criminal eram prestigiados pelo que faziam. Sempre estive, na minha vida, envolvido pela paixão que é exercer as funções destinadas ao Ministério Público. A opção pelo exercício da função de promotor de Justiça não permite outro caminho. Ser promotor de Justiça é não optar pelo caminho da política. Esses dois caminhos não podem ser comuns para os que optam por promover justiça. Se quisermos optar pela atividade política, o que é aceitável, temos que sair do Ministério Público. Sempre, nessa vida longa à Instituição, estive exercendo funções e cargos dentro do Ministério Público. Em duas oportunidades, fui convidado para ser secretário de Estado, mas não aceitei. Respeito os colegas que aceitaram, mas, pessoalmente, entendo incompatível esse caminho. Quem opta por estar no Ministério Público, será muito feliz nas funções que deve exercer.

Memorial: Em termos nacionais, foi uma época na qual houve alguns problemas. Chegou-se a falar na Lei da Mordada, não?

Entrevistado: As propostas do que chamamos de Lei da Mordada nunca foram novidades no âmbito do Ministério Público.

Sempre o poder econômico ou o poder político tentou calar os membros do Ministério Público. Sempre disse que a opção pela carreira do Ministério Público é uma opção de vida. Há uma decisão por uma atividade que incomoda muito. O promotor de Justiça tem a obrigação de incomodar, essa é a função mais inerente ao cargo. Promotor de Justiça que não incomoda, talvez não seja promotor de Justiça. Pode ser promotor até de injustiça, em razão da sua omissão. A função de um promotor de Justiça é bater de frente com o poder político e com o poder econômico, sempre que for necessário. Esses segmentos serão, sempre, nossos adversários na nossa vida funcional. Realmente, são eles os que detêm o poder. E é por essa razão que, recentemente, o ex-ministro José Dirceu disse: "Temos que segurar o Ministério Público e o Supremo, temos que fazer uma Constituição para amarrá-los". O atual vice-presidente Mourão disse ser necessário fazer uma miniconstituição e chamar alguns intelectuais para elaborá-la. Só para citar os extremos. Todos pensam no poder e na intocabilidade. Acossados, querem rasgar a Constituição. O processo constitucional não permite nada disso. Qualquer caminho que não respeite a Constituição é golpe. Mas o alvo de todos, pelo que tem feito, é o Ministério Público. O poder político e o poder econômico chamam os membros do Ministério Público de militantes. Mas, o que é que nós temos de novo no Brasil nos dias atuais? O Ministério Público está pagando um preço altíssimo por ter exposto ao mundo a classe política, na sua parcela comprometida, e a classe empresarial, que confortavelmente vivia à custa do Estado, prejudicando seu povo. A chamada Operação Lava-Jato alcançou resultados jamais imaginados, atingindo a classe política, na sua parcela corrupta, em todos os matizes, da direita à esquerda, sem dó. Também, com técnica, desvendou a estrutura empresarial que se estabeleceu dentro e ao lado do Estado organizado, para dilapidá-lo.

Isso tem repercussão positiva, mas deixa dissabores. Dando tempo ao tempo, logo ali, haverá revanche. Senhores da “nova política” são eleitos com compromissos de sustentação da estrutura de combate à corrupção, mas logo se abraçam à “velha política” e passam a apontar para o alvo que os coloca em perigo, por ter que enfrentar o poder político e o poder econômico. Todos conhecem Sérgio Moro. O mundo o identifica e sabe quem é. Sérgio Moro era um juiz federal, que seria desconhecido no Brasil e passaria a vida inteira como juiz federal, se não tivesse sido provocado pelas demandas do Ministério Público. Como juiz federal não poderia agir de ofício e jamais iria investigar ou iria fazer alguma coisa por conta própria. Como juiz, só poderia agir quando alguém lhe pedisse para agir. Quem o provocou? Foi o Ministério Público que atuava junto com a Polícia Federal em grandes investigações. Mas não foi só isso. Ele foi chamado para agir e mostrou ser um juiz efetivo e com o domínio da situação, embora a grandeza das questões. O que ocorreu nos processos da Operação Lava-Jato é o que cobramos de outros juizes. O processo é diferente quando o juiz trabalha com réus presos, com prazos processuais definidos, com a atenção voltada para a sentença criminal. Inegavelmente, tivemos o processo criminal com resultados no primeiro grau. Isso é o que um juiz criminal tem que fazer. Sérgio Moro é conhecido no Brasil hoje pelo que ele fez como juiz federal, não por sua opção política. O Ministério Público foi quem o provocou, quem possibilitou que pudesse prestar jurisdição como juiz. Tem segmentos que não gostam do que foi referido, mas esta é questão puramente ideológica. Se o juiz é efetivo, dá consequências ao processo, ele prejudica alguns segmentos intocados. Se o juiz não é efetivo, nós reclamaremos para que deixe de ser omissivo e cumpra com o seu dever. Sempre vai ter pessoas que vão gostar de algumas decisões ou irão discordar delas. Isso faz parte do jogo. E esse jogo tem que ser jogado pelo Ministério Público, pois

é essa a postura que a sociedade espera dos membros da Instituição, incomodando, criando problemas e sendo, basicamente, efetivo. Eu acho que essa é a nossa função. Lauro Guimarães dizia: “Há dois tipos de pessoas que temem o Ministério Público. Os ignorantes, porque não o conhecem e os criminosos porque o conhecem muito bem”. A todo o momento, aparecem projetos para modificar, para alterar para terminar com o Ministério Público, projetos visando mitigar com as autonomias e garantias. Tem que ficar claro que poderíamos ter um perfil lindíssimo na Constituição, com autonomias administrativa, financeira, orçamentária e funcional, com artigo que conceitua a Instituição, com atribuições e suas funções, com a forma de eleição do procurador-geral, ou seja, tudo o que já temos e identificamos como essencial. Todavia, se não tivéssemos a iniciativa de leis definida ao procurador-geral, de nada adiantariam as garantias, autonomias e demais funções. O chefe da Instituição, a cada pretensão legislativa teria que ir ao Poder Executivo e dizer: “Governador, eu preciso que o senhor mande um projeto de lei para que eu crie um cargo, para que eu possa nomear uma pessoa”, ou, “Governador, o senhor precisa encaminhar um projeto de aumento de subsídios de membros ou de aumento de salário de servidores”. Seria o fim de uma Instituição essencial. A iniciativa de leis faz parte da real autonomia do Ministério Público e deve ser sempre preservada. Mas, essas são as questões que nos preocupam. Há muitos colegas que se preocupam apenas com remuneração. Nunca me preocupei com dinheiro dentro do Ministério Público, pois irei receber, todos os meses, na data definida. As questões que preocupam não são as remuneratórias para mim. Nunca foram. Acho que ganhamos relativamente bem, poderíamos ganhar mais, poderíamos ganhar menos, mas ganhamos um valor digno dentro da realidade brasileira e do nosso Estado. Sempre fui despido de pretensões e desafetado. Tenho uma vida muito simples,

voltada para casa e para a tranquilidade. Resido na Cidade Baixa, onde caminho tranquilo pelas ruas, frequento cafés e vivo uma vida singular.

Memorial: O senhor ficou durante um ano como presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça? E como é que foi essa experiência?

Entrevistado: Foi tranquila, apesar da responsabilidade. Presidi o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais durante um ano, entre 2001 e 2002. Eu sempre, desde o início dos anos noventa, estive presente constantemente em Brasília, onde os movimentos políticos/institucionais acontecem. Havia exercido a presidência da CONAMP durante quatro meses, quando o colega Achilles de Jesus Siquara Filho, grande líder o Ministério Público brasileiro, afastou-se da presidência para concorrer à reeleição. Eu era vice-presidente e assumi a presidência. A CONAMP sempre esteve na vanguarda dos movimentos do Ministério Público brasileiro, é o seu mais importante braço corporativo. Conhecia, antes de assumir a chefia do Ministério Público, portanto, os bastidores e os caminhos do Congresso Nacional, onde realmente as coisas acontecem. Foram quase dez anos, antes de ser procurador-geral de Justiça, de atividade associativa, conversando com os segmentos políticos e com os governos. Quase todas as semanas nós nos deslocávamos para Brasília ou, muitas vezes, para encontros, reuniões e eventos nos mais diversos estados brasileiros. Passados os dois primeiros anos no comando do Ministério Público, eu fui reconduzido ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Logo, os procuradores-gerais de Justiça dos Estados e dos ramos do Ministério Público da União decidiram que eu deveria assumir a presidência do Conselho Nacional. Fui aclamado e substituí a grande colega Ivana

Farina, que era procuradora-geral do Ministério Público do Estado de Goiás. O Conselho Nacional desenvolve um trabalho forte e importante nas grandes questões do Ministério Público, entabulando relações e aproximações com os Ministérios, com os Tribunais Superiores e com o próprio Congresso Nacional. Hoje, há mais as relações com o Conselho Nacional do Ministério Público. A CONAMP desenvolve uma linha de trabalho mais corporativa e o Conselho Nacional tem um perfil mais institucional. Nesse período, discutíamos fortemente os reflexos das reformas constitucionais. As Emendas Constitucionais nº 19 e 20 haviam sido aprovadas em 1999. Elas causaram forte impacto no serviço público e especialmente no Ministério Público e no Poder Judiciário. Na União e nos estados, eram propostas legislações adequando as leis velhas à nova realidade constitucional, o que importava muita atenção e preocupação de todos no Ministério Público. A par disso, tramitava desde 1994, a chamada reforma do Judiciário e do Ministério Público, aprovada em 2004, que merecia a atenção com estudos e sugestões de aperfeiçoamento constantes. Foram anos de muito trabalho e preocupação. Encerrei o mandato como presidente do Conselho Nacional e passei o cargo ao colega e amigo Nedens Ulisses Vieira, então Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. No período em que exerci a presidência, criamos, em uma reunião extraordinária em Belo Horizonte, o Grupo Nacional de Combate as Organizações Criminosas, logo após o assassinato de um colega mineiro, sendo o colega Nedens seu primeiro presidente e o colega Mauro Renner o vice-presidente, que depois o substituiu. Sempre estive em contato com colegas de todo o Brasil desde 1988. Não estive na linha de frente no processo constituinte de 1988, mas participei ativamente no processo posterior à Constituição de 1988, pois sempre participei efetivamente da vida associativa e, também, dos movimentos institucionais. Desde 1991 passei a exercer funções

na administração do Ministério Público. Todo esse processo fez parte da longa caminhada da minha vida funcional. Além dos colegas que sempre estiveram compartilhando essas responsabilidades, que auxiliavam diretamente na administração do Ministério Público, o Bastos, o Roberto e o Mauro, foram fundamentais no trabalho nacional, na época, o presidente de nossa Associação, o colega Ivory Coelho Neto, a colega Jacqueline Fagundes Rosenfeld, que era a presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, e a estimada amiga e colega Sônia Radin, que aceitou a difícil missão de ser a secretária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, cumulando com as de secretariar os órgãos colegiados aqui no Estado, e que organizou de forma exemplar aquele Colegiado.

Memorial: A posse ocorreu em outubro de 2001.

Entrevistado: Exatamente. A Dra. Ivana me transmitiu a presidência do Conselho Nacional aqui em Porto Alegre, no Hotel Sheraton e, um ano depois, eu passei para o Dr. Nedens, lá em Belo Horizonte, numa solenidade no Hotel Ouro Minas. E, logo depois, eu ainda era procurador-geral de Justiça, em 2002 ou início de 2003, criminosos mataram o colega Francisco, um promotor de Justiça que estava fazendo uma investigação na área do consumidor, e fizemos uma reunião de urgência em Belo Horizonte e criamos o GNCOC (Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas), um grupo nacional de membros do Ministério Público que, de forma organizada e inteligente, passaram a combater as organizações criminosas. Todavia, presidir o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais naquele ano foi muito tranquilo, pois tive a oportunidade de trabalhar com alguns procuradores-gerais exemplares naquela época, os hoje ministros Mauro Campbell e Rogério Schietti, que eram, à época, procurador-

gerais de Justiça no Amazonas e no Distrito Federal, o Marco Teixeira do Paraná, o Pedro Steil, de Santa Catarina, o Marfam no Rio de Janeiro, o Raimundo Nonato, no Maranhão, Filomeno em São Paulo, Edmar no Acre, Romero em Pernambuco, Achilles na Bahia, Ivana em Goiás, Nedens em Minas Gerais, Geraldo no Pará, e outros tantos e inesquecíveis colegas. Todos eram colegas distintos, diferenciados líderes e grandes procuradores-gerais de Justiça, formando um grupo muito coeso e definido. Desde a CONAMP tive a oportunidade de trabalhar com a Ivana Farina, o Nedens, o Achilles Siqueira da Bahia, o Zé Maria no Espírito Santo, que depois foram procuradores-gerais, sempre uma turma de primeira linha.

Memorial: No seu discurso de posse em 1999, o senhor disse o seguinte: “O problema do direito é torná-lo eficaz para milhões de pessoas que vivem à margem da sociedade”. O senhor acha que o MP tem cumprido esse papel?

Entrevistado: Bem, acho que o Ministério Público contemporâneo tem cumprido, embora as dificuldades, a sua missão constitucional e legal. Se olhar para trás e focar o Ministério Público da época em que entrei, pós-Lei Complementar 40/81, ou focar em trinta anos, no Ministério Público pós-Constituinte, ou, em vinte anos, no Ministério Público pós-reformas ou o Ministério Público de hoje, veremos que muita coisa aconteceu e a Instituição e seus membros têm mudado muito o foco de atuação, pois as prioridades mudam com os movimentos da sociedade. O Ministério Público se desincumbiu bem de diversas tarefas que tinha que enfrentar. Poderia fazer mais? No meu juízo crítico, sim. Mas temos que ver que demoramos mais de dez anos, após 1988, para obtermos realmente as autonomias e mudarmos o nosso perfil. Poderia ser mais efetivo em algumas coisas? Sim. É que

hoje tu tens o mundo para tutelar, principalmente no Ministério Público dos Estados. Já o Ministério Público Federal tomou, conscientemente, uma decisão no final da década de noventa. Pela Constituição Federal, o Ministério Público Federal deve – obrigação – atuar em todas as causas em que há interesse da União e em todas em que há discussão sobre a ordem jurídica e o regime democrático. No final de 1990, havia cerca de setecentos colegas no Ministério Público. Então, houve uma decisão de não descuidar as suas obrigações constitucionais, mas reservaram a atuação a tudo que, realmente, tivesse interesse social. Há muitas causas que tramitam na Justiça Federal que interessam à União, mas não atraem a intervenção do Ministério Público, pois não têm relevância social. Em tese, se há ferimento a direitos assegurados na Constituição federal, há a necessária fiscalização do Ministério Público Federal. Todavia, a opção foi pela intervenção qualificada, especializada, deixando para o Ministério Público dos Estados a atuação residual, que, por sua vez, é um mundo. As nossas funções são totalmente diferenciadas. O Ministério Público Federal tinha, em razão dos direitos assegurados na Constituição, muitas atribuições e não possuíam estrutura para enfrentá-las e, cerca de vinte anos atrás, corretamente, optaram por selecionar e qualificar a atuação, com resultados expressivos. A máxima da decisão era essa: “Temos que trabalhar em tudo que tenha interesse da União, mas somente quando tiver repercussão social. Não havendo repercussão social, não devemos atuar”. Nós ainda estamos naquela fase de querer fazer tudo e, quem quer fazer tudo, não faz nada bem feito. Por essa razão, ainda somos carentes em muitas áreas. Eu moro aqui na Cidade Baixa, bairro onde nasci, cresci e, após sair, retornei para residir. Na Cidade Baixa, por ser um bairro antigo e boêmio, há muitos moradores de rua, que vivem miseravelmente. Essas pessoas necessitam de proteção de instituições públicas, pois claramente há violação aos direitos

mais elementares das pessoas. Muitas vezes são pessoas doentes ou dependentes que necessitam atenção direta. Os que trabalham no Centro Histórico, até hoje, têm dificuldades de passar embaixo do viaduto, em razão da ocupação por pessoas que não têm onde morar. Essa realidade só muda em época de eleição. O centro da cidade está como o bairro da Cidade Baixa, as pessoas que saem às ruas tropeçam nas pessoas que estão morando e dormindo nas ruas.

Memorial: Eu moro no Bairro Independência. Também, está repleto de moradores de rua.

Entrevistado: Sim, e não havia moradores de rua em bairros mais elitizados. Se olharmos para trás, há dois ou três anos, tínhamos menos moradores de rua. A questão não é circunstancial, mas real, pois reflete a questão das drogas, do empobrecimento do país, da falta de emprego, da falta de moradia digna e da desatenção das autoridades públicas. Tudo contribui para essa realidade. Olhando essa realidade, o Ministério Público que deve tutelar os interesses sociais e individuais indisponíveis ainda tem muito a fazer. Não basta apenas saber quem são essas pessoas e quantificar seus dados, pois que, cada vez mais, aumentarão. Devemos ter políticas e estratégias internas de atuação para solver, quando possível, essa chaga.

Memorial: Há problemas psiquiátricos às vezes.

Entrevistado: Sem dúvidas. Além das doenças psiquiátricas, há o consumo de drogas ilícitas e lícitas. O Estado, cerca de quinze anos atrás, mudou o sistema de acolhimento desses doentes. Abriram-se as grandes casas de acolhimento que tinham internação e, hoje por decisão política – e não faço juízo de valor – não temos mais internação.

As pessoas que têm dinheiro colocam seus entes queridos, nas crises, em clínicas particulares e as que não têm dinheiro os deixam na rua. E são alcoolistas, são dependentes de drogas, são pessoas doentes que precisam de tratamento, precisam no mínimo de atenção, tratamento médico e terapia.

Memorial: Outra frase que o senhor disse em 2000, acho que foi numa entrevista para a Réplica: “A Instituição não está pronta, ela tem muito caminho ainda para trilhar. Acho assim que os colegas que estarão administrando a Instituição num futuro próximo terão a responsabilidade de buscar o aperfeiçoamento e a consolidação da Instituição”. O que o senhor acha que falta?

Entrevistado: Uma Instituição pronta, logo será desnecessária. O desafio é achar novos caminhos. Acho que falta muito à Instituição e ela passará por muitos desafios, ainda. Isso é que dá vida à Instituição. No nosso Ministério Público, temos tido experiências de chefias diferenciadas. Nossos procuradores-gerais de Justiça têm sido exemplares. Sou um admirador profundo do novo que tem gerido a Instituição. Hoje são promotores de Justiça, não mais apenas procuradores, que eles têm conseguido realizar tarefas que não conseguíamos antes. Sou de uma geração de membros do Ministério Público que lutou para mostrar importância e reconhecimento no processo judicial. A manifestação formal de um membro do Ministério Público no processo judicial era de extrema importância para os da minha geração. Eram trabalhos extremamente técnicos, com relatório, longos pareceres e posições doutrinárias e jurisprudenciais. Era o Ministério Público falando ante o juiz no processo. Sempre que o juiz devesse decidir, necessariamente teria que ouvir o promotor. Hoje, não é mais necessário isso, somente isso. Nos dias atuais, o Ministério

Público passou a ser reconhecido pelas suas mais variadas formas de atuação. As coisas já não se resolvem mais apenas nos processos judiciais. Há muitas investigações, articulações e ajustamentos, que dão forma e vida a um novo tipo de atuação. As coisas, por certo, não ocorrem nos gabinetes, mas nas ruas e são reais. As leis permitem que possamos nos aproximar de segmentos sociais que, até ontem, não tinham nenhuma proteção.

Memorial: Evitar o processo é um dos caminhos?

Entrevistado: O processo é, apenas, uma das vias de solução dos litígios. É a mais demorada, a mais burocratizada, a mais elitizada e a que obtém menores resultados. Se pudermos evitar o processo judicial, estaremos no caminho certo. Em regra, o processo não resolve nada para ninguém. O processo sustentado pelas partes apenas mantém a estrutura burocrática e elitizada que serve a muitos segmentos. Tentar ser conciliar, tentar aproximar, tentar resolver, tentar achar caminhos sem a presença formal do julgador é procurar promover justiça. Para alcançar resultados efetivos, não é necessária a presença do julgador. Isso encarece e burocratiza a solução dos conflitos. As partes podem resolver os conflitos, se forem bem aconselhadas. O Ministério Público deve aproximá-las. Isso nós aprendemos a fazer nas filas que, diariamente, se formam para atendimento nas nossas promotorias. Para tanto, necessitamos estar conscientemente preparados e, também, engajados, com vontade de atender pessoas e resolver os seus problemas. Essa é a essência de nossas funções. Para tanto, residir na comarca faz a diferença, como, também, viver com intensidade na comunidade.

Memorial: O senhor não acha que esse aumento na estrutura,

esse aumento no apoio aos promotores de Justiça, os têm afastado um pouco do povo, digamos assim?

Entrevistado: Não, acho que não. Entendo que não houve afastamento em razão da estrutura conferida. A estrutura tem a ver com dignidade para o exercício das atribuições. A questão, para mim, está centrada no perfil das pessoas que ingressam no Ministério Público, onde passam a exercer as suas funções. Deve ficar claro que isso não é o perfil da Instituição, mas de seus membros, que refletem no trabalho institucional. O promotor de Justiça que quiser fazer um trabalho comunitário, por certo o fará. Ele tem que estar motivado para isso. Se ele gosta de participar das questões comunitárias, tendo uma visão social, ele sairá do gabinete e irá realizar movimentos de defesa da sociedade. Agora, se o promotor de Justiça é mais retraído, mais burocrata pelo gosto de trabalhar com processo judicial, apenas, ele não irá ter uma atuação comunitária destacada, mesmo que ele tenha atribuição para fazer. Devemos ver o que os membros do Ministério Público, de fato, querem quando entram na Instituição, se querem modificar a estrutura social, se vêm para o Ministério Público exatamente para realizar plenamente as funções do Ministério Público ou se ingressaram no Ministério Público para ter um bom salário. Já não há mais uma boa aposentadoria para os que entram. A minha geração, quando ingressou na Instituição, sabia que não pagavam uma remuneração, porque na época não pagavam bem, mas nos garantiam uma aposentadoria integral. Esse fato trouxe muitos da minha geração para o Ministério Público. Acenavam a integralidade na aposentadoria como forma de dar certa estabilidade. Mas, com as modificações que aconteceram no final da década de 1990 até o ano 2004, na promulgação da reforma do Poder Judiciário e do Ministério Público. Nesse período de cinco anos, todas as reformas que foram

aprovadas - administrativa, previdenciária, do Poder Judiciário e do Ministério Público - trouxeram modificações estruturais para a Instituição. Hoje os colegas entram com o teto de remuneração, devendo contribuir sobre o teto, pois se aposentam pelo teto. Se não complementar, ele vai se aposentar com os proventos de aposentadoria muito baixos. Essas são situações muito complicadas na nossa estrutura. Convivemos com dois ou três perfis de Ministério Público. Se observarmos, nos dias atuais, a maioria dos membros são os que têm integralidade. Mas, se olharmos para frente e pensarmos em 10, 15, 20 ou 30 anos, a maioria será outra, a de colegas irão receber proventos com um teto e, excepcionalmente, teremos colegas recebendo integralmente. Como estaremos tratando de interesses pessoais, espero que tenhamos a capacidade de entendermos essas questões para evitarmos comparações e eventuais conflitos.

Memorial: A sua atividade impactou na sua vida privada?

Entrevistado: Certamente, impactou muito. Sempre referi que, ao ingressar na Instituição, me apaixonei e casei com o Ministério Público. Esse casamento com o Ministério Público, com plena realização, acaba impondo sequelas na vida privada. Em razão da vida dedicada à Instituição, acabei me separando. Depois, tentei reconstruir o casamento, mas não houve êxito e acabei me divorciando. Meus filhos eram adolescentes e eles passaram a ser os chefes de casa e da família. O retorno para casa foi mais difícil nas relações com os filhos, por todas essas razões. Eu tenho uma relação excepcional com meus filhos hoje, mas, naquele período, tudo era difícil e complicado. Estava disponível sempre para tudo, não tinha fim de semana, não tinha nem um dia da semana, nem horário, todo o dia e hora estava fora, viajando, fazendo palestra e resolvendo outros problemas. Acabei me

envolvendo fortemente com as questões funcionais e institucionais, o que minou totalmente a relação afetiva e o casamento. Hoje está tudo tranquilo, não tenho mais os compromissos anteriores e me relaciono bem com meus filhos e com minha ex-mulher. Casei novamente, estando bem e feliz.

Memorial: E como foi retomar a sua carreira depois, o senhor foi subprocurador para assuntos administrativos do Dr. Roberto Bandeira Pereira, ainda?

Entrevistado: Após terminar o meu mandato, o Roberto me convidou para ajudá-lo nas questões administrativas, pois estávamos construindo as Torres e tínhamos muitas questões que conhecíamos. Fui quatro anos subprocurador para assuntos administrativos do Roberto. Saí da Procuradoria-Geral em abril de 2003 e, em abril de 2007, eu saí da administração com o Roberto e com o Bastos. O Mauro assumiu e saímos os três.

Memorial: Foi quando o senhor retomou a sua carreira de procurador de Justiça?

Entrevistado: Ainda não. Eu estava classificado como 2º procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, com atuação preferencial junto à 1ª Câmara Criminal, onde voltei a atuar e, ainda, fui para Brasília trabalhar no Conselho Nacional do Ministério Público como Conselheiro, de forma cumulativa. Em junho de 2007, depois de eleito e aprovado pelo Senado Federal, fui para Brasília. Fiquei quatro anos lá em Brasília, até junho de 2011.

Memorial: O senhor ficou morando lá?

Entrevistado: Não, eu morava em Porto Alegre, mas ia na segunda-feira e retornava na quinta-feira, em regra. Na época, estava tentando acertar a questão do casamento, mas indo e voltando toda a semana, vimos que não daria certo. Em 2011, retomei minha atividade exclusiva como procurador de Justiça. Quando cheguei, o Roberto e outros colegas me procuraram e disseram: “Cláudio, tens que concorrer ao Conselho, pois tens experiência do Conselho Nacional”. Coloquei o meu nome e concorri ao Conselho. Já era membro nato do Conselho do Órgão Especial. Então eu passei a ser Conselheiro e membro nato do Órgão Especial. Foram dois mandatos e fiquei no Conselho Superior até 2015. Quando saí, disse que pararia, mas, em 2018, a pedido dos colegas, retornei ao Conselho Superior. Trabalhava com os meus processos e os do Conselho Superior. Também, sempre estive classificado para atuar perante a 1ª Câmara Criminal, desde quando fui promovido em 1993. Sempre trabalhei com matéria criminal e lecionei, por muito tempo, matéria não criminal, com o fim de ver as coisas de forma mais aberta. Aprendi a gostar do processo civil, tendo feito minha pós-graduação em processo. Fui professor universitário no interior, na UNISC, em Santa Cruz do Sul, onde fui paraninfo das duas turmas que eu lecionei. Lecionei na Escola do Ministério Público por muito tempo, onde exerci as funções de supervisor (então vice-diretor) e de coordenador da área de processo civil, e sempre tive ótima relação como os meus alunos.

Memorial: O senhor gosta de dar aula?

Entrevistado: Sempre me realizei dando aula. Agora parei de lecionar, pois tive um problema de saúde dois anos atrás, que não permitia que eu falasse muito e, assim, ficou impossível. Eu dava

quatro horas de aula contínuas e não havia mais condições de fazê-lo. No Brasil inteiro, os colegas do Ministério Público dizem que o meu apelido é “Cláudio, o Breve”, porque eu começo a falar e não paro, ainda mais quando estou falando sobre o Ministério Público. Minhas aulas eram sobre o Ministério Público, tanto no processo civil, quanto nas questões institucionais e constitucionais. Tive que retirar parte de um pulmão e ficou difícil lecionar.

Memorial: Quando o senhor não está trabalhando, qual o seu passatempo preferido?

Entrevistado: Eu sou um devorador de livros, eu leio muito mesmo. Há muito tempo deixei de ler sobre Ministério Público, também. Eu só leio sobre Ministério Público para fazer pesquisa histórica. Eu me desfiz dos meus livros de Direito, muitos eram do meu pai, do seu escritório, que ficaram comigo. Alguns livros foram dados aos meus filhos e os outros doados à biblioteca do Ministério Público. Mantive apenas uma pequena biblioteca sobre o Ministério Público em casa e tenho um acervo de livros, aí sim, de literatura, pois estou sempre lendo. Também gosto de algumas outras coisas. Sou colorado da gema, de família colorada, não tem ninguém da minha família que seja gremista. Gosto de futebol e sofro pelo Internacional. Ainda gosto de ver um bom filme, de ir ao cinema, de viajar e de cozinhar. Sou apreciador de bons vinhos, especialmente bons vinhos brasileiros. Gosto de escutar uma boa música e tenho muitos discos de vinil e CDs de blues, de jazz, rock, folk e música nativa gaúcha. Sou muito disciplinado e procuro levantar cedo, tenho a academia na frente de casa. Atravesso a rua, vou para a academia, faço uma hora de exercício e me sinto bem, três vezes por semana. Nos outros dias, caminho. Assim tenho vivido bem. Sempre tive dificuldades em me ver

aposentado, mas acho que logo estarei saindo, pois me sinto pronto para novos desafios.

Memorial: É que para alguém tão ativo assim, acho que é difícil se aposentar, acho que a pessoa acaba se sentido mal.

Entrevistado: Somente não saí, pois me sinto, ainda, apaixonado. Eu fui a Curitiba na semana passada, no dia cinco, quando comemoramos os trinta anos da Constituição de 1988. Eles me convidaram para ir lá gravar um programa de televisão com dois colegas que foram procuradores-gerais e que também trabalharam na Constituinte, na época, o Milton Riquelme de Macedo, que também presidiu a CONAMP, e o Olímpio de Sá Souto Maior. Dois colegas minha idade e da minha geração. Terminado o programa, fomos almoçar e eles disseram: “Falamos durante duas horas em um programa só para o Ministério Público, cada um com ideias próprias, apaixonados pelas coisas que ainda fazem, sugerindo coisas a fazer”. Continuamos vivendo assim, essa paixão nos alimenta muito é extremamente importante. Há três semanas, fui a Belo Horizonte para uma palestra em um evento do Ministério Público. Participei de um painel com o Hugo Nigro Mazzilli. Aliás, o convidei para vir no lançamento do Livro sobre direito institucional e os trinta anos da Constituição Federal, que tive a honra de coordenar. É um Livro de 600 páginas, com 20 artigos de colegas, e gostaríamos que o Hugo estivesse aqui. Seria importante que trouxéssemos para o evento de lançamento o colega Paulo Olímpio Gomes de Souza, que era o procurador-geral de Justiça em 1988, e o desembargador José Antônio Paganella Boschi, que era o presidente da Associação do Ministério Público naquele ano, para, se possível, fazer um painel com Hugo Mazzilli, um dos líderes do processo constituinte. Estávamos o Hugo e eu, após

o painel, conversando sobre a nossa história institucional e ele me disse: “Cláudio, eu não sei fazer outra coisa, eu só sei escrever sobre Ministério Público. Eu queria parar com isso, mas eu não consigo!”, no que eu lhe disse, “A nossa vida é assim!”.

Memorial: Muito obrigada, Dr. Cláudio.

Entrevistado: Eu que agradeço ao brilhante trabalho de vocês.

Roberto Bandeira Pereira



Roberto Bandeira Pereira é natural de Rio Pardo (RS). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público no ano de 1988. Atuou nas Comarcas de Iraí, Sapiranga, São Borja, Viamão e Porto Alegre. Exerceu a função de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos. Foi Procurador-Geral de Justiça por dois mandatos consecutivos entre os anos de 2003 e 2007. Recebeu do Governo do Estado as Medalhas de “Serviços Distintos” e “Defesa Civil”.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 21 de março de 2019.

Memorial: Sobre a sua carreira no MP, o senhor ingressou em 1988, passou pelas promotorias de Iraí, Sapiranga, São Borja, Viamão e Porto Alegre, foi promovido a procurador de Justiça em 1999 e se tornou procurador-geral em 2003.

Entrevistado: Fui subprocurador-geral para assuntos administrativos de 1999 a 2002.

Memorial: Sim, o senhor trabalhou na Administração Superior, o senhor foi secretário-geral, chefe de gabinete e subprocurador administrativo. Tornar-se procurador-geral foi uma aspiração ou foi circunstancial?

Entrevistado: A chegada ao cargo de procurador-geral aconteceu de forma circunstancial, ao natural. Veio como consequência das oportunidades com os exercícios de funções administrativas, não foi um projeto de vida.

Memorial: O senhor também atuou como vice-presidente da Associação e o envolvimento com a Associação faz parte da trajetória dos procuradores-gerais.

Entrevistado: Exerci as funções de secretário e coordenador de núcleo no interior e, por duas oportunidades, a vice-presidência da Associação de classe. Vice de núcleos e vice administrativo. Tinha a perspectiva, ou a possibilidade, de concorrer ao pleito para a presidência da Associação, mas não me via, naquela época, nessa contingência. Acabei me afastando da Associação para exercer o cargo de chefe de gabinete na gestão comandada pelo Dr. Sérgio Gilberto Porto. Na verdade, tive a primeira oportunidade administrativa como promotor-

secretário, na gestão presidida pelo Dr. Francisco Luçardo, no início da década de 1990, atividade que abrangia uma série de funções que foram sendo, ao depois, atribuídas a outros cargos que acabaram sendo criados no processo evolutivo. Nós tínhamos, na estrutura do Ministério Público, o procurador-geral de Justiça e o procurador-adjunto, que cumpria as funções hoje afetas ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Cuidava tal cargo, além da substituição eventual do Procurador-Geral de Justiça, das funções junto ao Pleno no Tribunal de Justiça. O promotor-secretário exercia funções delegadas de direção geral, chefia de gabinete e Secretaria dos Órgãos Colegiados (Conselho Superior e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, assim como do Colégio de Procuradores). Exercia também, por delegação, as funções executivas, hoje são exercidas pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, cargo que foi criado depois. Assumi esse cargo quando promovido à entrância final, honrado pelo convite do Dr. Luçardo. A experiência no cargo foi de grande aprendizado.

Memorial: O senhor era muito jovem.

Entrevistado: É, na verdade, fui promovido à entrância final após três anos e meio, contados da data do ingresso na carreira. Assim como eu, praticamente toda a minha turma, que ingressou em maio de 1988, aqueles que não recusaram promoção, chegaram em pouco tempo à capital. Vivíamos uma conjuntura em que, integrantes das duas ou três turmas imediatamente mais antigas, muitos colegas recusavam as promoções, as progressões na carreira. Assim, acabamos pulando etapas, imprimindo significativa velocidade nas movimentações. O colega Armando Lotti, me parece, foi o primeiro promovido em nossa turma, acho que tenha sido promovido para a entrância final com

menos de três anos de carreira.

Memorial: Eu conversei com o Dr. Luçardo também já há alguns dias.

Entrevistado: Tive a honra de trabalhar com ele, meu querido amigo e professor, e foi uma grande escola. Com o fim do mandato do Dr. Luçardo, busquei classificação, e consegui, na promotoria, à época, vinculada à Sexta Vara de Família e Sucessões, local em que trabalhei por dois anos, mais ou menos. Depois, fui designado para atuar na promotoria junto à Primeira Vara do Júri, onde permaneci por quatro anos. Após experiência numa curadoria cível, em torno de seis meses, períodos em que atuava, concomitantemente, na vice-presidência da Associação do Ministério Público, fui designado, pelo Dr. Sérgio Gilberto Porto, para exercer a chefia de gabinete. Na sequência, ao ser promovido ao cargo de Procurador de Justiça, no ano de 1999, assumi, pelo período de quatro anos, indicado pelo Dr. Cláudio Barros Silva, então Procurador-Geral de Justiça, as funções de Subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos. Nesse período, sob a chefia do Dr. Cláudio Barros Silva, nós tivemos a oportunidade de dar seguimento ao trabalho de todas as chefias e de todos os que nos antecederam, seguindo os pilares plantados na administração comandada pelo Dr. Sérgio Gilberto Porto, no que diz respeito a uma construção de orçamento que tivesse como metas, mantendo nossas responsabilidades com despesas de pessoal, aumentar as rubricas de custeio e investimentos, a fim de acelerar o efetivo exercício de nossas autonomias e estruturação, para potencializar e qualificar os serviços alcançados à comunidade. Foi o grande divisor de águas, no que diz respeito à construção de um orçamento mais significativo, a fim de dar um salto no crescimento material e humano. Nos

concentramos na questão do aumento nas previsões das despesas de custeio e investimentos, que, naturalmente, iriam aumentar - como de fato aconteceu -, em decorrência dos investimentos nas sedes do Ministério Público e na estruturação, com informática e diversos outros sistemas. Efetivamos, após construção de base orçamentária, a captação de mais promotores de Justiça, servidores e estagiários. Na questão institucional, durante a administração do Dr. Sérgio Porto, foram criados os cargos de Subprocuradores-Gerais para Assuntos Jurídicos e Administrativos, bem como o de chefe de gabinete. O cargo de Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais foi criado na gestão presidida pelo Dr. Cláudio.

A ideia de dar seguimento a uma forte política de estruturação na Instituição tomou corpo, como dito antes, com diversas ações fundamentais na gestão, que envolveram movimentos internos responsáveis, bem como vigorosos acréscimos nas despesas de custeio e investimentos. Naquele período, administração Sérgio Porto, foi criado, e recebeu as primeiras estruturas, um setor de engenharia, a cargo do arquiteto Hugo Gino Pasquini, pessoa corretíssima e muito eficiente, com larga experiência, oriundo da iniciativa privada. Quando do início da administração anterior à que esteve sob minha responsabilidade, sob a presidência do Dr. Cláudio Barros Silva, solicitamos ao Tribunal de Contas do Estado, e fomos atendidos, a designação de um servidor da mais alta capacitação moral e técnica, o economista Jorge Antônio Gonçalves Machado, a quem foi atribuído o controle e execução das políticas administrativas, voltadas ao atendimento das metas, todas aprovadas em técnico planejamento estratégico, e de necessárias medidas de estruturação orçamentárias, financeiras, de pessoal e material. Exerceu as funções de Diretor-Geral. Juntamente com o Jorge Antônio, significativa e qualificadíssima foi a participação do servidor Carlos Umsza. O quadro de servidores do

Ministério Público é da mais alta qualificação.

Todos fomos responsáveis pelos resultados da administração. Sou muito grato pela parceria ao meu querido amigo e irmão de caminhada, Dr. Cláudio Barros Silva. O Dr. Cláudio exerceu todas as funções no ambiente associativo. De coordenador de núcleos a presidente da associação de classe, bem como a administração da CONAMP. No ambiente institucional, foi, por três oportunidades, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, duas vezes Procurador-Geral de Justiça e presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Integrou o Conselho Nacional do Ministério Público. É grande figura pública, visionário e grande liderança do Ministério Público brasileiro. Estivemos sempre juntos em nossas responsabilidades associativas e institucionais. Fui honrado com as responsabilidades na Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos na sua gestão. Ao depois, com muita alegria, o tive na parceria exercendo as mesmas funções, de Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos, quando do meu mandato. Registro, aqui, em ambas as oportunidades, que os atos de administração, de gestão, sempre tiveram a marca do coletivo, do nós. Éramos quatro colegas (Procurador-Geral de Justiça e subprocuradores-gerais de Justiça) dividindo as responsabilidades pela chefia.

É preciso, portanto, também ressaltar a vital e brilhante participação do Dr. Antônio Carlos de Avelar Bastos, na condição de Subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, em três administrações sucessivas (presididas por Sérgio, Cláudio e Roberto), meu também querido irmão e conselheiro. Homem público de primeira grandeza, experiente, companheiro leal e trabalhador, chefiando a assessoria jurídica, com firmeza e alta qualificação, conduzia toda a atuação de assessoramento e manifestações da Instituição junto ao

Tribunal Pleno, propositura e acompanhamento de recursos junto aos Tribunais Superiores, bem como supervisionava a atuação nas funções delegadas nas Procuradorias de Prefeitos, Fundações e de Recursos. Atingimos, pelo trabalho árduo de diversos colegas e servidores, altíssimos índices de sucesso nos reconhecimentos das posições institucionais postas nos processos. Naquela oportunidade, houve, sob a supervisão do Subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, o acréscimo de atribuições, à Procuradoria de Prefeitos, da matéria afeta à probidade administrativa. Sob a responsabilidade de três operosos colegas, procuradores de Justiça Gilberto Montanari, Carlos Dias Almeida e Gilmar Maronese, em concurso com vários colegas assessores, eram examinados os atos de administradores públicos sob os enfoques criminal e de probidade.

Registro, também, naquele período, o reconhecimento pela combativa, efetiva e brilhante participação do Dr. Mauro Henrique Renner, dileto amigo, irmão de caminhada e colega de turma de ingresso na Instituição, que, juntamente com os inúmeros colegas, coordenadores dos Centros de Apoio Operacional e promotores-assessores, no exercício da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, na condução (nas administrações sob as responsabilidades de Cláudio e Roberto) de políticas institucionais de aproximação com os demais segmentos do Estado e representações da sociedade. Com atuações conjuntas, seguiram-se vigorosas ações de combate ao crime organizado, o que já vinha da administração anterior, adulterações de combustíveis (nossos colegas que atuavam diretamente na questão levaram a experiência gaúcha para diversos Estados da Federação), leite e de outras tantas vertentes na questão criminal. Tínhamos, todos, como a convergências do procurador-geral e dos três subprocuradores-gerais, o compromisso em apoiar o trabalho vigoroso e equilibrado produzido pelos colegas com

atribuições em nossas atividades fins, na execução. Desenvolvemos significativos esforços no aumento das estruturas materiais e de pessoal na promotoria com responsabilidades nas execuções criminais. Era preciso um foco maior em tal área, para potencializar nossa efetividade e para aprofundar conhecimento, acompanhando os movimentos dentro do sistema prisional, bem como para possibilitar uma efetiva fiscalização e garantia a direitos fundamentais. A mesma energia de apoio se alastrava para as demais, e importantíssimas, outras áreas de atuação: infância e juventude, direitos humanos, meio ambiente, probidade administrativa, assim como todas as atividades de execução, nas promotorias da capital e as localizadas em todo o interior do Estado. Voltando às questões sob a responsabilidade da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, em coletivo, como meta, já na administração do Dr. Cláudio, levamos a cabo, com o apoio da grande maioria dos membros da Instituição, dos Órgãos Colegiados e dos servidores, medidas efetivas para dar seguimento àquela ideia de profissionalização da administração do Ministério Público, de buscar a contribuição de profissionais na iniciativa privada para a constituição de um planejamento estratégico, com metas, trazendo para dentro desse planejamento uma ideia horizontal, com a participação de todos, promotores, procuradores e servidores. A partir daí, o Dr. Cláudio tomou a decisão, e nós implementamos, de convocar colegas de administração e servidores para um confinamento de dois ou três dias na cidade de Bento Gonçalves, para onde levamos um profissional especializado e, reunidos lá, em conjunto, construímos o primeiro planejamento estratégico, de forma profissional. Tinha, como vetores, atingir os âmbitos jurídico, institucional e administrativo. A partir dessa discussão, surgiu a ideia da criação da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais, que foi colocada sob a responsabilidade do Dr. Mauro Henrique Renner. Ele fez um belíssimo trabalho, o que

lhe valeu, ao depois, no grande reconhecimento da classe e, para minha honra, me sucedeu no cargo de Procurador-Geral de Justiça. A partir desse momento, começamos a diminuir a participação dos agentes políticos nas decisões de administração. Passamos a dar um enfoque profissional, técnico, um enfoque levando em conta a relação custo/benefício, permitindo, a um custo menor possível, produzir um trabalho de qualidade e cada vez mais buscando sentido nos interesses da sociedade. Ou seja, em que pudessem fazer com que as pessoas experimentassem, todos, membros e servidores, suas potencialidades e sentimentos de pertencimento, com a participação coletiva nas construções do destino da Instituição. Independentemente do administrador, a Instituição deveria, sempre, mover-se a partir de um projeto de Estado, não de administração. A máquina administrativa tinha de funcionar com efetividade. Para tanto, precisávamos construir estruturas funcionais bem remuneradas, para que pudessemos captar no mercado de trabalho pessoal de assessoria de alta qualificação. Para captar bons profissionais no mercado, seriam necessários e buscamos sempre tal objetivo, precisaríamos construir bons salários, qualidade e saúde nos ambientes de convivência.

É inegável que a Instituição tem caminhado a passos largos nos seus processos de compreensão, capacitação e adequação aos constantes e novos reclames, acompanhando os movimentos internos e externos em que nos vemos inseridos.

Sempre trabalhamos com a convicção de que o investimento na valorização e capacitação do ser humano deveria ser o norte para a manutenção de nossa legitimidade social. A instalação do CEAF (Centro de Estudo e Aperfeiçoamento funcional) veio em tal linha.

Trabalhamos intensamente na estruturação, fizemos muitos esforços nas aquisições e construções de prédios, para que pudessemos diminuir despesas de custeio com locações que

pagávamos ao Poder Judiciário. E, ao mesmo tempo, também para darmos às comunidades uma fisionomia institucional, ou seja, a casa do Ministério Público com sua identidade física. Registro que não houve fronteiras entre as administrações presididas pelo Dr. Cláudio Barros Silva e por mim. Na prática, apenas trocamos de cadeiras, mas trabalhamos, naquele período, com a ideia de que éramos quatro procuradores-gerais, interagindo em todos os assuntos relevantes. Fomos um só: Cláudio, Roberto, Bastos e Mauro, juntamente como todos os integrantes da assessoria, composta de membros e servidores da Instituição. O procurador-geral e os subprocuradores-gerais trabalhavam em situação de horizontalidade, com as mesmas responsabilidades e comprometimentos. A execução material do prédio matriz, do conhecido prédio das Torres Gêmeas, foi realizada toda na administração por mim presidida, tendo o Dr. Cláudio no exercício das funções de Suprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos. Mas os pilares, a construção orçamentária e o planejamento, foram integralmente realizados na administração comandada pelo Dr. Cláudio, tendo a mim na condição de SubAdm. Ambos, com a paciência de todos, acompanhamos de perto o sonho, o projeto, a execução e entrega das Torres. Assim, a construção de orçamento, o planejamento e a execução dos prédios das Torres Gêmeas foram feitos por todos os envolvidos, membros e servidores da Instituição, do primeiro dia da administração, comandada pelo Dr. Cláudio, até o último dia da administração, por mim presidida. Tudo resultado do respeito à política de estado implantada, da continuação dos atos de gestão. Trabalhávamos, com iguais esforços, eu, o Cláudio, o Bastos e o Mauro, juntamente com todos os promotores e procuradores de Justiça assessores, bem como os servidores no assessoramento. Tínhamos o apoio integral dos colegas procuradores e promotores que atuavam na execução. Foi uma obra coletiva.

Juntamente com as questões materiais, procuramos trabalhar os valores visíveis e o valores anímicos. Tínhamos, todos os que participávamos da administração, grandes preocupações com a valorização do nosso material humano. Somos uma Instituição comprometida com a prestação de serviços à comunidade. Quanto melhor a qualidade de vida do servidor e do membro do Ministério Público, melhores serão os resultados de nosso trabalho em favor daqueles que precisam de nossas atuações, da sociedade em geral. E, portanto, para que isso se operasse, a alegria, o devotamento e o ambiente sadio precisavam estar em nossas pautas, serem a nossa marca. Foi o que buscamos implementar, de diversas formas, com o envolvimento de toda a área administrativa.

Tivemos, também, uma preocupação com a história da Instituição. Essa foi uma ação que começou na administração do Dr. Sérgio Porto e percorreu, como compromisso, as demais administrações de que também participei, na presidida pelo Dr. Cláudio e na em que estive no exercício do cargo de procurador-geral, e, certamente, é um assunto da mais alta importância, tanto é que hoje estamos aqui registrando uma pequena parte daqueles momentos. Tínhamos um compromisso muito grande com a questão do Memorial e com o Memorial. Tal posicionamento foi fundamental. O conhecimento da história construída com trabalho e dignidade por aqueles que nos antecederam precisava ser registrado e compartilhado com todos, membros e servidores da Instituição, bem como com toda a comunidade. Tínhamos em tal movimento o significado de traduzir para gerações vindouras o coração da Instituição. Precisávamos, numa instituição já estruturada, mostrar aos colegas que ingressavam o quanto custou chegar naquele degrau da escada de edificação. Ingressei no Ministério Público, como todos que me antecederam, quando ouvíamos a frase: “Exército de um homem só”. Era o promotor e uma máquina de escrever manual,

situação que há muito já não se verifica.

É preciso, para um futuro seguro, que façamos as disrupturas necessárias, adequadas aos novos tempos, sem, entretanto, perdermos nossas conexões essenciais com as razões de existência de uma Instituição que tem os compromissos constitucionais como os nossos. Tínhamos, também, grandes preocupações em mantermos nossos rumos na direção dos necessitados. Não poderíamos nos afastar daqueles que, no processo constituinte, nos legitimaram. Bastaria uma visita nos anais das discussões no Congresso para entender nossas preocupações. Fomos reconhecidos, no processo constitucional, pelo trabalho perto da pobreza, dos sofrimentos, das dores profundas, e disso não poderíamos nos afastar, sob pena de nos deslegitimarmos. Havia, como fundamento no Memorial, a ideia de editar obras e contar fatos ligados a nossas experiências e histórias de pessoas que vivenciaram conjunturas de nossa existência como Instituição. Na linha, cito o exemplo de Sophia Galanternick, uma mulher e promotora extraordinária, que foi perseguida por diversas razões. Era uma mulher de vanguarda, de origem judaica. Foi exonerada durante o Estado Novo. Ingressou no Ministério Público no fim da década de trinta e foi aprovada no primeiro concurso realizado, já no início da década de quarenta. Ela foi encontrada por um acaso nas pesquisas realizadas. Tivemos a grata oportunidade de ouvi-la, de registrar seus relatos.

Memorial: Na época, foi um afastamento, ela não pediu demissão. Depois ela tentou voltar na década de 1950 e o Conselho Superior do Ministério Público, eu tenho a cópia do despacho, informou que a profissão de promotor não se coadunava com o sexo feminino e seu retorno à Instituição foi negado.

Entrevistado: O depoimento dela é interessantíssimo para

compreendermos os hoje inaceitáveis preconceitos e a conjuntura cultural daquela quadra histórica.

Memorial: É verdade. E na época havia um procurador-geral que era do Partido Integralista, o Anor Butler Maciel. Ele escreveu alguns livros, dois dos quais com conteúdo francamente antissemita.

Entrevistado: Na verdade, o Memorial poderia seguir em constante movimento, se afastando de uma postura estanque. Para tornar perene o espírito da Instituição, vimos como elo entre todas as gerações a constituição do Memorial, como estabelecimento de diálogo entre gerações, conversas falando dos nossos equívocos, dos nossos acertos, da evolução da Instituição. Deveria cumprir o papel de registro de boas ações e de incubadora de inovações, a partir do trabalho tomando como base experiências que deram e das que não deram certo. E mais, que a Instituição pudesse contribuir com a comunidade gaúcha na construção, na reconstrução da história do país, do estado. E com base nisso, buscamos parcerias. E o colega Ricardo Vaz Seelig, junto com a equipe do Memorial, fez um trabalho brilhante no sentido da construção dessas parcerias e patrocínios. Construimos diversas obras nesse período. Coletamos depoimentos de colegas. O Gunter Axt e a Ediolanda Liedke, que atuaram nos projetos do Memorial e nas obras de restauração do Palácio do Ministério Público, respectivamente, foram fundamentais nesse processo. Na verdade, entendíamos vital para tornarmos perene o conhecimento da alma do Ministério Público, um projeto conectado com toda a cultura, que pudesse fomentar atividades culturais e registrar o espírito da Instituição com o compromisso e respeito ao nosso passado. No sentido de projetar um futuro seguro.

No período em que o Dr. Sérgio Porto foi o Procurador-Geral de Justiça, através de suas gestões, obtivemos a transferência, para o nosso patrimônio, do Palácio Provisório de governo, que é o chamado Forte Apache, de grande significação. Porque está intimamente ligado a todos os fatos e decisões significativas do Estado, desde a década de 1890, do século XIX. Três governadores, então presidentes do Estado, administraram dali. Está sediado na Praça dos Poderes, no controle político do Estado, e intimamente ligado à nossa história do Estado e do país, nas divisões e reconstruções, através de revoluções como, por exemplo, as de 1893 e 1923. Grandes decisões foram tomadas ali. A ação representou, também, uma forma de o Ministério Público dar sua contribuição na preservação do patrimônio histórico. Foi restaurado na gestão Cláudio Barros Silva, que administrou dali.

Alguns livros foram produzidos sobre as histórias do Ministério Público, do país e do Estado. Obras, por exemplo, que contam a revolução de 1893. Tivemos a oportunidade de publicar, dentre os livros, um diário, reconstruído em fragmentos, escrito por maragatos sobre as ações dos chimangos. Trabalho do Memorial, sob a coordenação do Dr. Ricardo Vaz Seelig, com o Gunter Axt na execução. Ainda, foi elaborada uma obra espetacular, a meu ver, que é a publicação – aí eu já era procurador-geral – registrando o seminário, gratuito e aberto a todos, que fizemos em Porto Alegre, quando da data do centenário da morte do Julio de Castilhos. Para cá vieram vários estudiosos para refletirem, de forma plural, sobre a figura e as obras de Júlio de Castilhos na política local e na construção dos pilares da República.

Essa foi parte da contribuição que o Ministério Público deu, e que eu tive a alegria de estar nas condições de chefe de gabinete, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e, ao final, de procurador-geral, apoiando e chancelando o trabalho feito pelo Memorial e pela estrutura de administração. O que cabia a nós era

dar condições para que as pessoas trabalhassem. E trabalharam bem! Tínhamos a preocupação de tornar o Palácio um equipamento público de utilização plena, e assim fazíamos, cedendo para realização de atividades culturais, escolares e para apresentações. Evidentemente que todas não tendo fim comercial e tendo como características a construção da boa e edificante cultura, tudo conduzido pelo Memorial. Ali, tivemos a oportunidade, cito como exemplo, de recebermos um significativo e importantíssimo evento marcando o centenário da contribuição da comunidade judaica ao Rio Grande do Sul. Em colaboração com a Federação Israelita do Rio Grande do Sul, trouxemos o Ministro Maurício Corrêa para proferir palestra. O Ministro tinha atuado como relator em ação penal que tramitou no STF tratando de obra literária antissemita. Trouxemos o escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, Moacyr Scliar.

Memorial: O Palácio estava tão cheio naquele dia.

Entrevistado: É. Foi um momento extremamente importante. Diversos outros eventos e exposições também foram realizadas ali. Em agosto de 2004, houve um seminário internacional a respeito dos 50 anos da morte de Getúlio Vargas, que trouxe a Porto Alegre o brasilianista Thomas Skidmore e pesquisadores brasileiros de renome. Foi acompanhado de uma exposição no Palácio a respeito da atividade de Getúlio Vargas como promotor, com cópia ato de posse, fruto de uma pesquisa dos historiadores do Memorial. Houve, também, uma exposição em parceria com o consulado da França sobre a pouco conhecida origem francesa do Ministério Público. Em 2005, houve um grande seminário sobre a Revolução Farroupilha. Os seminários do Julio de Castilhos, do Getúlio Vargas e da Revolução Farroupilha resultaram em publicações, o último pela editora do Senado Federal.

Um Memorial tem que prestar um serviço à Instituição e à comunidade. Nesse período o Memorial do Ministério Público fazia exatamente isso.

Memorial: Dr. Roberto, retornando ao seu período como procurador-geral, gostaria de saber sobre o processo de eleição e escolha. O senhor passou por duas eleições em 2003 e 2005. Em 2003 o senhor teve 86% dos votos, em 2005, 96% dos votos. Como é que foram esses processos?

Entrevistado: No primeiro período, me submeti ao processo eleitoral, concorrendo juntamente com os Drs. Delmar Pacheco da Luz e Ricardo de Oliveira Silva. Éramos apenas três candidatos. Os percentuais contidos na pergunta representavam a soma dos apoios construídos na conjuntura do processo eleitoral. Não representavam um apoio pessoal ao candidato. Os colegas que concorreram no pleito, com grandes e significativas contribuições ao Ministério Público, são pessoas muito estimadas por mim e por todos os integrantes e servidores da Instituição.

Memorial: O senhor antes falou da questão administrativa na sua gestão. Sobre a questão institucional o senhor teria alguma coisa a falar?

Entrevistado: Na questão institucional, como já mencionei antes, juntamente com o Dr. Mauro Henrique Renner, encarregado como responsável pelas questões afetas, com a parceria dos demais subprocuradores-gerais, respeitando a independência funcional, sempre tivemos o cuidado de agir em todas as áreas, dando suporte, delegando e apoiando a todos os colegas na execução. Então, todas as áreas de atuação foram atingidas pelas preocupações da administração.

As metas do planejamento estratégico acolhiam as questões institucionais. Atingimos, pelo esforço de todos, administração, tudo o que fora contemplado no planejamento, que muito cedo foi ampliado.

Tivemos, com todos os envolvidos – Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do Ministério Público, Órgãos Colegiados, centros de apoio operacional e colegas de segundo e primeiros graus –, oportunidade de, sem violar a independência funcional, inaugurarmos a prática de estabelecermos, em comum, políticas institucionais de atuação a partir de encontros com temas escolhidos pelas respectivas áreas. A ideia, que se mostrou bastante efetiva e qualificada, veio do Centro de Apoio Criminal, comandado, na época, pelo Dr. Eduardo de Lima Veiga. Todas as demais áreas foram acolhidas na experiência, com a utilização do método.

Na parte criminal, o combate ao crime organizado, pirataria, combustíveis, violência sexual, violência contra a mulher. Na área do consumidor, com grande enfoque na questão da adulteração dos combustíveis e a adulteração de produtos de consumo humano. Fomentávamos atuações conjuntas das promotorias especializadas criminal e do consumidor. O Rio Grande do Sul emprestou grandes serviços ao Ministério Público brasileiro, com ações integradas ao Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminais (GNCO), braço do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União. Na área de direitos humanos ocorreram várias ações. Lembro agora, por exemplo, um trabalho forte, com apoio total da administração, e com a participação da primeira dama do Estado, que tinha interesse na matéria, no tema planejamento familiar, com o mote pedagógico de resgate da dignidade da pessoa. Várias ações foram adotadas, com apoio institucional, pela Promotoria Especializada e o Centro de Apoio. Muitas, e diárias, seria impossível elencar aqui, em razão do volume e da falha de memória, as ações em todas as áreas

de atuação, meio ambiente, criminal, execuções criminais, infância e juventude, consumidor, direitos humanos, probidade administrativa e urbanismo (O Centro de Apoio foi criado na gestão por mim presidida).

Não fugindo de tua pergunta, trago o exemplo de uma delicada situação, ocorrida em junho de 2003. O governador do Estado, Dr. Germano Rigotto, solicitou a participação do Procurador-Geral de Justiça na mediação de um conflito que se tornava iminente, físico, entre dois grupos em disputa por terras no Rio Grande do Sul. De um lado, os produtores rurais, os gaúchos que vivem da produção nas propriedades e, de outro, o integrantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Num determinado momento, esses dois grupos afirmavam que fariam movimentos um em direção ao outro, tendo como foco a discussão sobre uma invasão ocorrida em uma fazenda na cidade de São Gabriel. O governador do Estado e o secretário da segurança, preocupados com a questão, pediram ao Ministério Público que intercedesse, dialogando com os dois grupos, no sentido de que pudessem construir uma solução pacífica, respeitando os espaços legítimos de decisão institucional. A questão estava sendo discutida no Supremo Tribunal Federal. Este era o único caminho a percorrer. Portanto, precisávamos sensibilizar a ambos os lados a esperarem a solução a ser dada no Supremo Tribunal Federal. Era uma situação extremamente delicada, parte dos colegas de assessoria entendia que essa participação representava grande risco. E, de fato, representava.

Acabamos decidindo no sentido que o Ministério Público não poderia se omitir, negar-se a contribuir na construção de uma solução pacífica. Os dois lados foram consultados, concordaram com esse processo e eu tive a oportunidade, muito feliz para mim, de participar num primeiro contato com os produtores rurais, em uma reunião no campo, próximo à cidade de São Gabriel, em que estavam entre duas a três mil pessoas, imagino. Estava, juntamente com o presidente da

Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) e com o então deputado, hoje senador da República, Luís Carlos Heinze, que tinha, e tem, fortes vinculações com o segmento. Tivemos a oportunidade de conversarmos com os produtores rurais. Ao depois, poucos dias, com as participações importantíssimas dos então deputados estaduais Estilac Xavier (hoje Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado) e frei Sérgio Goergen, no acampamento, com as lideranças e integrantes do MST. Conseguimos, todos, no diálogo franco, respeitoso e fraterno, com boa-fé, construirmos uma solução que evitou um possível conflito físico entre os dois grupos.

Muitas ações nós desenvolvemos, também, em parcerias com o governo do Estado e com diversas outras instituições de Estado (federais, estaduais e municipais). Combate ao crime organizado, pirataria e sonegação fiscal. O Estado vivenciando uma situação de dificuldades econômicas e nós realizando o nosso trabalho legal implementando as perseguições, estruturando a promotoria de combate à sonegação fiscal. Fizemos investimentos significativos, também, na estruturação das promotorias criminais, especialmente nas execuções criminais. Tínhamos três promotores apenas e construímos uma estrutura com oito ou nove promotores, mais trinta ou quarenta servidores e estagiários. O objetivo era de compreender o crime de trás para frente. Ou seja, percorrer o caminho, do fim do ciclo até a prática do delito (ou, mesmo, conhecendo a história do infrator), para conhecermos esse personagem – e suas circunstâncias pessoais – que chegava ao sistema penitenciário e entender a estrutura do crime. Fazemos uma radiografia para podermos projetar ações institucionais. Então, todo o trabalho que se faz hoje, no que diz respeito à compreensão dessas movimentações, iniciou-se lá, com o trabalho de valorosos promotores de Justiça, alguns dos quais hoje são procuradores de Justiça. Tive a oportunidade, depois do fim do mandato, assumir a presidência

do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado, por conta, inclusive, dessas ações que fizemos, estando os colegas gaúchos na execução, os que, com seus trabalhos, acrescentaram e serviram de modelo para o país inteiro. Estruturamos, acompanhamos e apoiamos os colegas que fizeram um trabalho belíssimo, crime e consumidor, no combate a adulterações de combustíveis. Tínhamos quantidades de solventes incompatíveis com o consumo do Rio Grande do Sul, o que demonstrava a grande incidência de violações nos combustíveis aqui no Estado. As Promotorias Especializadas do Consumidor e Criminal, em conjunto – construímos inclusive um laboratório –, realizaram uma atividade que serviu de escola no Brasil inteiro. Os colegas foram repassar o *know how* em todo o País. Com esse trabalho, o Rio Grande do Sul experimentou a condição de ostentar a menor incidência de adulterações, justamente por causa da ação repressiva. Firmamos uma política nacional de enfrentamento do tema, na condição de integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. Foi tão significativa a modificação em função da fiscalização que os meios de comunicação referiam – justamente porque o Estado passou a apresentar números bastante inferiores de casos de adulteração. Tivemos a oportunidade de trazer ao Ministério Público um profissional de altíssima qualificação, que veio cedido da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), e que trabalhava juntamente com os colegas no laboratório para a constatação dessas adulterações. O trabalho foi multiplicado por todos os cantos do país. Em nível nacional, trabalhávamos em conjunto com várias instituições parceiras, em situação de horizontalidade, no combate à pirataria e obtivemos retorno. Tivemos, também, a oportunidade de trabalharmos, em nível nacional, para defendermos a possibilidade de, seletiva e eletivamente, exercermos funções de investigação em matéria criminal, com o estabelecimento de regramentos, no momento em que a questão

estava por ser decidida no Supremo Tribunal Federal. O foco de conflito surgiu, justamente, na criação da Promotoria de Controle da Atividade Policial, na administração do Dr. Cláudio. A ação administrativa acabou por qualificar a persecução penal e por proporcionar a aproximação entre Ministério Público e polícias. Ele tinha muita preocupação em qualificar a relação com a polícia, que o controle externo fosse um mote de aproximação entre polícia e Ministério Público, para construirmos uma nova realidade, que hoje se verifica. Hoje a relação é muito boa e parceira, trabalhamos muito nisso, como os que nos antecederam e os que nos sucederam.

Em 2004, com a participação de todos os colegas da área criminal, tivemos a oportunidade, de forma coletiva, de construir um disciplinamento de tramitação das investigações criminais. O que foi um avanço em razão das críticas que faziam a nós sobre eventuais excessos nas atividades investigatórias. Isso foi uma obra conjunta. Tivemos, como preocupação, na questão institucional, também dar suporte, apoio a todas as ações das promotorias na execução, quando possível, inclusive, com a presença física do procurador-geral ou de colega da Administração. Especialmente nas promotorias especializadas, que têm uma atuação coletiva. Por exemplo, em 2004, houve uma grande discussão visando a alcançar solução para as ocupações nas áreas do Delta do Jacuí.

Construímos, também, soluções consensuais auxiliando os demais entes de Estado na questão orçamentária, no ano de 2004. Afora o aqui registrado, reconhecemos e buscamos a proximidade com todos os colegas de Instituição, a fim de que a todos pudéssemos apoiar.

Memorial: As relações com os demais poderes, no seu período, com o Executivo, Legislativo e Judiciário?

Entrevistado: As nossas relações institucionais entre os cinco titulares de orçamento e, portanto, com estatura de poderes e instituições de Estado, Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública foram pautadas, sempre, pelo profundo respeito, independência e harmonia. Tivemos confrontos duros, mas sempre num ambiente de alto nível, de respeito, sem arranhar as relações institucionais e pessoais. Foram vários enfrentamentos com o Poder Executivo, inclusive, em questões orçamentárias. Também com o Poder Judiciário. Por exemplo, estivemos na contingência de ajuizarmos demanda, no Tribunal de Justiça, para evitarmos a diminuição do orçamento do Ministério Público e demais instituições, por ocasião do chamado “Pacto pelo Rio Grande”. Ajuizada uma demanda no Tribunal, deferida a liminar a favor da tese por nós defendida, reconstruímos a necessária higidez orçamentária em favor de todas as instituições, para que não houvesse soluções de continuidade. Procuramos realizar uma aproximação institucional com os bons administradores, com as representações de vereadores e prefeitos, sempre ouvindo e oferecendo a eles orientações, uma vez que muitos dos deslizes aconteciam por falta de estrutura ou por falta de capacidade técnica. Oferecemos aos administradores públicos uma sadia e respeitosa aproximação com os colegas de Ministério Público da base, um novo modelo de diálogo. Sem abrir mão das necessárias responsabilizações nas hipóteses cabíveis.

Memorial: O senhor foi presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do MP dos Estados e da União (CNPGE) entre setembro de 2004 e setembro de 2005, como é que foi essa experiência?

Entrevistado: Fomos escolhidos pelos pares no País, de forma unânime, em reunião realizada em Manaus, por construção e em consequência do trabalho e excelente imagem do Ministério Público gaúcho, para a presidência do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE). Naquele período, enfrentamos muitos desafios, com reformas na Constituição, com o advento do Conselho Nacional do Ministério Público. Vários ataques à Instituição, Brasil afora, foram objetos de atenção, reação e aperfeiçoamentos. Registro, também, o grande aprendizado com a Instituição e primeira composição do Conselho Nacional do Ministério Público, naquele período.

Memorial: E o senhor tinha que viajar muito?

Entrevistado: Quase que semanalmente. Morava em aeroportos e aviões.

Memorial: Dr. Roberto, algum momento difícil, doloroso, do seu período como procurador-geral?

Entrevistado: Enfrentamos diversos e diários desafios no exercício do cargo de Procurador-Geral de Justiça, como todos os que me antecederam, e os que me sucederam. Na verdade, o momento mais difícil da Instituição sempre estará por vir. São os desafios que nos projetam para uma nova realidade. Mas, por certo, o momento mais doloroso nessa experiência, riquíssima, foi como, representando a figura de chefe da Instituição, a perda de um colega, de um amigo, de uma forma absurda como aconteceu com o Marcelo Munhoz Kufner. Um menino com 33 anos que, trabalhando, perdeu a vida de forma absurda na cidade de Santa Rosa. Eu, provavelmente, tenha sido uma das

últimas pessoas a vê-lo e a conversar com ele. Estávamos inaugurando uma promotoria ali na redondeza e ele veio se despedir. Despediu-se dizendo que ia trabalhar. Eu ainda o convidei, insisti, para ficar para o jantar de confraternização. Ele me disse que precisava trabalhar e, provavelmente, esse tenha sido o último contato que ele tenha tido com colega, fora evidentemente algum contato telefônico. Fui acordado na madrugada do dia seguinte, estava em Passo Fundo, com a notícia do homicídio. Foi uma comoção geral. Esse, para mim, foi o momento mais doloroso até porque me marcou muito, o Marcelo era meu amigo. Ele era servidor do Ministério Público antes de ingressar como membro. Eu fui à comemoração em razão da posse dele no Ministério Público. Sua mãe, na oportunidade, me disse que estava entregando o filho para a Instituição. Eu, infelizmente, como muita tristeza, tive que entregar o corpo à mãe. Fomos todos à Santa Rosa, em homenagem ao Marcelo, em apoio aos colegas e servidores do Ministério Público, bem como à comunidade em geral. Fomos acompanhar os desdobramentos investigatórios do crime *in loco*. Juntamente com o colega Ivory Coelho Neto, então presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, acompanhamos o transporte do corpo até a capital.

Aproveito a oportunidade e faço aqui um registro de reconhecimento meu querido amigo e irmão de caminhada, grande promotor e procurador de Justiça, e grande liderança institucional, Ivory Coelho Neto. Lealdade, parceria e amizade nos juntam desde o ingresso na Instituição, no ano de 1988.

Memorial: Como estar nesse cargo de procurador-geral impactou na sua vida privada?

Entrevistado: A experiência do exercício do cargo de procurador-geral é extremamente construtiva no sentido da responsabilidade

que representa e da possibilidade que nos dá, junto com os colegas, de perseguir a realização de sonhos de permanente construção de um Ministério Público cada vez mais próximo da comunidade. Traz junto, por certo, como em todo o processo de construção, desafios e limitações no ambiente privado. É preciso muitos desdobramentos, apoios e renúncias dos entes queridos, esposa e filhos, para poder cumprir essas tarefas. Apenas como exemplos, há pouco conversava com meu filho, que tem 24 anos, e ele lembra, ele, pequenininho, me esperava, vestindo o uniforme do Grêmio, para que pudéssemos jogar memoráveis partidas de futebol, tarde da noite, num corredor de três metros quadrados. E, uma de minhas filhas acenava quando via aviões sobrevoando a cidade, em razão das constantes viagens que o pai fazia.

Memorial: E como foi retomar a sua carreira depois de ter sido procurador-geral?

Entrevistado: Foi muito tranquila a readaptação, após um grau significativo de pressões que o cargo representa. A retomada da rotina fora da administração foi natural, tendo em vista a preocupação, durante toda a caminhada, com o vindouro momento de transição. Comecei a preparação para a me afastar do cargo de Procurador-Geral de Justiça no primeiro dia do mandato, no dia em que assumi o compromisso.

Memorial: O senhor foi para a Procuradoria de Família?

Entrevistado: Sim. Fiquei lá por sete anos, na companhia de grandes colegas, depois vim para a Procuradoria Criminal, há cinco anos. Sobre tudo o que se passou naquele período, quero afirmar, que as intensas movimentações nos trabalhos da administração foram

de responsabilidade de todos os colegas e servidores do Ministério Público. Só tenho agradecimentos a registrar. Gostaria de nominar a todos os que me acompanharam. Não o faço para não cometer maiores faltas por risco de memória.

Memorial: Qual é o seu passatempo preferido, Doutor?

Entrevistado: Viagens, jogos do Grêmio, restaurantes e cinema.

Memorial: Muito obrigada.

Mauro Henrique Renner



Mauro Henrique Renner é natural de Lajeado (RS). Graduado em Direito pela URCAMP e mestre em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. Atuou como Pretor no início da década de 80 antes de ingressar no Ministério Público no ano de 1988. Atuou nas Comarcas de Restinga Seca, Caxias do Sul e Porto Alegre. Foi promovido a Procurador de Justiça em 1999. Presidiu o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas. Foi eleito Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2007/2009. Foi professor do Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC) e atualmente leciona na FMP.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 26 de março de 2019.

Memorial: Doutor Renner, antes de atuar no MP, observa-se pelo seu currículo, que o senhor atuou na Magistratura. Como foi essa experiência?

Entrevistado: Após concluir o curso de Direito e obter aprovação no concurso para juiz-pretor, atuei nas comarcas de Três de Maio e Dom Pedrito por três anos. Foi uma experiência enriquecedora em termos profissionais e pessoais porque foi o meu primeiro cargo na área jurídica. Nesse período, convivi com profissionais qualificados e essa convivência com advogados, promotores de Justiça, juízes e servidores, colaborou muito para minha formação profissional.

Memorial: O senhor fez o concurso em 1988, no ano da Constituinte?

Entrevistado: O concurso para o Ministério Público foi antes, mas a posse da minha Turma deu-se no dia 03 de maio de 1988, antecedendo em alguns meses a Constituição Federal de 5 outubro daquele ano. Assim, conheci os dois modelos de Ministério Público. Devo dizer que a mudança foi significativa, pois, de um dia para outro, nos foi confiado o que de mais sagrado se poderia conferir a uma instituição de Estado. Passamos a figurar como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional, com a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ou seja, nos presentearam com o coração da Constituição federal. Não é sem razão que devemos enaltecer os membros do passado que viabilizaram esse avanço institucional sem precedentes.

Memorial: Como foi a sua trajetória funcional no Ministério

Público?

Entrevistado: Iniciei minha carreira na saudosa promotoria de Restinga Seca, onde atuei por dois anos. Na sequência, fui promovido para Caxias do Sul, onde exerci as minhas funções na promotoria do Júri, cumuladas com a Execução Criminal. As sessões de plenário eram diárias, de segunda a sexta-feira, 5 sessões por semana, 20 júris por mês. Tempos difíceis, porque não havia funcionários, telefone e máquina de xerox. Contratei, às minhas expensas, uma datilógrafa para auxiliar nos trabalhos de datilografia das peças processuais. No fim de semana, examinava os processos de execução criminal. Após dois anos na serra gaúcha, fui promovido para Porto Alegre. Na capital, exerci os cargos e funções nas promotorias do Júri, Corregedoria, trânsito, Restinga, Centro de Apoio Criminal, supervisor das Coordenadorias de Promotorias Especializadas, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais e Procurador-Geral de Justiça.

Memorial: Como foi chegar ao cargo máximo da Instituição?

Entrevistado: Nunca havia imaginado que o destino pudesse ser tão generoso comigo, conferindo-me a chefia do Ministério Público gaúcho no período de 2007/2009, que transcendeu a tudo o que eu poderia imaginar. Sempre fui movido pela vocação de promover a justiça, sem jamais ter aspirado ao elevado posto de nossa Instituição. A caminhada à chefia do *Parquet* gaúcho foi sendo construída, naturalmente, ao longo do tempo. As diversas funções desempenhadas na administração do Ministério Público permitiram que eu conhecesse de forma plena a Instituição e seus membros, legitimando-me ao acesso à chefia do Ministério Público. Acrescento,

ainda, a importante experiência adquirida junto à Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais nas gestões de Cláudio Barros Silva e Roberto Bandeira Pereira que, pela transversalidade das diversas funções exercidas na administração, permitiu a saudável transição sem sobressaltos.

Memorial: Quais foram os desafios e projetos desenvolvidos na chefia do Ministério Público?

Entrevistado: Quando assumi a Procuradoria-Geral de Justiça, desfrutávamos um período de autonomia administrativa devido à competência das gestões anteriores, dispondo de toda infraestrutura necessária, com prédios, servidores, computadores de última geração, para que pudéssemos cumprir com dignidade o nosso trabalho. Consolidada a parte administrativa, o nosso projeto foi direcionado para a área institucional. A quadra da história estava a exigir um Ministério Público ligado à vida que palpitava do lado de fora da Instituição, atendendo aos anseios e aos reclamos dela. Para tanto, foi necessário qualificar e aprimorar nossos serviços, horizontalizar as relações institucionais e fazer a ligação entre as demandas sociais e a nossa infraestrutura. Assim, investimos na gestão de pessoas e de processos. Desencadeamos a estratégia de alinhar o conhecimento jurídico, adquirido ao longo do tempo, à prática administrativa, lançando mão de apropriadas ferramentas de gestão, da cultura organizacional, sintonizadas com a realidade do Ministério Público e as postulações da sociedade. Para tanto, firmamos o compromisso de melhorar a atividade-fim, invertendo a dinâmica no sentido de afastar o voluntarismo individual e eletivo, passando a exigir uma atuação coordenada, conjunta com os objetivos específicos, alinhados aos interesses da sociedade e da Instituição.

Memorial: O processo de mudança de paradigmas provocou resistências internas. O senhor poderia comentar mais sobre isso, Doutor?

Entrevistado: A maioria das pessoas não se sente confortável ao perceber que uma rotina que ela desempenhava há muito tempo foi alterada, e que necessariamente ela terá que aprender novas atividades, exigindo dedicação e empenhos além do que ela estava acostumada. No Ministério Público, não foi diferente. Tínhamos ciência de que ao lançar um novo modelo de atuação, haveria resistências, porque a gestão estratégica do Ministério Público representava essa mudança de paradigmas na forma de agir dos seus membros. Nessa nova perspectiva, passou a ser importante o que o Ministério Público, inspirado nas demandas sociais, deveria fazer, e não mais o que um membro, de forma isolada e individual, viesse a executar. A mudança foi necessária por dois motivos básicos: primeiro, porque havia demandas da sociedade e prioridades elencadas por ela que precisavam ser enfrentadas de forma harmonizada; segundo porque os recursos financeiros da Instituição são limitados, em razão do comprometimento da despesa de pessoal, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assim, o caminho legítimo foi investir na qualidade da força de trabalho da Instituição, com estratégia e planejamento. Para colocar em prática esse grande projeto institucional, realizamos dezenas de encontros regionais para nivelar o conhecimento e construir, democraticamente, os novos caminhos e desafios da Instituição para os próximos 15 anos. Assim, com a representatividade dos membros, funcionários e da sociedade, criamos o GEMP-2022 (Gestão Estratégica do Ministério Público- 2022). Nesse sentido, no plano institucional, fomos a primeira instituição do MP

brasileiro a efetivar um planejamento estratégico, com a formatação de uma gestão por projetos, que nominamos de “Gestão Estratégica do Ministério Público”, com planos de ação, metas, indicadores e ferramentas que permitissem avaliar e medir o desempenho e os resultados das nossas atividades. Ainda, criamos o gabinete de Gestão Estratégica para acompanhar e verificar o alinhamento da Instituição às estratégias desenvolvidas, com o compromisso de transformar a estratégia em uma tarefa do cotidiano de todos.

Memorial: A Gestão Estratégica do Ministério Público - GEMP-2022 projetou o Ministério Público gaúcho nacionalmente, certo?

Entrevistado: Após o lançamento do GEMP-2022, a Controladoria-Geral da União (CGU), em seus relatórios de auditoria, passou a emitir orientações técnicas recomendando às instituições públicas a adoção de planejamentos estratégicos e indicava o do MP gaúcho como modelo a ser adotado. Na sequência, o Conselho Nacional do Ministério Público passou a indicar nosso modelo de gestão estratégica como importante ferramenta de gestão. Quando o CNMP recomendou a formatação da gestão estratégica nas unidades do Ministério Público, já estamos dois passos à frente, passamos, assim, a ser visitados por todas as instituições do MP brasileiro para conhecerem o GEMP-2022.

Memorial: Como foi sua atuação no plano político interno?

Entrevistado: O plano político interno deve estar alinhado ao interesse da classe, não podemos dissociar esse valor referencial. Na época, o pleito diamante da classe era a implementação do

subsídio¹, pois significava uma sensível elevação financeira para aproximadamente de 70% dos membros. A demanda era identificada em todos os cenários internos, até porque o MP do Rio Grande do Sul e o MP de São Paulo eram as únicas instituições que ainda não tinham implementado o novo patamar remuneratório. O pleito, no entanto, sofria forte resistência no âmbito do governo do Estado.

Quando assumi, coloquei como “tema de casa” a sua implementação. Na primeira reunião com a sra. governadora do Estado, Yeda Rorato Crusius, solicitei seu apoio na efetivação do subsídio. A resistência foi imediata, justificando que seu compromisso era com a redução do déficit público. A estreia protocolar foi marcada pela adversidade. Mudamos a estratégia e passamos a defender o pleito junto aos deputados estaduais. No dia da votação, transferei meu gabinete para o da Presidência da Assembleia Legislativa, do deputado Frederico Antunes. Ficamos em vigília para garantir a votação e intervir em eventual emenda de plenário. Após horas de discussão, com diversos óbices criados e emendas infundáveis, conseguimos alinhar um projeto possível, com a maioria dos parlamentares, que foi aprovado. Encaminhado o projeto de lei para sanção, a sra. governadora do Estado vetou o subsídio. No entanto, a construção política com os deputados estaduais estava sólida, e bem articulada, o que permitiu a derrubada do veto, com ampla maioria dos parlamentares. Foi um acontecimento histórico.

Memorial: Todo esse processo gerou desgaste com o governo do Estado. O senhor acredita que esse foi um dos motivos para que a governadora Yeda tenha nomeado a segunda colocada na

¹ ATUALMENTE: LEI Nº 12.911, DE 11 DE MARÇO DE 2008. (atualizada até a Lei n.º 14.677, de 15 de janeiro de 2015).

lista tríplice, a Dra. Simone Mariano da Rocha, na eleição para o cargo de Procurador(a)-Geral de Justiça, quando o senhor, estando em sua segunda eleição, foi o mais votado com cerca de 70% dos votos?

Entrevistado: Na verdade, houve uma conjugação de fatores. A nossa relação com o governo do Estado nunca foi das mais harmoniosas no período, motivada por vários embates. Primeiro, porque o projeto governamental de redução do déficit público confrontava-se com as projeções de crescimento da gestão administrativa e financeira do Ministério Público. O subsídio e o orçamento foram pautas de litígio institucional porque o Poder Executivo, em sua ótica, via a instituição do MP como fonte de despesa e não de investimento. A Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhada pela governadora à Assembleia Legislativa previa o congelamento do orçamento do Ministério Público e dos poderes do Estado. Todas as tratativas de construção harmônica do orçamento resultaram infrutíferas. A mudança no orçamento só foi possível por decisão judicial. Paralelamente, o momento político, em si, foi muito conturbado. Houve uma imensa rotatividade de secretários de Estado o que dificultava a interlocução com as áreas específicas. O desencadeamento do processo de *impeachment* contra a governadora do Estado obstruiu ainda mais as relações institucionais. O MP ajuizou ações contra integrantes do governo por fraude licitatória e improbidade administrativa. Instaurou investigação contra a governadora para apurar a aquisição de um imóvel, sem lastro financeiro. Identificamos a fraude no Detran-RS² com sua base

² "O processo é resultante da Operação Rodin, que apura o desvio de verbas envolvendo o Detran-RS, a Universidade Federal de Santa Maria e fundações de apoio. Eles foram denunciados por enriquecimento ilícito e dano ao erário. A ação foi ajuizada na 3ª Vara federal de Santa Maria, município na região central do Estado." Em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/mpf-pede-afastamento-de-yeda-do-governo-do-r->

de atuação junto à Secretaria da Justiça e Segurança Pública. Enfim, todas essas adversidades, aliado ao “fogo amigo”, com infiltrações pouco republicanas, descortinavam o cenário de percalços para continuar mais um mandato na chefia do Ministério Público. No outro prato da balança, contudo, pesava a majestosa vontade da classe. Estava amplamente legitimado pela triunfante vontade dos eleitores, com o indicativo de 70% dos votantes. Assim, ciente do dever cumprido, aguardava com serenidade a decisão. No último dia do prazo, recebi o Sr. Jorge Gerdau no meu gabinete, aconselhando-me a uma visita à governadora para discutir a indicação na lista. Declinei do convite, informando que perderia a dignidade se comparecesse no Palácio Piratini no período da indicação. O resultado é conhecido. Não guardo rancor, apenas satisfação de ter sido o candidato mais votado, superando o número de votos que obtive na primeira eleição. A mensagem da classe foi clara e incontestável com uma votação expressiva, e esse reconhecimento para mim foi o ponto mais relevante.

Memorial: Como foi seu trabalho no plano administrativo?

Entrevistado: No plano administrativo, além de dar continuidade à política interna de expansão dos prédios do Ministério Público, investimos em ferramentas de trabalho para dar ao agente do Ministério Público condições de desempenhar com presteza e agilidade sua atividade-fim. Entre elas, o SGP (Sistema de Gerenciador de Promotorias) foi renovado e ganhou novas funcionalidades, tornando acessível a todos os colegas os pareceres e processos que eram realizados. No sistema antigo, pelo Word, os documentos ficavam inacessíveis à Instituição, apenas como uma forma de registro pessoal.

Assim, o tradicional Sistema Gerenciador de Promotorias recebeu uma nova identidade com funções mais concretas do que apenas o registro. Foram agregadas duas funcionalidades: o módulo de produção de peças e o módulo de abrigo. O módulo de produção de peças permitiu que o promotor de Justiça produzisse as suas manifestações processuais diretamente no aplicativo, dispensando posterior registro e anexação – formando imediatamente um banco de dados que podia ser consultado. O módulo de abrigo era uma demanda dos promotores de Justiça da infância e juventude que consistia num sistema de cadastro de abrigos e abrigados com a possibilidade de pesquisa e edição dos dados cadastrados. Ainda, criamos o PROPAD (Programa de Padronização de Promotorias de Justiça), que tinha como objetivo melhorar a gestão administrativa, padronizando processos e rotinas a serem criadas e utilizadas nas promotorias. A padronização, a estrutura orgânica e a estrutura necessária foram os três eixos formadores do PROPAD. Percorremos o Estado para adequar a estrutura efetivamente necessária das promotorias às suas demandas e posteriormente agregamos ainda as funções de diretor de promotoria.

Memorial: E a função do diretor de promotoria era necessariamente exercida por um promotor de Justiça?

Entrevistado: Sim, pois havia a necessidade de que alguém respondesse administrativamente pela casa do Ministério Público. Imagina um prédio onde todos comandam – não tem como dar certo. Assim, criamos a figura do diretor de promotoria nos mesmos moldes do diretor do foro, para que servidores, membros e sociedade soubessem a quem se reportar nas demandas internas e administrativas nas diversas unidades do Ministério Público.

Memorial: Houve inúmeras novidades em termos de ferramentas de trabalho em sua gestão, poderia identificá-las?

Entrevistado: Claro, já fiz o registro de algumas delas como o PROPAD (Programa de Padronização de Promotorias de Justiça) e as novas funcionalidades do SGP, como o módulo de produção de peças e o módulo de abrigamento e o diretor de promotoria. Também criamos o Sistema de Protocolo Unificado (SPU), que se tornou a ferramenta de controle de tramitação e acompanhamento dos documentos administrativos, pois havia diversos controles e o sistema único era uma demanda mais do que necessária para saber o destino, a localização e facilitar o acesso. Outra ferramenta disponibilizada foi o Google MP, um mecanismo de busca interna que facilitou a disponibilidade de informações e melhorou a comunicação interna, com reflexos na produtividade, facilitando de forma ágil e transparente a localização e o acesso às informações, desde que as mesmas não estivessem em caráter sigiloso. Foi criado o Spark, um comunicador interno, funcionando para a troca de mensagens instantâneas para comunicação de assuntos exclusivamente institucionais. Outra dessas ferramentas úteis para a qualidade do trabalho dos membros foi a implementação de um leitor óptico, que permitiu o avanço na tramitação processual interna. O ganho de produtividade se verificou pela eliminação de erros humanos de digitação e a automação de entrada de dados principalmente quando realizada em lotes, através de sistemas corporativos, SGP, SPU, entre outros. Criamos o Portal da Transparência, com o objetivo de sistematizar práticas transparentes de comunicação interna e externa, concretizando o dever de publicidade, disponibilizando informações administrativas e dados da gestão financeira para o efetivo controle social. Desenvolvemos, ainda,

várias ferramentas para otimizar processos e dar efetividade às ações do Ministério Público. Entre elas, destaco a formatação da disciplina em torno do inquérito civil, as peças de informação, e o compromisso de ajustamento. Não havia um roteiro, ou mecanismo padronizado para dar curso a esses procedimentos. Cada promotor tinha a sua sistemática própria para instaurar um inquérito civil. Disciplinamos o procedimento através do Provimento N° 26/2008³. Ainda, criamos o Diário Eletrônico, devido à necessidade de redução de custos, que se tornou o meio oficial de comunicação dos atos do Ministério Público. Criamos a certificação digital para intimação eletrônica dos procuradores de Justiça cíveis e criminais com a finalidade de viabilizar a utilização de intimações eletrônicas disponibilizadas pelo Tribunal de Justiça através da assinatura digital, eliminando idas e vindas ao poder Judiciário para dar curso às intimações nos processos. Ainda, nessa linha de ferramentas úteis, criamos a Manifestação de Interesse Institucional. Essa ferramenta permitiu aos promotores de Justiça, quando distribuído o recurso junto ao Tribunal, pudessem inserir manifestação sobre a matéria dos autos. Diante da possibilidade de ser acessado pelo procurador de Justiça ou a quem fosse distribuído o processo, aproximou-se a comunicação entre os envolvidos na atuação.

Memorial: Doutor, não foi também em sua gestão que se estabeleceram os concursos regionais do Ministério Público?

Entrevistado: Perfeito. Havia uma grande dificuldade em manter o servidor motivado, quando distante de suas relações familiares e sem

³ Provimento atualmente consta como revogado pelo PROVIMENTO N. 71/2017 – PGJ. Acesso em: <https://www.mprs.mp.br/legislacao/provimentos/3880/>.

perspectiva de remoção. Para tanto, criamos os concursos regionais com a ideia de fixar o servidor em sua sede preferencial. Ainda, estabelecemos critérios claros para sua remoção. A consolidação de critérios bem identificados e rastreáveis permitiam que o servidor projetasse o seu futuro na carreira profissional.

Memorial: Sua atuação foi destacada nacionalmente no combate às organizações criminosas, isso colaborou para a obtenção do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro em sua gestão?

Entrevistado: Sou um dos fundadores do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado (GNCOOC). Quando da sua criação, fui o vice-presidente, e, na sequência, presidente do GNCOOC. Essa atividade permitiu que ampliasse as relações nacionais com membros de todos Estados da Federação. Ainda, integrei a primeira geração da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), coordenada, à época, pelo ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos. Essas atividades desenvolvidas nos credenciaram a pleitear a primeira unidade do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Solicitamos ao ministro da Justiça, Tarso Genro, a instalação de um LAB-LD e o pedido foi imediatamente acolhido. O Ministério Público do Rio Grande do Sul foi o primeiro da Federação a ter deferido o pedido de instalação de uma unidade de Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro⁴. Em visita ao Rio Grande do Sul, o ministro Tarso Genro entregou-nos, pessoalmente, o protocolo de deferimento de instalação do LAB-LD,

⁴ PROVIMENTO N° 20/2010. Acesso em: <https://www.mprs.mp.br/legislacao/provimentos/5172/>

que seguiu os vários trâmites internos para sua efetiva instalação.

Memorial: O senhor é professor?

Entrevistado: Sim, após concluir o de curso de mestrado, habilitei-me para uma das vagas existentes no corpo docente da FMP, e atualmente sou um dos professores da disciplina de Direito Penal.

Memorial: E qual o tema que o senhor trabalhou em seu mestrado, Doutor?

Entrevistado: A pesquisa abordou o tema “O crime organizado e a expansão do direito penal: condições e possibilidades da repatriação de ativos no Brasil”. A banca examinadora indicou o trabalho para publicação em forma de livro que foi lançado em outubro de 2019. A dissertação examina o processo de transformação pelo qual a sociedade moderna atravessa em decorrência das mudanças políticas, sociais e econômicas na sociedade de risco. A pesquisa descortina os marcos normativos do crime organizado e da repatriação de valores e define as estratégias e medidas necessárias para a repatriação de ativos para que se possa dar resposta eficiente à criminalidade organizada.

Memorial: E o senhor está sempre envolvido nos concursos, não?

Entrevistado: Particpei da banca examinadora dos cinco últimos concursos para o cargo de Promotor de Justiça, como examinador de Direito Penal. No presente concurso, em andamento, em razão da participação de familiar, declinei do convite por estar impedido.

Memorial: O tema lavagem de dinheiro é muito atual, o senhor acha que trabalhar com esse tema em algum momento lhe prejudicou?

Entrevistado: É difícil de fazer esse tipo de avaliação, porque o agente do crime age na clandestinidade, não manda recados. No entanto, é incontestável que existem forças ocultas que agem no anonimato. Numa das investigações policiais contra jogos ilícitos, por exemplo, a Polícia Civil identificou, numa interceptação telefônica, integrantes associados aos jogos ilícitos que formavam uma rede para atuar contra a minha indicação ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. O fato se tornou público, na época, e acabou incorporando a investigação policial, desencadeada pela chefia de Polícia.

Memorial: Estar na posição de Procurador-Geral de Justiça impactou em sua vida privada?

Entrevistado: Sem dúvida, porque o Ministério Público passa a ter prioridade absoluta em nosso dia a dia. Quem assume a chefia do MP tem o dever da condução responsável pelo destino da Instituição. Todas as demandas funcionais, administrativas e financeiras ficam sob o âmbito do chefe da Instituição, tendo, ainda, a representatividade da Instituição em níveis estadual e nacional. A responsabilidade é imensa diante das ameaças externas que procuram por vezes limitar ou diminuir o tamanho de nossa Instituição. Assim, é imprescindível a devoção integral ao Ministério Público e, ao mesmo tempo, a devida compreensão familiar por ficar em segundo plano.

Memorial: E como é que foi retomar sua carreira de procurador de Justiça após ter exercido a função de Procurador-

Geral de Justiça?

Entrevistado: As portas nunca deixaram de ter trinco para mim, por isso, a retomada à atividade de execução não foi estranha, aliás, desejada e esperada. Tinha pleno conhecimento que estava exercendo uma missão com prazo determinado para sua execução. Como nunca tive apego ao cargo, a passagem foi muito tranquila.

Memorial: Em uma reportagem publicada no Jornal ABC, do Vale do Rio dos Sinos, o senhor caracterizou a diferença entre ser promotor e procurador-geral como a diferença entre ser incendiário e bombeiro, uma analogia muito interessante. O senhor se recorda dessa frase?

Entrevistado: Sim, me recordo dessa entrevista. A expressão precisa ser contextualizada na representação política-institucional exercida pelo chefe do MP. O procurador-geral deve manter uma relação harmoniosa e fraterna com todas as instituições e poderes do Estado, sem que essa relação possa representar qualquer desvio de finalidade. O chefe do Ministério Público representa a Instituição como um todo, por tanto, deve harmonizar as relações institucionais e saber distinguir a representatividade exercida pelo cargo do agente público do sujeito do crime. O protagonismo do procurador-geral deve, ainda, estar aliado ao extremo rigor técnico, porque qualquer falha ou deslize repercute exponencialmente, colocando em risco o prestígio de toda Instituição.

Memorial: Doutor, muito obrigada pelo tempo disponibilizado para essa entrevista. Para concluir, gostaria de fazer alguma colocação final?

Entrevistado: Agradeço a entrevista e a oportunidade de recapitular episódios da minha vida funcional na qual convivi com muita intensidade. Ao término, registro a enorme satisfação de ter sido chefe do Ministério Público de meu Estado, e ter podido dar continuidade a um legado de trabalho de tantos que nos precederam na edificação dessa Instituição, desempenhando as funções com profunda abnegação e devotamento. Orgulho-me da gestão próspera exercida juntamente com minha qualificada assessoria e dos subprocuradores-gerais Anízio Pires Gavião Filho, Eduardo de Lima Veiga e Isabel Dias Almeida. Orgulho-me, ainda, do protagonismo incondicional em defesa da sociedade gaúcha e de ter enfrentado todas as demandas com destemor, sem perder de vista a defesa da dignidade da Instituição, que se fortaleceu em termos de credibilidade e prestígio institucional, o que muito nos envaidece de ter sido depositário dessa confiança.

Simone Mariano da Rocha



Simone Mariano da Rocha é natural de Nova Prata (RS). Graduada em Letras e Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ingressou no Ministério Público em 1989. Atuou nas Comarcas de Itaqui, Caxias do Sul e Porto Alegre. Exerceu a Vice-Presidência Administrativa e Financeira da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul para o biênio 2005/2006 e Membro do egrégio Conselho Superior do Ministério Público. Foi a primeira mulher a chefiar o Ministério Público, sendo eleita Procuradora-Geral de Justiça no biênio 2009/2011. Em 2002 foi condecorada com o Prêmio Direitos Humanos pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 4 de dezembro de 2019.

Memorial: Sobre a sua carreira no Ministério Público, a senhora ingressou em 1989, passou pelas promotorias de Itaquí, Caxias do Sul e Porto Alegre, foi promovida à procuradora de Justiça em 2002, teve toda uma atuação na área da Infância e da Juventude e se tornou procuradora-geral de Justiça em 2009. Ser a chefe da Instituição foi, em algum momento da sua carreira, uma aspiração ou foi algo bem circunstancial?

Entrevistada: No curso da minha carreira, nunca aspirei a ser Procuradora-Geral de Justiça. Entretanto, na minha caminhada institucional, minhas experiências, primeiramente como coordenadora de um Centro de Apoio, e, depois, como vice-presidente da Associação, levaram-me, naturalmente, ao envolvimento com os assuntos políticos. Daí para a constatação de que não havia praticamente espaços políticos para nós, mulheres, foi um pulo. Pessoalmente, nunca me senti inibida pela questão de gênero, e isso se deve ao apoio familiar que sempre tive. Mas a verdade é que, muitas vezes, mesmo me sentindo legitimada para discutir assuntos e ocupar espaços, a eles não tinha acesso. E então, sim, entendi a importância de que, por uma questão de ética, de competência e de justiça, eu pudesse conquistar espaços para ouvir e ser ouvida.

Memorial: E como foi a decisão de se apresentar como candidata?

Entrevistada: Havia uma demanda por espaços mais participativos e democráticos no Ministério Público. Até então, era tradição colegas homens se alternarem na chefia, em uma ordem quase definida de sucessão. No intuito de quebrar essa hegemonia, e com o apoio de um grupo, apresentei-me aos colegas, buscando sustentar uma nova

visão de Ministério Público, defendendo temas que entendíamos serem necessários enfrentar a fim de aproximar o Ministério Público do seu tempo.

Memorial: A senhora passou por dois processos de eleição. A senhora foi escolhida pela governadora Yeda Crusius quando a senhora não foi a mais votada, e não foi reconduzida quando teve a maioria dos votos. Como é que foi essa experiência com a lista tríplice?

Entrevistada: A lista tríplice, sem dúvida nenhuma, faz parte do processo democrático. Ter sido escolhida pela Sra. governadora certamente foi motivo de orgulho, e houve um sentimento de frustração, sim, ao ter sido preterida pelo novo governador, mesmo sendo a mais votada. Mas, ao mesmo tempo, me senti gratificada com o reconhecimento dos colegas pelo meu trabalho na chefia do Ministério Público. Então sai muito tranquila por ter podido contribuir com nossa Instituição e, especialmente, participar de sua história, deixando um legado que eu considero importante.

Memorial: O que a senhora pensa a respeito de eleições diretas para procurador-geral, sem a escolha pelo governador?

Entrevistada: Essa sempre foi uma demanda institucional dos membros dos Ministérios Públicos estaduais. Temos esses embates em todas as unidades da Federação. A escolha por lista tríplice faz parte de uma balança democrática institucional prevista em norma constitucional. Acredito que teríamos responsabilidade institucional para tal, mas, como fiscais da lei, temos que aguardar e, sim, fazer um movimento através das associações nacionais, através do Conselho

Nacional do Ministério Público para que se obtenha essa autonomia, que, por hora, a normativa nos impede.

Memorial: Quando a senhora assumiu o cargo em 2009, quais eram os principais desafios enfrentados pela Instituição?

Entrevistada: Historicamente, o Ministério Público sempre enfrentou desafios. Quando assumi o cargo, era preciso, além de garantir um MP independente e autônomo para gerir seu próprio orçamento, reforçar as relações interinstitucionais e dispor de espaços físicos próprios, especialmente no interior. Por outro lado, tínhamos o compromisso de democratizar a nossa Instituição internamente, de propiciar espaços de escuta e de buscar alguns avanços legislativos. Havia grande número de colegas promotores de Justiça, com muitos anos de carreira e qualificados, que aspiravam a uma participação na gestão do Ministério Público, quer de ascender a um cargo de chefia quer de prestar assessoria e isso não lhes era possível por lotados em comarca do Interior.

Memorial: Foi na sua gestão que a discussão a respeito da possibilidade dos promotores concorrerem a procurador-geral foi feita e encaminhada?

Entrevistada: Sim, essa discussão já vinha de muitos anos e sempre esbarrava na questão da política interna, posto que estrutural e de hierarquia. Muitos colegas procuradores de Justiça compreendiam essa aspiração, mas julgavam não ser o momento adequado para avançar. Era um dos meus compromissos institucionais buscar aproximar e integrar o primeiro grau com o segundo, respeitando o legado dos experientes colegas procuradores de Justiça. Mas eu

também como procuradora, à época, vislumbrava colegas de turma, no interior, que, por questões pessoais, e da mobilidade da carreira, não chegariam à entrância final, sendo por isso impedidos de participar dos rumos institucionais. Essa foi, sem dúvida, uma proposta crucial, que demandou um debate intenso com a classe e levou colegas a depositar uma esperança efetiva no meu nome e na possibilidade de construir um novo futuro para o Ministério Público.

Memorial: Essa resistência política que a senhora menciona era dos procuradores que não desejam abrir mão da prerrogativa de ocupar as posições mais elevadas?

Entrevistada: Era uma questão histórica e cultural. Havia a previsão legal e a posição consolidada dos colegas mais experientes da classe de não aceitar alterá-la. No Órgão Especial do Colégio de Procuradores, estão assentados os doze colegas mais antigos e mais doze, eleitos no universo dos procuradores de justiça. É um órgão auxiliar da administração superior. Por ele passam os assuntos mais palpitantes da Instituição, bem como a ele era alcançado um poder deliberativo sobre relação a tais questões.

Memorial: E como a senhora escolheu a sua equipe de trabalho?

Entrevistada: Busquei construir uma equipe plural, de homens e mulheres com uma visão do MP convergente e dispostos a arregaçar as mangas para enfrentar os desafios inerentes ao cargo, especialmente quando exercido, pela primeira vez, por uma mulher.

Memorial: E a senhora pode falar sobre isso?

Entrevistada: Por certo o fato de uma mulher candidatar-se a um cargo de poder mexeu com as estruturas tradicionais, e isso é até compreensível, tendo em vista que somente a partir de 1976 se deu o ingresso recorrente de mulheres na carreira do Ministério Público. Certo preconceito, muitas vezes velado e outras nem tanto, então veio à tona. Em consequência, testemunhei atitudes exacerbadas, assim como demonstrações, por parte de alguns colegas, do não reconhecimento da representatividade feminina na chefia da Instituição. Nas atas, inclusive, estão registrados vários episódios. Vale comentar aqui o mais impactante para mim: em vez de um processo de transição, houve uma ruptura institucional. Explico. Após saber que eu fora a escolhida pela governadora, o então procurador-geral decidiu revogar a nomeação de todos os assessores, em peso, e não apenas as chefias dos setores, quando, na verdade, ele deveria ter solicitado deixassem o cargo à disposição, como era de praxe. Teria isso ocorrido caso não fosse eu uma mulher ocupando a chefia da Instituição?

Memorial: E a senhora tem certeza, eu imagino, que, se a mesma situação tivesse acontecido e a senhora fosse a segunda mais votada, mas fosse um homem, essa atitude não teria sido tomada.

Entrevistada: A indagação no final da pergunta anterior praticamente responde a essa questão. Mas importa mesmo ressaltar que superamos o boicote político com galhardia e que, até o final do meu mandato, foquei nos meus compromissos enquanto chefe da Instituição, e as discussões periféricas que diziam respeito ao gênero ficaram em segundo plano.

Memorial: Uma das ideias-força do seu período foi a descentralização do Ministério Público, não?

Entrevistada: Sim, por acreditar não só na corresponsabilização daqueles que vivenciam a Instituição, como também na importância de maior participação dos demais colegas na vida e nas demandas institucionais. Daí nasceu a ideia dos conselhos de gestão compartilhada, ou seja, um colega de cada região seria eleito para que pudesse trazer demandas e apresentar sua visão sobre as questões das promotorias e interfaces com a administração. Foram alavancados ainda outros projetos-piloto de regionalização de atuação os quais, hoje, vejo feliz terem prosperado.

Memorial: E como é que o panorama político da época impactou a sua gestão? A senhora foi procuradora-geral com dois partidos diferentes no governo, primeiro o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), depois o PT. Houve alguma mudança?

Entrevistada: Aquele panorama político de polarização, na verdade, não impactou a minha gestão, primeiramente porque fui escolhida pela governadora Yeda, do PSDB, e os embates que surgiram decorreram das próprias dificuldades do Estado. Quando o governador Tarso assumiu, houve as questões remanescentes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), das invasões de terra, educação de crianças em acampamentos e outras matérias com as quais o Ministério Público trabalhou bastante, mas eu já estava quase de saída e o respeito sempre foi o meu norte.

Memorial: E como é que foram as relações do MP nessa época com os poderes Legislativo e Judiciário?

Entrevistada: Sempre mantivemos uma relação de respeito e de responsabilidade. O presidente da Assembleia era o deputado Giovani Cherini, e o presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Armínio José Abreu Lima da Rosa. Todas as questões relativas às nossas instituições eram discutidas conjuntamente com transparência e lealdade.

Memorial: Eu me lembro de que, quando ficamos sabendo que a senhora tinha sido escolhida pela governadora, as servidoras da Instituição, fizeram uma festa. Foi uma grande felicidade para a gente.

Entrevistada: E para mim também foi um momento especialmente feliz. As mulheres, de certa forma, se viram representadas, e eu me senti honrada por representá-las.

Memorial: E em estados que são considerados, em tese, mais desenvolvidos como Rio Grande do Sul, São Paulo, a participação feminina no Judiciário, no Ministério Público é menor do que no Nordeste, no Norte. Em São Paulo não houve ainda uma Procuradora-Geral de Justiça mulher.

Entrevistada: Talvez pelo fato de que, culturalmente, por circunstâncias pessoais, a mulher não disponibilizava tempo para se envolver politicamente nas suas carreiras. O cenário hoje está mudando, e as mulheres já se fazem representar.

Memorial: A sua gestão foi marcada também por essa ênfase na atuação extrajudicial, não? Justamente, não por acaso, a questão do Portas Abertas e essa atuação do Ministério Público

fora do processo.

Entrevistada: Na verdade, essa proposição minha não deixava de ser um decurso da minha vida institucional. Trabalhei mais de quinze anos na área da Infância e da Juventude. Vim, na verdade, de uma faculdade de Letras. Fiz concurso para a área e tive, no ambiente de uma escola de periferia, minha vivência humanitária, de conhecer a pobreza e a miséria. Acredito que isso acabou determinando que o meu destino institucional fosse trabalhar com a vulnerabilidade humana, especialmente de crianças e adolescentes. Meu grande experimento como promotora de Justiça da área foi ver quão importante eram a construção coletiva e as parcerias. Rearranjamos situações difíceis de que, muitas vezes, a própria incompetência do sistema do Estado não dava conta, porque demandava demais para um poder público assumir. Hoje estamos vendo, nos períodos de crise, por exemplo, a terceirização, o trabalho da sociedade civil organizada, as parcerias público-privadas, o trabalho voluntário e solidário. Muitos colegas tinham essa estratégia de atuar de forma articulada, especialmente nas demandas de políticas públicas. Então, buscando valorizar essa cultura de proximidade e de articulação, procurei dar identidade institucional à minha gestão, mostrando à sociedade essa postura política através do programa que se chamou Portas Abertas, e dando total liberdade para os colegas utilizarem essa bandeira nas suas comunidades. Fico muito orgulhosa hoje, quando vejo, por exemplo, a Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul que, quando começou a ser montada, não tinha espaço mínimo para ensaiar, então a prefeitura alcançava a alimentação; a Carris, o transporte e o Ministério Público abriu as portas do Palácio na Praça da Matriz e ali eu via crianças, desde o primeiro dia, que não sabiam tocar num instrumento, com vestimentas paupérrimas, aprendendo os primeiros acordes. Hoje a Orquestra Jovem é um

projeto que orgulha o Estado do Rio Grande do Sul, coordenado desde o nascedouro, de forma competente e fraterna, pelo maestro Telmo Jaconi. Sinto orgulho quando vejo, na Intranet, o Ministério Público atuando em conjunto com a comunidade. Isso engrandece a nossa Instituição, que não pode perder essa natureza de conexão com as demandas sociais, sob pena de se desnaturar e se fragilizar.

Memorial: Qual foi o maior problema que a senhora enfrentou como procuradora-geral?

Entrevistada: As maiores dificuldades tiveram relação com as políticas internas sempre que eram discutidas alterações legislativas e provimentos para regulamentar novas formas de atuação e projetos-piloto inovadores. Mas logramos, com nossa eficiente equipe, enfrentar os problemas de forma absolutamente satisfatória.

Memorial: A senhora falava muito com a imprensa, dava quarenta minutos de entrevista no rádio, às vezes, e respondia todo o tipo de pergunta até de ouvinte, e ao vivo. Isso foi uma coisa diferente na sua gestão, porque não é usual dos procuradores-gerais terem essa atuação.

Entrevistada: As demandas da atuação do Ministério Público são inúmeras, e isso impede, muitas vezes, que possamos aceitar conceder todas as entrevistas solicitadas. Justamente por julgar importante aproximar o Ministério Público da sociedade e, assim, evidenciar o valor da Instituição, foi criado o programa Portas Abertas, propiciando valorizar, com esse carimbo, toda a atuação dos colegas em prol da sociedade.

Memorial: Alguns ouvintes ligavam e lhe faziam perguntas. Às vezes eram perguntas de coisas que não diziam respeito ao Ministério Público. Uma senhora perguntou sobre um remédio que ela precisava, tinha ingressado na Justiça e era, na verdade, um pedido individual. E a senhora explicou a questão, que era um pedido individual, a senhora explicou um pouco que o Ministério Público tratava dos interesses coletivos. Mas era uma situação em qualquer coisa poderia vir.

Entrevistada: É compreensível que uma ou outra indagação do público possa desbordar o enfoque de eventual entrevista, porém considero importante responder às perguntas, quaisquer que sejam, para esclarecer a sociedade sobre a nossa atuação.

Memorial: Essa postura da senhora de conversar talvez seja ligada a sua atividade de professora.

Entrevistada: Talvez, ou a um viés feminino, já que nós, mulheres, geralmente, buscamos interagir mais, provavelmente por termos um olhar mais inclusivo.

Memorial: A Sra. falou que levou assuntos importantes sobre o destino do MP para discussão nos colegiados. Havia alguma outra mulher no Órgão Especial?

Entrevistada: Havia Procuradoras de Justiça, algumas com pensamentos convergentes, outras não. E meu intuito não era medir forças ou balancear votos pela questão de gênero ou de poder, senão, efetivamente, levar adiante as propostas para as quais fui eleita. E o colegiado, enquanto órgão auxiliar e instância democrática de discussão

das matérias, respeitadas as suas competências deliberativas ou consultivas, sempre oportunizou uma qualificada apreciação das matérias em pauta.

Memorial: Por que é que a senhora julga que desde a sua segunda eleição, quando a senhora foi a mais votada e não foi reconduzida, nenhuma outra mulher se candidatou à procuradora-geral?

Entrevistada: Talvez por uma questão de escolha. As mulheres têm, hoje, uma representação mais significativa e seu trabalho é reconhecido e respeitado pelos colegas. Por outro lado, não se muda uma cultura arraigada de uma hora para outra. Ademais, assumir um compromisso desses requer muita renúncia, além de vontade e disponibilidade, sem esquecer as múltiplas funções que exercem fora do trabalho pelo simples fato de serem mulheres.

Memorial: É, e isso passa por outras questões também, como a questão da divisão de tarefas entre homens e mulheres.

Entrevistada: De fato, e nossas realidades enquanto mulheres no mercado de trabalho vêm sendo discutidas entre nós, especialmente no grupo Conexão RS, da Diretoria de Mulheres, da Associação. Tem sido muito rica a troca de vivências.

Memorial: Porque se a mulher tem família, se não tem um companheiro que abrace e compartilhe essa ambição com ela, fica complicado.

Entrevistada: Criar um filho sem ter com quem dividir tamanha

responsabilidade certamente torna a tarefa muito mais difícil, especialmente se essas mulheres não podem contar com os avós ou um familiar. Por isso, hoje já se postulam, em âmbito nacional, espaços institucionais e associativos de amamentação e recreação, o que – esperamos- seja realidade em breve. É ilustrativo, mas verdadeiro, ouvirmos das colegas: “Não posso porque eu tenho que buscar o meu filho na escola”, “Não posso, pois eu tenho que ir ao supermercado”. E, se casada, o marido, às vezes, foi para o futebol!

Memorial: O homem que vai ser procurador-geral tem uma companheira que vai assumir a família e os filhos. A mulher que vai ser procuradora-geral vai ter um companheiro que fará isso?

Entrevistada: Difícil saber. Por mais parceiro que o homem seja, também para ele é difícil. Além do fator cultural, que remanesce, dobram os compromissos com as tarefas de casa e com os filhos. E isso requer maturidade e generosidade de alma. Portanto, não é fácil, mas possível.

Memorial: É uma mudança cultural muito complexa, que ainda está acontecendo.

Entrevistada: Sim, para ambos os lados, A mulher passa a conviver com os espaços de poder, em regra mais masculinos, e o homem passa a ter experiências com tarefas de casa e filhos.

Memorial: E qual foi o impacto de ser Procuradora-Geral de Justiça na sua vida privada?

Entrevistada: Certamente o de deixar de lado muito dos meus

compromissos pessoais e de lazer. E em muitos momentos vivenciei a tão feminina culpa de deixar de fazer, a culpa de não estar presente. Mas as escolhas trazem compensações e frustrações, faz parte.

Memorial: E como é que foi retomar a sua carreira depois de ter sido procuradora-geral?

Entrevistada: Foi muito tranquilo. Eu atuo numa câmara de direito público junto ao Tribunal de Justiça, cujos processos são de matérias instigantes. São ações civis públicas, ações de improbidade. Ademais, tenho mais espaço para os compromissos pessoais e de lazer. Permaneci à disposição do Ministério Público, e todos os colegas, chefes da Instituição, sempre puderam contar com o meu apoio em relação a questões que dizem respeito ao aperfeiçoamento da Instituição. Esse é o meu compromisso.

Memorial: A senhora não pensa em se aposentar, pelo jeito?

Entrevistada: Por ora, não. Gosto de trabalhar, de contribuir com minha experiência e de aprender sempre.

Memorial: Qual é o seu passatempo preferido?

Entrevistada: Viajar, sempre! A curiosidade me move, sempre me moveu, seja na minha carreira, seja na minha vida pessoal.

Memorial: Muito obrigada, Doutora.

Eduardo de Lima Veiga



Eduardo de Lima Veiga é natural de Uruguaiana (RS). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado pela George Washington University dos EUA. Ingressou no Ministério Público no ano de 1989, atuando nas Comarcas de Guaíba, Uruguaiana e Porto Alegre. Exerceu a função de Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Foi Procurador-Geral de Justiça por dois biênios no período entre 2011 e 2015, durante esse período recebeu o título de Cidadão de Porto Alegre, outorga concedida pela Câmara de Vereadores. Lecionou em matéria de Direito Penal na UNISINOS, Direito Civil e Penal na PUC em Uruguaiana e Processo Penal na Escola Superior da Magistratura Federal.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 5 de novembro de 2018.

Memorial: Sobre a sua carreira no Ministério Público, o senhor ingressou no Ministério Público em 1989, um ano depois da Constituição de 1988, passou pelas promotorias de Guaíba, Uruguaiana e Porto Alegre. Foi promovido a Procurador de Justiça em 2002 e se tornou procurador-geral em 2011. Ser chefe da Instituição foi uma aspiração ou a chegada a esse posto foi circunstancial para o senhor?

Entrevistado: Não dá para dizer que fosse uma aspiração, mas as coisas vão, em algum momento, se conduzindo para isso. Eu participei da administração no início dos anos 1990, depois fui para o Foro Central e voltei à administração em 2004. Ao retornar em 2004, comecei a enxergar como uma possibilidade ser procurador-geral, o que não tinha concretamente me ocorrido até então.

Memorial: O senhor foi coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) Criminal por vários anos?

Entrevistado: Fui coordenador do CAO Criminal, depois Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais e depois, procurador-geral. Durante meu trabalho no CAO uma candidatura a Procurador-Geral passou a estar no horizonte. Mas não foi um objetivo a ser perseguido, ninguém é candidato de si mesmo a procurador-geral, tu precisas que as pessoas te apoiem, que haja um grupo por trás que carregue teu nome para integrar a lista tríplice. É complexa a decisão, ninguém sai candidato de si mesmo. E quando sai, em geral, fracassa.

Memorial: O senhor passou por dois processos de eleição e de escolha pelo governador. No primeiro o senhor chegou a ficar

em segundo lugar e foi escolhido pelo governador Tarso Genro. E no segundo o senhor ficou em primeiro lugar. Como foram esses processos?

Entrevistado: A expectativa que se tem sempre é que o candidato da situação faça mais votos, seja o primeiro da lista, até porque ele está montado na administração, quer dizer, é ele quem atende ou desatende os colegas, é ele que tem contato com eles constantemente. E uma administração fica, a rigor, em campanha o tempo todo. Campanha no sentido de estar fazendo contato com os colegas constantemente e vivendo a Instituição. Na história, não me lembro, de nenhum procurador-geral que, concorrendo como procurador-geral, não tenha ficado em primeiro lugar da lista. A expectativa era, da primeira vez que eu concorri, ficar em segundo lugar, o mais próximo possível do primeiro, para que isso também tornasse a escolha do governador mais confortável, se ele entendesse de não nomear o primeiro lugar. Quando a diferença de votos é muito grande, causa um desconforto, então a ideia era essa. Mas a expectativa era, na da primeira vez, ficar em segundo na lista tríplice e, da segunda vez, ficar em primeiro.

Memorial: E quando o senhor assumiu o cargo, quais eram os principais desafios enfrentados pela Instituição?

Entrevistado: Parece-me que o grande problema era a defasagem de vencimentos dos membros comparativamente aos outros estados que já haviam alcançado outros benefícios que nós não tínhamos ainda no MP do Rio Grande do Sul. Isso causava uma desestabilização na carreira muito grande. A par disso, sendo esse talvez o principal problema, porque sempre com os servidores nós conseguimos manter uma política de reajuste anual. Um ou outro

ano, nesses trinta que eu estou no MP, os servidores ficaram sem ter reajuste um ano, mas foi compensado logo no ano seguinte. Quanto aos membros, comparativamente aos outros estados, ganhavam menos. Havia também o problema de que o governo Yeda Crusius havia restringido muito as despesas, então o nosso orçamento estava muito pequeno. Quando eu assumi, o orçamento que não vinha reajustado do governo Yeda para o início do governo Tarso, não chegaria ao fim do ano. Então o grande problema no primeiro ano de mandato foi recompor o orçamento.

Memorial: Como o senhor escolheu a sua equipe de trabalho?

Entrevistado: Depois de estarmos no MP há muito tempo, conhecemos bastante os colegas, sabemos das virtudes, dos defeitos e eles também conhecem as tuas virtudes e os teus defeitos. Eu procurei manter algumas pessoas que já estavam na administração anterior e trouxe algum sangue novo para recompor. Alguns naturalmente saem porque não querem permanecer ou porque não gostam do procurador-geral ou pelas mais diversas razões.

Memorial: Como o panorama político da época impactou a sua gestão? O senhor pegou os protestos de 2013, pegou o início do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e algumas outras questões mais estaduais como o incêndio da boate Kiss.

Entrevistado: O governo do PT nacional já vinha sofrendo um desgaste acentuado. Eu não cheguei a pegar o *impeachment*, eu peguei o primeiro governo da Dilma. Era visível a perda de prestígio do governo central. O que, de uma forma ou de outra, refletiu também

no Rio Grande do Sul. Tinha-se uma expectativa para o Estado do Rio Grande do Sul, pela presidente ser daqui, pelo governador ser do mesmo partido da presidente, de que viriam investimentos diversos e polpudos, o que não se concretizou. Até porque a Dilma cometeu uma série de equívocos econômicos, deu subsídios exagerados, exonerações fiscais exageradas e isso tudo acabou determinando que faltasse dinheiro para o governo federal fazer o mínimo necessário.

No plano nacional, tenho a impressão de que o mais significativo dessa época foi a PEC 37 que retirava os poderes de investigação do MP. Isso consumiu muita energia não só da administração do Ministério Público como também da Associação. Todos aqui conjugaram esforços, foi um esforço nacional para manter o poder investigativo do MP. Eu pessoalmente me engajei muito na derrubada da PEC 37. De uma forma ou de outra, aqueles movimentos de rua nos ajudaram muito porque houve, em algum momento, um abraço à derrubada da PEC 37.

Memorial: O senhor citou no seu segundo discurso de posse, que era na época a chamada PEC da Impunidade.

Entrevistado: Exatamente.

Memorial: Qual ou quais as conquistas que senhor considera importantes para o Ministério Público ao longo da sua gestão?

Entrevistado: Nós conseguimos recompor de alguma forma os vencimentos, comparativamente aos outros estados, dos membros do MP, conseguimos manter a política salarial de reajuste anual dos servidores, o que, para nós, era importantíssimo também. Isso significa não deixar que as pessoas se desiludissem ou perdessem o entusiasmo em pertencer ao Ministério Público. Isso, para nós, era muito

importante. E, pela primeira vez, desde que o subsídio foi aprovado, a PEC do subsídio foi aprovada quando o Roberto era procurador-geral, isso foi entre 2003 e 2007, eu não lembro exatamente em que ano, mas o Roberto era o procurador-geral quando se passou a receber o subsídio. A orientação do Conselho Nacional do Ministério Público era que, quem não estivesse recebendo subsídio não poderia ter reajuste salarial, para forçar que todos os ministérios públicos migrassem para a política de subsídio. Nós só aprovamos o subsídio na gestão do Mauro e, por incrível que pareça, a primeira vez que nós entramos alinhados com todo o Brasil, com os mesmos vencimentos, sem ter que buscar dinheiro para trás, foi em dezembro de 2015, no meu último ano de mandato, no fim do governo Tarso, logo depois do aumento do Supremo ter sido passado. Nós aprovamos a recomposição dos vencimentos junto com o restante do país. Então a primeira foi a recomposição salarial. O que não deu certo também, eu quero registrar, em que pese o esforço que a administração fez, foi o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores. É uma coisa que até hoje não entendo, porque o sindicato da época se opôs e não deixou aprovar o projeto de lei. Os nossos profissionais de nível médio, os secretários de diligência e os agentes estariam em 2018 – o plano levava quatro anos para ser implantado e chegaria à sua implementação total em janeiro de 2019. Hoje eles estariam ganhando 26% mais. Sem prejuízo dos reajustes anuais. Então os agentes e os secretários de diligência, todo o pessoal de nível médio ganharia 26% e o pessoal de nível superior 12% mais. Não entra na minha cabeça o porquê, eu cheguei a dizer numa oportunidade para eles: “Olha, ninguém está dizendo que vocês têm que ficar satisfeitos com isso, bota no bolso e volta para a negociação”. Mas não, não, ali houve uma intransigência do sindicato, que eu não entendo. Porque quando se fala em 26% nós estamos falando de um 13º a cada quatro meses, quer dizer, é mais

um salário, é muito dinheiro. Naquele momento tínhamos recomposto o orçamento e havia dinheiro para fazer concessões aos servidores. Inexplicavelmente o sindicato insistia em condições que só eram possíveis no seu próprio imaginário. Resultado é que foi aprovado em 2020 um plano de cargos, carreiras e salários sensivelmente inferior ao proposto por nós. Inferior no sentido de benefícios aos servidores. Então eu lamento profundamente não ter aprovado o plano de cargos, carreiras e salários proposto durante a minha gestão.

Memorial: E como eram as relações do Ministério Público com os outros poderes?

Entrevistado: Com o Poder Judiciário, excelente, eu peguei três presidentes do Tribunal e com os três tive um relacionamento estreito, próximo, leal e colaborativo. Com a Assembleia foi da mesma forma. Claro que com a Assembleia sempre há um tensionamento maior porque dependemos de aprovar projetos de lei, e os deputados têm muitas queixas da nossa atuação. Como eu dizia, o Ministério Público erra e é criticado porque erra, mas também é criticado quando acerta. Quer dizer, quando tu acertas, tu provocas estragos nas administrações públicas, estragos no bom sentido porque tu contrapões, tu desvelas improbidades administrativas, desonestidades, peculatos, então, quando tu acertas, tu também vais pagar um preço por ter acertado. Essa característica do Ministério Público é a que mais nos causa dificuldade. E com o Executivo foi muito fácil também. Eu participei ativamente da administração dos governos Rigotto, Yeda e Tarso. O governador Tarso Genro me parece que foi o mais fácil dado o seu sólido conhecimento jurídico. Como ele é um advogado, ele é um jurista que tem amplo conhecimento, especialmente em Direito Constitucional, de Direito em geral, mas de Direito Constitucional especialmente, ele compreendia

com muita facilidade qual era o papel do MP, quais eram os limites que nós tínhamos e como nós deveríamos atuar. Eu sou muito grato a isso porque ele foi muito respeitoso com a Instituição e sempre que nós tivemos que entrar contra medidas do Executivo, ele compreendeu, nunca houve nenhum estresse, nenhuma inconformidade com aquilo. É claro que sempre temos a lealdade de comunicar o que se vai fazer antes para que o governo não fique sabendo pela imprensa, isso é uma gentileza de praxe. Nunca precisamos deixar de fazer qualquer coisa porque ele compreendia perfeitamente. Aqui, posso citar dois exemplos: o primeiro, quando ele foi aumentar, de forma escalonada, a contribuição para a aposentadoria, o desconto dos servidores públicos, nós entramos com a ADIn e dissemos antecipadamente que essa forma de cobrar era inconstitucional - ela era progressiva e a Constituição só permite taxaço progressiva nos casos que ela própria arrola. Ou seja, naqueles impostos em que a Constituição diz que podem ser progressivos, por exemplo, IPTU. Então a contribuição dos servidores para fundos de pensão e aposentadoria não pode ser progressiva. E ele insistiu nessa progressividade, nós entramos com a ADIn. O segundo exemplo: ele nomeou um advogado para a vaga que o Ministério Público tinha por tradição no Tribunal de Justiça Militar do Estado (TJME). Nós entramos com mandado de segurança, bloqueamos a nomeação do indicado. Fomos vitoriosos aqui no Tribunal de Justiça e após no STF. Ficou estabelecido que a vaga era do Ministério Público e que deveria ser provida na forma das vagas do quinto constitucional. Lista sêxtupla formada pela Instituição, reduzida para tríplice pelo TJME, a qual deveria ser enviada ao governador para escolha de um e nomeação. Está na vaga até hoje o Amilcar, que era membro do Ministério Público.

Memorial: No seu discurso de posse, no primeiro, o senhor

comentou que a tarefa do MP é conciliar os dois corações do Estado constitucional, a democracia representada pelos poderes Executivo e Legislativo e o respeito à ordem jurídica representada pelo Poder Judiciário. É uma definição muito boa do que faz realmente o Ministério Público. Nos últimos anos, os dois primeiros poderes, o Executivo e o Legislativo, perderam muito a credibilidade em função de escândalos de corrupção e coube ao Poder Judiciário exercer mais poder. Como o senhor vê esse processo que alguns autores chamam de judicialização da política ou politização da justiça?

Entrevistado: O Geisel dizia que o poder é para ser exercido, mesmo que seja exercido mal, ele tem que ser exercido, porque o poder abomina o vácuo. Não existe vácuo de poder, quando alguém recua, vem alguém e ocupa aquele espaço. Por isso que ele dizia muito, “Quem detém poder, tem que exercer o poder, mesmo que mal, mas exerce, porque senão vai perder o poder”. O que aconteceu nos últimos tempos, e é difícil entender um pouco esse processo, os americanos têm isso um pouco mais claro porque as cortes deles vêm oscilando entre o liberal e o conservador há mais tempo. Primeiro isso tem a ver com o conceito de democracia. O que é democracia no fundo? Ela é o governo da maioria? É a ditadura da maioria? Se eu sou maioria, eu posso impor as minhas decisões à minoria? Modernamente os escritores dizem, “Não, a democracia é o respeito à opinião contramajoritária. É o grau de proteção que dou para quem não é maioria”. A maioria tem proteção porque é a maioria. Então quando a gente fala em gay, população LGBT ou de quaisquer outras minorias, eu não gosto de enquadrar a população negra neste conceito, pois ela não é minoria. Os negros podem até ter condição de vulnerabilidade maior do que o branco, mas eles não constituem

minoría. Quando tu tens isso, a democracia, na verdade é, “Como eu protejo e levo em consideração as demandas desse público que é minoría ou que apresenta vulnerabilidades”. E que, de uma forma ou de outra, precisa ser atendido, não em tudo, mas é necessário dar relevância aos pleitos da minoría. Isso é a essência da democracia hoje. Então é o que se diz, são as opiniões contramajoritárias, como é que são tratadas e consideradas. O Congresso tem dificuldade de tratar com opiniões contramajoritárias. Consideremos o grupo majoritário cuja voz é mais presente, como é que ele trata a demanda que é de uma minoría? Pode-se dizer o seguinte, por exemplo, o casamento homossexual, o aborto, que são demandas muito específicas sobre as quais nunca haverá consenso. Sabemos, que a maioria, se construída num determinado momento, é perdida em outro por causas menores mesmo. O casamento homossexual que a princípio só interessa aos homossexuais, que são minoría em relação aos heterossexuais, como é que se trata disso no Congresso? A primeira coisa que temos que considerar é se nessa relação de poder está o direito do Congresso de não decidir. Porque eu tenho um pleito aqui, eu quero o casamento homossexual, mas e se o Congresso não decide? Ele não está exercendo o poder de decidir que inclui o de não decidir? Quem é que diz o momento em que a casa legislativa tem que decidir alguma coisa e como ela tem que decidir, se eu preciso de legislação? Essa fraqueza que os legislativos todos têm – eles são muito mais suscetíveis à opinião pública – faz com que o Poder Judiciário passe a exercer esse poder. Esse espaço de decisão. Não quer dizer que a decisão do Judiciário seja melhor, não quer dizer que a decisão do Judiciário seja pior, não quer dizer que a decisão que tu tomas por onze, no caso do STF, valha mais do que a que tu tomas por 513 eleitos e legitimados para tomar esse tipo de decisão. Esse é que, me parece, o grande detalhe ou a dicotomia que se estabelece por aqui.

Podem aqueles onze que nenhum de nós elegeu tomar esse tipo de decisão como órgão legislativo? Essa é a grande pergunta para a qual ninguém tem resposta, ainda que em livros se digam as coisas mais fantásticas sobre esse assunto. Mas a verdade é que esses onze vêm decidindo isso. O aborto nos Estados Unidos, que é legalizado, não foi decidido pelo parlamento, ele foi decidido num caso judicial, Roe versus Wade em 1973, em que se autorizou o aborto. O Legislativo tende a ser conservador, porque ele é sempre a opinião da maioria, e as democracias modernas agora estão procurando mecanismos em fazer valer e dar o mesmo grau de cidadania para as minorias, porque elas não conseguem voz através do Legislativo. Nós não sabemos como isso vai terminar, ou mesmo se isso é uma usurpação de poder. Porque às vezes, é bom, às vezes, é ruim, depende de onde estamos e o que pensamos. Mas eu elejo um parlamento para fazer leis. Pode um Tribunal, um sujeito sentado num gabinete, que eu não sei quem é, que recebeu o processo por distribuição dizer que determinada lei não vale mais? Está bem ou está mal? Ele pode ou não pode fazer isso? A nossa legislação diz que pode, a Constituição diz que ele tem poder para isso. E na interpretação, muitas vezes, legislar. Não podemos achar por conveniência que, quando a Constituição diz chapéu, ela está querendo dizer capacete, ela diz chapéu porque não queria dizer capacete. Quando a Constituição diz no artigo 226 "A sociedade familiar é composta de homem e mulher e a prole", o intérprete dizer que onde se lê homem e mulher passa a ler-se homem ou mulher. Há um exercício aqui de interpretação muito forte e o intérprete está criando uma nova legislação. Pode até ser bem-vinda, pode até estar certa, mas vai haver um momento também em que o intérprete vai legislar equivocadamente. Eu te confesso que eu não tenho resposta para judicialização da política ou a politização da justiça. Mas esse é um dos temas mais interessantes do direito hoje.

Memorial: O senhor destaca muito a questão da dignidade da pessoa humana. O senhor acha que o Ministério Público está conseguindo trabalhar no sentido de promover melhor a dignidade da pessoa humana?

Entrevistado: O conceito de dignidade é difícil. Eu gosto de Kant que diz assim: “No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então ela tem dignidade.” Esse foi o conceito no qual eu consegui enxergar melhor a dignidade. A dignidade da pessoa humana é um fundamento da República. Isso serve para tudo, para todas as coisas, então o que está havendo é uma banalização da expressão “dignidade da pessoa humana”. A lógica da atuação do Ministério Público deveria ser essa, sempre procurando prestigiar, promover e garantir a dignidade. Porque tudo aquilo que for indigno não é próprio do ser humano. Mas isso também tem a ver sempre com a capacidade de investimento do Estado. As opções que um estado faz. Eu tive aqui algumas discussões, vou te dar um exemplo concreto. Temos um problema prisional muito sério, a gente sabe que as condições de cumprimento de pena, no Brasil, são indignas. O que não autoriza que se solte o sujeito, então é preciso trabalhar para melhorar as condições de cumprimento de pena. Um governo que tem dificuldades econômicas sérias, que não arrecada o suficiente sequer para pagar os servidores, pode fazer propaganda? Quer dizer, quando ele está deixando de cumprir parcelas alimentares, fazer propagandas dos serviços prestados pelo Estado custa dinheiro. Estou deixando de pagar as pessoas, estou deixando de fazer investimentos que são necessários

e estou fazendo propaganda. Essas são as grandes questões em que o Ministério Público tinha que atuar. Tem um limite do tolerável. Nós não temos controle sobre a dignidade total das pessoas, é uma busca, nós temos que prestigiá-la, mas há um limite do que a gente pode tolerar da atuação do Estado. Parece-me que esse é um limite claro. E que, às vezes, o Ministério Público não toma a atitude devida.

Memorial: Doutor, como é que estar na posição de procurador-geral durante quatro anos impactou na sua vida privada, familiar?

Entrevistado: Dá trabalho, tu te ausentas muito de casa, o Ministério Público tem que ser a prioridade. Então a primeira coisa que a gente se dá conta é que, se o marido ou a mulher não tiverem essa compreensão é melhor nem se candidatar porque não vai dar certo. Precisa ter uma tranquilidade, uma harmonia em casa, a pessoa precisa te apoiar porque tu vais estar 24 horas por dia de serviço. Não foi uma vez nem duas em que o telefone tocou de madrugada porque um colega tinha um problema, porque aconteceu alguma coisa e o recurso é diretamente a ti. Sem dizer que tu perdes o sono com coisas que são angustiantes mesmo. Às vezes, os colegas nem imaginam, mas o Ministério Público precisa de uma suplementação orçamentária porque não vamos chegar ao fim do ano se não vier a suplementação orçamentária ou o aumento que foi dado aos servidores precisa dessa suplementação orçamentária, senão não se paga. Essas coisas todas impactam na vida cotidiana do chefe da Instituição. Por isso eu acho espetacular que se possa ser PGJ uma vez, possa ser reeleito e tenha que descer do cargo. Primeiro que a gente não se eterniza, garante alguma rotatividade no poder. Acho isso bom, acho que o procurador-geral tem que querer ser procurador-geral. Eu quis ser procurador-geral, quando eu me candidatei. Não fui para o "sacrifício", não, eu

queria ser procurador-geral. Eu estava disposto a passar por tudo durante aqueles quatro anos. Mas não é um cargo que a pessoa possa querer para o resto da vida, quatro anos está bom, está mais do que suficiente.

Memorial: E como foi retomar sua carreira depois?

Entrevistado: Foi tranquilo, porque a nossa vida é o processo. Isso era muito questionado quando os procuradores-gerais eram mais antigos e, no geral, eles saíam do cargo e se aposentavam. E aí nós pegamos uma leva de gente que não tinha tempo para se aposentar. O Cláudio não tinha tempo para se aposentar quando deixou de ser procurador-geral, o Roberto não tinha, o Mauro não tinha, a Simone não tinha e eu não tenho. Eles até já têm, eu ainda não tenho. Então nós temos que ficar na Instituição e a nossa vida é trabalhar com processo, esse é o nosso cotidiano. Então com a mais absoluta tranquilidade tu voltas para a atividade normal que é aquilo que tu foste treinado para fazer e já faz há trinta anos.

Memorial: O senhor leciona ainda?

Entrevistado: Lecionei. Quando eu fiz concurso para o MP, abriu um concurso para docente da Unisinos e aí eu fui lecionar na Unisinos. Fiquei lecionando lá um ano, aí fui promovido para Uruguaiana e dei aula na PUC-Uruguaiana, que à época tinha uma faculdade de Direito. E depois, quando voltei para Porto Alegre, fui convidado para dar aula na FMP, mas o meu chefe na Procuradoria de Prefeitos era o Ziomkowski e o horário que me ofereceram para dar aula era à tarde e o Ziomkowski era contra dar aula em horário de expediente, aí eu recusei. Anos depois eu fui dar aula na ESMAFE – Escola Superior da

Magistratura Federal – onde eu lecionei Direito Processual Penal.

Memorial: E o senhor gosta de dar aula?

Entrevistado: Gosto de dar aula, mas tenho pavor de corrigir provas. Mas conversar, dar aula eu adoro.

Memorial: Qual é o seu passatempo preferido?

Entrevistado: Eu gosto muito de ler, houve uma época em que eu lia tudo o que passava na minha frente. Quando eu estava no primário, eu não tinha o que ler, eu li toda a enciclopédia Conhecer, que era o que tinha no meu quarto. Eu gosto muito de ler, leio bastante. Gosto muito de filmes, séries de televisão, de ver televisão, adoro, sou viciado nisso. Como eu sou do interior, é uma coisa interessante, eu não conhecia televisão até os quatro anos e meio, se vi antes não me lembro, mas eu vim de Uruguaiana com os meus pais e vi televisão pela primeira vez e fiquei assombrado com a televisão. Eu ainda tenho essa imagem presente para mim, foi uma coisa mágica, televisão de válvula, eu olhava por trás para enxergar onde é que aquelas pessoas estavam escondidas dentro da televisão. E isso nunca mais me abandonou, eu gosto muito de filme e de ver televisão, mas leio bastante.

Memorial: Muito obrigada, doutor, pela sua disponibilidade em conversar conosco.

Marcelo Lemos Dornelles



Marcelo Lemos Dornelles é natural de Porto Alegre. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e mestre pela UNISINOS. Ingressou no Ministério Público em 1996, atuando nas Comarcas de Tupanciretã, Cruz Alta, Canoas e Porto Alegre. Foi o primeiro Promotor de Justiça no estado a assumir o cargo de Procurador-Geral de Justiça, no biênio de 2015/2017. Presidiu o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, a Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Crack Nem Pensar. Lecionou Direito Penal e Direito Processual Penal em diversas universidades como a UNISINOS, IDC, UNICRUZ, Fundação Escola Superior do Ministério Público e AJURIS.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 30 de outubro de 2018.

Memorial: Dr. Marcelo, sobre a sua carreira no Ministério Público, o senhor ingressou em 1996, passou pelas promotorias de Tupanciretã, Cruz Alta e Porto Alegre e se tornou Procurador-Geral de Justiça em 2015. Ser chefe do Ministério Público foi uma aspiração ou a chegada a esse posto foi circunstancial para o senhor?

Entrevistado: Foi circunstancial. Eu, quando ingressei no Ministério Público, jamais cogitei que isso poderia acontecer. Então a minha carreira sempre foi voltada à atividade-fim, sempre gostei da atuação no Júri, sempre, desde estudante, meu objetivo era chegar em Porto Alegre e ser promotor na vara do Júri, essa era a minha aspiração quando entrei. E foi indo até que, quando cheguei em Porto Alegre, fui trabalhar na assessoria do então procurador-geral Roberto Bandeira Pereira. Na sequência, acabei sendo convidado a ser vice-presidente da Associação do Ministério Público. Aí começou a minha participação na política associativa/institucional. E as coisas foram acontecendo naturalmente, sem que eu procurasse. De vice-presidente acabei me tornando presidente da Associação, me reelei sem oposição, e depois eu liderei a luta pela possibilidade dos promotores concorrerem a procurador-geral. Mas não era uma aspiração pessoal, o que acontece é que eu vislumbrava que toda a minha geração, e outras, iriam passar ao largo na participação política da Instituição, tendo em vista que a carreira paralisou, as promoções estão limitadíssimas. E nós estaríamos sempre sendo chefiados por colegas que, ao longo do tempo, vão perdendo a relação com o primeiro grau, com as coisas que estão acontecendo no dia a dia. E isso é ruim para a Instituição e também para os integrantes da carreira. Nós envelheceríamos como promotores, sem poder participar ativamente das decisões políticas. Então comecei um movimento para mudar a

lei, fiz um grande movimento, isso foi apoiado pela então procuradora-geral na época, Dra. Simone Mariano da Rocha, contra a posição do Órgão Especial do Colégio de Procuradores que era majoritariamente contra. Ocorreu que ela mandou o projeto à Assembleia, foi aprovado, e aí abriu a possibilidade dos promotores concorrerem a procurador-geral. Naturalmente, como eu era o presidente da Associação e eu fiz o movimento, começaram a cogitar o meu nome, mas eu, num primeiro momento, não concorri. Mas participei da administração do Dr. Veiga como subprocurador-geral institucional. E, naturalmente, na sequência, acabei concorrendo e fui escolhido tanto pela classe quanto pelo governador e me tornei procurador-geral. Mas não foi nada assim programado e eu, no início da carreira, nunca cogitei disso.

Memorial: Como foi o processo de eleição e escolha? O senhor mencionou que existia uma resistência do Órgão Especial. Como foi esse processo de eleição com essa resistência e como o senhor enfrentou?

Entrevistado: Esse processo não foi só comigo, porque antes já tinha sido proposta duas vezes a alteração da lei no Órgão e sempre era negada por uma ampla maioria. Daí os então procuradores-gerais não mandavam à Assembleia. A Dra. Simone acabou contrariando a opinião majoritária do Órgão Especial e mandou o projeto. Para mim, a questão na classe foi muito fácil, porque eu já era bastante conhecido e havia uma expectativa da classe de ter um promotor. Então, na eleição interna, foi bem fácil, foi tranquilo, nós fizemos uma votação bem ampla.

Memorial: O senhor foi bem mais votado que o segundo lugar.

Entrevistado: Foi bem tranquilo. O processo de escolha não. Porque em primeiro lugar, eu não tinha relação nenhuma com governador da época. Acho que isso foi importante, porque fui escolhido pelo mérito e pelo reconhecimento da classe. Sofri, sim, pressões, o governador sofreu, de várias entidades externas e também de grupos internos, para que não escolhesse o promotor. Que haveria uma espécie de inversão da autoridade, que não haveria aceitação. O governador foi bastante pressionado, mas ele não se deixou influenciar e acabou acatando a opinião majoritária da classe do Ministério Público e acabou me escolhendo.

Memorial: Quando o senhor assumiu como Procurador-Geral de Justiça, quais eram os principais desafios enfrentados pela Instituição? O senhor mencionou no seu discurso de posse a questão da corrupção, a questão de retomar o papel do MP no crime.

Entrevistado: Isso. O que eu percebia era que o Ministério Público, aos poucos, estava se afastando da sociedade, muito vinculado apenas ao poder Judiciário. E eu tenho algumas críticas, julgo que o trabalho processual é muito burocratizado, e nós precisávamos avançar na questão da agilidade e da efetividade da atuação. Eu sempre tive presente que nós precisávamos mudar os paradigmas. O paradigma de entrar com uma ação perante o Judiciário nem sempre resolve o problema. Então comecei a questionar a atuação do Ministério Público no sentido de que ela deixasse de ser uma atuação formal e passasse a ser uma atuação efetiva. O histórico era assim: entrar com a ação, denunciar, recorrer. Só que isso não resolve o problema das pessoas. Essa era uma crítica que eu tinha e nós tínhamos de, a partir do procurador-geral, fazer essa transformação. Aí comecei

o movimento para que o Ministério Público seja resolutivo, efetivo e não simplesmente entrar com ações, mas resolver problemas. Isso é uma mudança cultural radical. Então ela é um pouco difícil, mas, ao mesmo tempo, eu percebia que os promotores também queriam isso. E faltava essa oportunidade. Foi a mudança principal, me parece, foi o modo de o Ministério Público enxergar o seu trabalho, o modo de o Ministério Público enxergar a sua efetividade. É sair de uma atuação burocratizada para uma atuação efetiva/resolutiva.

Memorial: Seria um investimento maior na área extrajudicial, no caso.

Entrevistado: Também. O extrajudicial com certeza. Tanto que eu fiz algumas recomendações que foram muito criticadas por setores mais conservadores, de que o Ministério Público deveria deixar de atuar em algumas áreas para atuar em outras. Porque, como temos uma dificuldade orçamentária e não vamos crescer, temos que trabalhar com as pessoas e com os instrumentos que temos hoje. E com o número de membros, de servidores e de instrumentos que temos hoje, não conseguiríamos continuar atendendo a atividade processual burocratizada e, ao mesmo tempo, fazer aquilo que interesse efetivamente à sociedade. Tínhamos que fazer uma modificação, já é possível colocar mais pessoas. É preciso mudar a forma de atuar. Então fiz algumas recomendações de atuação em que os promotores poderiam deixar de atuar em alguns tipos de processos em que não havia interesse público, em que as partes estão representadas, são maiores, são capazes, para que o membro pudesse atuar naquele período em coisas mais importantes, especialmente na parte extrajudicial.

Memorial: E como o senhor escolheu a sua equipe de trabalho?

Entrevistado: Pelo mérito, pela afinidade, pela competência. Claro que há muitas pessoas competentes em todas as áreas, então escolhes dentre os competentes, aqueles com quem tens mais afinidade, aqueles com quem tens uma relação de confiança, aqueles que acreditam na ideia de fazer uma transformação da forma de atuação do Ministério Público. Foi mais ou menos assim.

Memorial: Como o panorama político da época impactou a sua gestão?

Entrevistado: Demais. Eu peguei, com certeza, o pior período que já houve dentro do Ministério Público na questão financeira, foi uma mudança de governo em que a crise veio à tona no Estado, na União, mas, basicamente, aqui no Estado. No meu período, ficou claro que o Estado do Rio Grande do Sul é o Estado com a maior crise financeira de todo o Brasil. E aí naturalmente as medidas de impacto de enfrentamento de crise afetam diretamente o Ministério Público. Então estivemos em dificuldade orçamentária, em dificuldade de repasse financeiro, dificuldade de nomeações, tivemos que enxugar. Na abertura, eu tive que fazer várias exonerações de cargos que me pareciam que não eram tão necessários, tivemos que limitar todo o tipo de investimento em obras, tudo foi limitado. E por isso que a transformação se deu pelo modo de atuar. Já que eu não podia crescer, ao contrário, eu tinha que inclusive reduzir, e a demanda era crescente, o que é que tinha que fazer? Eu tinha que mudar a forma de trabalhar para que nós conseguíssemos ser efetivos.

Memorial: Como eram as relações do Ministério Público com os demais poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário?

Entrevistado: Sempre foram muito boas. Porque historicamente todos os procuradores-gerais sempre tiveram essa sensibilidade de ter esse olhar externo, então nisso eu nunca tive problema. Até porque eu herdei já relações consolidadas. E como eu era o promotor, mas eu já era ex-presidente da Associação, era subprocurador-geral, não havia nenhum lugar em que não me conhecessem, nenhum poder. Por exemplo, todos os deputados me conheciam, os desembargadores quase todos eles, no governo quase todos os secretários já me conheciam por alguma razão ou outra. Então não houve dificuldade nenhuma, de nenhuma ordem, na relação externa.

Memorial: No seu discurso de posse, Dr. Marcelo, o senhor falou na politização da Justiça e na judicialização da política, destacando o MP como um ator político e não partidário, o senhor destacou a diferença. Como foi lidar com esse fato que parece ter se acentuado justamente no período em que o senhor foi procurador-geral?

Entrevistado: Eu faço esse olhar de forma um tanto crítica. Eu fiz inclusive algumas recomendações de atuação na área dos medicamentos, por exemplo. Eu acho que nesse caso a intervenção do poder Judiciário na política tem sido ruim, ela tem sido contraproducente. Além de ter uma interferência na gestão, acaba encarecendo a questão da saúde. Sou um crítico disso, tomei algumas medidas, cobrei muito da atuação dos promotores para que evitassem, inclusive de outros órgãos, a judicialização em algumas questões. Porque tinha - e tenho - o olhar de que algumas intervenções

na área política são ruins, por exemplo, nos medicamentos. Sugeri que o Ministério Público entrasse nessa seara como órgão de mediação, órgão de construção de soluções. Comecei a trabalhar no sentido de que o promotor não pode entrar com ações isoladas. Ele tem que, de alguma forma, tentar via coletiva que se transforme numa coisa só, porque o custo é enorme. Isso vale também para a compra de vagas na educação. Tentei mudar essa sistemática que era praticamente consolidada, de não ter vaga, entrar com uma ação, não ter medicamento, entrar com uma ação, demorou a internação, entrar com uma ação. Tentei demonstrar que isso é ruim, isso é muito pior, porque encarece o sistema. Quase trinta por cento do custo da saúde e da educação vai para a judicialização. Burocratiza e amarra o gestor. Então tínhamos que encontrar uma solução para isso. Por outro lado, temos que cuidar para não criminalizar a política como um todo, mas, ao mesmo tempo, sermos muito efetivos nisso. No meu período, denunciei dois deputados com mandato, da base do governo, os dois acabaram cassados. Tentei demonstrar que temos de ter cuidado para não piorar a gestão na política, mas, na irregularidade, na corrupção temos que ser muito firmes. Mas, por outro lado, trabalhar com uma prova consolidada, com uma prova bem construída. Que ela não fique depois na discussão da argumentação. Tive que ser muito firme com a corrupção, mas, ao mesmo tempo, ser cuidadoso para não interferir indevidamente na gestão.

Memorial: Certo. O senhor colocou no discurso de posse “Queremos resgatar nossas origens e priorizar a área criminal”. O senhor considera que, no seu período como procurador-geral, foi possível melhorar nesse sentido?

Entrevistado: Com certeza. Nós incrementamos os GAECOs

(Grupo Atuação e Combate ao Crime Organizado), mudamos a forma deles, aumentamos significativamente o número, criamos um vínculo permanente do setor de inteligência com setor de segurança, com setor de investigação, aproximamos a atuação do Ministério Público criminal com a polícia, fizemos várias operações conjuntas, fizemos projetos. Um dos projetos mais exitosos que o Ministério Público tem hoje de efetividade é o do combate à lavagem de dinheiro e é uma parceria com a Polícia Civil. Atuamos firmemente na questão dos presídios, tanto buscando e facilitando a construção de novas unidades prisionais quanto também na transferência de presos para os presídios federais, foi tudo na minha gestão. Então colocamos o procurador-geral como órgão de frente na questão criminal, tomando a frente, na liderança de algumas situações bem específicas.

Memorial: Por que o senhor não quis concorrer a um segundo mandato?

Entrevistado: Fizemos um pacto, um acordo, isso é público, eu e o Dr. Fabiano Dallazen, o atual procurador-geral. Nós fizemos esse pacto lá atrás porque nós acreditávamos na questão que o primeiro promotor tinha que ter muita legitimidade por tudo o que falei anteriormente. Então poderíamos um concorrer contra o outro ou poderíamos atuar juntos. Unidos nós seríamos efetivamente fortes e teríamos uma legitimidade muito maior para fazer algumas mudanças que eram necessárias. Nós fizemos um pacto, sim, que ele me apoiou na minha eleição e eu o apoiei na eleição dele. Foi exatamente isso, isso nunca foi escondido, isso sempre foi público.

Memorial: Sim, sim, sim, nós que somos servidores sabemos disso.

Entrevistado: É, isso foi público. Nós fizemos um acordo, e eu sempre cumpro a minha palavra.

Memorial: Na verdade foi uma maneira de mostrar que os promotores estavam unidos nessa ideia de ocupar esse posto.

Entrevistado: E foi muito bem, tanto que eu fui PGJ, ele foi, está sendo, e estamos avançando muito na questão na Instituição em virtude dessa unidade.

Memorial: O senhor já falou um pouco, mas como é o tema do momento, vou perguntar para o senhor falar um pouco mais. O senhor acha que se avançou na luta contra a corrupção desde o seu período como procurador-geral?

Entrevistado: Sim. É que tudo o que se faz, parece ser pouco perto dos números da Lava-Jato. Eu fui presidente do GNCOOC – Grupo Nacional de Combate a Organizações Criminosas – no meu período, que envolve todos os GAECOs do Brasil. E essa era uma discussão nossa, tudo o que a gente faz, é pouco tamanho foi o volume de corrupção da Lava-Jato. Nós aqui incrementamos a Promotoria do Patrimônio Público com investigação, com policiais que não havia. Eu que coloquei policiais, pela primeira vez, a atuar junto da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público que trabalha com a corrupção. Tentamos interligar a improbidade com o crime em algumas situações específicas para não ter duas investigações paralelas. E nós tentamos priorizar o núcleo de inteligência e os GAECOs para esse tipo de atuação. Ou seja, não adiantava os colegas virem com outras demandas como combate ao tráfico pequeno que nós dizíamos que não, que tínhamos que focar

no combate à corrupção. Os dois deputados que denunciámos foi com base nisso também, então avançamos bastante.

Memorial: Uma pergunta mais pessoal, Dr. Marcelo, como estar nessa posição tão importante, de tanta responsabilidade, impactou na sua vida privada?

Entrevistado: Olha, eu não me deslumbro com nada. Isso facilita. Ser procurador-geral afetou pouco. Quando me tornei subprocurador-geral já vinha me acostumando e já tinha uma atuação muito presente. Então não foi tanto assim. Claro que tu tens que redobrar alguns cuidados naquilo que tu falas porque as pessoas podem, a partir disso, tentar alguma crítica à Instituição. Então a gente tem alguns cuidados, mas, eu te confesso que não me afetou tanto assim não. E se trabalha tanto, de forma tão intensa e envolvente, que o tempo passa rápido. Não se chega a “curtir” o momento.

Memorial: Sim. E a sua família, o senhor deve ter trabalhado muito mais nesse período?

Entrevistado: Não.

Memorial: Não?

Entrevistado: Não. Porque, como subprocurador já vinha numa dinâmica muito grande, talvez até maior, quando tu estás buscando ser. Então foi quase a mesma coisa. Tu tens uma responsabilidade maior, mas em termos de quantidade, de volume, de dinâmica, de viagens era quase a mesma coisa.

Memorial: O senhor tem dois filhos, não?

Entrevistado: Tenho dois filhos.

Memorial: Algum deles está fazendo direito?

Entrevistado: Os dois. O meu filho Matheus, de 22 anos, está se formando agora, só aguardando a cerimônia de formatura, e a minha filha Gabriella, de 19 anos, passou para o 6º semestre, mas está indo fazer uma mobilidade acadêmica na França.

Memorial: E com foi retomar sua carreira depois de ter sido Procurador-Geral de Justiça?

Entrevistado: Eu voltei a ser subprocurador-geral institucional. Houve um impacto inicial, sim, mas, ao mesmo tempo, como vínhamos fazendo na minha gestão uma gestão em que o sub institucional, que era o Dallazen, administrava junto comigo, e agora ele procurador-geral e eu praticamente administro junto com ele, não houve muito impacto. Tomamos as decisões em conjunto, estamos sempre juntos, então não foi tão complicado. Eu ainda não voltei à atividade mesmo de promotor, continuei como subprocurador institucional, até porque ainda sou novo e tenho, ao mesmo tempo, uma experiência enorme e de relações ainda presentes, então ainda contribuo aqui na administração.

Memorial: E quando o senhor não está trabalhando e estudando, houve uma época em que foi professor?

Entrevistado: Quinze anos. Processo Penal.

Memorial: Qual o seu passatempo preferido, o que é que o senhor gosta de fazer nas horas de lazer?

Entrevistado: É futebol. Meu passatempo se chama futebol. Jogar e assistir. Dei aula quinze anos em ensino superior e nos cursos preparatórios, parei de dar aula um ano antes de quando resolvi concorrer a procurador-geral, porque as aulas te prendem na questão do horário, e eu não podia ter horários fixos. Depois me afastei completamente e não sinto falta nenhuma. Eu me acostumei a não dar aula, eu estava cansado já também. Mas o meu hobby é jogar futebol, assistir futebol.

Memorial: Tem mais alguma coisa que o senhor gostaria de dizer?

Entrevistado: Considero que peguei toda a discussão da desconfiança de um promotor ser procurador-geral, quando assumi. E quando saí, ninguém mais falava nisso. Então esse é um orgulho que tenho. Esse é um marco para a Instituição. Antes de eu entrar havia certa desconfiança, depois que saí ninguém mais falava nisso. Então creio que isso foi um legado importante.

Memorial: Está certo, Doutor, muito obrigada.

Fabiano Dallazen



Fabiano Dallazen é natural de Carazinho (RS). Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo, Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade Luterana do Brasil e Especialista em Direito Penal e Processual Penal. Ingressou no Ministério Público no ano de 1998, tendo atuado nas Comarcas de Getúlio Vargas, Soledade, Passo Fundo e Porto Alegre. Foi Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais. Foi eleito Procurador-Geral de Justiça duas vezes consecutivas para os biênios de 2017/2019 e 2019/2021. Professor da Faculdade de Direito da Escola Superior do Ministério Público do RS e do Curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal do Instituto do Desenvolvimento Cultural do RS.

Entrevista concedida ao Memorial do Ministério Público em 19 de janeiro de 2021.

Memorial: Sobre a sua carreira no MP, o senhor ingressou no Ministério Público em 1997, passou pelas promotorias de Getulio Vargas, Soledade, Passo Fundo e Porto Alegre. Na Administração Superior do MP foi coordenador de centro de apoio Criminal e subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais. Na área associativa, foi vice-presidente da Associação do Ministério Público. Ser procurador-geral de Justiça foi uma aspiração ou a chegada a esse posto, para o senhor, foi circunstancial?

Entrevistado: Na verdade, você não faz concurso para ser procurador-geral, você faz concurso para ser promotor de Justiça e para exercer a atividade-fim do Ministério Público como promotor e procurador de Justiça, a experiência da verdadeira função do Ministério Público. Você nunca pode perder isso de vista. Essa sempre foi a minha aspiração, esse sempre foi o meu sonho, ser promotor de Justiça. E, durante a carreira, posso dizer que me realizei nessa atividade. É evidente que depois, ou durante o curso, você precisa - a Instituição precisa - tanto no âmbito associativo quanto no institucional, desenvolver lideranças que possam conduzir a política institucional. Então, no meu caso, primeiro na Associação, depois na Instituição, evidente que houve a conjugação de aspirações. Não é real quando alguém diz que não gostaria de assumir funções com esse perfil, responsabilidade e depois aceita. Ninguém que não queira traçar uma caminhada, irá colocar seu nome à disposição da Instituição para a condução dessas funções, seja na área associativa, seja nas coordenações ou chefias Institucionais. Então isso também é uma aspiração pessoal, a de conduzir, sob o viés classista, sob o viés institucional, a nossa classe ou a nossa Instituição. Mas também isso não pode nunca significar apenas uma aspiração pessoal pura e simples, tem que haver o desejo de representar um projeto de

instituição. É isso, a conjugação de uma aspiração profissional com um projeto, não seu, não um projeto pessoal, mas um projeto de representação de colegas que entendem que você, naquele momento, é a melhor alternativa para conduzir a Instituição.

Tem que haver a conjugação desses fatores. Sem aspiração pessoal, sem o desejo pessoal, isso significaria um fardo muito grande. O fardo de você administrar sem horários, com muito mais trabalho, com tensões como as que temos hoje em dia, por exemplo. Se você não tem aspiração para aquilo, você não quer aquilo, se tornaria quase insuportável. Ao mesmo tempo, se fosse só uma aspiração pessoal, estaria fadada ao fracasso, porque não teria a força representativa, o desejo de melhorar a Instituição acima de qualquer aspiração pessoal. Então, essa aspiração pessoal tem que vir conjugada com um projeto de melhoria, não para você, mas para a Instituição, para deixar um legado para as gerações seguintes. Eu acredito que essa tenha sido a trajetória de todos os procuradores-gerais, cada um a seu jeito, na sua época, deixou uma marca, um legado para nossa Instituição. Todos passam por fases e etapas semelhantes, e, ao deixar à chefia, voltam à atividade-fim. Alguns dos que me antecederam se aposentaram outros não vão ter essa opção tão cedo.

Eu não tenho nem a condição, nem o desejo de me aposentar, então vou continuar como promotor de Justiça, com muito orgulho. Desempenhando a atividade-fim que é, essa sim, o grande desejo, a grande aspiração profissional da minha vida.

Memorial: Como foi o processo de eleição e escolha para procurador-geral. O senhor passou, na verdade, por duas eleições em 2017 e em 2019 e foram dois governadores que o escolheram, de partidos diferentes. Como foi esse processo?

Entrevistado: A escolha do procurador-geral é sempre um processo complexo nos estados. A primeira parte dentro da classe na elaboração de uma lista tríplice e a segunda parte indicação pelo governador daquele que pode representar melhor essa instituição tão importante para o Estado. Eu tive a felicidade, talvez por toda essa trajetória e pelo projeto que foi desenvolvido, não por mim, mas por toda uma equipe, de ser, em ambos os pleitos, o mais votado dentro da minha classe. Isso, para mim, tem um significado, embora eu saiba que é legítima por parte do governador a escolha do primeiro, do segundo ou do terceiro, porque é uma lista tríplice. E aquele que for escolhido tem a mesma legitimidade que qualquer outro da lista.

Para mim - e aí eu falo pessoalmente - era muito importante ter essa aprovação da classe, tanto na primeira quanto na segunda eleição. Então, a votação expressiva que tivemos na primeira e na segunda eleição, o grupo, o projeto, foi muito importante. Foi uma grande felicidade e tenho certeza que pesou muito na escolha dos dois governadores, de partidos diferentes, a forma como fazemos o diálogo, com lealdade, com sinceridade, mas com firmeza. No caso do governador José Ivo Sartori, no primeiro mandato, e depois a recondução pelo governador Eduardo Leite, no segundo mandato.

E tenho certeza que esse projeto que represento fez e faz o Ministério Público maior e, assim como todos os anteriores, não decepcionou nem a classe que deu a legitimidade do seu voto, nem os governadores que fizeram as indicações. Porque tanto um quanto o outro quer um Ministério Público melhor, quer um Ministério Público mais forte. O procurador-geral não é um homem de classe, o homem de classe é o presidente da Associação, mas o procurador-geral tem sim que proteger a sua classe, proteger a sua instituição. Mas ele tem de ser um homem de Estado, pois chefia uma Instituição de Estado. Por isso, é importante que se tenha compreensão na escolha, tanto

interna quanto externa. Acredito que eu cumpri bem essa função, me portando como chefe de uma Instituição de Estado, protegendo essa instituição, seus membros, seus servidores, para que eles pudessem desempenhar o melhor seu trabalho no atendimento e defesa da sociedade, engrandecendo o Ministério Público no cenário dos Poderes e Instituições.

Memorial: No seu discurso de posse em 2017 o senhor colocou três prioridades para sua gestão. A questão da corrupção, estávamos ali num momento bem importante da Lava-jato. A luta pelas liberdades públicas. O senhor fez um comentário interessante sobre a radicalização no discurso político. Creio que durante a sua gestão, essa questão se acentuou ainda mais. Eu vou citar aqui um trecho, “Há no mundo cada vez mais, especialmente depois do advento das redes sociais, tendências ao extremismo. A opinião própria outrora uma virtude aplaudida, pois conotativa da cultura e de estudo, tornou-se um arremedo, uma ideia fixa que as pessoas adotam como arma de guerra contra quem quer que sejam amigos, familiares, colegas, desconhecidos. A certeza absoluta toma conta do debate que se torna raso, extenuante e pouco esclarecedor”. E o último ponto que o senhor colocou é a questão da segurança pública. Eu vi algumas entrevistas, sempre há muitas perguntas sobre a questão do sistema prisional, sobre o desmantelamento das facções dentro dos presídios. Como foi o desenvolvimento dessas prioridades que o senhor elencou no seu primeiro discurso?

Entrevistado: No primeiro discurso do primeiro mandato, certo?

Memorial: Isso.

Entrevistado: Eu acho que, quatro anos depois, posso dizer que o Ministério Público tem caminhado numa linha muito progressiva em relação a todos esses aspectos. Em primeiro lugar, vou começando pelo final, pela questão da segurança pública, os números mostram que atravessamos momentos difíceis e quando eu fiz o discurso, estávamos talvez num dos piores momentos. Foi há quatro anos – é necessário contextualizar -, a violência estava aumentando, todos os números estavam aumentando, e precisava haver uma reação. E essa reação - e eu disse isso, está no discurso - ela não poderia vir só do Ministério Público, mas sim da organização das inteligências de todas as instituições, polícias, Ministério Público, a agilização dos procedimentos no Judiciário, trabalhos intercalados, forças-tarefas, uma soma de esforços de todos que têm responsabilidade pelo sistema criminal e cada um fazendo a sua parte, mas de forma integrada. Só assim nós melhoraríamos o cenário que estava posto. Creio que isso ocorreu nesses quatro anos. Nós tivemos agora recentemente, no início de 2020, a divulgação dos melhores indicativos de criminalidade da década. Ainda não são ótimos, mas são os melhores da década. E eu não tenho dúvidas de que isso não se deve ao trabalho de um ou outro, mas ao trabalho de todos. Na questão prisional, participamos decisivamente das três fases de transferência das lideranças das facções. Inclusive, quando houve a denegação, na última fase, recorremos ao Poder Judiciário para conseguir a concretização. Fizemos inúmeros recursos para manter e renovar as transferências dessas lideranças para isolamento em presídios federais. Criamos e trabalhamos num projeto de lavagem de dinheiro para a descapitalização das facções. A transferência dessas lideranças, a descapitalização dessas facções foram ingredientes fundamentais para a diminuição dos índices de criminalidade. Temos uma interlocução muito estreita

com os programas de segurança pública. Participamos hoje do RS Seguro, junto com a Brigada Militar, com a Polícia Civil, com o Instituto Geral de Perícias. Nós fizemos doações de equipamentos, através do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, como, por exemplo, os aparelhos que vão revolucionar a perícia balística no Estado do Rio Grande do Sul e melhorar a produção de provas. Estruturamos, dentro do MP, o mapa do Tribunal do Júri, estruturamos os GAECOs (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) para enfrentar a criminalidade. O número de operações tem crescido ano a ano. Mesmo em ano de pandemia, aumentamos o número de operações na questão da segurança pública e no combate à corrupção. Então, tudo isso fez com que nós colaborássemos decisivamente para a melhoria dos índices de segurança. No nosso planejamento estratégico, os pontos prioritários são segurança, educação, sustentabilidade, proteção social e saúde. Na segurança pública, a partir da atuação e da reestruturação do Ministério Público, houve resultados concretos.

Sobre a questão do extremismo no âmbito político, não temos muito o controle disso, mas nós temos que controlar para que a Instituição não seja arrastada, através dos seus membros ou de canais institucionais, para esse debate despropositado.

Sobre o combate à corrupção, creio que temos conseguido cumprir nosso papel. Reforçamos a estrutura da Procuradoria de Prefeitos, nunca tivemos tantos prefeitos afastados do cargo quanto nesses últimos quatro anos. Ao mesmo tempo, já fizemos quatro ou cinco debates com todos os chefes de Executivos municipais procurando ajudá-los no tema da educação, da municipalização do ensino, no tema das receitas, no tema da terceirização dos serviços públicos, na saúde, etc. Ou seja, é o Ministério Público catalisando uma articulação com Tribunal de Contas, com prefeituras para ajudar os gestores a produzirem resultados em todas essas áreas estratégicas

nas suas cidades. É o Ministério Público do diálogo, da ponderação, do equilíbrio, da busca extrajudicial de soluções. A nossa equipe de mediação teve um crescimento imenso, começamos com a mediação na área ambiental, dali, com a criação e estruturação do Mediar-MP que agora tem um procurador de Justiça, Dr. Paulo Valério Dal Pai Moraes, e um promotor, Dr. Ricardo Schinestsck Rodrigues. Hoje, fazemos mediação com participação também dos procuradores de Justiça. O segundo grau tem participado de mediação em processos com uma nova visão acerca da atuação dos procuradores de Justiça. Nomeamos o primeiro procurador de Justiça mediador no Ministério Público do Brasil. E passamos a produzir resultados. Fechamos um acordo de quase 80 milhões de reais na área do saneamento em Uruguaiana, com o município e com a AGERGS (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul), que foi diretamente responsabilidade do Ministério Público. Hoje estamos trabalhando na questão do transporte coletivo em Santa Maria, na questão dos agrotóxicos, entre outras. O Ministério Público não só como demandante, mas também como articulador das grandes soluções.

Na questão da pandemia, talvez o momento mais difícil que o Estado e o país já passaram, o Ministério Público vem atuando como grande ponto de equilíbrio nas tensões entre governo do Estado e municípios, entre setor produtivo e setor da saúde, na educação, na questão sindical, proteção dos professores, dos estudantes. Fomos demandados a contribuir para solução de problemas em diversas áreas, para o cumprimento das regras e protocolos do Estadual e municípios. Em todos esses casos, o Ministério Público soube ser o grande fiel da balança, ponte de equilíbrio, e grande articulador das soluções. Tenho certeza de que houve uma mudança de paradigma na atuação do Ministério Público.

Sobre a Covid-19, foram mais de mil expedientes instaurados em 2020 e relacionados a todas as áreas referentes à pandemia, mais de 1.200 recomendações e apenas 50 ações ajuizadas. Isso quer dizer que o nosso poder de recomendar pela construção, pelo diálogo, se mostrou mais efetivo, mais produtivo, mais barato do que a judicialização. Destacando que, quando foi necessário, ingressamos com ações, com índice de êxito superior a 90%. Isso é extremamente impactante, porque mostra que estamos realmente mudando a nossa forma de atuação, utilizando mais o diálogo e a ponderação, o que está trazendo mais legitimidade ao Ministério Público. Porque, ao ajuizar uma ação, você toma uma parte, quando você traz as partes para o negócio e você afiança um acordo, uma solução consensual entre elas, isso te dá mais poder, mais legitimidade. Estamos resolvendo as grandes questões sem necessitar do Poder Judiciário, só recorrendo a ele em último caso. Essa é, na minha opinião, a mudança que produzimos no Ministério Público nesses quatro anos.

Memorial: Sobre o tema da pandemia, o MPRS foi a primeira instituição do sistema de justiça do Rio Grande do Sul a reabrir o seu serviço com todas as cautelas e a possibilidade de atendimento ao público de maneira ordenada, de acordo com as regras sanitárias. Como foi esse enfrentamento das dificuldades nesse período tão difícil para o Rio Grande do Sul, para o Brasil e para o mundo?

Entrevistado: Na verdade foi difícil, porque tínhamos uma tradição de trabalho presencial, sempre, a vida inteira, e aí tivemos que fechar e continuar atendendo. Isso só foi possível porque havíamos feito um forte investimento em inovação, que é algo importante de se dizer também. O Ministério Público já vinha se preparando para

essa nova realidade. O que se fez foi acelerar. Mas, mesmo assim, sabemos que boa parte da população não tem acesso à internet, como deveria. Pela essencialidade do trabalho do Ministério Público, entendemos que, com os cuidados, com os protocolos, com rodízios, nós deveríamos manter as portas abertas para atender aquele cidadão mais necessitado. E houve, por parte dos servidores e dos membros, uma cooperação, uma colaboração e um comprometimento. O Ministério Público esteve muito comprometido, muito decidido a bem atuar.

Memorial: Que outro grande desafio o senhor destacaria nesses quatro anos de sua gestão como chefe do MPRS?

Entrevistado: Outro grande desafio que enfrentamos durante esses quatro anos foi a crise fiscal do Estado. Nós pegamos, em termos de desafios, talvez a pior crise fiscal da história. Apenas há dois meses se voltou a pagar salários em dia no Rio Grande do Sul. Praticamente eu passei os quatro anos do meu mandato com os salários dos servidores do Executivo parcelados, policiais, professores, agentes de saúde. E isso causa uma tensão política enorme. E, mesmo assim, conseguimos grandes vitórias legislativas, como a aprovação do Plano de Carreira, Serviço e Salário dos nossos servidores, através da construção e do diálogo.

E o segundo grande desafio que destaco vem da área tecnológica. Estávamos justamente vivendo essa virada tecnológica no serviço público e no setor privado, com inovação, com a virtualização. Todo mundo trabalhando e tomando decisões com base em dados, ou seja, havia necessidade urgente de, acompanhando o desenvolvimento e as mudanças na sociedade, dar início a uma grande virada na forma como trabalhamos. Era preciso estruturar esse processo todo e nós

conseguimos. E sobre isso eu acho que, em primeiro lugar, é preciso dizer que concretizamos a estrutura de uma grande área, investindo e priorizando a gestão estratégica. Uma importante área criada antes do início do meu mandato, mas instalada nos primeiro dois anos dessa Administração, me refiro à Subprocuradoria-Geral de Gestão Estratégica. Também criamos um Laboratório de Inovação e Tecnologia (Labs) que vai permitir que o Ministério Público aperfeiçoe e atenda essas novas demandas com mais informações e dados, por muitos anos. Nós não vamos conseguir crescer em número de membros e servidores no mesmo ritmo do crescimento da nossa demanda, porque o orçamento nos limita. Por isso é tão importante investir em tecnologia, pois pode nos oferecer instrumental para facilitar e dar agilidade a atuação do MP garantindo, assim, que possamos dar as respostas que a sociedade espera de nós. Foi esse o motivador de termos apostado fortemente nessa área. Importante lembrar que foi esse investimento que nos permitiu, durante a pandemia, seguir atuando e realizando nossas funções sem maiores prejuízos. Não me refiro só aos equipamentos e ferramentas disponibilizadas, mas também à continuidade dos projetos e entregas. Por exemplo, hoje você tem todo o trabalho que o Ministério Público faz na palma do seu *smartphone*, no celular de cada um dos membros, através do acesso à assinatura eletrônica.

Foi um grande desafio fazer essa virada, ainda é, porque é necessário mudar a cultura interna, a forma de trabalhar. Mas estou certo de que nós plantamos, definitivamente, a semente do futuro do Ministério Público nessa área tecnológica.

Memorial: Como foi ser um procurador-geral de Justiça oriundo do primeiro grau, um promotor de Justiça?

Entrevistado: Lutamos muito pela possibilidade de uma abertura dentro da Instituição para que os promotores também pudessem ocupar esse cargo e outros, como de subprocurador-geral, por exemplo. Lembro que eu era coordenador do centro de apoio quando a Dra. Simone Mariano da Rocha encaminhou esse projeto de lei, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa. E, naquela época, havia grande receio de como seria na prática. Quero dizer com isso que a Instituição perdeu esse receio, porque tudo ocorreu com muita naturalidade. Fui subprocurador-geral na gestão do Dr. Marcelo Dornelles e depois procurador-geral, nestas duas ocasiões, em nenhum momento senti qualquer dificuldade pelo fato de ser promotor de Justiça. Porque também nunca procurei trazer isso como motivação das minhas decisões. Eu acho que temos que ter o conjunto funcionando, olhar e investir naquilo que irá melhorar o trabalho dos promotores e dos procuradores. Nós procuramos fazer as mudanças no primeiro e segundo grau para oferecer melhores condições para que o conjunto se desenvolva. Então me parece que, por esse prisma, foi realmente uma grata surpresa, não se encontrou maiores dificuldades, houve naturalidade.

Sempre respeitei e fui muito respeitado pelos Órgãos Colegiados, Órgão Especial, Conselho Superior do Ministério Público. Nunca tive qualquer atrito pelo fato de ser promotor e vice-versa. Sempre debatemos, com respeito mútuo todos os temas. Fiz proposições ao debate, respeitei as opiniões, dei as minhas opiniões e, por consequência, sempre consegui conduzir, com muita sinceridade, mostrando o que entendíamos ser melhor para a Instituição. Sempre defendi que todos, estejam no primeiro ou no segundo grau, têm que se adequar, não à política institucional, mas à nova realidade de um mundo conectado, que exige respostas mais rápidas. As pessoas, membros e servidores, precisam se adaptar a essa realidade. Não

por mim, mas pela Instituição, para que eles possam continuar trabalhando. Acredito, sinceramente, que todo esse processo está sendo muito exitoso e muito tranquilo.

Memorial: Nessa experiência de articulação, de maturidade institucional, em que medida ela contribuiu para o sucesso na presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais?

Entrevistado: Nós assumimos o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, o que é uma honra, seguindo uma tradição. O Rio Grande do Sul já teve vários representantes, Mondercil Paulo de Moraes, Voltaire de Lima Moraes, Cláudio Barros Silva, Roberto Bandeira Pereira e Eduardo de Lima Veiga. Sempre tivemos projeção nacional importante, porque somos um Ministério Público importante, um dos maiores do país. Uma instituição sempre de vanguarda. E isso é reconhecido externamente. Agora, é claro, você tem que poder mostrar isso e, quando acontece, naturalmente você vai despertando o interesse na sua caminhada, na sua liderança externa. O CNPG é um órgão muito importante, porque reúne as chefias de todos os Ministérios Públicos dos Estados e da União, são 30 procuradores-gerais, incluindo o Procurador-Geral da República. Você presidir um órgão como esse, é uma honra, mas é uma responsabilidade muito grande também, principalmente num ano como esse, em que a articulação no Congresso e no Senado foi feita remotamente, todos passando por tantas dificuldades. Por isso, reforço que a experiência nos colegiados, esse fortalecimento interno, é fundamental para que você se lance ou seja cotado para grandes órgãos em desafios nacionais.

Memorial: O senhor comentou a questão do orçamento do

Estado que foi talvez a pior crise fiscal já enfrentada. Mas essa crise já vinha de outro período e no caso da pandemia foi algo que veio de uma hora para outra. O senhor fez uma citação do Churchill no seu discurso de posse de 2019. “Eu não tenho medo do futuro, vamos avançar e desvendar seus mistérios atravessando o véu que o esconde de nossos olhos. Vamos em frente com confiança e coragem”. O senhor estava falando, enfim, dos desafios futuros, mas acho que não imaginava que ia passar por um desafio tão grande como Procurador-Geral de Justiça.

Entrevistado: Realmente, o futuro sempre é imprevisível, por isso que planejamos, por isso que temos que ter estratégia. Foi nosso planejamento e estratégia que, embora não tenha sido desenvolvido considerando uma situação como essa que temos hoje, nos permitiu fazer com mais rapidez as adequações necessárias.

A pandemia nos obrigou a rever todos os nossos projetos, nos adequar a uma necessidade extraordinária, gravíssima, na área institucional, financeira, e administrativamente. Mandar todo mundo para casa, manter o pessoal trabalhando, fazer rodízios, quer dizer, uma dificuldade grande. Mas a equipe pegou junto, todos tiveram comprometimento, o Ministério Público teve comprometimento nas cidades, nas promotorias, os servidores tiveram comprometimento, isso foi importante. Claro que ninguém sonhava que ia enfrentar esse desafio, mas você não tem a opção de não fazer o que precisar ser feito. Tem que readequar, ter tranquilidade para agir com firmeza em momentos de crise. Acredito que a experiência e o planejamento tenham nos permitido ter um pouco mais de serenidade, evitar o afobamento, e não nos precipitar na hora de tomar decisões. Desta forma é possível, mesmo diante da incerteza, olhar um pouquinho mais à frente, a experiência proporciona. E isso revela que, quando

você assume a cadeira de procurador-geral, você tem que ter uma trajetória que te dê, pelo menos, conhecimento sobre a Instituição e musculatura para agir e transitar externamente. No meu caso, tenho certeza que a soma destes dois fatores possibilitou a correta condução do Ministério Público no enfrentamento dos desafios que se impuseram nos dois primeiros anos. E, da mesma forma, a experiência adquirida no primeiro mandato, toda essa trajetória somada, permitiu que nós pudéssemos enfrentar a pandemia de uma forma mais equilibrada, fazendo o Ministério Público crescer. Talvez se tivesse ocorrido no primeiro ano do primeiro mandato, não teríamos obtido o mesmo êxito. Com certeza houve erros, estamos aprendendo com eles. Não é possível ter medo de corrigir o rumo com o barco andando, mas você tem que ter um rumo, esse rumo nós nunca perdemos.

Memorial: O Ministério Público do Rio Grande do Sul atuou de forma bastante alinhada no enfrentamento da pandemia em todas as comarcas, com posições institucionais em vários temas. Como foi conduzir o MP neste momento e, considerando a independência funcional, evitar que houvesse uma política sanitária em cada lugar e contradições dentro da própria Instituição?

Entrevistado: Institucionalmente creio que esse foi o maior legado que fica da pandemia. Cada promotor, cada procurador tem a sua independência funcional, mas nós não podemos dissociar o princípio da independência funcional do princípio da unidade institucional. O Ministério Público é um só. Tão logo começou a pandemia, tivemos muito clara a visão de que devia haver uma centralidade da política pública. E foi isso que o Supremo Tribunal Federal acabou decidindo. Embora se diga muita coisa acerca deste tema, o STF decidiu sim pela centralidade da política, cada ente com seu poder, mas esse

poder obedecendo a uma ordem, ou seja, o presidente da República podia determinar em âmbito nacional, os governadores poderiam ser mais restritivos e os prefeitos mais restritivos que os governadores. Essa foi a posição da nossa assessoria jurídica que, depois de análise aprofundada da matéria, nos deu a direção e a segurança na escolha do caminho. A partir disso, iniciamos o diálogo com todos os promotores com atribuição nas 165 comarcas, fazendo reuniões semanais. Expusemos a eles que, se nós não tivéssemos uma coesão na forma de interpretar e não tivéssemos um método no momento de agir, que era o método da conciliação, do diálogo, deixando para último caso a ação judicial, se necessária, nós acabaríamos por criar, na verdade, muitas contradições e uma verdadeira esquizofrenia. Porque ocorreria o seguinte: em um município valeria os protocolos do decreto municipal, no outro, do estadual, assim, em alguns, o comércio poderia abrir, já em outros, teria que ficar fechado. Uns teriam restrição para atividades de clubes esportivos, em outros não. Municípios limítrofes, cidades contíguas, teriam regras divergentes! Pode imaginar isso? Haveria pressão pra todo lado, inclusive, com todo certeza, para os próprios promotores.

Mas houve essa compreensão e, por isso, salvo uma ou outra exceção, entendimento praticamente geral da importância de se abandonar, algumas vezes, a convicção pessoal, jurídica, em nome da unidade institucional.

Eu digo que isso é um legado porque o Ministério Público cresceu a partir dessa coerência, dessa unidade. Como resultado, temos um caso importante e exitoso da nossa atuação na fiscalização das políticas públicas e defesa dos direitos da sociedade, a partir da unidade institucional.

A independência do membro do MP ocorre e fica demonstrada sempre que ele se manifesta pela condenação ou absolvição, na

decisão de ajuizar ou não uma ação, na hora de colocar esse ou aquele termo numa recomendação, TAC ou em inquérito que ele decidirá se será arquivado ou resultará em ação civil pública. Essa é a independência do promotor de Justiça. A Instituição desenvolve políticas institucionais na área ambiental, na área de segurança pública, só para citar alguns exemplos, e o exercício daquela política ambiental é em nome da unidade da instituição, não interfere na independência você cumprir ou não, você tem que aderir àquela política institucional sem uma interferência na sua atuação processual.

A unidade institucional é importante demais, o Ministério Público pode crescer muito com isso. Por isso esse case da pandemia, sob esse aspecto, é realmente muito significativo. Nós atuamos unidos, houve uma unidade na forma de atuação. Necessário ressaltar que, na pandemia, a decisão de recomendar, ajuizar ou não uma ação ou o momento de fazê-lo, sempre foi do promotor, nunca interferimos dizendo que fizesse isso ou aquilo, mas oferecemos subsídios técnicos, informações e uma linha de atuação. E os colegas seguiram essa linha, cada um da sua forma, mas no mesmo rumo, com embasamento técnico que era encaminhado pela assessoria jurídica, pelos centros de apoio. Isso realmente foi algo muito importante que tenho certeza fez a diferença na maneira como enfrentamos esse momento de extrema gravidade.

Memorial: Eu gostaria de perguntar especificamente sobre as lições que ficam para o futuro, para o MP, para carreira do Ministério Público. O que se pode prospectar em relação ao futuro da Instituição, das lições relativas as articulações institucionais, a unidade na atuação, a independência funcional. O que fica de lição e de aprendizado em relação a isso e o que é possível prever?

Entrevistado: O que eu vejo é que a história mostra que o Ministério Público tem uma linha crescente de participação, de poder de ação, e isso se dá pela legitimação que recebe. E acontece porque somos uma instituição que, até hoje, mostrou uma capacidade incrível de adaptação às necessidades da sociedade. Necessidades que vão variando com o passar do tempo e exigindo novos formatos, maneiras de atendê-las. É algo natural. Mas se você se encastelar e não souber fazer essa leitura, não se mantiver próximo, ouvindo aquilo que a sociedade precisa. Se não se adaptar às novas demandas e formas de atendimento, a Instituição perderá legitimidade, sempre foi assim na nossa história. O Ministério Público soube se adaptar antes da Constituição de 1988 e, desta forma, ganhou legitimidade para defender suas posições, contempladas na Carta Magna. Nesses 30 anos, com as legislações infraconstitucionais, que foram fortalecendo a Instituição na infância e juventude, no consumidor, idoso, na área criminal, as novas figuras criminais, as forças-tarefas, entre outras, o Ministério Público sempre soube se adaptar e dar respostas à sociedade.

Hoje, na era da tecnologia, com a sociedade cada vez mais digital e interconectada, novamente nós somos desafiados e, não tenho receio de dizer, estamos mais uma vez à frente, avançando na direção correta. Estamos alinhados com a nova realidade de justiça, que não é mais a justiça tão somente litigiosa, mas voltada para o consenso, construção de soluções, através da articulação, do diálogo da mediação. Estamos nos adaptando e tomando a frente também nesse campo.

É importante que os membros e servidores do MP tenham essa compreensão. Se você quer realmente estar no Ministério Público, não pense que pode continuar trabalhando como trabalhava há 15, 20 anos. A Constituição tem 32 anos, ela é o meu instrumento jurídico,

mas a forma em que a demanda chega, que a realidade se impõe hoje, não é a mesma de dez anos atrás. Então, se eu pensar que posso continuar fazendo o que eu fazia há dez anos, eu estou fora do meu tempo e eu estou prejudicando a minha instituição. Eu tenho que estar em conformidade com a nova realidade, me adaptar a ela, aprendendo e incentivando a Instituição a acompanhar a mudança social na velocidade que acontece hoje, de forma exponencial.

Em quatro, cinco anos, estará tudo diferente. É só olhar para crescimento do poder e influência das mídias sociais nos últimos anos. Hoje uma declaração viraliza em uma hora e tem mais importância do que a primeira página do principal jornal. É preciso compreender esse cenário e perceber que, se eu quiser continuar pensando como há dez anos sobre como atender as demandas de hoje, estou prejudicando não só a mim, mas a minha instituição e a sociedade que me legitima.

Para acompanhar essas mudanças é preciso buscar qualificação, e a instituição tem que oferecer isso, como está fazendo, através do CEAF, dos centros de apoio. Mas não é suficiente, porque você precisa querer se atualizar, querer se inserir e acompanhar as mudanças que ocorrem com grande força e impacto hoje em dia, em todas as áreas. É preciso estar conectado para poder ajudar minha instituição e exercer plenamente as minhas funções, seja como servidor, promotor ou procurador de Justiça.

Como instituição, tenho certeza que estamos fazendo o que é necessário. Continuamos crescendo porque temos essa capacidade de adaptação a novas realidades. Não adianta eu dizer que o Ministério Público foi importante em 1988, 2008, nem em 2018, eu preciso dizer para a sociedade porque é que em 2021 nós somos importantes. E para isso eu preciso conectado com a realidade de 2021.

Não quero dizer com isso, para ficar bem claro, que a história não tem importância. Porque nós chegamos até aqui com o esforço

dos que nos antecederam. Nós temos que aprender e temos que valorizar o que cada um, ao seu tempo e ao seu modo, fez para que a Instituição fosse se adaptando, fosse crescendo. Cada procurador-geral tem um legado, cada promotor, cada procurador e cada membro deixa uma marca, uma contribuição para a Instituição. E temos que valorizar isso sempre. Os nossos valores são os mesmos de 20, de 30, de 40, de 50 anos: honestidade, comprometimento, probidade, interesse público, isso não muda. O que muda é a forma de atender as demandas, que precisa ser adaptada, reconfigurada e quem estiver na Instituição precisa ser parte disso.

Memorial: O que o senhor diria sobre as novas demandas da sociedade?

Entrevistado: Há várias, no trânsito, na violência doméstica, na defesa do consumidor, por exemplo. Hoje há a lei de acesso à informação, há prazo para dar respostas. E ao mesmo tempo em que você tem que responder com agilidade, precisa atender ao que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados. São novas realidades às quais ou você está conectado, ou não sabe mais trabalhar. E isso prejudica não só a você, mas a Instituição também, porque você não atende as novas demandas impostas. E para isso, porque ninguém nasce sabendo, você tem de se qualificar. O nosso CEAF fez milhares de certificações só no ano passado, de membros e servidores que buscaram qualificação para compreender e se adaptar a nova realidade. Para quem quer, a Instituição oferece, está à disposição, mas é preciso vontade e mais, é preciso ter a consciência de que precisa se adaptar para ajudar a sua instituição.

Memorial: Qual seria o legado desses quatro anos?

Entrevistado: Acho que falei de todos eles nas respostas anteriores. Legados importantes desses quatro anos estão relacionados com a incorporação definitiva de uma cultura de gestão e planejamento estratégico, destacando a criação de uma subprocuradoria-geral específica para tratar desta área. A adoção da cultura de inovação, principalmente do ambiente virtual e das novas tecnologias, com a criação de um laboratório de dados também serão importantes legados. A valorização funcional dos servidores do quadro com a aprovação de um plano de carreiras e serviços. O aprimoramento do nosso trabalho, principalmente perante os tribunais superiores. Nós tínhamos um trabalho muito centrado aqui no Estado, já muito exitoso, mas, com a instalação de um escritório de representação em Brasília, conectando com a atividade recursal, pela primeira vez, estivemos fazendo sustentações orais em tribunais superiores, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal Federal. Isso é uma nova realidade, ou seja, o Ministério Público do Rio Grande do Sul também levando o seu trabalho até o final com uma estrutura qualificada para o atendimento dessa área recursal. Então esses são pontos importantes de ressaltar.

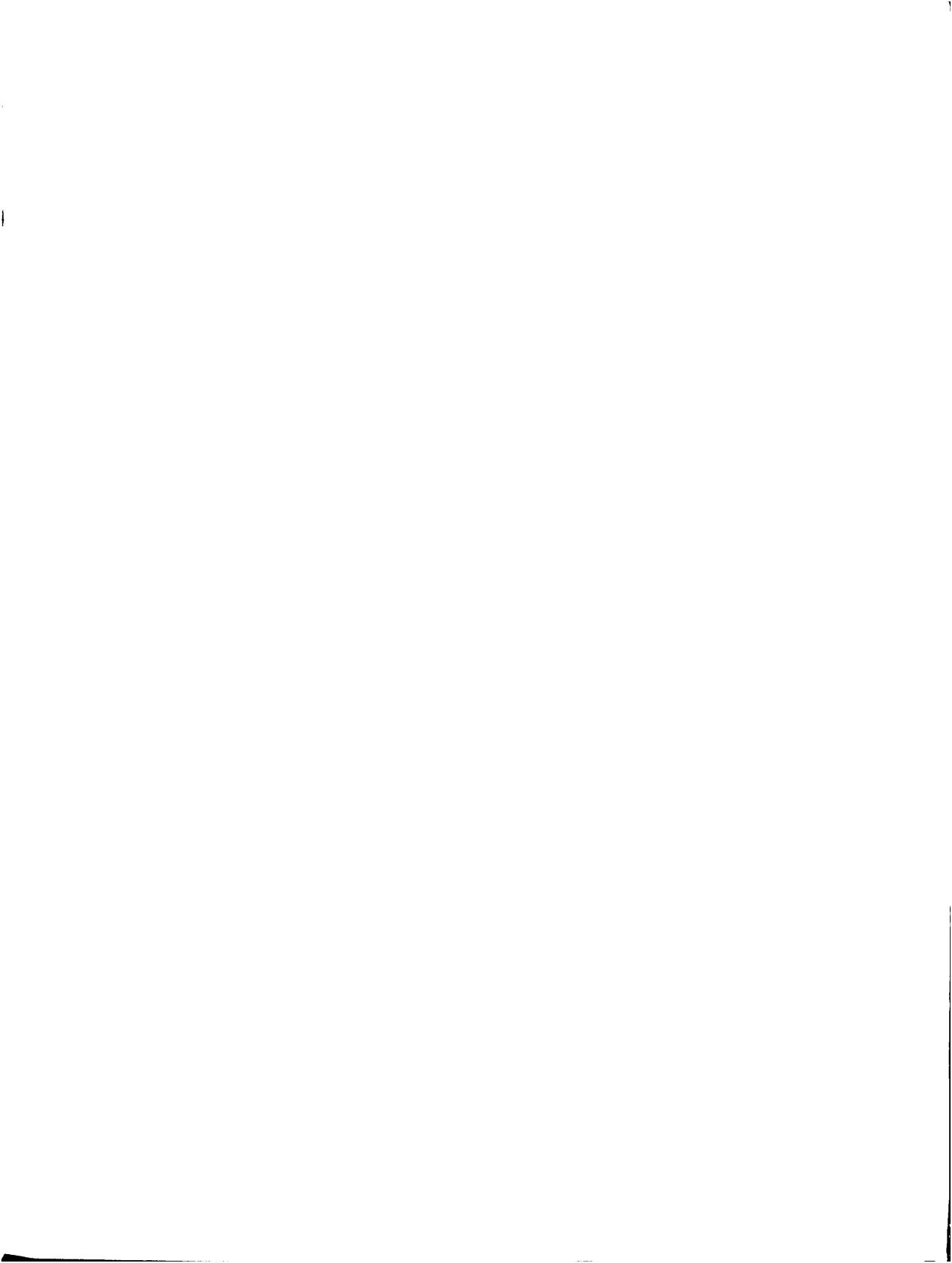
Memorial: Agora uma pergunta mais pessoal, estar nessa posição impactou na sua vida pessoal? Sua vida privada, como ficou nesse período?

Entrevistado: Quando você assume um cargo de evidência, tudo que você faz tem uma repercussão maior. O cargo de Procurador-Geral de Justiça é importante tanto internamente como fora da Instituição, então você fica muito visado e também é muito solicitado falar pela instituição ou opinar em temas debatidos na esfera pública. Se eu for mal numa entrevista ou manifestação em qualquer evento, é

a Instituição que vai pagar a conta, então eu preciso ter esse cuidado, ser mais ponderado. E evidentemente, há um impacto muito grande na convivência familiar, pela falta de tempo para atividades que você gostaria de fazer e não consegue. Então você tem buscar, durante esse período, um equilíbrio. É um projeto seu, mas precisa de apoio da família, dos filhos, dos amigos, que vão ter, nesse período, maior dificuldade na convivência pessoal. Mas a satisfação de uma missão cumprida é muito grande.

Memorial: A última pergunta, o que é que o senhor gosta de fazer quando não está trabalhando?

Entrevistado: Eu gosto de ir à academia, gosto de jantar com os amigos. Atividades corriqueiras, gosto de estar com a minha família quando posso, de buscar as crianças no colégio, ficar em casa com a minha esposa, não tenho nenhum hobby assim, excepcional. Levar a vida no cotidiano, desligar um pouquinho do telefone, o que é muito difícil, principalmente depois do Whatsapp, que facilita acesso praticamente nas vinte e quatro horas do dia. Mas quando você pode deixar de lado um pouquinho é muito bom.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ISBN: 978-65-88095-01-0

CP



9 786588 095010

